

DIAGNÓSTICO SOCIAL²⁴

Golegã, um Município mais Social

Edição e Propriedade

Conselho Local de Ação Social da Golegã (CLASG)

Edifício Equuspolis - Câmara Municipal da Golegã

Rua Dom João IV

2150 Golegã

rede.social@cm-golega.pt

<http://www.cm-golega.pt>

| 2

Redação

Elsa Lourenço (Coordenadora da Rede Social)

Cláudia Amoedo (Coordenadora do Radar Social)

Maria Beatriz Samarro (Técnica Superior de Serviço Social do Radar Social)

José Duque (Técnico Superior da Ação Social e Habitação)

Capa:

Feliciano Cunha (Técnico Superior de Design)

Presidente do CLASG

Manuela Veiga (Vereadora da Câmara Municipal da Golegã)

Núcleo Executivo

Câmara Municipal – Elsa Lourenço

Segurança Social – Adelaide Garcia

Santa Casa da Misericórdia Golegã – José Martins Lopes

Santa Casa da Misericórdia Azinhaga – Ricardo Santos

UCC Chamusca/Golegã – M^a do Rosário Martins

Junta de Freguesia da Golegã – Carlos Santana

Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho – Elizabete Pedro

Casa do Povo do Pombalinho – Sónia Marcos

outubro 2022

1^a atualização 30 outubro 2024 (Radar Social)



ÍNDICE

Índice de figuras	6
Índice de gráficos	7
Índice de quadros	10
Introdução	17
Metodologia	21
Rede territorial e urbana	24
Dinâmica demográfica	26
Problemáticas identificadas	33
1. Intervenção social	36
1.1. Falta de vagas para alojamento de idosos	37
1.2. Solidão dos idosos e isolamento da população sénior	44
1.3. Necessidade de uma intervenção social mais humana e mais próxima dos contextos de vida das pessoas	63
1.4. Desemprego – população mais jovem e necessidades de requalificação/formação profissional de adultos	74
1.5. Falta de levantamento/diagnóstico das minorias étnicas no Concelho e falta de ações de apoio na integração de migrantes na comunidade	82
1.6. Violência doméstica	91
1.7. Dependência dos apoios sociais por parte de algumas famílias e falta de acompanhamento dos beneficiários de apoios sociais	97
1.8. Entidades/instituições trabalham numa lógica fechada e/ou falta de colaboração	129
2. Infraestruturas e acessibilidade	131
2.1. Degradação das infraestruturas escolares	133
2.2. Falta de habitação para arrendamento	144
2.3. Falta de resposta na área da habitação social	147
2.4. Necessidade de reabilitação/modernização de equipamentos desportivos adaptados a várias modalidades	151
2.5. Vias pouco adaptadas às necessidades do Concelho	156
2.6. Difícil travessia Golegã/Chamusca	159
2.7. Pouca oferta de transportes que permitam estudar e trabalhar fora do Concelho	161
2.8. Pouca eficiência energética dos edifícios	164
2.9. Parque automóvel envelhecido das instituições do Concelho – falta de mobilidade verde	166

2.10.	Infraestruturas das instituições degradadas e/ou devolutas	168
2.11.	Falta de acessibilidade (na via pública e edifícios)	178
2.12.	Falta de condições para pessoas em trabalho à distância poderem residir no Concelho e trabalhar em espaços de co-working	181
2.13.	Falta de infraestruturas ao nível de áreas de espetáculos (teatro, música, dança...)	183
2.14.	Poluição da Vala das Braquenizes	184
2.15.	Falta da reutilização das águas residuais vindas da ETAR para uso recreativo ou simplesmente para rega	185
2.16.	Fraca ligação entre os vários cursos de água do Concelho e uma melhor gestão dos recursos hídricos	187
2.17.	Crescente desaparecimento de sebes	188
2.18.	A proliferação do jacinto de água	189
2.19.	Requalificação das linhas de água	191
2.20.	Sistema de captação, reserva e adução de água com deficiências	192
3.	Educação juventude – cultura	193
3.1.	Falta de colaboração dos encarregados de educação	194
3.2.	Dependências na adolescência (álcool, drogas, jogo...)	196
3.3.	Ofertas de atividades lúdicas, culturais e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais para crianças/jovens	198
3.4.	Crianças, jovens e famílias acomodados	206
3.5.	Falta de resposta na valência de creche	214
3.6.	Violência no espaço escolar	218
3.7.	Dificuldade de fixação de jovens adultos no Concelho	225
3.8.	Oferta curricular pouco diversificada e necessidade de otimizar oferta de ensino profissional	227
3.9.	Necessidade de competências digitais (alunos e professores)	232
3.10.	Necessidade de programas de estágio e voluntariado para jovens, no âmbito da cultura e turismo	239
3.11.	Dificuldade de articulação e colaboração entre as várias entidades com programação cultural	240
3.12.	Falta de programação nas áreas do teatro, música, dança e cinema	243
3.13.	Carência de profissionais capacitados e/ou especializados em áreas da produção artística, gestão cultural ou museológica	247
4.	Saúde	248
4.1.	Ausência de respostas na área da saúde mental	249
4.2.	Ausência de vigilância/ acompanhamento das pessoas com demência	256

4.3. Falta de recursos humanos na área da saúde (terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional)	259
4.4. Investimento reduzido na reabilitação sócio ocupacional da pessoa com doença mental	261
4.5. Apoio específico para cuidadores informais e formais (formação) na área da saúde mental	263
4.6. Baixa literacia em saúde mental	266
4.7. Identificação tardia das dependências dos idosos	268
4.8. Dependências (álcool, drogas...)	276
4.9. Défice de médicos de família	279
5. Referências bibliográficas	282

ÍNDICE DE FIGURAS

Figuras 1 e 2 - Workshop de Diagnóstico Social	22
Figura 3 - Enquadramento Geográfico do Concelho da Golegã	24
Figura 4 - Indivíduos residente no Concelho da Golegã 2011-2021 (n.º)	28
Figura 5 - Densidade Populacional 2021	29
Figura 6 - Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção Pessoas Idosas, no Concelho, em 2021	38
Figura 7 - Candidaturas por freguesias do Concelho da Golegã 2022	41
Figura 8 - Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, no Concelho, em 2021	91
Figura 9 - Distribuição da rede de equipamentos escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, no Concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021, por freguesia	133
Figura 10 - Vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias abrangentes ao município da Golegã. Elaboração em ArcMap	162
Figura 11 - Diagnóstico de Circulação Automóvel da Freguesia de Golegã	179

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da População no Concelho da Golegã (1950-2023)	26
Gráfico 2 - Pirâmide Etária do Concelho da Golegã	32
Gráfico 3 - Capacidade máxima e utentes atuais das ERPI, em 2024 (N.º)	39
Gráfico 4 - Utesentes das ERPI, por grupo etário	40
Gráfico 5 - Lista de Espera ERPI	40
Gráfico 6 - Seniores em ação 2021-2022	47
Gráfico 7 - A felicidade não envelhece	48
Gráfico 8 - Acompanhamento telefónico, 2020	49
Gráfico 9 - Nós vamos por Si! Não saia de casa! –Seniores	50
Gráfico 10 - A Felicidade Não Envelhece à Porta, 2021-2022	50
Gráfico 11 - Clube de Vizinh@s	51
Gráfico 12 - Capacidade máxima e utentes dos centros de convívio, em 2024 (N.º)	53
Gráfico 13 - Utesentes dos Centros de Convívio entre 2019, 2021 e 2024 (N.º)	53
Gráfico 14 - Utesentes dos centros de convívio por sexo e grupo etário (N.º)	54
Gráfico 15 - Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de dia, em 2024 (N.º)	56
Gráfico 16 - Utesentes dos centros de dia, por grupo etário (%)	56
Gráfico 17 - Capacidade máxima e utentes atuais dos SAD, em 2024 (N.º)	58
Gráfico 18 - Utesentes dos SAD em 2019, 2020, 2021 e 2024 (N.º)	59
Gráfico 19 - Utesentes dos SAD, por grupo etário	59
Gráfico 20 - Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2015-2022, Golegã	64
Gráfico 21 - Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Golegã	65
Gráfico 22 - Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º), Concelho de Golegã	67
Gráfico 23 - Beneficiários/as do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Grupo etário, em Golegã, 2022 (%)	71
Gráfico 24 - Beneficiários/as de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por sexo, em Golegã, 2015-2022	72
Gráfico 25 – Desempregados/as Inscritos no IEFP, por grupo etário. 1997/2021 Média anual	78
Gráfico 26 - Taxa Bruta de Escolarização 2020/2021 (%)	80
Gráfico 27 - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021	83
Gráfico 28 - População estrangeira residente no Concelho 2015 – 2021	89
Gráfico 29 - Vítimas de violência doméstica, por sexo (APAV)	93
Gráfico 30 - Vítimas de violência doméstica, por faixa etária (APAV)	93
Gráfico 31 - Utesentes Apoiados/as 2023 no âmbito da violência doméstica	93
Gráfico 32 - Utesentes Apoiados/as 2021 no âmbito da violência doméstica	93

Gráfico 33 - Vítimas de violência doméstica, por sexo (GNR)	94
Gráfico 34 - Vítimas de violência doméstica, por freguesia de origem (GNR)	94
Gráfico 35 - Número de Denúncias de Violência Doméstica no Concelho da Golegã	95
Gráfico 36 - Taxa de Risco de Pobreza segundo a Composição do Agregado Familiar, 2021-2022 (%)	99
Gráfico 37 - Crianças do Concelho da Golegã a usufruir do Complemento Garantia para a Infância, 2023	101
Gráfico 38 - N.º de crianças com absentismo e abandono escolar, 2023-2024	106
Gráfico 39 - N.º de crianças a frequentar o jardim de infância do CSP, 2023-2024	107
Gráfico 40 - N.º de crianças que beneficiam do 1.º e 2.º escalão do CSP, 2023-2024	108
Gráfico 41 - N.º de crianças com problemas de saúde mental, no Concelho da Golegã em 2024	110
Gráfico 42 - Cobertura vacinal das crianças, em junho de 2024	111
Gráfico 43 - Evolução do Número de Beneficiários/as de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã	116
Gráfico 44 - Utentes do Refeitório/Cantina Social, em 2019, 2020, 2021, 2023 e 2024 (N.º)	119
Gráfico 45 - Utentes Beneficiários do POAPMC no Concelho da Golegã (2019-2024)	123
Gráfico 46 - Municípios apoiados no âmbito do Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos pela CMG	124
Gráfico 47 - Agregados familiares apoiados no âmbito do Apoio Financeiro ao Arrendamento pela CMG	125
Gráfico 48 - Utentes do Centro Comunitário, em 2019, 2020 e 2021 (N.º)	127
Gráfico 49 - Edifícios Habitacionais existentes, de acordo com ano de construção	145
Gráfico 50 - Construção de Edifícios total 1995-2021	145
Gráfico 51 - Construção de Edifícios total 1995-2021, novas habitações e Ampliações, Alterações e reconstruções	146
Gráfico 52 - Evolução do Número Total de Vítimas de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã	156
Gráfico 53 - Evolução do Número Total de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã	157
Gráfico 54 - Acidentes de Viação por Tipologia, no Concelho da Golegã, 2020	157
Gráfico 55 - Número de Acidentes por Via no Concelho da Golegã	158
Gráfico 56 - Número de Acidentes na EN243 Golegã-Ponte da Chamusca	159
Gráfico 57 - Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, de construção e de ocupação do edifício, em 2021 (N.º)	168
Gráfico 58 - Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento, em 2021 (N.º)	169
Gráfico 59 - Condições de mobilidade no edifício, pessoas com mobilidade condicionada, em 2021 (N.º)	171
Gráfico 60 - Condições de acesso ao edifício, em 2021 (N.º)	172

Gráfico 61 - Funcionalidades dos equipamentos, em 2021 (N.º)	173
Gráfico 62 - Estado de Conservação dos equipamentos, em 2021 (N.º)	174
Gráfico 63 - Problemáticas identificadas Droga/Álcool/Tabaco, 2020-2024	196
Gráfico 64 - Capacidade máxima e utentes do CATL, em 2024 (N.º)	199
Gráfico 65 - Utesntes dos CATL por grupo etário (n.º), 2024	199
Gráfico 66 - Utesntes do OTL Verão 2019 - 2024	200
Gráfico 67 - Semear o Futuro 2020-2021	204
Gráfico 68 - Sábados Radicais 13-21 anos – 2020-2021	209
Gráfico 69 - Futurar 13-18 anos – 2020-2021	210
Gráfico 70 - Férias ORIGAMI 13 -18 anos – 2021	210
Gráfico 71 - Casa das Artes Verão 2017-2024	211
Gráfico 72 - Capacidade máxima e utentes da creche do CSP da Golegã, em 2018/2019 a 2023/2024 (N.º)	216
Gráfico 73 - Utesntes da creche, por sexo e grupo etário (N.º), 2024	217
Gráfico 74 - Violência no Namoro, Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022	220
Gráficos 75 - Bullying - Agrupamento de Escolas, Golegã, Azinhaga e Pombalinho 2016-2024	222
Gráficos 76 - Problemáticas identificadas na CPCJ, 2020-2024	223
Gráfico 77 – Alunos/as Matriculados/as Golegã – Por oferta formativa (ensino regular)	230
Gráfico 78 – Alunos/as Matriculados/as Golegã – Por oferta formativa (ensino profissional)	230
Gráfico 79 - Participantes Diagnóstico – Selfie – Dirigentes	233
Gráfico 80 - Participantes Diagnóstico – Selfie – Professores	233
Gráfico 81 - Participantes Diagnóstico – Selfie – Alunos	233
Gráfico 82 - Top 3 das doenças mais importantes no futuro	250
Gráfico 83 - Índice de Dependência, julho 2024	269
Gráfico 84 - Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2015-2022, Golegã	270
Gráfico 85 - Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Golegã	271
Gráficos 86 - Médicos/as 1000 habitante (nº)	279
Gráfico 87 - Indicadores de Morbilidade ACES Lezíria a dezembro de 2022 (%)	280

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução recente da População no Concelho da Golegã e Densidade Populacional	27
Quadro 2 - Taxas de Natalidade e Mortalidade (%)	30
Quadro 3 - Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)	30
Quadro 4 - Evolução dos Índices Demográficos (%)	31
Quadro 5 - Síntese da oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção Pessoas idosas, no Concelho, em 2024	37
Quadro 6 - Candidaturas ERPI 2022	42
Quadro 7 - Candidaturas para admissão em ERPI (género, prioridade e estado da inscrição), agosto 2022	42
Quadro 8 - Número de Seniores a Residir Sozinhos no Concelho da Golegã	46
Quadro 9 - Utentes dos centros de convívio, por sexo e grupo etário (N.º), SCMA 2024	54
Quadro 10 - Utentes dos centros de convívio, por sexo e grupo etário (N.º), CPP 2024	54
Quadro 11 - Utentes dos centros de dia, por sexo e grupo etário (N.º), SCMA 2024	57
Quadro 12 - Utentes dos SAD, por sexo e grupo etário (N.º), SCMA 2024	60
Quadro 13 - Utentes dos SAD, por sexo e grupo etário (N.º), CPP 2024	60
Quadro 14 - Número de Seniores a usufruir de Teleassistência no Concelho da Golegã	61
Quadro 15 - Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014 , 2020 e 2022	64
Quadro 16 - Pensões da segurança social (milhares€), por Local de residência, 2015-2022	65
Quadro 17 - Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2022	66
Quadro 18 - Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2022	66
Quadro 19 - Valor médio anual das pensões da segurança social (€/N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2022	66
Quadro 20 - População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Golegã	67
Quadro 21 - Beneficiários/as da prestação social para a inclusão, da Segurança Social (N.º), 2019, 2020 e 2022	68
Quadro 22 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2014-2019	68
Quadro 23 – Número de agregados a beneficiar de RSI, por freguesia no Concelho da Golegã, 2022-2024	69
Quadro 24 – Número de indivíduos a beneficiar de RSI, no Concelho da Golegã, por faixa etária 2022-2024	69
Quadro 25 – Número de indivíduos a beneficiar de RSI, no Concelho da Golegã, por género 2022-2024	70

Quadro 26 - Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (n.º e % da população residente com 15 ou mais anos), 2016-2022	70
Quadro 27 - Valor processado de subsídios de desemprego da segurança social (milhares €), 2015- 2022	71
Quadro 28 - Beneficiários/as de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por Grupo etário, 2022	72
Quadro 29 – Desempregados/as registado, segundo grupo etário, junho 2024	75
Quadro 30 – Desempregados/as registados no Concelho, segundo Níveis de Escolaridade, julho 2024	75
Quadro 31 – Desempregados/as registados no Concelho, segundo o género, o tempo de Inscrição e a situação face à procura, junho 2024	75
Quadro 32 - Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)	75
Quadro 33 - Evolução da população desempregada	76
Quadro 34 - Evolução da estrutura da população ativa (%)	77
Quadro 35 - Estrutura da População Ativa em 2011 e 2021, por freguesia (%)	77
Quadro 36 - Níveis de Instrução da População Residente em 2021 (%)	80
Quadro 37 - Níveis de Instrução da População Residente em 2021 (%)	80
Quadro 38 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) 2001, 2011 e 2021	83
Quadro 39 - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021	84
Quadro 40 - População estrangeira residente no Concelho 2024	85
Quadro 41 - Dados dos colaboradores estrangeiros residentes no Concelho – Mendes e Gonçalves, 2024	86
Quadro 42 - Dados dos colaboradores estrangeiros residentes no Concelho – Mendes e Gonçalves (Género, Nacionalidade, Local de residência e idade) 2024	88
Quadro 43 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2016-2021	97
Quadro 44 - Taxa de Risco de Pobreza em Portugal (%)	98
Quadro 45 - Número de crianças em RSI no Concelho da Golegã	101
Quadro 46 - Número de crianças realojadas em Habitação Social no Concelho da Golegã, 2024	102
Quadro 47 - Número de crianças que aguardam realojamento em Habitação Social no Concelho da Golegã, 2024	102
Quadro 48 - Número de crianças apoiadas por Banco alimentar no Concelho da Golegã, 2023-2024	103
Quadro 49 - Número de crianças apoiadas por POAPMC no Concelho da Golegã, 2023-2024	103

Quadro 50 - Número de alunos do Agrupamento de Escolas da Golegã com escalão, 2023-2024	104
Quadro 51 - Crianças com acesso efetivo e gratuito a refeição escolar, 2023-2024	105
Quadro 52 - Número de alunos do AEGAP que beneficiam de reforço alimentar, 2023-2024	105
Quadro 53 - Nº Crianças com acesso efetivo e gratuito a atividades [Pré-escolar (Inglês/música e atividade física) e AEC'S], 2023-2024	106
Quadro 54 - Nº de crianças com e sem médico de família, na USF Golegã, 2024	109
Quadro 55 - Nº de crianças com obesidade, no Concelho da Golegã em 2024	112
Quadro 56 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã	113
Quadro 57 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na Soc. De São Vicente de Paulo & Junta de Freguesia da Golegã, por faixa etária	113
Quadro 58 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na Soc. De São Vicente de Paulo & Junta de Freguesia da Golegã, por género	114
Quadro 59 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na SCMA, por faixa etária	114
Quadro 60 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na SCMA, por género	114
Quadro 61 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na Casa do Povo, por faixa etária	115
Quadro 62 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na Casa do Povo, por género	115
Quadro 63 - Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã	117
Quadro 64 - Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na SCMG, por faixa etária	117
Quadro 65 - Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na SCMG, por género	117
Quadro 66 - Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na SCMA, por faixa etária	118
Quadro 67 - Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na SCMA, por género	118
Quadro 68 - Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na CPP, por faixa etária	118
Quadro 69 - Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na CPP, por género	118
Quadro 70 - Agregados Beneficiários do POAPMC no Concelho da Golegã	121
Quadro 71 - Agregados Beneficiários do POAPMC no Concelho da Golegã, por grupo etário	121
Quadro 72 - Agregados Beneficiários do POAPMC no Concelho da Golegã, por género	122
Quadro 73 - Agregados Beneficiários do POAPMC na Azinhaga, por grupo etário	122

Quadro 74 - Agregados Beneficiários do POAPMC na Azinhaga, por género	122
Quadro 75 - Agregados Beneficiários do POAPMC no Pombalinho, por grupo etário	122
Quadro 76 - Agregados Beneficiários do POAPMC no Pombalinho, por género	123
Quadro 77 - Tipologia dos estabelecimentos de ensino da rede pública, no ano letivo 2020/2021, por freguesia	134
Quadro 78 - Caracterização Geral do Jardim de Infância de Golegã	135
Quadro 79 - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente do Jardim de Infância de Golegã	135
Quadro 80 - Caracterização Geral do Jardim de Infância de Azinhaga	136
Quadro 81 - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente do Jardim de Infância de Azinhaga	136
Quadro 82 - Ano de construção, nº de edifícios e nº de salas dos estabelecimentos da educação pré-escolar	137
Quadro 83 - Ano de construção, nº de edifícios e tipo de construção nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no Concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021	138
Quadro 84 - Caracterização Geral EB 1 da Golegã	138
Quadro 85 - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente da EB1 da Golegã	139
Quadro 86 - Caracterização Geral EB 1 da Azinhaga	139
Quadro 87 - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente da EB1 da Azinhaga	140
Quadro 88 - Total de salas e de salas ocupadas com turma (n.º) nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no Concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021	140
Quadro 89 - Caracterização Geral EB2,3/ S da Golegã	141
Quadro 90 - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente da EB2,3/ S da Golegã	142
Quadro 91 - Alojamentos (1960-2021)	144
Quadro 92 - Edifícios segundo os Censos: total, por época de construção, em 2021	144
Quadro 93 - Indivíduos Realojados em Habitação Social pela CMG, por faixa etária, 2024	147
Quadro 94 - Indivíduos Realojados em Habitação Social pela CMG, por género, 2024	148
Quadro 95 - Agregados familiares realojados em Habitação Social pela CMG, 2022	148
Quadro 96 - Indivíduos a aguardar realojamento inscritos na CMG, por faixa etária, 2024	149
Quadro 97 - Indivíduos a aguardar realojamento inscritos na CMG, por género, 2024	149
Quadro 98 - Tipologia de Habitação Adequada aos Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG	150
Quadro 99 - Caracterização Geral Equipamentos Desportivos I	152
Quadro 100 - Caracterização Geral Equipamentos Desportivos II	152
Quadro 101 - Caracterização Geral Equipamentos Desportivos III	153
Quadro 102 - Caracterização Geral Equipamentos Desportivos IV	154
Quadro 103 - Vítimas de Acidentes de Viação	156
Quadro 104 - Acidentes de Viação por Tipologia, Via, Localidade e resultado no Concelho da Golegã, 2015-2024	157

Quadro 105 - Parque de Viaturas das Instituições do Concelho	166
Quadro 106 - Principais Necessidades por Instituição	174
Quadro 107 - Caraterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho	175
Quadro 108 - Caraterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho (Continuação)	176
Quadro 109 - Férias (Cria) Ativas Júnior e Juvenil Concelho Golegã 2015-2021	201
Quadro 110 - Férias (Cria) Ativas Júnior e Juvenil Concelho Golegã, 2024	201
Quadro 111 - Alunos que frequentam as AEC e CAF nos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no Concelho da Golegã, no ano letivo 2020/2021 AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho	202
Quadro 112 – Alunos/as que frequentam as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), 2023-2024	202
Quadro 113 - Alunos/as que frequentam as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), 2023-2024	203
Quadro 114 - Alunos/as que frequentam a Componente de Apoio à Família (CAF), 2023-2024	203
Quadro 115 - Viver as Emoções – Programa de Educação Emocional 2020-2021	204
Quadro 116 - Bolsas de Estudo Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG	207
Quadro 117 - Bolsas de Estudo por Mérito Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG	207
Quadro 118 - Candidaturas Universidade Júnior	208
Quadro 119 - Nº de alunos/as a frequentar a Universidade Júnior, por ano de escolaridade, 2023-2024	208
Quadro 120 - EmpCriança – Programa de Empreendedorismo – 2020-2021	209
Quadro 121 - Número de alunos/as, Docentes e Funcionários/as no Projeto (2021-2022)	212
Quadro 122 - Número de Famílias beneficiárias de Incentivo à Natalidade pela CMG	226
Quadro 123 - Oferta Formativa 2015-2024 NO AEGAP	229
Quadro 124 – Participantes Diagnóstico – SELFIE, 2023	233
Quadro 125 - Infraestruturas e Equipamentos (Dados SELPHIE) 1	234
Quadro 126 - Disponibilidade de acesso a equipamentos dos alunos em casa	234
Quadro 127 - Serviços Digitais	234
Quadro 128 - História Digital da Escola: Dimensão Pedagógica	235
Quadro 129 - História Digital da Escola: Dimensão Organizacional	235
Quadro 130 - Competências Digitais da Comunidade Educativa	236
Quadro 131 - Estágios de Verão – HABILITA-TE 2019-2024	239
Quadro 132 - PeR 2021	245
Quadro 133 - PeR 2022	245
Quadro 134 - Proporção da população com 16 ou mais anos com saúde mental afetada negativamente devido à crise pandémica COVID-19, Portugal 2021 (%)	252

Quadro 135 - Equipa UCC (Golegã/Chamusca), 2024	260
Quadro 136 - Escalão de tempo gasto semanalmente na prestação de cuidados informais; por sexo, Quinquenal, 2019	264
Quadro 137 - Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2016 e 2021	269
Quadro 138 - Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014, 2020 e 2022	269
Quadro 139 - Pensões da segurança social (milhares€), por Local de residência, 2014-2022	271
Quadro 140 - Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2022	272
Quadro 141 - Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2022	272
Quadro 142 - Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2022	272
Quadro 143 - População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Golegã	273
Quadro 144 - Beneficiários/as da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º), 2019 e 2022	274
Quadro 145 - Estimativas da mortalidade atribuível ao tabaco por principais doenças e mortalidade proporcional por causa de morte (N.º e %) Portugal 2019	277
Quadro 146 - Nº de Utentes com abuso de Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos Golegã, 2022	278
Quadro 147 - Utentes Inscritos com e sem médico família, agosto 2024	280
Quadro 148 - Distribuição de Inscrições de 2024, no Centro Saúde Golegã	281

“conhecer para atuar”

Se pudéssemos primeiro saber onde estamos e para onde nos dirigimos, podíamos avaliar melhor o que fazer e como fazê-lo.

Abraham Lincoln

INTRODUÇÃO

O presente documento é uma atualização do Diagnóstico Social do Concelho da Golegã de 2022, sendo esta atualização referente ao projeto piloto Radar Social de 2024.

| 17

O projeto "Radar Social" visa fortalecer e dinamizar a Rede Social concelhia, promovendo o desenvolvimento social através de uma melhor articulação e cooperação entre parceiros. Esta iniciativa pretende aprofundar o conhecimento da realidade social do território, especialmente após os impactos da pandemia, fenómenos migratórios e mudanças socioeconómicas e demográficas. Pretende-se identificar e caracterizar continuamente situações problemáticas e grupos vulneráveis, assim como gerir de forma eficaz os recursos disponíveis. A principal meta do Radar Social é a criação de um sistema integrado que permita a georreferenciação social e a capacitação do território, otimizando as respostas e recursos das entidades locais para uma intervenção social mais eficaz. O projeto também enfatiza a importância de desenvolver redes de proximidade e mecanismos de monitorização contínua das necessidades e problemas sociais. Além disso, o Radar Social promove a atualização periódica dos instrumentos de planeamento da Rede Social concelhia, apoiando a definição de políticas locais e a melhor utilização dos recursos disponíveis. Através de uma governação integrada e participativa, o projeto procura criar intervenções mais sustentáveis e envolventes, com a participação ativa das entidades parceiras e da comunidade local, visando minimizar as desigualdades sociais e fomentar a inclusão.

O Diagnóstico Social do Concelho da Golegã - Surge no âmbito do Programa Rede Social que, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de novembro, concretiza uma estratégia de abordagem da intervenção social que procura trazer uma maior eficácia à erradicação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social. De uma maneira geral, a Resolução de Conselho de Ministros supracitada perspetiva a Rede Social enquanto uma estratégia de abordagem da intervenção social baseada num trabalho planeado realizado em parceria, visando sobretudo racionalizar e trazer maior eficácia à ação das entidades públicas e privadas que atuam num determinado território.

O Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho vem acrescentar que a Rede Social pretende constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território.

Com a adoção deste programa pretende-se, por um lado, fomentar a formação de uma consciência coletiva dos problemas sociais locais e, por outro, contribuir para a ativação dos meios/agentes de resposta e para a otimização possível dos meios de ação locais. O local passa a ser o meio privilegiado de ação, pois só atuando próximo das populações e com as populações

será possível criar condições efetivas de desenvolvimento. Ao invés de se adotar uma postura “*top-down*”, ou seja, das estruturas centrais para o local, procura-se uma intervenção do tipo “*bottom-up*”, onde se privilegia a intervenção no local.

A Rede Social surge com a intenção de conjugar as políticas de diversos setores: Saúde, Emprego, Educação, Formação Profissional, Habitação, Ação Social e outros, pois a constatação da multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social, salientou a necessidade de serem encontradas respostas diversificadas para problemas também diversificados e concretos em várias áreas. Para combater estes problemas, há que compatibilizar e articular todas as políticas setoriais ao nível local, regional e nacional, sendo que se pretende rentabilizar os meios materiais e humanos existentes no terreno através de uma conjugação de esforços.

O desafio da Rede Social reside assim na capacidade de integrar políticas, medidas e ações dispersas e avulsas e na capacidade de promover ações concertadas, coerentes e participadas de desenvolvimento local e de combate à exclusão social. Este desafio traduz o reconhecimento da impossibilidade, perante a vastidão e complexidade dos problemas sociais, de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, sobretudo, não participada, e do desperdício de esforços, recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. Ambiciona-se, acima de tudo, fomentar o trabalho em parceria, de forma a poder-se alcançar resultados rápidos e eficientes.

Efetivamente, as autarquias têm vindo, nos últimos tempos, a ganhar um papel cada vez mais importante e decisivo no desencadear e na coordenação dos processos de desenvolvimento local e regional, deixando de ser entendidas como meros executores de administração de assuntos locais, e passando a ser vistas como elementos fundamentais de um processo que em muito ultrapassa as fronteiras concelhias. Encontram-se assim numa posição privilegiada para liderar processos de desenvolvimento, quer económicos, quer sociais, das zonas geográficas que representam, pois, estando mais próximas das populações, existe um conhecimento mais profundo dos seus problemas, das suas necessidades e das suas expectativas.

Nos dias de hoje, cada vez mais os Municípios são chamados a intervir na resolução dos mais diversos problemas que afetam os Municípios, e para a sua resolução torna-se necessário um conhecimento profundo da realidade sobre a qual se pretende atuar. Não obstante o facto de o Concelho da Golegã ser um Concelho pequeno onde a maior parte dos atores sociais conhece suficientemente bem os problemas que afetam este território nas suas mais diversas áreas, instrumentos como o Diagnóstico Social tornam-se cada vez mais importantes em termos de intervenção social na medida em que constituem retratos reais das necessidades das populações e das potencialidades existentes para o desenvolvimento do Concelho.

De acordo com a definição de Santos e Santos (1999), o Diagnóstico Social consiste na “*análise da realidade social de um determinado contexto social, temporal e espacial, respeitante a uma ou a várias situações problemáticas. Proporciona dados e informações acerca da realidade sobre a qual se visa intervir e se quer transformar*”. No âmbito do Programa Rede Social, o Diagnóstico Social constitui um processo de consciencialização e reivindicação que pretende

incrementar a intervenção dos cidadãos, dos profissionais e dos agentes que detêm capacidade de decisão institucional e política.

Genericamente pode-se definir Diagnóstico Social como sendo “*um instrumento dinâmico que permite uma compreensão da realidade social, inclui a identificação das necessidades e a deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, bem como dos recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento*” (Núcleo da Rede Social, 2003). Pode ser um instrumento resultante da participação dos diversos parceiros, é facilitador da interação e da comunicação entre eles e parte integrante do processo de intervenção, criando as condições sociais e institucionais para o seu sucesso.

| 19

Assim sendo, todos os atores que desenvolvem a sua atividade a nível do Concelho deverão contribuir para a identificação das necessidades concelhias e para a delimitação de prioridades que orientem a intervenção prevista. O diagnóstico implica um processo de investigação-ação participado e dinâmico, onde os atores sociais fornecem um importante contributo através do conhecimento que possuem da realidade. A participação dos atores é deste modo indispensável, entendendo-se por atores todos aqueles que, direta ou indiretamente, possuem um papel nos processos de mudança. Pretende-se que todo o processo de intervenção social seja elaborado de forma a que o cidadão possa participar na definição dos problemas e na sua resolução, entendendo-se por intervenção social o processo metodológico de atuação sobre a realidade social que tem como finalidade, desenvolver, transformar ou melhorar situações coletivas ou individuais de pessoas que vivem determinados problemas, para facilitar a sua inclusão social e/ou participação ativa no sistema social, a nível individual, económico-profissional, político e cultural (Secretaria de Estado do Emprego e Formação, 1999).

Deste modo, o Diagnóstico Social é um instrumento que pretende essencialmente:

- Descrever, analisar e interpretar os problemas sociais existentes na unidade territorial definida (neste caso, o Concelho da Golegã);
- Elencar as respostas sociais, recursos humanos e materiais existentes;
- Avaliar a adequação dos recursos disponíveis aos problemas existentes;
- Apontar pistas para uma planificação futura, nomeadamente através da definição de prioridades de intervenção social, da adequação dos recursos existentes às necessidades identificadas e da rentabilização das dinâmicas e potencialidades locais.

Em suma, o documento aqui apresentado – Diagnóstico Social do Concelho da Golegã – pretende contribuir para a identificação de problemas e problemáticas e constitui uma base de trabalho para a construção do Plano de Desenvolvimento Social. Com efeito, trata-se de uma investigação que não constitui um fim em si mesma, mas antes um instrumento de planeamento inteiramente vocacionado para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho. Nesta etapa verifica-se a passagem de um nível de conhecimento para um nível de decisão, no qual são tomadas opções, definidos os objetivos e as estratégias de intervenção, partindo dos problemas e prioridades assinalados no Diagnóstico Social. Constitui uma fase mais operativa do Programa, em que se pretende “*não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações de*

animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações” (Núcleo da Rede Social, 2003).

O Diagnóstico Social é, portanto, o primeiro instrumento de um bom Plano de Desenvolvimento Social, ao permitir uma compreensão da realidade social de um determinado território. Contudo, mais do que apresentar um retrato nítido do meio social do Concelho da Golegã, o processo de construção do diagnóstico deve conquistar capacidade para orientar a escolha dos decisores relativamente às intervenções necessárias.

| 20

Salientamos ainda que outra característica deste Diagnóstico Social é o facto de este ser um “instrumento aberto”. Como a realidade em que vivemos é dinâmica, este é naturalmente um processo que carece de atualização permanente, e ao qual não pode ser alheio a participação de todos aqueles que detêm as competências e a obrigação de resolução dos problemas identificados, bem como, a responsabilidade na definição de políticas que promovam o desenvolvimento social do Concelho. O Diagnóstico Social deve permitir, sempre que se justifique, a integração de novos dados e informações, e ajustes derivados das relações e interdependências que se estabelecem a partir dos dados disponíveis e de novos dados que se vão obtendo.

METODOLOGIA

O Diagnóstico Social do Concelho da Golegã pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado e cientificamente fundamentado da realidade social desta unidade territorial, permitir a circulação sistemática da informação recolhida e a difusão dos conhecimentos produzidos a todas as entidades do CLAS da Golegã. Pretende ainda ser uma base para a planificação e constituir um ponto de apoio estratégico para a tomada de decisões das entidades com responsabilidades na área social no Concelho e contribuir para a consolidação deste CLAS, na medida em que constitui um importante fator de mobilização do conjunto de parceiros que participam na sua elaboração. Neste contexto, constitui-se como uma forma participada de pensar, agir e decidir sobre o futuro desejável.

Assim, a proposta metodológica subjacente ao trabalho da Rede Social da Golegã assenta numa estratégia participada de planeamento estratégico e integrado, assente em lógicas de investigação-ação que procuram racionalizar e conferir maior eficácia tanto à intervenção dos agentes na aplicação das medidas, projetos e programas de combate à pobreza e exclusão social, como à promoção do desenvolvimento social.

Em termos metodológicos, o Diagnóstico Social da Golegã foi construído tendo em linha de conta os pressupostos do planeamento estratégico e o princípio da investigação-ação, procurando sistematizar e analisar toda a informação recolhida. Na recolha de informação foram adotadas técnicas documentais e técnicas não documentais. As documentais incluíram a recolha de bibliografia e a análise de documentos relevantes; no que respeita às não documentais destacamos a realização de um *workshop* participativo e a construção de Grupos de Trabalho.

Para avançar na construção do Diagnóstico Social, a Rede Social de Golegã realizou um *workshop* de Diagnóstico Social que teve como principal objetivo identificar os principais problemas do Concelho de Golegã agrupando-os em grandes problemáticas. Este *workshop* realizou-se a 23 de fevereiro de 2022, de acordo com a metodologia de trabalho METAPLAN¹.

¹Metodologia que surgiu nos anos 70, na Alemanha, tendo sido desenvolvida por Eberhard Schnelle e pela "equipa Quickborn", e que consiste, fundamentalmente, num conjunto de ferramentas desenvolvidas com o objetivo de facilitar eventos de grupo, auxiliando na gestão da dinâmica de grupo.

Figuras 1 e 2 – Workshop de Diagnóstico Social



Neste sentido, foi convidado um grupo representativo de parceiros de diferentes áreas de intervenção para participar neste momento de trabalho, que marcou o arranque do processo de construção do Diagnóstico Social. Pretendeu-se constituir um grupo multissetorial, o mais diverso possível, composto por técnicos/as e decisores/as com conhecimento da realidade social do Concelho e, ainda, por outras pessoas que a título individual contribuem de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos ou da sua intervenção comunitária.

O grupo integrou os seguintes elementos:

Entidade	Participante
Agrupamento de Escolas GAP	Maria João Pedro
Agrupamento de Escolas GAP	Lina Simão
Alzheimer Portugal – Núcleo do Ribatejo	Filipa Gomes
ANTE – Associação Nacional de Turismo Equestre	Telma Caixinha
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Marta Godinho
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas GAP	Vanda Pardal
Associação Saúde Mental do Médio Tejo	Rute Cabral
Associação Saúde Mental do Médio Tejo	Catarina Poças
Câmara Municipal da Golegã	António Camilo
Câmara Municipal da Golegã	Diogo Rosa
Câmara Municipal da Golegã	Manuela Veiga
Câmara Municipal da Golegã	Elsa Lourenço
Câmara Municipal da Golegã	José Carlos Duque
Câmara Municipal da Golegã	Ana Mota
Câmara Municipal da Golegã	Sónia Valadares
Casa do Povo do Pombalinho	Sónia Marcos

CERE - Centro de Ensino e Reabilitação do Entroncamento	David Coelho Ramos
CLDS-4G Academia Origami	Marta Vargas
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Golegã	Cristina Rodrigues
CRIT – Centro de Reabilitação e Integração Torrejano	Liliana Felício
GNR – Guarda Nacional Republicana	Nuno Sousa
Graal – Associação Social e Cultural	Teresinha Tavares
Junta Freguesia da Golegã	Carlos Santana
Junta Freguesia de Azinhaga	Vítor Guia
Mendes Gonçalves, S.A.	Gabriela Rodrigues
Movimento Fé e Luz	Isabel Bonacho
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Ana Raquel Garcia
Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga	Ricardo Santos
SNIPi - Sistema Nacional de Intervenção Precoce	Catarina Teixeira
Sociedade de São Vicente de Paulo – Conferência Nossa Senhora da Conceição	Aurora Luz
Sociedade Filarmónica Goleganense 1.º de Janeiro	Lurdes Leal
Tejo d’Honra	João Pedro Santos
Unidade de Cuidados na Comunidade Chamusca/Golegã	Maria do Rosário Martins
Unidade de Cuidados na Comunidade Chamusca/Golegã	Catarina Alves
Facilitadora	Fabiana Freire

Nesta sessão de trabalho, pediu-se aos/às participantes que identificassem os principais problemas do Concelho e que os pontuassem de acordo com a importância relativa de cada um, para que os/as mesmos/as fossem agrupados/as em grandes problemáticas. Esta construção teve como objetivo romper com a habitual lógica de abordagem sectorial na intervenção social, ou seja, por áreas temáticas.

Após este primeiro momento, no qual foram elencadas as grandes problemáticas a aprofundar, foram promovidos grupos de trabalho temáticos (Educação, Juventude e Cultura, Intervenção Social, Infraestruturas e Acessibilidades e, Saúde), com vista a encontrar, de forma conjunta e negociada, as prioridades, os recursos, as potencialidades e constrangimentos presentes na realidade do Concelho.

Posteriormente, a equipa técnica responsável pela elaboração do Diagnóstico Social em termos metodológicos pretendeu sistematizar a informação recolhida, fazer as conexões necessárias, através de uma análise interpretativa dos problemas que permitiu encontrar as causas, e proceder à identificação e hierarquização de prioridades.

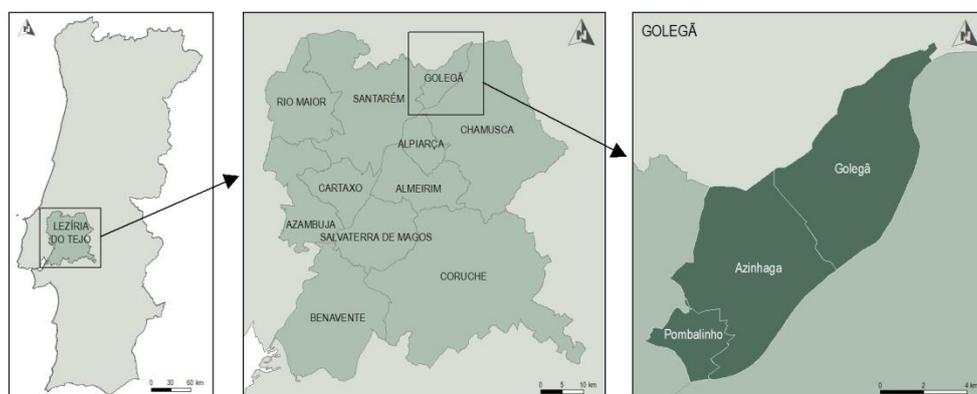
Espera-se assim que a presente investigação cumpra os seus propósitos e constitua uma mais-valia para as entidades que trabalham em prol do desenvolvimento social integrado do Concelho da Golegã, tornando-o mais qualificado essencialmente para quem nele reside.

REDE TERRITORIAL E URBANA

A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.275 Km² e com cerca de 247 mil habitantes, constitui uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Em termos de hierarquia urbana esta sub-região é dominada pela cidade de Santarém. O nível intermédio é desempenhado pelas cidades de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior e pelas vilas de Benavente e Coruche, enquanto as restantes sedes de Concelho constituem o nível seguinte.

O Concelho da Golegã está situado na margem direita do rio Tejo integrando a sub-região da Lezíria do Tejo. Composto por três freguesias (Golegã, Azinhaga e, desde 2013, Pombalinho), este Concelho é limitado a Norte pelos Concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha; e, a Sul e a Este, pelos Concelhos de Santarém e da Chamusca.

Figura 3 – Enquadramento Geográfico do Concelho da Golegã



Fonte: Carta Social, 2021

O Concelho da Golegã constitui um território de intermediação entre subsistemas territoriais diferenciados, constituindo, nomeadamente, uma porta de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e, simultaneamente, entre a margem norte e a margem sul do Tejo.

A nível do enquadramento do Concelho no Distrito de Santarém, o Concelho da Golegã ocupa um lugar central, desenvolvendo forte articulação com o eixo urbano Torres Novas/Entroncamento.

As transformações recentes do sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinamismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra concelhios têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de

pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentados pelas principais vias de comunicação.

Relativamente ao primeiro aspeto, a vila da Golegã constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, sobretudo associado ao seu território municipal, adquirindo a sua população bens e serviços raros, fundamentalmente, nos Municípios vizinhos de Torres Novas e do Entroncamento. No que diz respeito aos subsistemas territoriais, importa destacar o subsistema Torres Novas/Entroncamento/Vila Nova da Barquinha/Golegã, cuja dinâmica está, em grande medida, associada ao processo de terciarização e industrialização do eixo Torres Novas/Entroncamento.

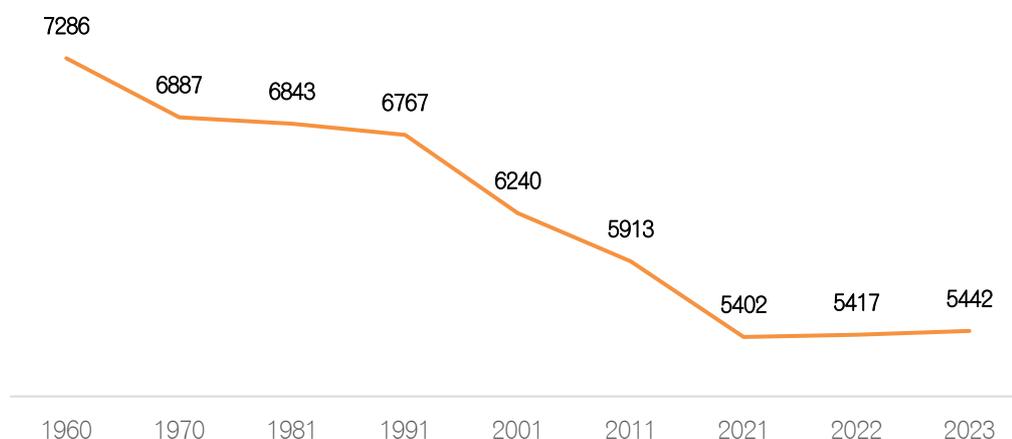
O Concelho da Golegã, com 84,3 Km², é um dos de menor área na região. A sua dimensão demográfica é também reduzida, com apenas cerca de 5.442 habitantes distribuídos por 3 freguesias (Golegã, Azinhaga e Pombalinho), sendo, portanto, a dispersão populacional relativamente fraca.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

EVOLUÇÃO POPULACIONAL

Do decorrer das últimas décadas a tendência demográfica concelhia tem sido globalmente recessiva, tendo passado de 7286 habitantes em 1960 para 5442 habitantes em 2023. O período de maior quebra populacional ocorreu precisamente na última década.

Gráfico 1 – Evolução da População no Concelho da Golegã (1950-2023)



Fonte: INE (2023 resultados provisórios)

Em consequência deste padrão de evolução, o peso demográfico do Concelho da Golegã na sub-região da Lezíria do Tejo tem vindo a diminuir, situando-se nos 2,3%, no ano de 2021.

A Taxa de crescimento média anual da população entre 2011 e 2022 teve um decréscimo de -0,8%. Contudo, no decorrer do ano de 2023 houve um ligeiro aumento da população, apresentando uma Taxa de crescimento efetivo de 0,46%.

Uma análise demográfica desagregada por freguesia para 2001 e 2021 permite verificar que no último período intercensitário (2011-2021), a freguesia sede de Concelho teve uma descida na ordem dos 6,6% da população, sendo que as freguesias de Azinhaga e Pombalinho continuam numa dinâmica de evolução populacional negativa, basicamente o dobro.

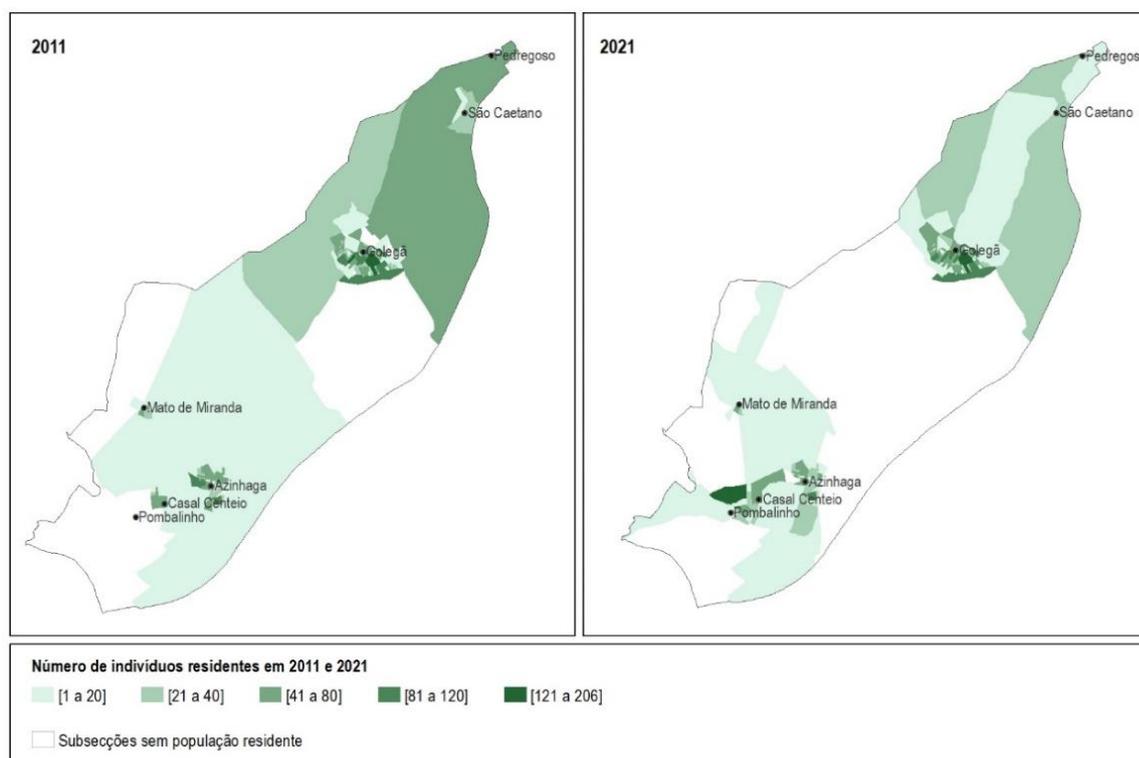
Quadro 1 – Evolução recente da população no Concelho da Golegã e densidade populacional

Localização Geográfica Golegã	População (2011)	População (2021)	População (2022)	Varição 2011-2021 (%)	Área Km ² (2011)	Densidade Populacional (2011)	Densidade Populacional (2021)	Densidade Populacional (2022)
Golegã	3.845	3.591	-	-6,6	38,4	100,1	93,5	-
Azinhaga	1.620	1.415	-	-12,7	38,2	42,4	37,0	-
Pombalinho	530	394	-	-12,1	7,7	58,2	51,2	-
CC: Concelho	5,995	5.400	5.417	-8,7	84,3	70,1	64,1	64,2
Lezíria do Tejo	247.453	236.132	244 259	4,6	4.275,0	57,9	55,2	57,1
Continente	10.047.620	9.860.175	10 022 426	1,9	89.088,9	112,8	110,7	112,5

Fonte: INE -2011 e 2022 (resultados preliminares); Gabinete de Estratégia e Estudos.

Em 2022, o Concelho da Golegã tinha uma população de 5.417 habitantes e uma densidade populacional de 64,2 habitantes por quilómetro quadrado. Comparado ao ano anterior, houve uma redução tanto no número de habitantes quanto na densidade populacional. No entanto, não foi possível obter dados específicos sobre a população e a densidade populacional por freguesias nesse ano. Em contraste, a região da Lezíria do Tejo e o Continente apresentaram um aumento tanto na população quanto na densidade populacional.

Figura 4 – Indivíduos residente no Concelho da Golegã 2011-2021 (n.º)

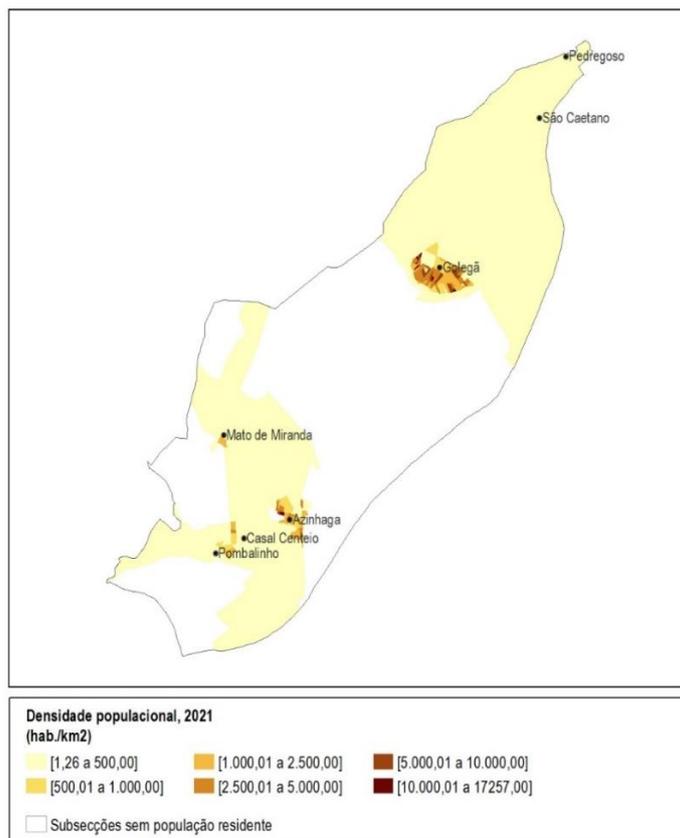


Fonte: INE - Recenseamentos da População, 2011 e 2021 (resultados preliminares)

Os mais recentes dados resultantes do recenseamento populacional de 2021 espelham o decréscimo populacional na generalidade do Concelho e o aumento da concentração da população, nomeadamente na sede de Concelho e nos lugares de charneira entre Pombalinho e Azinhaga. No restante território acentua-se o esvaziamento populacional.

A densidade populacional do Concelho (64 habitantes por Km²) situa-se entre a média sub-regional e nacional. Todavia, constata-se que existe uma grande diferença entre os níveis de ocupação do território na freguesia sede de Concelho, onde a densidade populacional se aproxima da média nacional, e as freguesias de Azinhaga e Pombalinho, onde a densidade populacional é mais baixa do que a da Lezíria do Tejo.

Figura 5 – Densidade Populacional 2021



Fonte: INE - Recenseamentos da População, 2021 (resultados preliminares)

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, se nos anos 60 e 70 a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas, já durante a última década é a componente do saldo fisiológico a principal responsável pelas alterações populacionais registadas nas unidades territoriais portuguesas.

No Concelho da Golegã, a taxa de natalidade² diminuiu de 8,1% em 2011 para 7,7% em 2023, valor idêntico à média da Lezíria do Tejo, mantendo a tendência de decréscimo, mas inferior à média nacional. A taxa de mortalidade³, após um período de incremento em períodos anteriores (consequência do aumento da proporção de idosos na população total), registou no Município da Golegã um decréscimo considerável, situando-se, em 2011, em 13%, no entanto, em 2021 e 2022, voltou a dar-se uma subida elevada, dado os óbitos resultantes do contexto Pandémico Mundial – COVID-19. No ano de 2023, registou-se uma diminuição da taxa de mortalidade para 17,3%, no Concelho da Golegã.

Quadro 2 – Taxas de Natalidade e Mortalidade (%)

Localização Geográfica	Taxa de Natalidade					Taxa de Mortalidade				
	2001	2011	2021	2022	2023	2001	2011	2021	2022	2023
CC:Golegã	9,3	8,1	7,9	6,8	7,7	17,0	13,0	19,2	19,0	17,3
Lezíria do Tejo	10,0	8,3	7,2	7,7	7,9	12,4	11,7	14,8	14,1	13,1
Continente	10,8	9,1	7,7	8,0	8,1	10,1	9,8	12,1	11,9	11,2

Fonte: INE (2001, 2011, 2021, 2022 e 2023).

A quebra acentuada da natalidade reforçou a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população. Em todas as unidades territoriais em análise verifica-se que a percentagem de idosos aumentou consideravelmente. De facto, no Concelho da Golegã, a percentagem de idosos com mais de 65 anos aumentou de 23,3% em 2001 para 26,2% em 2011, e, 27,9% em 2023, sendo esta percentagem mais acentuada na freguesia do Pombalinho. Em sentido contrário, deteta-se a evolução da percentagem dos mais jovens, que no mesmo período diminuiu de 13,9% para 13,1% e 11,3% em 2023 no Concelho da Golegã.

Quadro 3 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)

Unidade Territorial	2001				2011				2019				2022				2023			
	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65
FR: Golegã	13,8	12,8	50,8	22,6	13,7	9,4	51,7	25,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FR: Azinhaga	15,3	12,3	50,5	22,0	12,8	11,3	50,6	25,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FR: Pombalinho*	10,0	9,6	47,5	32,8	8,9	7,8	44,6	38,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
CC: Golegã	13,9	12,4	50,4	23,3	13,1	9,8	50,8	26,2	11,9	9,9	51,7	26,9	11,5	10,4	49,7	28,4	11,3	10,5	50,2	27,9
Lezíria do Tejo	14,1	13,1	53,0	19,8	14,7	9,6	53,7	22,0	12,8	10,6	52,3	24,2	12,9	10,5	51,1	25,5	12,8	10,6	51,2	25,5
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3	13,5	10,5	53,5	22,5	12,9	10,3	52,6	24,1	12,8	10,3	52,6	24,3

Fonte: INE (2001, 2011, 2019, 2022 e 2023)

² Taxa de Natalidade – Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

³ Taxa de Mortalidade – Número de óbitos ocorridos durante um certo período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à jovem vai assistir-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento⁴ que, no Concelho da Golegã, passou de 200,3% em 2011 para 246,9% em 2023, valor acima da média da sub-região da Lezíria do Tejo (199,4%) e do Continente (190,2%). Na freguesia do Pombalinho o índice de envelhecimento é bastante elevado, constatando-se que o número de idosos mais do que quadruplica o número de jovens.

O rápido envelhecimento populacional levou a que o índice de dependência total⁵ e o índice de dependência de idosos⁶ aumentasse de 2001 para 2011. Já o índice de dependência de jovens⁷ apresenta comportamentos diferenciados de acordo com a freguesia.

Quadro 4 – Evolução dos Índices Demográficos (%)

Unidade Territorial	2001				2011				2019				2023			
	I.E. ⁸	I.D.T. ⁹	I.D.J. ¹⁰	I.D.I. ¹¹	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.
FR: Golegã	163,9	57,2	21,7	35,5	183,9	63,7	22,4	41,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FR: Azinhaga	143,5	59,4	24,4	35,0	197,1	61,7	20,8	40,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FR: Pombalinho*	328,3	74,9	17,5	57,4	432,5	90,6	17,0	73,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
CC: Golegã	167,4	59,2	22,1	37,1	200,3	64,9	21,6	43,3	232,8	62,3	18,7	43,6	246,9	64,7	18,6	46,0
Lezíria do Tejo	139,8	51,3	21,4	29,9	150,4	58,0	23,2	34,8	189	58,8	20,4	38,5	199,4	61,9	20,7	41,2
Continente	104,5	47,7	23,3	24,4	130,6	51,6	22,4	29,2	165,9	56,2	21,1	35,1	190,2	59,1	20,4	38,7

Fonte: INE (2001, 2011, 2019 e 2023)

⁴ Índice de Envelhecimento – Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0-14 anos.

⁵ Índice de Dependência Total – Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

⁶ Índice de Dependência de Idosos – Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

⁷ Índice de Dependência de Jovens – Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

⁸ I.E. – Índice de Envelhecimento

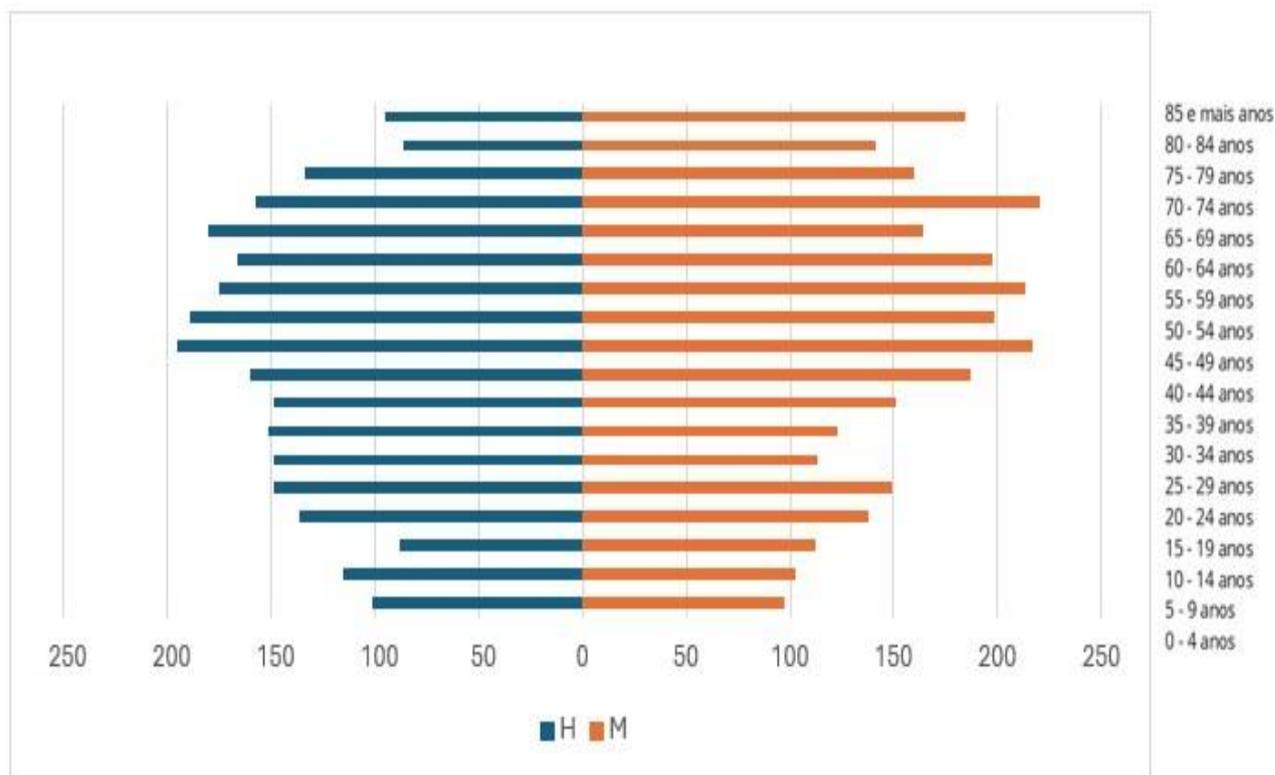
⁹ I.D.T. – Índice de Dependência Total

¹⁰ I.D.J. – Índice de Dependência de Jovens

¹¹ I.D.I. – Índice de Dependência de Idosos

O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária do Concelho da Golegã no ano de 2019. Com efeito, é notório o fenómeno de duplo envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida¹²).

Gráfico 2 – Pirâmide Etária do Concelho da Golegã



Fonte: INE (2023)

¹² Esperança Média de Vida – Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

PROBLEMÁTICAS IDENTIFICADAS

O presente capítulo pretende proceder à análise de cada uma das problemáticas identificadas no Concelho de Golegã de acordo com a compreensão da realidade social por parte dos atores locais que acederam ao desafio de colaborar nesse processo. Esta análise pretendeu contribuir para a identificação de problemas, dos recursos com vista à resolução dos problemas, das oportunidades que poderão ser aproveitadas para os solucionar/minimizar e dos fatores que poderão eventualmente dificultar a resolução dos mesmos.

Assim, para cada um dos problemas que compõem as problemáticas, é possível observar um quadro com a identificação de recursos, oportunidades e ameaças e um segundo quadro onde constam as causas que estão por detrás da persistência dos problemas, ou seja, quais os fatores que fazem com que determinado problema exista no Concelho, bem como o nível de impacto que as causas possuem nesses problemas. Nesta análise de intensidade entre o problema e a sua causa, o vermelho corresponde a uma relação forte entre a causa e o problema (o que significa que para a resolução do problema ter-se-á de intervir prioritariamente nessa causa); a cor laranja a uma relação relativamente forte entre a causa e o problema e a amarela a uma fraca relação.

Os problemas serão apresentados pela ordem segundo a qual foram priorizados pelos elementos dos diversos grupos de trabalho, de acordo com o que os parceiros julgaram ser de resolução simultaneamente mais urgente e mais importante para o Concelho.

INTERVENÇÃO SOCIAL

- › Falta de vagas para alojamento de idosos
- › Solidão dos idosos e isolamento da população sénior/solidão
- › Necessidade de uma intervenção social mais humana e mais próxima dos contextos de vida das pessoas
- › Desemprego – Desemprego população mais jovem e necessidade de requalificação /formação profissional de adultos
- › Falta de levantamento/diagnóstico das minorias étnicas no Concelho & falta de ações de apoio na integração de migrantes na comunidade
- › Violência doméstica

- › Dependência dos apoios sociais por parte de algumas famílias e falta de acompanhamento dos beneficiários de apoios sociais
- › Pobreza Infantil
- › Entidades/instituições trabalham numa lógica fechada e/ou falta de colaboração

INFRAESTRUTURAS E ACESSIBILIDADES

| 35

- › Degradação das infraestruturas escolares
- › Falta de habitação para arrendamento
- › Falta de resposta na área da habitação social
- › Necessidade de reabilitação/modernização de equipamentos desportivos adaptados a várias modalidades
- › Vias pouco adaptadas às necessidades do Concelho
- › Difícil travessia Golegã/Chamusca
- › Pouca oferta de transportes que permitam estudar e trabalhar fora do Concelho
- › Pouca eficiência energética nos edifícios
- › Parque automóvel envelhecido das instituições do Concelho/falta de mobilidade verde
- › Infraestruturas das instituições degradadas e/ou devolutas
- › Falta de acessibilidades (na via pública e dos edifícios)
- › Falta de condições para pessoas em trabalho à distância poderem residir no Concelho e trabalhar em espaço de Coworking
- › Falta de infraestruturas ao nível de áreas de espetáculos (teatro, música e dança ...)
- › Poluição da Vala das Braquenizes
- › Falta de reutilização das águas residuais vindas das ETAR para uso recreativo ou simplesmente para rega
- › Fraca ligação entre os vários cursos de água do Concelho e uma melhor gestão dos recursos hídricos
- › Crescente desaparecimento de sebes no Concelho prejudicando a biodiversidade
- › A proliferação do jacinto de água
- › Requalificação das linhas de água, nomeadamente as valas de drenagem existentes no Concelho
- › Sistema de Captação, reserva e adução de água com deficiências no Concelho Golegã

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CULTURA

- › Falta de colaboração dos encarregados de educação dos alunos multiproblemáticos na vida escolar dos filhos
- › Dependências na adolescência (álcool, drogas, jogo, ...)
- › Oferta de atividades lúdicas, culturais e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais para crianças/jovens
- › Crianças, jovens e famílias acomodados (sonhos pouco ambiciosos e poucas perspetivas futuras)
- › Falta de respostas na valência de creche
- › Violência no espaço escolar (violência no namoro, bullying, ...)

- › Dificuldade de fixação de jovens adultos no Concelho
- › Oferta curricular pouco diversificada do Agrupamento de Escolas do Concelho
- › Necessidade de otimizar oferta de ensino profissional
- › Necessidade de Competências Digitais (alunos e professores)
- › Necessidade de programas de estágio e voluntariado para jovens no âmbito da cultura e do turismo
- › Dificuldades de articulação e colaboração entre as várias entidades com programação cultural
- › Falta de programação nas áreas do teatro, música, dança e cinema
- › Carência de profissionais capacitados e/ou especializados em áreas da produção artística, gestão cultural ou museológica

SAÚDE

- › Ausência de respostas na área da saúde mental
- › Ausência de vigilância/acompanhamento das pessoas com demência
- › Investimento reduzido na reabilitação ocupacional da pessoa com doença mental
- › Apoio específico para cuidadores informais e formais (formação) na área da saúde mental
- › Baixa literacia em saúde mental
- › Identificação tardia das dependências dos idosos
- › Dependências – Drogas, Álcool
- › Défice de médicos de família
- › Falta de recursos humanos na área da saúde (terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional, ...)

INTERVENÇÃO SOCIAL

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- › Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga (SCMA)
- › Santa Casa da Misericórdia da Golegã (SCMG);
- › Casa do Povo do Pombalinho (CPP);
- › Casa Mendes e Gonçalves;
- › Juntas de Freguesia de Azinhaga
- › Junta de Freguesia da Golegã;
- › Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV);
- › Instituto de Emprego Formação Profissional de Santarém (IEFP).

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- › Centro Paroquial Social da Golegã (CPS);
- › Junta de Freguesia do Pombalinho.

PROBLEMÁTICAS

- › Falta de vagas para alojamento de idosos
- › Solidão dos idosos e isolamento da população sénior/solidão
- › Necessidade de uma intervenção social mais humana e mais próxima dos contextos de vida das pessoas
- › Desemprego – Desemprego população mais jovem e necessidade de requalificação /formação profissional de adultos
- › Falta de levantamento/diagnóstico das minorias étnicas no Concelho & falta de ações de apoio na integração de migrantes na comunidade
- › Violência doméstica
- › Dependência dos apoios sociais por parte de algumas famílias e falta de acompanhamento dos beneficiários de apoios sociais
- › Entidades/instituições trabalham numa lógica fechada e/ou falta de colaboração
- › Pobreza Infantil

FALTA DE VAGAS PARA ALOJAMENTO DE IDOSOS

O envelhecimento populacional representa uma problemática multidimensional que encerra em si mesmo, diversos desafios. Um dos mais relevantes consiste na acentuada diversificação do perfil das pessoas maiores de 65 anos, em termos de níveis de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, em atividades sociais ou culturais diversas, em termos familiares, quer no que trata à dimensão, ao seu papel mais ou menos ativo de suporte à família, mas também em termos de condição de saúde, fatores que concorrem para níveis de autonomia, independência e isolamento social distintos e que lhes atribuem condições muito díspares.

Subsequentemente, impõe-se cada vez mais a necessidade de diversificação das respostas e serviços orientados para pessoas idosas, adequando-os à sua crescente heterogeneidade, bem como à necessidade de promover um envelhecimento ativo, reduzir o isolamento e incentivar a intergeracionalidade, com vista a uma sociedade mais inclusiva.

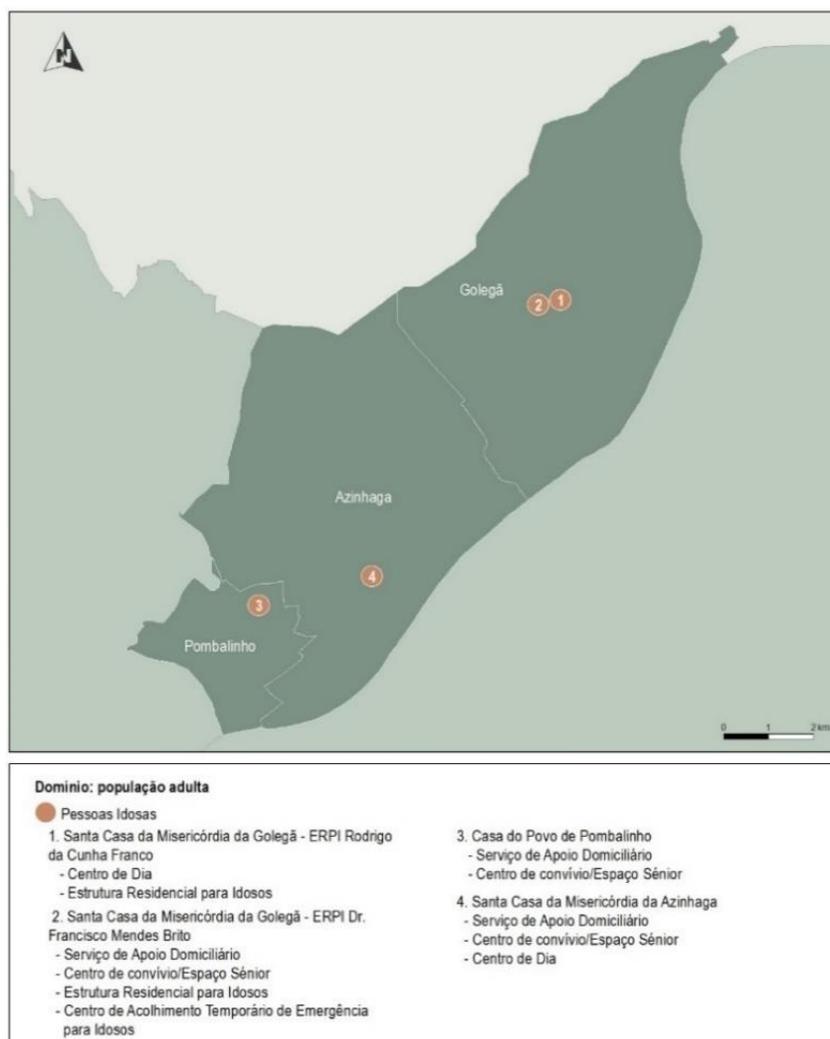
Neste domínio foram identificadas 4 tipologias de respostas sociais no Concelho, especificamente orientadas para este público-alvo, o que faz deste domínio de intervenção aquele com maior densidade da oferta na atualidade.

Quadro 5 – Síntese da oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção Pessoas idosas, no Concelho, em 2024

Domínios de Intervenção	Respostas e Serviços Sociais
Pessoas Idosas	Centro de Convívio
	Centro de Dia
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)
	Academia Sénior
	Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (CATEI)
	Centro de Férias
	Aldeamento Nossa Senhora das Misericórdias – Sénior Residence

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Figura 6 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção Pessoas Idosas, no Concelho, em 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

No que concerne à resposta social **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, que se enquadra no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento:

- Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias;
- Quartos;
- Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

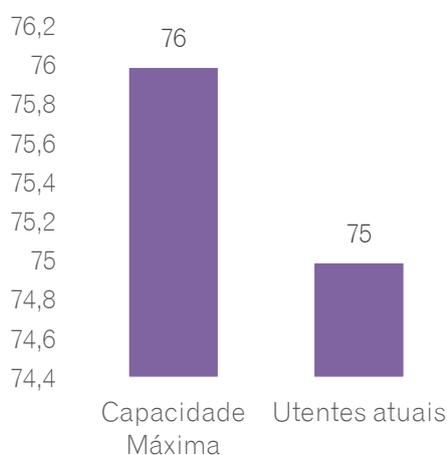
Em 2022, existem no município 2 respostas sociais de ERPI orientados para as pessoas idosas, ambas da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã.

A oferta de ERPI existente no município é antiga, a ERPI Rodrigo da Cunha Franco entrou em funcionamento em 1973 e a ERPI Dr. Francisco Mendes Brito no ano de 1999. Os equipamentos estão localizados na freguesia sede do Concelho.

O envelhecimento demográfico da população, a par de uma perda de autonomia e deterioração das suas condições físicas e psicológicas que as impedem de permanecerem nas suas próprias residências, acentua a necessidade de continuar a investir nesta resposta social.

A capacidade instalada em 2021 nesta resposta social era de 76 lugares, e as ERPI totalizavam o mesmo número de utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 100%, estas ERPI estão a funcionar no limite da capacidade instalada.

Gráfico 3 – Capacidade máxima e utentes atuais das ERPI, em 2024 (N.º)



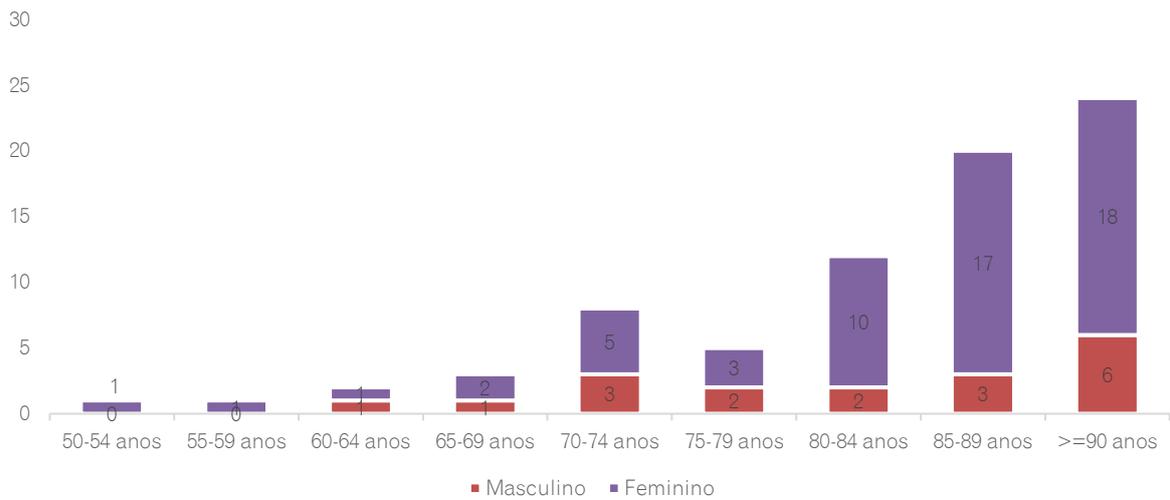
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021 | Mapa Social, 2024

De acordo com a informação fornecida pela entidade gestora/proprietária no decurso do processo de recenseamento, não se identifica qualquer situação de sobrelotação no funcionamento destas respostas sociais, contudo é referida uma lista de espera de 218 pessoas em 2021, e 166 até agosto 2022.

No triénio 2019 a 2021, as ERPI, permaneceram na sua lotação máxima, com 76 utentes (52+24 utentes).

O perfil dos utentes da presente resposta social encontra-se marcado pela preponderância dos indivíduos do sexo feminino (76%) e com 80 ou mais anos (74% do total de utentes).

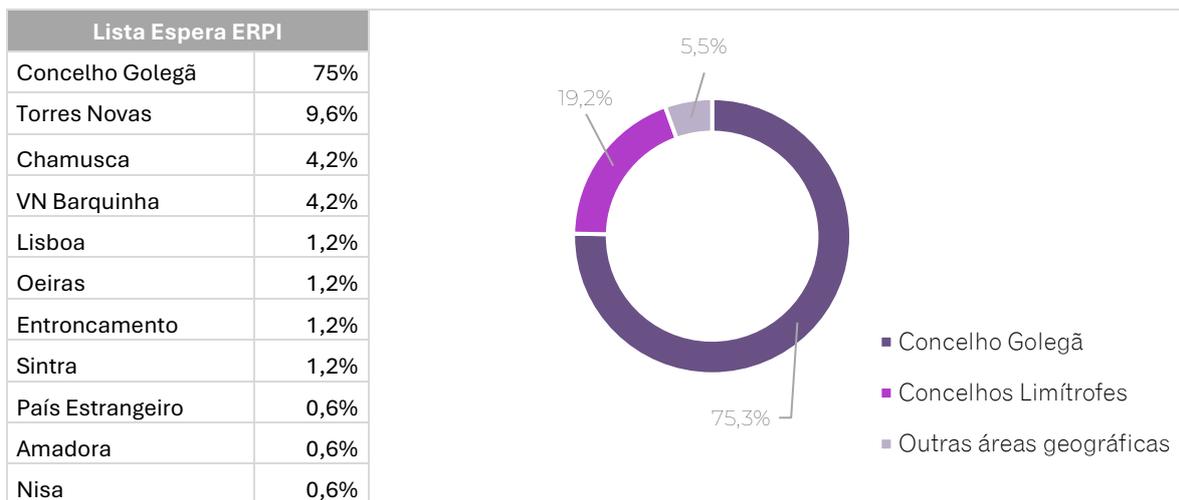
Gráfico 4 – Utentes das ERPI, por grupo etário



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

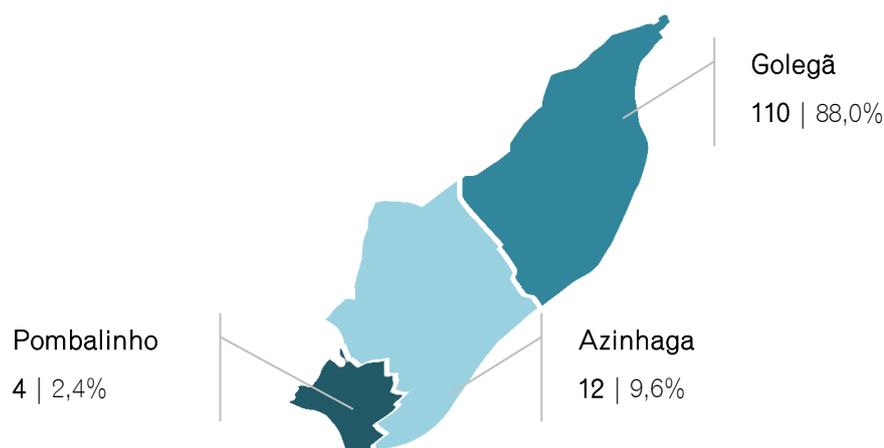
Os serviços que visam responder às necessidades básicas da população, como o serviço de refeições e os cuidados de saúde, são comuns às duas respostas sociais, tal como acontece com as atividades culturais. A **ERPI Rodrigo da Cunha Franco**, com uma capacidade maior, tem uma oferta mais alargada, oferecendo outros serviços importantes para a saúde e cuidados pessoais e ocupação dos utentes da resposta social, tais como o acompanhamento psicológico, reabilitação/fisioterapia, nutrição, atividades desportivas e musicais, pedicure, cabeleireiro, acompanhamento a serviços. A proveniência dos/as candidatos/as a ERPI, abrangidos por Acordo de cooperação Típico, dividem-se em 3 principais grupos: Concelho da Golegã (75,3%); Concelhos limítrofes (19,2%) e outras áreas geográficas (5,5%)

Gráfico 5 – Lista de Espera ERPI



Fonte: Guia de Respostas Sociais e serviços complementares – Santa casa da Misericórdia da Golegã, agosto 2022

Figura 7 - Candidaturas por freguesias do Concelho da Golegã 2022



Fonte: Guia de Respostas Sociais e serviços complementares – Santa casa da Misericórdia da Golegã, agosto 2022

Nota-se a evidência da predominância da freguesia da Golegã – com 110 (88%) pessoas inscritas, das 125 candidaturas oriundas do nosso Concelho – face às restantes, Azinhaga e Pombalinho.

Das 15 candidaturas das freguesias de Azinhaga e Pombalinho (12 + 3), apenas 4 (3 + 1) são consideradas como prioritárias pela equipa técnica social. Sobre as da freguesia da Golegã, apenas 11,2% são consideradas como prioritárias.

No total, apenas 17 candidaturas do Concelho da Golegã estão consideradas como prioritárias (13,6% das inscrições locais; 10,2% das inscrições totais; 56,7% do total de inscrições prioritárias).

Importa ainda salientar que, não raras vezes e não obstante as candidaturas estarem classificadas como prioritárias, os/as candidatos/as no topo da classificação rejeitam a admissão, por se sentirem capazes de permanecer no seu ambiente.

Por fim, é ainda importante considerar que nenhum dos critérios de admissão discrimina, positiva ou negativamente, candidatos(as) em função das freguesias onde residem, mas apenas por Concelho.

Isto é, qualquer candidato(a) do Concelho da Golegã pontua, no critério de admissão “f) Área de residência” (que tem um peso na admissão de 5%), exatamente o mesmo.

Quadro 6 - Candidaturas ERPI 2022

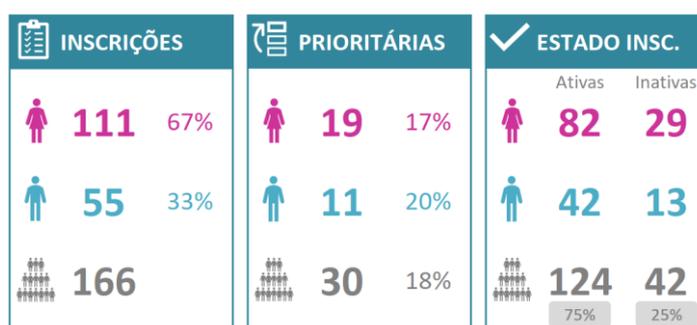
Área de residência	5%
Reside no Concelho da Golegã	5
Reside em Concelhos Limítrofes	4
Reside nos restantes Concelhos do Distrito de Santarém	3
Reside noutros Concelhos, de outros Distritos	2
Reside em país estrangeiro	1

| 43

Fonte: Guia de Respostas Sociais e Serviços complementares – Santa casa da Misericórdia da Golegã, agosto 2022

O total de candidaturas para admissão em ERPI é a seguinte, por género, prioridade e estado da inscrição:

Quadro 7 - Candidaturas para admissão em ERPI (género, prioridade e estado da inscrição), agosto 2022



Fonte: Guia de Respostas Sociais e serviços complementares – Santa casa da Misericórdia da Golegã, agosto 2022

As candidaturas consideradas prioritárias, resultam da avaliação das técnicas superiores de serviço social, responsáveis pela realização das visitas domiciliárias e respetivo relatório, exigível sempre que entra nos serviços da SCMG um processo de inscrição. Das **166 inscrições** atualmente registadas, apenas 30 (cerca de 18%) foram consideradas prioritárias pela equipa técnica.

Para os **Acordos de Cooperação Atípicos** não existe lista de espera, considerando que as vagas são reservadas ao Centro Distrital de Segurança Social de Santarém.

As candidaturas não abrangidas por Acordo de Cooperação, contemplam apenas 3 pessoas em lista de espera, sendo que as admissões são, habitualmente, céleres.

Desde o início do ano 2022, até à presente data, foram admitidas 13 pessoas (abrangidas por Acordo de Cooperação Típico).

Paralelamente, existe a **estrutura residencial** para idosos constituída por 24 residências de tipologia T1, integrado no complexo social Campus Misericórdia XXI, o aldeamento é especialmente direcionado para pessoas com independência e autonomia na realização das suas AVD's.

Capacidade instalada: 48 pessoas (considerando que a lotação de cada residência é de 2 pessoas, apesar da maioria das residências ter apenas 1 ocupante).

Serviços prestados: de uma forma geral, são prestados serviços no domicílio aos residentes que os requerem, designadamente: alimentação, tratamento de roupas, higiene habitacional, higiene e conforto pessoal, animação e socialização.

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • ERPI - Rodrigo da Cunha Franco (SCMG); • ERPI - Dr. Francisco Mendes Brito (SCMG); • Centro de Férias para Pessoas Idosas (SCMG); • Aldeamento "Nossa Senhora das Misericórdias" Golegã (SCMG); • Teleassistência (CMG/SCMA/SCMG).
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Candidaturas ao PRR/Fundos Comunitários para a criação de novas respostas sociais; • Processo de aprovação de nova resposta no Pombalinho; • Teleassistência; • Apoio ao domicílio mais “criativo”; • Vagas para utentes encaminhados pela Segurança Social (17a nível distrital/utentes fora do Concelho);
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Listas de esperas longas com pessoas não prioritárias para ERPI (inscrição com antecedência por questões de segurança); • Os utentes que frequentam resposta social devendo estar noutra resposta; • Lares e casas de acolhimento ilegais; • Falta de verbas/apoios financeiros.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Listas de esperas longas; ■ Falta de financiamento; ■ Admissões Precoces em ERPI; ■ Excesso Burocracia;

SOLIDÃO DOS IDOSOS E ISOLAMENTO DA POPULAÇÃO SÉNIOR

A situação dos idosos reveste-se, atualmente, de características bem definidas que lhe conferem uma nova fisionomia relativamente ao passado. É de destacar o grande aumento da população idosa, consequência do progresso na medicina, da melhoria das condições de trabalho, do aumento geral do bem-estar, assim como da diminuição da natalidade.

Causados pelo défice de acompanhamento/apoio por parte das famílias, pela quebra das redes de vizinhança que se encontram diluídas, pelo apego à casa dos idosos com resistência ao apoio institucional e ou pela necessidade/vontade em contribuir para o orçamento dos/as filhos(as)/netos(as), pela falta de locais de convívio e ou pouco acessíveis e próximos, pelo povoamento disperso e pela falta de reconhecimento social provocam situações de abandono, precariedade habitacional, problemas de saúde, destacando-se os de saúde mental (depressão).

Este problema ainda é mais grave em situações de idosos com dificuldades de deslocação e de autonomia. Outra consequência diz respeito à vulnerabilidade deste grupo e à frequência com que são sujeitos a roubos e burlas por parte de terceiros. De referir ainda que os parceiros locais sinalizaram a rede de transportes públicos pouco adequada às necessidades dos idosos, nomeadamente em meio rural.

O envelhecimento social da população trouxe modificações no status do/a idoso/a e no seu relacionamento com os/as outros/as, devido a: crise de identidade, fruto da falta de papel social e que leva a uma perda da autoestima; mudanças de papéis na família, trabalho e sociedade; reforma, uma vez que restam muitos anos de vida ao indivíduo, devendo estar preparado para não cair no isolamento; perdas diversas, que vão desde a condição económica ao poder de decisão, perda de familiares e amigos, da independência e autonomia; diminuição dos contactos sociais, que se tornam reduzidos com o avançar da idade.

O envelhecimento demográfico não é em si um problema social. O que constitui o verdadeiro problema social é a ausência, insuficiência e inadequação das respostas da organização social, para enfrentar as necessidades dos/as idosos/as e a falta de articulação dessas respostas com a sociedade civil. Assiste-se, ainda, a políticas sociais centradas, quase em exclusivo, ou na reparação da perda das capacidades físicas ou na reparação da perda dos recursos económicos ligados ao trabalho (Calado, 2004).

De acordo com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), existe um estudo com mais de 1200 pessoas entre os 50 e os 101 anos que concluiu que:

- › 20,4% são mulheres e 7,3% são homens;
- › as pessoas com menor escolaridade apresentam mais solidão (25,8%);
- › o sentimento de solidão aumenta com a idade: 9,9% dos 50-64 anos; 26,8% com 85 anos ou mais;
- › é mais frequente nas pessoas viúvas (30,6%) e nas pessoas solteiras (15,8%) do que em pessoas casadas (9,2%);

Sendo que são vários os fatores de risco que contribuem para o isolamento social e/ou solidão:

- › **pobreza ou pressões financeiras:** podem impossibilitar a realização de atividades de convívio ou lazer;
- › **institucionalização:** a entrada de pessoas para instituições como centros de reabilitação, centros de dia ou lares de idosos pode dificultar a sua integração social;
- › **diminuição do estado de saúde:** a fraca mobilidade e acessibilidade facilitam o isolamento social;
- › **arquitetura residencial:** a organização das habitações pode levar ao isolamento físico das pessoas;
- › a **ausência do/da cônjuge**, amigos/as ou colegas: as pessoas que não têm filhos/as, se reformam, ficam viúvos/as, perdem outros familiares ou amigos/as próximos/as, ou que são abandonados/as pelos familiares, sobretudo, se forem idosos/as, têm um risco acrescido de isolamento;
- › **episódios súbitos negativos:** por exemplo, o falecimento do/a cônjuge, mudança de casa ou desemprego ou trabalho a partir de casa podem desencadear o isolamento e solidão;
- › **violência:** pessoas que sofrem de maus-tratos têm maior risco de ficarem isolados/as;
- › **doença mental:** a depressão, por exemplo, representa um fator de risco de isolamento e de solidão;
- › **cuidadores informais:** estão mais expostos/as a situações de isolamento, fraca saúde física e mental e distanciamento do mercado de trabalho.

Muitos adultos, com idades acima dos 65 anos passam, em média, 10 horas ou mais por dia sentados/as ou deitados/as, tornando-os/as o grupo etário mais sedentário. Esta inatividade acaba por lhes ser prejudicial; com maiores taxas de quedas, obesidade, doenças cardíacas, etc. Por isso, conforme envelhecemos, torna-se ainda mais importante permanecermos ativos, pois os nossos corpos vão naturalmente perdendo a função. A atividade física ajuda-nos a permanecer saudáveis, com energia e autónomos/as à medida que envelhecemos.

Uma conduta inadequada ao longo da vida quanto à socialização levará o/a idoso/a ao isolamento, a doenças e frustrações. Nestes casos, procurar ajuda é essencial, pois permite que se reestruture. Para isso, é importante a sua colaboração, pois a aceitação da nova etapa da existência é relevante para compreender que as suas habilidades manuais e mentais já não são as mesmas, assim como a agilidade (Martins, 2013).

Envelhecer não significa exclusão da sociedade é, antes, a oportunidade de se renovar, fazer novos/as amigos/as, conhecer novos lugares, ter atividades que lhe dão prazer pois, além de aprender, existe a troca de experiências com indivíduos que partilham a mesma fase da vida.

Oferecer ao/à idoso/a várias opções de lazer como se fosse jovem, é afastá-lo/la da consciência do envelhecimento. Portanto, quanto mais relutar em aceitar a nova fase, mais difícil se tornará o convívio familiar e social.

O prazer do/a idoso/a em se envolver em atividades que lhe tragam o bem-estar é fundamental para a sua vida. É na fase do envelhecimento que acontecem as desordens psicológicas, a perda da funcionalidade, perda do/a parceiro/a e o afastamento da família. Com a socialização, o/a idoso/a mantém-se ativo/a, por isso a importância das atividades sociais e culturais que gerem sentimentos positivos, para se evitar a depressão e a sensação de inutilidade do/a idoso/a. (Netto & Borgonovi, 2002)

De acordo com o trabalho efetuado pelo Núcleo de Programas Especiais da Guarda Nacional Republicana, foi possível aferir o número de pessoas com mais de 65 anos a residir sozinhos/as, sendo este em muito maior percentagem nas freguesias de Golegã e Azinhaga.

Em 2024, no Concelho da Golegã, foram identificados 81 idosos a viver sozinhos, conforme os dados da Guarda Nacional Republicana. Na freguesia da Golegã, há 46 idosos a residirem sozinhos, dos quais 40 são mulheres e 6 são homens. Na freguesia de Azinhaga, vivem sozinhos 26 idosos, sendo 19 mulheres e 7 homens. Já na freguesia de Pombalinho, existem 9 idosos a morar sozinhos, dos quais 6 são mulheres e 3 são homens. Comparando com anos anteriores, observa-se uma redução no número de idosos nas freguesias de Golegã e Azinhaga, enquanto em Pombalinho houve um aumento.

Quadro 8 – Número de Seniores a Residir Sozinhos no Concelho da Golegã

Localização Geográfica	Número de Seniores			Número de Seniores Per Capita (%)	
	2015	2021	2024	2015	2021
Golegã	78	59	46	2,03	1,64
Azinhaga	14	35	26	0,86	2,47
Pombalinho	9	4	9	2,01	1,01

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2024

Deste modo, e para melhor compreendermos e analisarmos a realidade do nosso Concelho, procedemos à recolha de alguns dados nomeadamente, no que respeita ao número de atividades desenvolvidas pela Academia Origami nos últimos 2 anos, bem como as desenvolvidas pelas IPSS, quer para idosos institucionalizados, bem como para idosos/as sem suporte institucional.

Academia ORIGAMI – CLDS4

A Academia Origami - CLDS-4G (Contrato Local de Desenvolvimento Social) do Concelho da Golegã - resulta de candidatura ao Programa CLDS-4G, sendo coordenado e executado pela Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga. No seu Plano de Ação está previsto que, de forma

positiva e inovadora, tendo por base a construção de relações de afeto motivadas pelo livre-arbítrio, sejam minimizadas algumas das necessidades identificadas em Diagnóstico Social 2015 e cuja resolução ou minimização está prevista nas ações definidas no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, nomeadamente nos eixos dedicados à Família e aos Seniores e Saúde.

Um percurso que não tem sido feito de forma isolada pela equipa técnica da Academia Origami, mas antes em estreita colaboração com os parceiros sociais. Promovendo o trabalho em rede, tendo desenvolvido uma estratégia integrada e participada no que diz respeito ao trabalho com as famílias mais vulneráveis a nível socioeconómico e com os/as seniores, sobretudo os/as que se encontram mais isolados/as, de forma a rentabilizar recursos humanos, materiais e físicos, potenciamento as energias de cada um/a.

Além das organizações que operam a nível local, tem sido intenção do CLDS mobilizar a comunidade em geral revitalizando as redes de vizinhança e convidando à participação cívica de todos. Num território com uma área reduzida como é o Concelho da Golegã, faz ainda mais sentido num projeto de âmbito comunitário que todos possam ter a oportunidade de participar. Nessa medida, têm sido envolvidos grupos de voluntários (Sociedade de São Vicente de Paulo; Corpo Nacional de Escutas; Movimento Fé e Luz; Liga Portuguesa Contra o Cancro, ...), IPSS/associações/coletividades (Tejo d’Honra; Centro Social Paroquial da Golegã, Rancho Folclórico da Azinhaga, ...), escolas, empresas (Mendes Gonçalves, SA; farmácias;...) e pessoas individuais.

Objetivos:

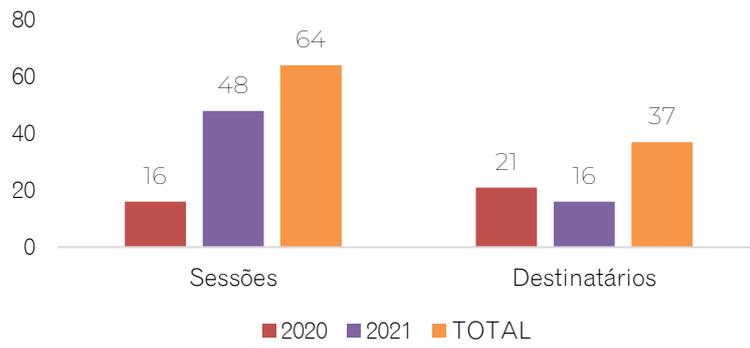
Promover a inclusão social dos públicos mais vulneráveis oferecendo-lhe ferramentas que lhes permitam ser parte ativa do seu próprio processo de mudança.

- › Objetivo estratégico Eixo 2 | Capacitar as famílias para a inclusão social, mobilizando-as para a aquisição de competências que lhes permitam inverter e/ou prevenir a sua condição socioeconómica e centrando a intervenção nos públicos mais jovens.
- › Objetivo estratégico Eixo 3 | Melhorar a qualidade de vida da população sénior e das pessoas com deficiência/incapacidade do Concelho da Golegã, assegurando os seus direitos básicos sociais e de cidadania, e mobilizando a sociedade civil.

Ações/Atividades desenvolvidas

A atividade “**Seniores em Ação**” consiste num conjunto de sessões desportivas, recreativas ou outras, dirigidas a maiores de 65, pensionistas e pessoas com incapacidade igual ou superior a 60%, com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida e minimizar o isolamento e a solidão.

Gráfico 6 - Seniores em ação 2021-2022



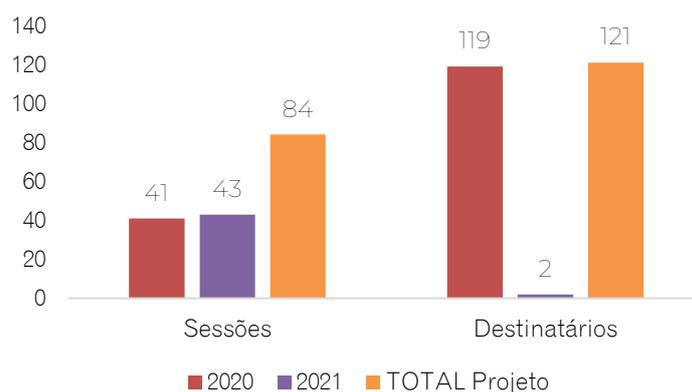
Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

Esta atividade foi iniciada com sessões presenciais, em grupo, antes da pandemia, que tiveram de ser interrompidas com a implementação das medidas de confinamento e com a suspensão de atividades em grupo para idosos. Ainda assim, durante o período em que foram adotadas medidas mais restritas, procurou-se adaptar esta atividade através da dinamização de **“Conversas à Janela”** que surgiram assim como uma alternativa, onde foram realizadas pequenas atividades recreativas e de estimulação cognitiva com cada destinatário.

Em 2021, foi possível realizar as sessões da atividade **“Seniores em Ação”** em regime presencial. No total foram realizadas 48 sessões nas freguesias de Azinhaga e Pombalinho.

A **“Felicidade Não Envelhece”** consiste num conjunto de ações recreativas e culturais dirigidas aos/às seniores e pessoas com deficiência e incapacidade em situação de isolamento social, bem como aos/às seus/suas cuidadores/as informais/acompanhantes, que promovam a socialização e combatam o isolamento, tais como: passeios culturais (teatro, eventos, feiras, museus, ...) e atividades recreativas (festas temáticas, workshops, ...). No ano de 2020 beneficiaram 119 utentes, tendo integrado em 2020 mais 2 novos utentes.

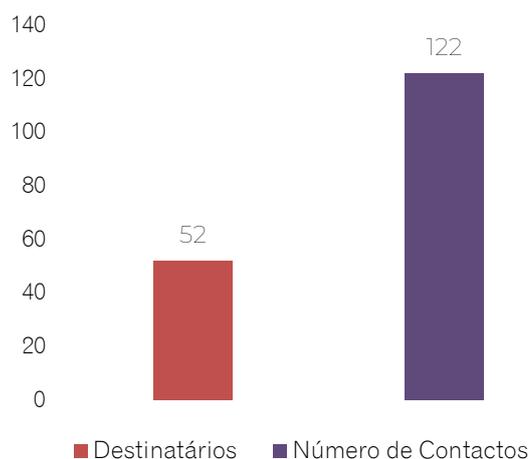
Gráfico 7 - A felicidade não envelhece



Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

No âmbito das recomendações do Instituto de Segurança Social, no que dizia respeito à pandemia, no decorrer do ano de 2020, foi adotada no âmbito desta atividade uma estratégia de **“Acompanhamento Telefónico”** com os agregados familiares com idosos/as, sobretudo com aqueles/as que se encontram mais vulneráveis e sem rede de suporte.

Gráfico 8 - Acompanhamento telefónico, 2020



Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

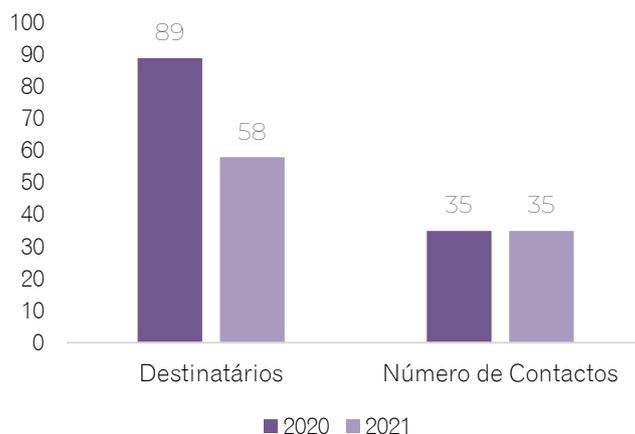
Os/as destinatários/as desta ação foram sendo sensibilizados para as seguintes questões, conforme *guidelines* do Instituto da Segurança Social (ISS):

- Explicitar o que é o COVID 19 e quais os sintomas a que se deve estar atento;
- Como se transmite o COVID 19;
- Cuidados a ter para prevenção do COVID 19 (fora e dentro de casa);
- Boas práticas durante o isolamento social de modo a manter a saúde mental;
- Como lidar com o isolamento social de toda a família;
- Explicitar que os/as Idosos/as constituem Grupo de Risco;
- Procurar saber do que necessitam;
- Estratégias para se manterem ativos/as (de acordo com a sua condição física).

Através destes contactos, foi possível ir acompanhando e apoiando as populações, de modo a diminuir a sensação de isolamento, solidão, contribuir para o seu bem-estar e sinalizar eventuais situações de risco ou perigo. Foram efetuados 122 contactos, abrangendo 52 idosos/as.

Nós vamos por Si! Não saia de casa! – Seniores, esta iniciativa pretendeu dar continuidade à execução das *guidelines* remetidas pelo ISS. Através da disponibilização de um número de telefone de referência divulgado junto da população, a equipa do CLDS, com o apoio da Câmara Municipal, apoiou a população na realização de compras de bens essenciais em supermercados e farmácias como medida de proteção da população mais idosa e isolada.

Gráfico 9 - Nós vamos por Si! Não saia de casa! – Seniores



Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

Esta atividade decorreu durante 35 semanas em 2020, junto de 89 destinatários/as, tendo sido relativamente menos em 2021, 58 destinatários/as. Os/as destinatários/as abrangidos/as consideraram esta iniciativa como tendo sido de uma enorme importância para as pessoas idosas e mais isoladas, sem rede de suporte.

Apesar da pandemia e dos constrangimentos causados por sucessivos confinamentos que nos impossibilitaram de realizar atividade recreativas e culturais com seniores, mesmo que ao domicílio, de janeiro a maio de 2021 realizaram-se 5 sessões da sub-atividade “**A Felicidade Não Envelhece à Porta**”, tendo abrangido um total de 23 destinatários/as, e em 2020, no Dia Idoso, e apesar dos constrangimentos pandémicos, foram visitados 12 idosos, numa atividade realizada ao domicílio.

Gráfico 10 - A Felicidade Não Envelhece à Porta, 2021-2022



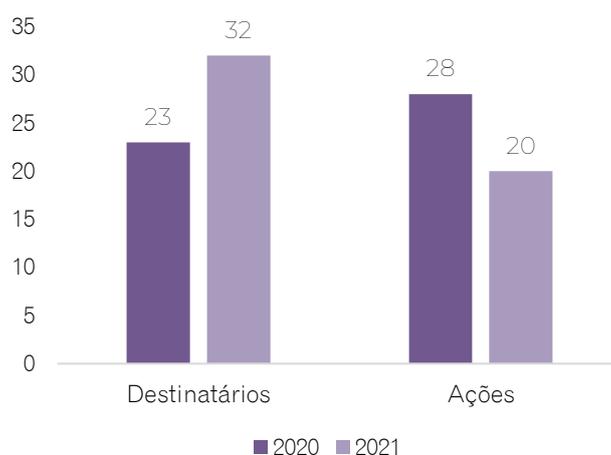
Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

Em 2021, apesar das fortes restrições devido à pandemia, realizaram-se três sessões da subatividade “**A Felicidade Não Envelhece**”. Em maio um grupo de 9 destinatários/as visitou o Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento e passeou pelo Parque de Escultura Contemporânea Almourol em Vila Nova da Barquinha. Em setembro, visitaram a zona histórica de Tomar, realizaram um passeio de gaivota no Rio Nabão e ainda participaram num passeio de barco em Dornes com um grupo de 24 destinatários/as. Por fim, 28 destinatários/as participaram na Festa de São Martinho que se realizou nas instalações do antigo Jardim de Infância de Azinhaga.

O “**Clube de Vizinh@s**” consiste num grupo de voluntários/as que tem como objetivo realizar ações, ao domicílio ou em espaços da comunidade, conforme as especificidades dos destinatários/as. Além de ações de facilitação da vida quotidiana (acompanhamento nas deslocações ao comércio local, pequenos arranjos ao domicílio,...), os temas/atividades a desenvolver dependem dos interesses/aptidões dos voluntários/as e participantes e versam sobre as áreas: cultura, desporto, lazer, cultura popular, música, dinâmicas de grupo, comemoração dos aniversários,...

Pretende-se minimizar o isolamento e a solidão dos destinatários/as, bem como, levar a alegria a casa dos/as destinatários/as, incentivando à participação nas atividades a realizar nos espaços da comunidade.

Gráfico 11 - Clube de Vizinh@s¹³



Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

O “**Clube de Vizinh@s**” contou em 2021 com 27 voluntários/as, tendo realizado 20 ações, nos seguintes âmbitos:

- › Entrega de bens essenciais ao domicílio (alimentos, farmácia, ...);

Facilitação da vida quotidiana: pagamento de contas, envio de cartas ou encomendas, entrega de recados ou objetos, obtenção de informação sobre horários e procedimentos de acesso a serviços essenciais (finanças, segurança social, ...);

¹³ Apenas foram contabilizados/as os/as destinatários/as que iniciaram esta atividade em 2021 e não aqueles que transitaram de 2020.

- › Celebração de datas festivas e dias comemorativos (Páscoa, Dia da Mulher, Dia do Idoso, Dia de São Martinho, ...).

Foram abrangidos 55 idosos em ações desenvolvidas pelo grupo de voluntários/as, no total de 20 ações.

Respostas de Apoio Social

Existem no Concelho, um conjunto de **respostas de apoio social** para pessoas idosas, que têm como objetivos promover a autonomia, a integração social e a saúde: Centro de Convívio, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

CENTRO DE CONVÍVIO

Em 2024, existem **3 Centros de Convívio** no Concelho da Golegã geridos por entidades Sem Fins Lucrativos: Casa do Povo do Pombalinho, Santa Casa da Misericórdia da Golegã e Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga.

A distribuição territorial da oferta é homogénea, com um centro de convívio em cada uma das freguesias do Concelho (Golegã, Azinhaga e Pombalinho).

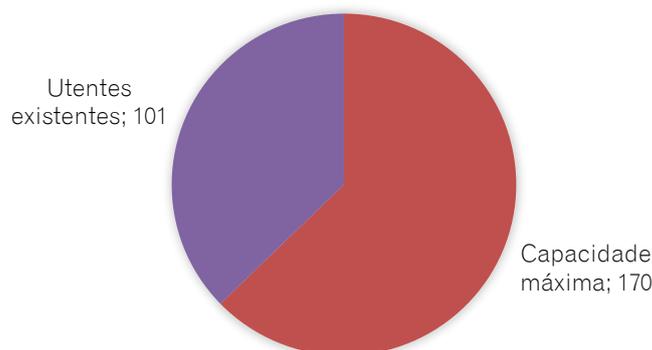
Estas respostas já existiam no anterior Diagnóstico Social e na anterior carta social, a SCM da Golegã e a SCM da Azinhaga, têm os Centros de Convívio em funcionamento desde os anos 90, enquanto o centro de convívio do Pombalinho data de 2007, por conseguinte, importa salientar a considerável experiência destas entidades nesta resposta social.

A capacidade instalada nesta resposta social é de 170 lugares, muito embora as três respostas sociais apresentem capacidades instaladas distintas, sendo que a SCMG tem capacidade máxima de 120 utentes, a SCMA 20 lugares de capacidade máxima e a Casa do Povo do Pombalinho 30 lugares de capacidade máxima.

A distribuição da capacidade instalada era concordante com a territorialização da resposta social. Assim, a freguesia da Golegã apresenta a maior capacidade instalada (100 lugares correspondente a 62,5% da oferta global concelhia), enquanto a freguesia da Azinhaga e a Freguesia do Pombalinho têm capacidades instaladas idênticas (30 lugares, cada, o que representa 19% da oferta concelhia em cada freguesia).

O quantitativo de utentes em centro de convívio, em 2024, situava-se nos/nas 101 utentes. Destes, 12 utentes estavam na Casa do Povo do Pombalinho, 20 na SCM de Azinhaga e 69 na SCM da Golegã.

Gráfico 12 – Capacidade máxima e utentes dos centros de convívio, em 2024 (N.º)

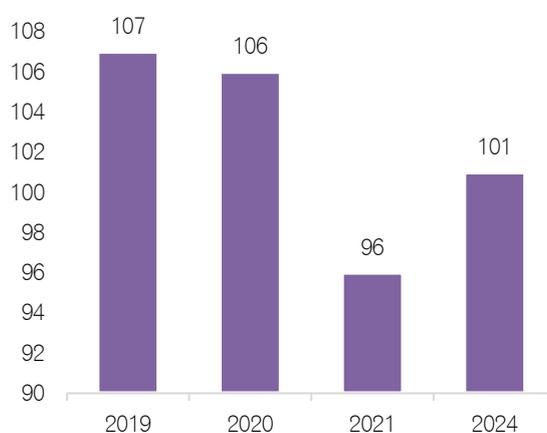


Fonte: Mapa Social 2024|CPP 2024|SCMA 2024

Considerando a capacidade máxima instalada e o número de utentes atual, verifica-se uma taxa de ocupação de 59,41%, encontrando-se, portanto, disponíveis 69 lugares para responder a acréscimos da procura, existindo vagas em todos os centros de convívio.

Os/as utentes diminuíram 10,3% no triénio 2019/2021, embora o ano de 2021 seja o responsável pelo maior decréscimo (9,4%), o que estará relacionado com a pandemia da doença COVID-19, e com a determinação do encerramento de algumas respostas direcionadas para idosos/as, como os centros de dia, as universidades seniores e os centros de convívio para idosos/as durante o estado de emergência.

Gráfico 13 – Utentes dos Centros de Convívio entre 2019, 2021 e 2024 (N.º)

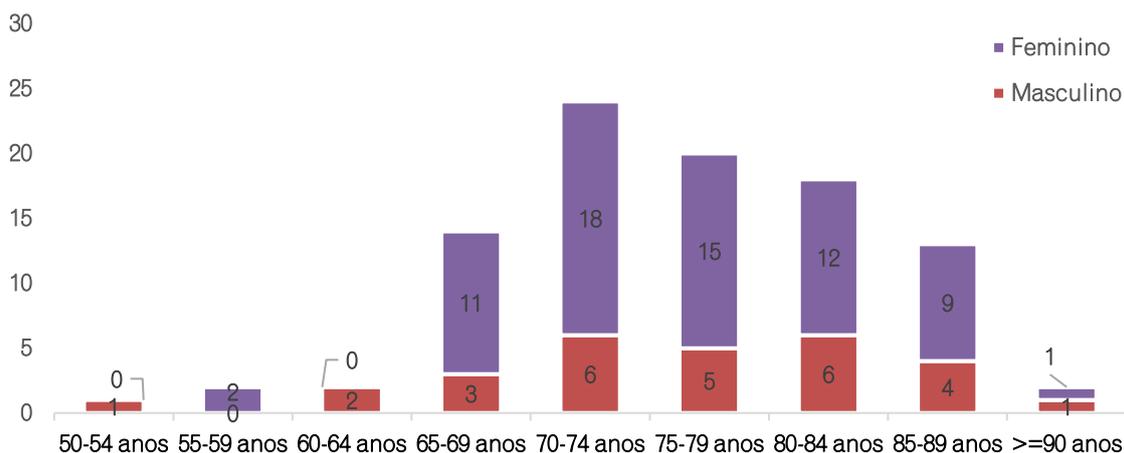


Fonte: Mapa Social 2024|CPP 2024|SCMA 2024

Os centros de convívio constituem respostas sociais preferencialmente de nível local, devendo situar-se próximas das áreas de residência dos/das utentes, de forma a assegurar que estes/as efetuam deslocações de curta distância, devido à idade avançada. Quanto ao sexo dos/as utentes, assinala-se a clara prevalência das mulheres (71%). No que trata à idade dos/as mesmos/as, cerca de 65% dos/das utentes têm idades compreendidas entre os 70 e os 84 anos. Com o avançar da idade, em geral, há uma maior dificuldade na deslocação para estes centros e menor capacidade e predisposição natural para a realização de atividades propostas, o que motiva um decréscimo da procura desta resposta social nos estratos etários mais envelhecidos.

Os serviços complementares prestados pelos centros de convívio são diversos, as atividades desportivas e musicais são disponibilizadas nos 3 centros, constituindo-se como os serviços complementares com maior relevância, enquanto as atividades musicais são disponibilizadas em dois deles, tal como a confeção de refeições (3 entidades servem lanches e 2 entidades servem almoços). Estes centros de convívio disponibilizam serviços/ atividades adicionais, como: cabeleireiro, manualidades (ex. bordados à mão, malhas, trapologia), acesso à internet, restauro, meditação, yoga.

Gráfico 14 – Utentes dos **centros de convívio** por sexo e grupo etário (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021|Mapa Social 2024|CPP 2024|SCMA 2024

Quadro 9 – Utentes dos **centros de convívio** por sexo e grupo etário (N.º), SCMA 2024

Centro de Convívio - SCMA		
Idades	Masculino	Feminino
40-60	-	1
61-70	-	4
71-80	2	9
81-90	1	3

Fonte: SCMA 2024

Quadro 10 – Utentes dos **centros de convívio** por sexo e grupo etário (N.º), CPP 2024

Centro de Convívio - CPP		
Idades	Masculino	Feminino
60-64	-	1
75-79	1	2
80-84	1	1
85-89	2	3
+90	1	-

Fonte: CPP 2024

Os centros de convívio no município funcionam majoritariamente em instalações em razoável estado de conservação, tendo 2 entidades gestoras/proprietárias indicado a classificação de “razoável”, enquanto uma entidade assinalou “bom”. Estreitamente associada a esta avaliação positiva, a totalidade dos centros funciona em espaços que reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço.

Verifica-se que apenas um dos centros funciona em espaço adaptado para as especificidades desta resposta social, e em todos eles a valência dispõe de espaços exclusivos, de acordo com as informações disponibilizadas pelos/as seus/as gestores/as.

Uma das entidades refere a existência de projetos em parceria com a Câmara Municipal da Golegã (hidroginástica) e com o Atelier Mestre Rui Fernandes (Módulo de Restauro).

CENTRO DE DIA

Em 2024, existem no município 2 respostas sociais de **centro de dia**¹⁴ orientados para as pessoas idosas, tratando-se de uma resposta social gerida exclusivamente por entidades sem fins lucrativos, concretamente Irmandades da Misericórdia da Golegã e da Azinhaga.

A oferta de centros de dia caracteriza-se por apresentar um importante histórico de intervenção, na medida em que os centros de dia existentes já se encontravam em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Golegã, em 2010, tendo iniciado o seu funcionamento em 1979 e 1999.

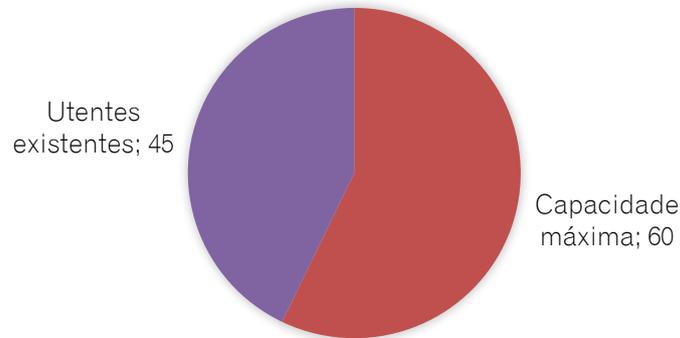
Não obstante a importância dos centros de dia para responder às necessidades de um segmento importante das pessoas idosas, a crescente heterogeneidade do perfil da população com 65 ou mais anos, a par de uma crescente diversificação de respostas e serviços sociais que têm surgido nos últimos anos, com vista a responder a procura diferenciadas, não justificou a criação de centros de dia, não existindo procura que tenha justificado a criação de mais centros.

Atualmente, a capacidade instalada desta resposta social é de 60 lugares, com 45 utentes em 2024, o que representa uma taxa de ocupação de 75%. A distribuição dos utilizadores é de 19 na Azinhaga e 26 na Golegã, sendo que ambos os centros têm capacidade para 30 utentes cada. Nenhum dos centros está no limite de sua capacidade, mantendo margem para atender a um possível aumento na procura, garantindo assim a flexibilidade necessária para acolher novos utentes.

Estes dois centros têm um horário de funcionamento compreendido entre as 8h30/9h30 da manhã e as 17h30.

¹⁴ Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar. (Carta Social, MTSSS – 2021).

Gráfico 15 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de dia, em 2024 (N.º)



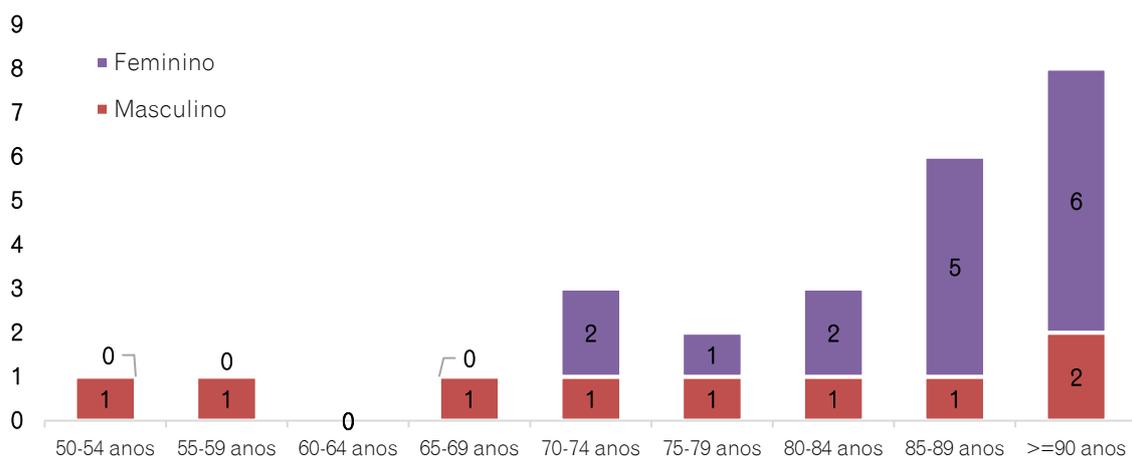
Fonte: Mapa Social 2024|SCMA 2024

Um aspeto comum aos dois centros de dia consiste no facto da maioria dos/as utentes serem provenientes da própria freguesia, onde o respetivo equipamento se localiza, ou seja, da sede de Concelho reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local.

Na análise do perfil dos/as utentes da presente resposta social, destaca-se o facto de esta atender sobretudo pessoas com idades mais avançadas (> 85 anos), em resultado da perda de autonomia e do maior isolamento social associado a estas idades.

O número de utentes apresenta uma marcante assimetria em função do sexo, verificando-se que os/as utentes do sexo feminino são os/as que mais procuram este tipo de resposta social (64%).

Gráfico 16 – Utentes dos centros de dia, por grupo etário (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Quadro 11 – Utentes dos centros de dia, por grupo etário (%), SCMA 2024

Centro de Dia - SCMA		
Idades	Masculino	Feminino
40-60	1	-
71-80	3	-
81-90	5	4
91-100	2	4

Fonte: SCMA 2024

Com o propósito de assegurarem necessidades básicas dos/as utentes, assim como de garantir o seu bem-estar, os serviços complementares assegurados pelos centros de dia apresentavam-se heterogéneos. No entanto, como serviços comuns aos dois centros, destacavam-se o serviço de refeições, os cuidados de saúde e o acompanhamento psicológico.

As atividades desportivas, assim como as atividades culturais, serviço de transporte, tratamento roupas, higiene pessoal, animação, aquisição de bens e serviços são disponibilizados num dos centros, enquanto a outra resposta assegura fisioterapia e o serviço de cabeleireiro.

Os Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS) constituem a fonte de financiamento transversal à totalidade dos centros de dia, facto que reitera assim a dependência das transferências da Administração Central para se assegurar o funcionamento desta resposta social. Esta fonte de financiamento abrangia 48 de utentes.

Uma das entidades apresenta investimentos programados para o curto prazo, obras de renovação e remodelação e aquisição de equipamento, a realizar com capitais próprios. Esta leitura é indissociável da quebra da procura que a resposta social registou, nos últimos 3 anos, e que a par do clima económico pautado por uma forte incerteza, compromete amplamente a capacidade de investimento das entidades, assim como subseqüentemente limita o investimento contínuo na qualificação da oferta.

As entidades gestoras/proprietárias dos centros de dia indicaram confrontar-se com constrangimentos no funcionamento da resposta social e à semelhança do observado em outras respostas sociais, pondo em causa a sustentabilidade financeira da resposta social. Os centros de dia, na qualidade de resposta social orientada para as pessoas idosas, registaram importantes reorientações ao seu funcionamento decorrentes da crise sanitária, com vista a reduzir potenciais casos de infeção ou mesmo surtos nos seus espaços. No conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID-19, estas manifestaram particular impacto na redução de utentes, seja pela distância entre utentes exigida, seja pelo recurso aos serviços prestados no domicílio, seja pela crescente institucionalização de utentes, cuja saúde se deteriorou no seguimento dos constrangimentos físicos e psicológicos, entre outros.

A concertação da redução do quantitativo de utentes, a par da necessidade de cumprimento das exigências legais com a manutenção do equipamento e da resposta social, a que acresce ainda a prevalência de mensalidades reduzidas praticadas nestas respostas sociais, traduz-se num

quadro de importantes constrangimentos financeiros. A idade avançada dos/as utentes constitui outro importante constrangimento apontado, tornando mais exigentes os serviços prestados.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD¹⁵

Em 2024, existem no município 3 respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) orientados para as pessoas idosas, geridas pelas seguintes entidades SFL: Casa do Povo de Pombalinho, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga e Santa Casa da Misericórdia da Golegã.

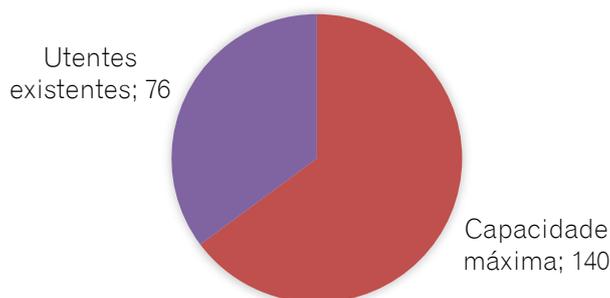
| 60

A distribuição territorial da oferta apresenta-se homogénea, com existência de uma resposta em cada uma das freguesias do Concelho. A oferta de SAD existente no município apresenta um importante histórico de intervenção, na medida em que a totalidade destas respostas sociais já se encontrava em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Golegã, em 2010. Dos 3 SAD, dois deles datam dos anos 80 do séc. XX, acompanhando assim o aumento da expressão do fenómeno do envelhecimento populacional na sociedade portuguesa. Apenas 1 SAD iniciou atividade na primeira década do século XXI (Casa do Povo do Pombalinho).

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 140 lugares, no entanto, em 2024, os SAD totalizavam 76 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 54,29%. Com uma disponibilidade de 64 lugares (45,71% da capacidade instalada) para acompanhar um eventual aumento da procura efetiva, a dotação de SAD no Concelho apresenta-se satisfatória.

Nas 3 respostas identificam-se capacidades instaladas diferentes, variando entre os 30 lugares na Casa do Povo do Pombalinho e os 110 lugares nos SAD da responsabilidade das Santas Casas da Misericórdia.

Gráfico 17 – Capacidade máxima e utentes atuais dos SAD, em 2024 (N.º)



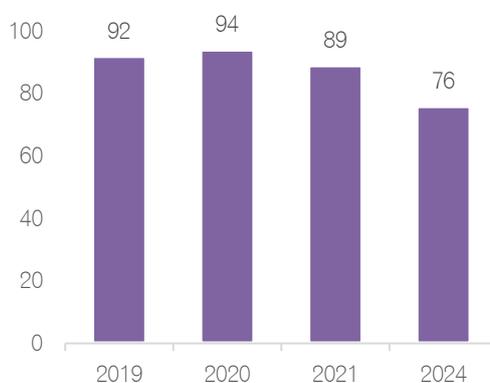
Fonte: Mapa Social 2024|SCMA 2024

¹⁵ Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária (Carta Social, MTSSS – 2021).

Entre 2019 e 2020, a procura desta resposta social teve um aumento muito ligeiro (+2 utentes), com a pandemia da COVID-19 a explicar amplamente esta variação. Na sequência das situações de confinamentos e das muitas medidas de saúde pública adotadas, a resposta SAD teve um aumento, na medida em que permitia responder às necessidades dos/as utentes no seu próprio domicílio.

Com a evolução da pandemia e paulatino regresso à normalidade e reabertura da economia e das demais respostas sociais, verifica-se que entre os anos de 2020 e 2021, os SAD tiveram uma contração da procura (-5 utentes), circunscrevendo-se aos/às 89 utentes, o que representa uma quebra face ao ano pré-pandemia. No de 2024 voltou a descer para 76 utentes em SAD. Um aspeto comum a todos os SAD em funcionamento no Concelho consiste no facto da maioria dos/as utentes serem provenientes da própria freguesia onde o respetivo equipamento se localiza, reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local, muito embora com serviço ao domicílio.

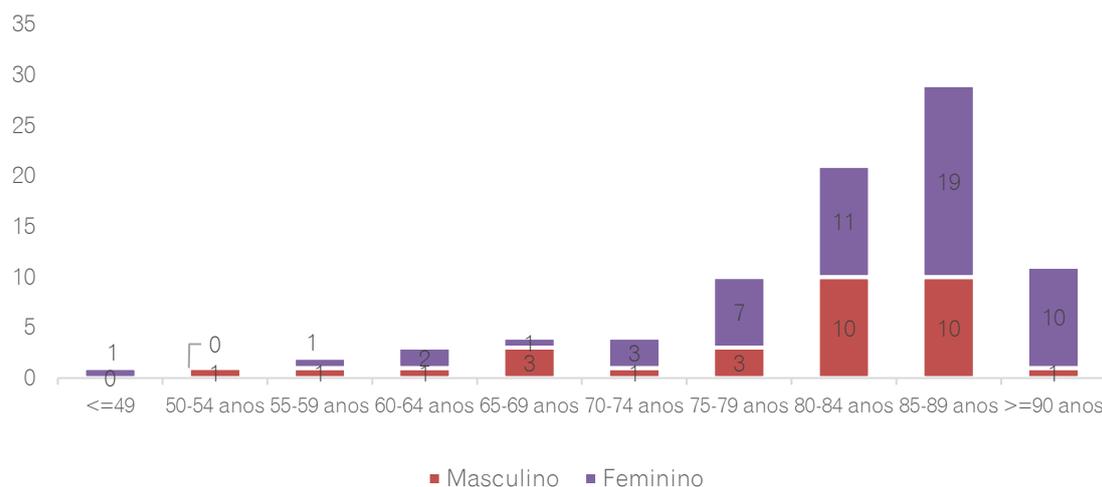
Gráfico 18 – Utentes dos SAD em 2019, 2020, 2021 e 2024 (N.º)



Fonte: Mapa Social 2024| SCMA 2024| CPP 2024

O perfil dos/as utentes caracteriza-se por uma importante heterogeneidade de faixas etárias. Ainda que constituindo uma resposta social vocacionada para as pessoas idosas, os SAD apresentam utentes mais jovens. reiterando assim que esta não se trata de uma resposta social exclusiva dos/as mais idosos, mas que dá suporte a pessoas de todas as idades em situação de dependência temporária ou definitiva. Contudo, mais de 80% dos/as utentes de SAD são pessoas com 75 ou mais anos, evidenciando-se um aumento dos níveis da procura efetiva interdependentes do aumento da idade, decorrente da deterioração das condições físicas e psicológicas dos/as utentes, a par com o aumento de situações de isolamento social.

Gráfico 19 – Utentes dos SAD, por grupo etário



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Quadro 12 – Utentes dos SAD, por sexo e grupo etário (Nº), SCMA 2024

SAD - SCMA		
Idades	Masculino	Feminino
40-60	6	1
61-70	2	1
71-80	1	1
81-90	4	8
91-100	1	8

Fonte: SCMA 2024

Quadro 13 – Utentes dos SAD, por sexo e grupo etário (Nº), CPP 2024

SAD - CPP		
Idades	Masculino	Feminino
75-79	2	-
80-84	-	3
85-89	1	5
+90	3	3

Fonte: CPP 2024

Entre a população idosa e/ou em situação de dependência apoiada pelos SAD, é dada prioridade a pessoas económica e socialmente desfavorecida; grau de dependência; em situação de isolamento/solidão, ausência de apoio familiar e/ou risco social; e aos utentes de outras respostas das instituições (SCMG). Os utentes apresentam uma assimetria em função do sexo, verificando-se que os/as utentes do sexo feminino são os que mais procuram este tipo de

resposta social (64%), situação que resulta da conjugação de fatores de ordem biológica, mas também de comportamentos sociais e culturais.

Os serviços complementares assegurados pelos SAD apresentavam-se heterogêneos. No entanto, destacam-se os serviços assegurados pelas três respostas:

- › Confeção, transporte e distribuição de refeições,
- › Colaboração na toma de medicação
- › Higiene pessoal
- › Higiene habitacional
- › Tratamento de roupa
- › Acompanhamento psicossocial individual e familiar
- › Acompanhamento a deslocações ao exterior

A aquisição de géneros alimentares ou outros artigos, bem como o serviço de Telealarne/Teleassistência encontra-se igualmente entre os serviços complementares mais frequentemente assegurados por esta resposta social, assegurados pelos SAD das duas Santas Casas da Misericórdia. A estes acrescem vários outros serviços complementares, Cedência de fraldas, serviço de transporte (SCM da Azinhaga) ou serviços de animação e socialização, fisioterapia, cabeleireiro e estética (SCM da Golegã).

TELEASSISTÊNCIA

Cumulativamente os/as idosos/as do Concelho, podem usufruir do Programa de Teleassistência que se traduz no apoio dado por uma central de assistência permanente, pronta a responder a qualquer situação de emergência, através de sistemas de comunicações rápidos e seguros, 24h por dia, 365 dias por ano. É, contudo, um serviço pouco usado, verificando que até ao mês de agosto de 2024 ainda não houve municípios a beneficiarem do respetivo serviço.

Quadro 14 – Número de Seniores a usufruir de Teleassistência no Concelho da Golegã

Teleassistência											
Processos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024
Municípios Apoiados	1	0	1	2	1	1	1	1	1	1	0

Fonte: Serviços de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2024

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Academia Origami (SCMA/CMG);• Centro de dia (SCMA/SCMG);• Centro de Convívio (SCMA/SCMG/PPP);• Academia Sénior (SCMG);

- Centro Comunitário (SCMA);
- Grupo de Voluntários.

OPORTUNIDADES

- CLDS 5G
- Atividades dinamizadas junto do público que não são apoiadas pela IPSS;
- Sinalizações por parte das Juntas de Freguesia, Unidade de Saúde Familiar (USFR/UCC), Igreja, entre outros.

AMEAÇAS

- Resistência e/ou falta de informação por parte das pessoas;
- Luto;
- Alteração do agregado familiar perda de laços ausência de familiares próximos;
- Excesso de burocracia;
- Encerramento da extensão de saúde na freguesia da Azinhaga;
- Incompatibilidade dos transportes públicos com os horários de consultas médicas e outras situações;
- Identificação dos casos para integrar os idosos.

CAUSAS

- Lista de Espera Longas
- Falta de Financiamento
- Admissões precoces em ERPI
- Ausência de ERPI's
- Rede de Transportes
- Luto
- Alteração Agregado Familiar/ Ausência de Suporte Familiar
- Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais
- Encerramento da Extensão de Saúde e outros serviços
- Doenças do foro mental
- Não reconhecimento dos saberes dos mais velhos/falta de partilha entre gerações
- Excesso de Burocracia
- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Relacionamentos não saudáveis
- Fatores culturais
- Isolamento
- Ausência de Partilha

NECESSIDADE DE UMA INTERVENÇÃO SOCIAL MAIS HUMANA E MAIS PRÓXIMA DOS CONTEXTOS DE VIDA DAS PESSOAS

A Lezíria do Tejo, perdeu aproximadamente 11 mil habitantes face a 2011, apresentando uma população total de 236.132 habitantes, em 2021¹⁶. Na Golegã, deu-se uma evolução análoga, tendo sido recenseados menos 513 residentes que dez anos antes, um total de 5.400 habitantes, -8,7% de população residente. A perda de população tem consequências na evolução do número de beneficiários/as de apoios sociais, que teve uma trajetória decrescente nos últimos anos.

Os/as **pensionistas da segurança social** constituem o principal grupo-alvo de apoios sociais, mas há outros que, embora em menor número, necessitam de apoio financeiro para assegurar condições básicas de vida.

Em 2022, residiam na Golegã 2.034 pensionistas da segurança social, o que equivale a 2,6% do total regional e a 37,5% da população do Concelho. No mesmo ano, os/as beneficiários/as de abono de família para crianças e jovens, eram 632, o subsídio de desemprego chegava a 136 indivíduos, enquanto o Rendimento Social de Inserção era recebido por 91 pessoas.

A prestação social para a inclusão (2022), para pessoas com deficiência/incapacidade, foi atribuída a 63 pessoas. A exigência e as carências em apoios sociais e financeiros são cada vez maiores, com o envelhecimento populacional e as alterações na estrutura familiar tradicional.

¹⁶ Censo de 2021- Resultados preliminares

Quadro 15 – Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014, 2020 e 2022.

Unidade Territorial		2014				2020				2022			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
CC:Golegã	n.º	2.149	279	1.356	514	2.082	227	1.356	499	2.034	214	1.321	499
	%	100	13,0	63,1	23,9	100	10,9	65,1	24,0	100	10,5	64,9	24,5
Lezíria do Tejo	n.º	79.265	7.478	52.106	19.681	77.512	6.524	51.658	19.330	77.409	6.550	51.250	19.609
	%	100	9,4	65,7	24,8	100	8,4	66,6	24,9	100	8,5	66,2	25,3
Continente	n.º	2.783.908	237.313	1.881.190	665.405	2.753.610	159.322	1.932.166	662.122	2.766.028	150.585	1.939.480	675.963
	%	100	8,5	67,6	23,9	100	5,8	70,2	24,0	100	5,4	70,1	24,4
Portugal	n.º	2.900.792	254.161	1.947.286	699.345	2.869.492	172.836	2.001.710	694.946	2.882.151	163.898	2.009.677	708.576
	%	100	8,8	67,1	24,1	100	6,0	69,8	24,2	100	5,7	69,7	24,6

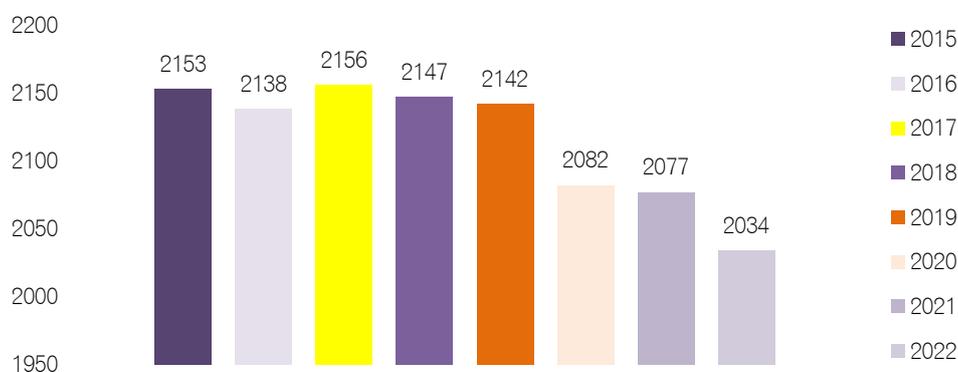
66

Fonte: INE

Considerando o período 2014-2020, o número de pensionistas da segurança social diminuiu nas diferentes tipologias, com exceção das pensões de velhice, que depois de um período de aumento do número de beneficiários/as atingiu o mesmo número de 2014, também pelo decréscimo da população residente. Os pensionistas abrangem, essencialmente, a população idosa, dependente das transferências da segurança social, grupo etário cada vez mais representativo, fruto do aumento da esperança média de vida e da diminuição da mortalidade.

No período entre 2020–2022, o número de pensionistas da segurança social diminuiu nas diferentes tipologias, com exceção das pensões de sobrevivência que se manteve nos 499 beneficiários.

Gráfico 20 – Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2015-2022, Golegã

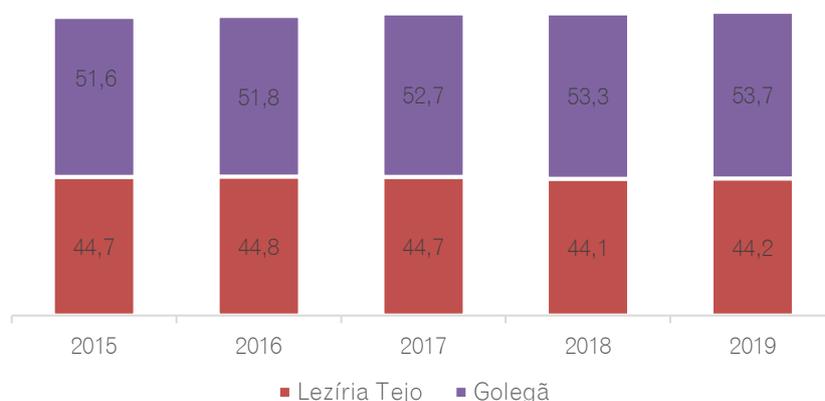


Fonte: INE

No ano de 2022, entre os/as pensionistas, a idade constitui o principal motivo para apoio financeiro, as pensões de velhice representam cerca de 64,9% do total de pensões atribuídas na Golegã, seguidas das pensões de sobrevivência, com 24,5% desta fatia, que constituem um meio de compensar a perda de rendimentos por motivo de falecimento. Os valores registados no Concelho da Golegã situam-se ligeiramente abaixo da média da Lezíria do Tejo e da média nacional, exceto na atribuição das pensões de invalidez.

Após uma trajetória de crescimento, na primeira década do século XXI, o número de pensionistas da segurança social tem vindo a diminuir no concelho.

Gráfico 21 – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Golegã



Fonte: PORDATA

Se para além dos/as pensionistas da segurança social considerarmos também os/as pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, este grupo representa 53,72% da população residente com idade igual ou superior a 15 anos, em 2019, o que revela uma elevada percentagem da população dependente destes apoios financeiros. O montante de pensões pagas pela segurança social no concelho da Golegã passou dos 103 milhões de Euros em 2014 para aproximadamente 11 milhões durante o ano de 2022. Este aumento, contrário ao da evolução dos/as pensionistas, dever-se-á às atualizações ao valor das pensões.

Quadro 16 – Pensões da segurança social (milhares€), por Local de residência, 2015-2022

Unidade Territorial	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022
Golegã	10.452	10.625	10.742	11.035	11.375	11.365	11.901
Lezíria do Tejo	389.310	398.280	403.869	411.828	430.466	440.728	472.347
Continente	14.790.108	15.149.426	15.410.489	15.711.720	16.418.803	16.854.138	18.048.866
Portugal	15.330.973	15.712.185	15.989.923	16.292.968	17.021.937	17.477.556	18.720.939

Fonte: INE

Quadro 17 – Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014, 2020 e

Unidade Territorial	2014				2020				2022			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrev.	Total	Invalidez	Velhice	Sobrev.	Total	Invalidez	Velhice	Sobrev.
Golegã	10.227	1.349	7.421	1.457	11.365	1.320	8.368	1.677	11.901	1.284	8.824	1.792
Lezíria do Tejo	383.206	37.370	289.452	56.384	440.728	39.123	336.366	65.238	472.347	41.882	358.972	71.493
Continente	14.585.462	1.148.922	11.358.048	2.078.492	16.854.138	920.905	13.494.715	2.438.518	18.048.866	917.779	14.484.291	2.646.796
Portugal	15.118.219	1.234.836	11.708.832	2.174.550	17.477.556	1.003.224	13.928.526	2.545.806	18.720.939	1.000.956	14.959.142	2.760.841

2022

Fonte: INE

De igual modo, cresceu significativamente o valor médio das pensões pagas pela segurança social, cuja média anual passou de cerca de 4.515 € no ano de 2014, para 5.507€, em 2022.

A **pensão de velhice**, era a que tinha em 2022, no Concelho da Golegã, o valor médio anual processado mais elevado (mais de 6.307€). A pensão de invalidez tinha um montante médio anual próximo daquele. A pensão de sobrevivência era substancialmente mais reduzida (3.301€). Os valores referidos eram geralmente inferiores aos encontrados na região e no país.

Quadro 18 – Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2022

Unidade Territorial	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022
Golegã	4.584	4.716	4.717	4.836	5.007	5.129	5.507
Lezíria do Tejo	4.677	4.791	4.887	5.031	5.263	5.401	5.785
Continente	5.079	5.207	5.310	5.465	5.713	5.840	6.215
Portugal	5.052	5.182	5.283	5.436	5.684	5.811	6.184

Fonte: INE

Quadro 19 – Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2022

Unidade Territorial	2014				2020				2022			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	4.515	4.783	5.186	2.639	5.129	5.741	5.831	3.044	5.507	5.865	6.307	3.301
Lezíria do Tejo	4.618	4.897	5.317	2.697	5.401	5.854	6.211	3.144	5.785	6.202	6.664	3.400
Continente	5.027	4.717	5.813	2.951	5.840	5.594	6.698	3.451	6.215	5.857	7.149	3.668

Portugal	4.998	4.732	5.787	2.937	5.811	5.617	6.672	3.433	6.184	5.865	7.123	3.650
----------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: INE

Este valor coloca a Golegã significativamente abaixo da média nacional e do valor médio anual de pensão obtido para a Lezíria do Tejo, que é de 5.785€ por pensionista. No que respeita às **prestações familiares**, a evolução da atribuição do abono de família observou uma trajetória crescente desde 2019 até 2022, chegando a 632 crianças e jovens, com um valor total atribuído de 389 milhares de euros, em 2022.

| 69

Gráfico 22 – Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º), Concelho de Golegã



Fonte: INE

Noutra vertente, a **população portadora de deficiência** é um grupo particularmente vulnerável, cuja condição está associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras.

No Concelho da Golegã, em 2001, estavam recenseados 384 cidadãos/ãs com deficiência, de vários tipos e graus de deficiência, sendo que, no Concelho cerca de 6,7% da população registava algum tipo de deficiência. A maioria dos/as deficientes com mais de 15 anos do Concelho sofria de deficiência visual (mais de 38%), seguindo-se o grupo de deficientes motores que eram cerca de 22% do total. Considerando o mesmo grupo etário, dos cerca de 365 deficientes, cerca de 27% estava integrado no mercado de trabalho, mas os/as restantes dependiam de outras fontes de rendimento.¹⁷ De referir que a deficiência mental chegava quase aos 10% no Concelho da Golegã. A taxa de deficiência da população residente na Golegã, era a terceira mais elevada da Lezíria do Tejo (6,7%), segundo o Censo de 2001.

Quadro 20 – População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Golegã

Grau de dificuldade	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
---------------------	-----	-------	------------------------	-------------------------	----------------------------------	---

¹⁷ Carta Social da Golegã, 2010

Não consegue efetuar a ação	18	12	93	55	139	52
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	578	322	612	354	207	197

Fonte: INE

A prestação social para a inclusão¹⁸, um apoio específico para os/as cidadãos/ãs com deficiência/incapacidade igual ou superior a 60%, foi atribuída a 63 indivíduos no Concelho, em 2022, o que representou um aumento face a 2020 (54).

Quadro 21 – Beneficiários/as da prestação social para a inclusão, da Segurança Social (N.º), 2019, 2020 e 2022

Unidade Territorial	2019	2020	2022
Golegã	52	54	63
Lezíria do Tejo	2.549	2.748	3.379
Continente	99.911	107.578	128.486
Portugal	106.567	114.726	136.858

Fonte: INE

Muito dependente da evolução socioeconómica, parte da população ativa sofre de importantes problemas sociais de pobreza e exclusão social. O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o **Rendimento Social de Inserção (RSI)** ou o **subsídio de desemprego**. Como exemplo, o ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem na Golegã, que se situam aquém dos valores médios regionais e nacionais, no geral, mas também no que respeita ao grupo de profissionais não qualificados, aqueles com remuneração mais baixa.

Quadro 22 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2014-2019

Unidade Territorial	Total						Profissionais não qualificados					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Golegã	809,5	819,3	839,6	897,7	925,0	973,7	581,4	592,8	617,1	639,8	671,5	729,8
Lezíria do Tejo	966,2	977,9	976,7	989,3	1.016,0	1.037,3	645,4	655,2	677,3	710,9	742,4	754,6
Continente	1.093,2	1.096,7	1.107,9	1.133,3	1.170,3	1.209,9	666,2	671,2	687,0	717,5	746,1	769,4
Portugal	1.090,6	1.094,1	1.105,6	1.130,8	1.166,9	1.206,3	667,5	672,4	688,5	718,6	746,8	770,5

Fonte: PORDATA

Em 2024, o Concelho da Golegã mantém o registo de 23 beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (RSI), um apoio atribuído a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade económica. No entanto, a distribuição geográfica destes beneficiários varia dentro do Concelho. Na freguesia da Azinhaga, há 4 pessoas a receber este apoio, enquanto na freguesia da Golegã, que é a sede do Concelho, esse número sobe para 16. No Pombalinho, uma localidade menor, registam-se apenas 3 beneficiários.

¹⁸ A Prestação Social para a Inclusão tem como objetivo promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família.

Quando olhamos para o ano anterior, 2023, observamos que o número total de beneficiários/as de RSI no Concelho manteve-se estável, com os mesmos 23 beneficiários/as. Contudo, a distribuição sofreu ligeiras alterações. Na Azinhaga, o número de beneficiários diminuiu para 3, enquanto na Golegã aumentou para 17. O Pombalinho manteve os mesmos 3 beneficiários/as.

Recuperando os dados de 2022, também se verificou o mesmo número total de 23 beneficiários/as, mas com uma distribuição bastante distinta. Nesse ano, a Azinhaga registava um número significativamente mais elevado de beneficiários/as, com 6 pessoas a receber o apoio, enquanto a Golegã tinha 17 beneficiários e o Pombalinho não registava nenhum.

Esta evolução sugere uma certa estabilidade no número de pessoas a necessitar do RSI no Concelho da Golegã, embora com oscilações na distribuição por freguesia ao longo dos anos. Esses dados podem refletir mudanças nas condições económicas locais ou alterações demográficas nas diferentes freguesias, influenciando o perfil das famílias e indivíduos que dependem deste apoio. É importante considerar que fatores como o desemprego, a precariedade laboral, ou até a migração interna podem influenciar a necessidade de assistência social nestas comunidades.

Quadro 23 – Número de agregados a beneficiar de RSI por freguesia no Concelho da Golegã, 2022-2024

Agregados/Freguesia RSI		abr/22	jan/23	jan/24
Freguesia	Azinhaga	6	3	4
	Golegã	17	17	16
	Pombalinho	0	3	3
Total		23	23	23

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 24 – Número de indivíduos a beneficiar de RSI no Concelho da Golegã, por faixa etária 2022-2024

RSI		abr/22	jan/23	jan/24
Idade (faixas etárias)	0-19	13	14	12
	20-64	36	36	29
	65-79	1	0	2
	80+	0	0	0
Total		50	50	43

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 25 – Número de indivíduos a beneficiar de RSI no Concelho da Golegã, por género 2022-2024

RSI		abr/22	jan/23	jan/24
Género	Feminino	22	23	16
	Masculino	28	27	27
Total		50	50	43

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

A criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1996, e do **Rendimento Social de Inserção (RSI)**, que o substituiu em 2003, visou o combate à pobreza e à exclusão social, apoiando assim a população mais desprotegida.

O balanço¹⁹ nacional realizado pelos 25 anos das medidas RMG/RSI, conclui que o número mais elevado de beneficiários/as foi registado em 2010, ano a partir do qual, o número de cessações deste apoio ultrapassou o número de entradas. Contrariamente ao acontecido no quinquénio anterior, a partir de 2020 e até maio de 2021, o número de beneficiários/as que entraram pela primeira vez na medida (55%) é superior ao/às dos/das que regressam à mesma (45 %).

Outra conclusão importante é que a grande maioria dos/as beneficiários/as do RSI (96 % em 2021) não dispunha de rendimentos do trabalho, sendo que a população beneficiária em idade ativa era inferior a 2/3. Estimativas referem que 16 % da população em situação de pobreza ou 45% da população em situação de pobreza extrema era abrangida pelo RSI, em 2019.

Na Golegã, o número de beneficiários/as do RSI, que tinha ultrapassado a centena de beneficiários/as no início do séc. XXI, diminuiu, ficando-se 76 beneficiários/as no ano de 2020, o que equivale a cerca de 1,6% da população residente, com idade igual ou superior a 15 anos.

Quadro 26 – Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (n.º e % da população residente com 15 ou mais anos), 2016-2022

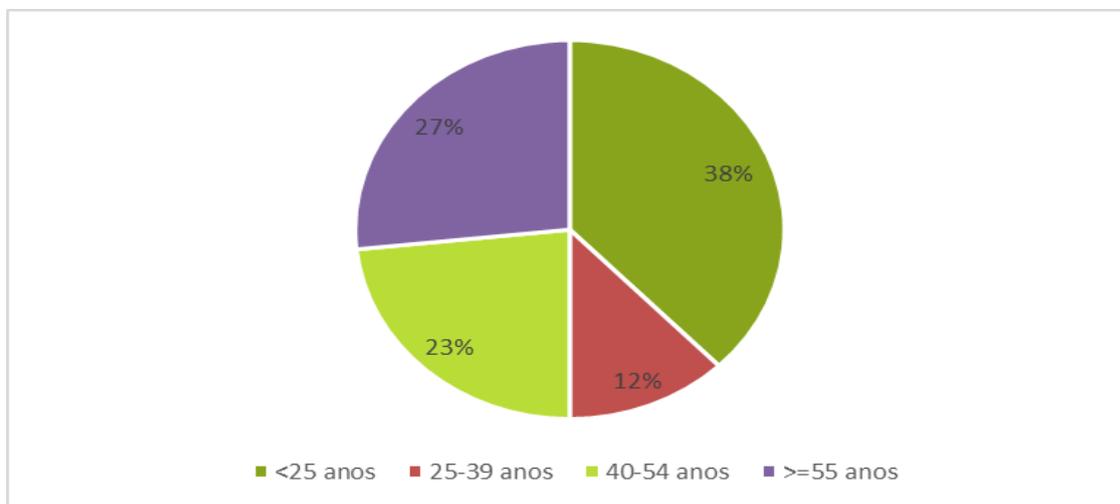
Unidade Territorial	2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022	
	n.º	%												
Golegã	91	1,8	85	1,7	90	1,8	77	1,6	76	1,6	81	1,7	91	1,9
Lezíria do Tejo	5.303	2,5	5.044	2,4	4.918	2,4	4.622	2,2	4.408	2,1	4.401	2,1	4.892	2,3
Continent e	257.261	3,0	258.194	3,1	252.859	3,0	239.341	2,8	232.117	2,7	233.263	2,7	244.373	2,8
Portugal	287.534	3,2	288.194	3,2	282.288	3,2	267.403	3,0	257.939	2,9	262.836	2,9	265.499	2,9

Fonte: INE (n.º), PORDATA (% da população residente)

¹⁹ RSI, 25 anos - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021

Os/os principais beneficiários/as deste apoio social têm menos de 25 anos (37,8%), em 2022, com uma distribuição equitativa pelos dois sexos (50% homens;50% mulheres).

Gráfico 23 – Beneficiários/as do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Grupo etário, em Golegã, 2022 (%)



Fonte: INE

O número de beneficiários/as do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa situa a Golegã (18,86‰) abaixo da média regional (22,75‰) e nacional (28,88%), em 2022. Neste ano foram processados 103 milhares de euros em RSI.

Em 2007 eram 279 os/as beneficiários/as de subsídio de desemprego no município da Golegã, que no seu conjunto recebiam um total de 902 mil euros de apoio financeiro. O número de beneficiários/as diminuiu para os 136 em 2022, que recebem apoios no valor de 413 mil euros, que se traduz num valor médio anual de 3.037€.

Quadro 27 – Valor processado de subsídios de desemprego da segurança social (milhares €), 2015-2022

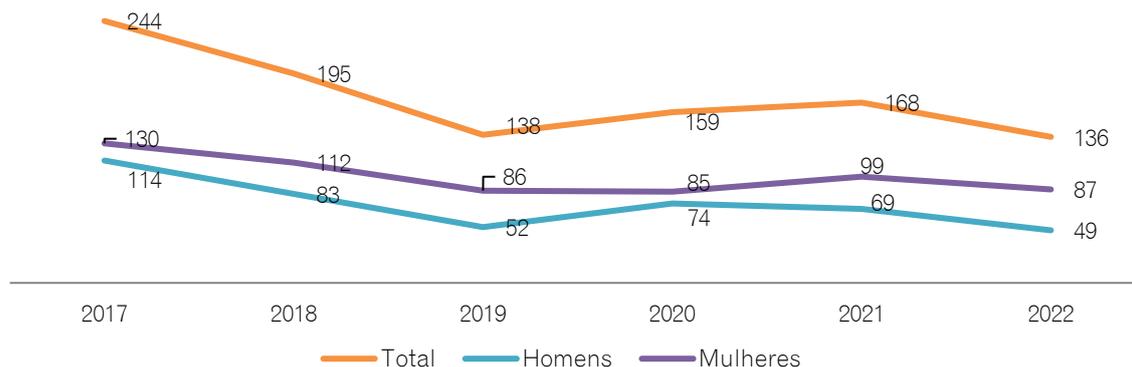
Unidade Territorial	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Golegã	780	760	639	507	367	444	414	413
Lezíria do Tejo	38.258	32.736	28.234	25.986	23.745	28.301	27.248	24.082
Continente	1.508.437	1.267.490	1.076.909	1.015.677	991332	1.301.346	1.257.776	1.015.829
Portugal	1.594.416	1.345.095	1.146.817	1.083.993	1051759	1.366.508	1.315.485	1.066.343

Fonte: INE

Como já foi assinalado anteriormente, no Concelho o número de desempregados masculinos beneficiários de subsídio de desemprego (36%) é inferior aos/às beneficiários/as do sexo feminino (64%). Outro dado relevante é o aumento do número de novos/as beneficiárias/o deste subsídio, que foi de 91, em 2020, quando no ano anterior se tinha ficado pelos 70. Contudo, no

ano de 2022 houve uma diminuição de 32 beneficiários/as do subsídio de desemprego em relação ao ano anterior.

Gráfico 24 – Beneficiários/as de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por sexo, em Golegã, 2015-2022



Fonte: INE

Analisando a estrutura etária dos/as beneficiários/as do subsídio de desemprego no Concelho verificamos que cerca de 70% dos/as beneficiários/as, em 2022, têm uma idade compreendida entre os 25 – 29 e 40 - 54 anos, sendo que o maior contingente tem uma idade compreendida entre os 50-54 anos (30%), uma idade em que a dificuldade em mudar de emprego e de ser contratado começa a ser maior.

Quadro 18 – Beneficiários/as de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por Grupo etário, 2022

Unidade Territorial	Total	Menos de 25 anos	25 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 - 54 anos	55 e mais anos
Golegã	136	8	29	12	28	41	18
Lezíria do Tejo	8.125	462	2.028	819	1.806	2.108	902
Continente	318.749	15.121	83.674	32.682	73.062	79.918	34.292
Portugal	335.222	16.038	87.571	34.785	76.903	83.737	36.188

Fonte: INE

Segundo informação do GEEP do MTSS, desde 15 de janeiro de 2021, houve 980 empresas com pedidos de *Layoff* Simplificado na Lezíria do Tejo, que envolvem 5.458 trabalhadores²⁰, algumas

²⁰ A informação respeita aos trabalhadores das empresas que entregaram documento, não necessariamente ao número total de trabalhadores efetivamente com apoio.

destas empresas poderão não conseguir recuperar após a crise económica o que agravará significativamente o desemprego na região. A pandemia COVID-19 teve efeitos diretos na economia nacional e regional ainda não mensurados e veio agudizar situações de carência económica. No mercado de trabalho, estes são visíveis, nomeadamente, nas medidas e apoios sociais destinados às empresas, trabalhadores/as e famílias, neste contexto e que inverteram as tendências que se faziam sentir até 2020. O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Igreja; • Farmácias; • IPSS's; • Juntas de Freguesia; • Saúde (USF e UCC); • Agrupamento de Escolas de Azinhaga, Golegã e Pombalinho; • Grupos de voluntários; • Bancos alimentares; • CMG – Rede Social;
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Formação para os ativos (gestão de equipas/atendimento ao público); • Sensibilização no atendimento.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de sensibilidade/empatia para com as situações expostas; • Sobrecarga de funções (profissionais); • Falta de conhecimento/formação; • Falta de capacidade de escuta ativa; • Ausência de competências para a resolução de conflitos; • Excesso de burocracia; • Falta de comunicação assertiva.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Admissões precoces em ERPI ■ Ausência de ERPI's ■ Ofertas de Emprego pouco aliciantes ■ Rede de Transportes ■ Falta de ambições/objetivos profissionais ■ Luto ■ Alteração Agregado Familiar/ Ausência de Suporte Familiar ■ Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais ■ Encerramento da Extensão de Saúde e outros serviços ■ Doenças do foro mental ■ Sobrecarga de funções profissionais ■ Excesso de Burocracia

- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Barreira Linguística e cultural
- Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes
- Fatores culturais
- Isolamento

DESEMPREGO POPULAÇÃO MAIS JOVEM & NECESSIDADES DE REQUALIFICAÇÃO /FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ADULTOS

NÍVEIS DE ATIVIDADE E DE EMPREGO

No primeiro trimestre de 2024, a taxa de desemprego entre os jovens na União Europeia (UE-27) foi estimada em 14,8%, 8,2 pontos percentuais abaixo da taxa de desemprego jovem em Portugal, que foi de 23,0%. Esse valor coloca Portugal com a quarta maior taxa de desemprego jovem na UE-27 durante esse período.

Comparando com o quarto trimestre de 2023, a taxa de desemprego jovem aumentou ligeiramente em 0,1 pontos percentuais na UE-27, enquanto em Portugal houve uma diminuição de 0,9 pontos percentuais. Em relação ao primeiro trimestre de 2023, a taxa de desemprego juvenil subiu mais em Portugal (3,4 pontos percentuais) do que na UE-27 (0,8 pontos percentuais).

No segundo trimestre de 2024, a taxa de desemprego nacional foi de 6,1%, com três regiões NUTS II (NUTS-2024) do país apresentando taxas superiores: Península de Setúbal (8,0%), Grande Lisboa (6,4%) e Norte (6,3%). As outras seis regiões apresentaram taxas de desemprego abaixo da média nacional: Oeste e Vale do Tejo (5,9%), Região Autónoma dos Açores (5,5%), Centro, Alentejo e Região Autónoma da Madeira (5,2%) e Algarve (5,0%).

A taxa de desemprego jovem em Portugal é superior à média da União Europeia: fixa-se nos 15,9% — 2,9% acima da média comunitária, que está nos 13%. O país é o sétimo com esta taxa mais alta, atrás da Grécia, Espanha, Itália, Sérvia, Suécia e Croácia. Os números são do Eurostat, que analisou a taxa de desemprego jovem (entre os 15 e os 29 anos), e mostram também que na União Europeia este número caiu dos 13,3% em 2020 para os 13% em 2021.

Em Portugal, é na Região Autónoma da Madeira que a taxa de desemprego jovem é mais alta: fixa-se nos 21,1%. Segue-se o Algarve (19,4%) e a Região Autónoma dos Açores (17,2%). Na Área

Metropolitana de Lisboa, a taxa de desemprego jovem é 16,1%. No Norte, Alentejo e Centro, o número é mais baixo do que a média nacional: 15,6%, 15,2% e 15,1%, respetivamente.

“A crise da covid-19 e as medidas que lhe estão associadas tiveram um impacto desproporcional nos mais jovens no que toca ao desemprego: a taxa de desemprego jovem subiu 1,4 pontos percentuais em 2020 [de 11,9% para 13,3%], enquanto a taxa de desemprego global aumentou 0,4 pontos” (Eurostat, 2022). De acordo com um estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE), agosto 2022, mostrava que o desemprego no grupo dos 16 aos 24 anos recuou para os 16,7% (um número mais baixo do que o registado antes da pandemia), mantendo-se, no entanto, superior à taxa de desemprego global, que recuou para os 5,7%.

De acordo com os dados do IEFP de agosto deste ano, na Golegã, podemos verificar que nas idades de <25 anos e >25-34 anos se regista uma importante fatia de desempregados/as (21 desempregados/as), seguindo-se da faixa etária seguinte com 38 desempregados/as.

Quadro 29 – Desempregados/as registado, segundo grupo etário, junho 2024

< 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos e +	Total
10	16	37	14	77

Fonte: IEFP, 2024

Quadro 30 – Desempregados/as registados no Concelho, segundo Níveis de Escolaridade, julho 2024

< 1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo	Secundário	Superior
9	6	9	16	32	5

Fonte: IEFP, 2024

Quadro 31 – Desempregados/as registados no Concelho, segundo o género, o tempo de Inscrição e a situação face à procura, junho 2024.

Género		Tempo de Inscrição		Situação Face ao Emprego		Total
Homens	Mulheres	< 1 ano	1Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
34	43	43	34	9	68	77

Fonte: IEFP, 2024

Já no que se refere à taxa de desemprego, constata-se um incremento considerável em todas as unidades territoriais, consequência do período de crise económica iniciado em meados da década passada. No Concelho da Golegã a taxa de desemprego aumentou de 8,5% em 2001 para 11,1% em 2011. Ainda assim, os níveis de desemprego no Concelho verificados em 2011 situam-se abaixo das médias da sub-região e do país, contrariamente ao que sucedia em 2001.

No ano de 2021, no Concelho da Golegã a taxa de desemprego diminuiu para 4,5%, mantendo-se abaixo das médias da sub-região e do país.

Quadro 32 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)

Unidade territorial	Taxa de atividade			Taxa de desemprego		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Golegã	43,9	44,2	43,2	8,5	11,1	4,5
Lezíria do Tejo	48,1	46,6	44,7	8,1	12,7	6,8
Continente	48,4	47,6	46,6	6,9	13,2	8,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

De facto, a subida no número de desempregados/as nas diversas unidades territoriais em análise é considerável. A título exemplificativo, constata-se que no Concelho da Golegã o valor passou de 212, em 2001, para 268, em 2011. Contudo, em 2021 houve uma diminuição do número de desempregados, para 106.

No Concelho da Golegã, em 2021, consolidou-se a percentagem de desempregados/as à procura de novo emprego, que representam aproximadamente 86% do total de desempregados/as. Este padrão é semelhante ao que sucede na Lezíria do Tejo e no Continente. Na maioria trata-se de ativos com poucas qualificações e de difícil integração nos outros setores, saídos da atividade agrícola; mais recentemente são provenientes do processo de reestruturação e de encerramento de pequenas empresas do setor industrial e dos serviços.

Quadro 33 – Evolução da população desempregada

Unidade Territorial	Total			Procura do 1º emprego (%)			Procura de novo emprego (%)		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Golegã	212	268	106	15,1	13,4	14,15	84,9	86,6	85,9
Azinhaga	-	-	36	-	-	8,3	-	-	91,6
Golegã	-	-	60	-	-	18,3	-	-	81,7
Pombalinho	-	-	10	-	-	10,0	-	-	90,0
Lezíria do Tejo	9.418	14.571	7.218	15,7	14,2	8,0	84,3	85,8	92,0
Continente	327.404	630.711	369.937	21,0	18,2	9,93	79,0	81,8	90,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efetivamente acelerou-se o processo de terciarização, tendo no Concelho da Golegã aumentado o peso do setor de serviços. Com efeito, o peso do setor terciário no Concelho aumentou de 63,8% em 2001 para 71,4% em 2011 e 70% em 2021.

Esta mudança faz-se sobretudo à custa de transferências do setor secundário para o setor terciário dado que o setor primário se manteve quase inalterado. O valor percentual dos ativos no terciário de natureza económica é ainda dominante, mas tal como noutros Concelhos da sub-região, o que se verificou foi essencialmente uma expansão do terciário de natureza social.

Quadro 34 – Evolução da estrutura da população ativa (%)

Unidade Territorial	2001			2011					2021			
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Terciário Social	Terciário Econ.	Primário	Secundário	Terciário Social	Terciário Econ.
CC: Golegã	9,1	27,1	63,8	8,8	19,8	71,4	32,1	39,4	9,1	20,9	32,9	37,1
Lezíria do Tejo	10,0	31,8	58,2	7,3	24,2	68,5	26,7	41,9	7,6	22,6	28,4	41,5
Continente	4,8	35,5	59,7	2,9	26,9	70,2	28,4	41,8	2,8	25,2	29,5	42,4

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

Uma análise mais fina permite concluir que nem todas as freguesias do Concelho se comportam da mesma maneira. O peso do terciário é particularmente evidente na freguesia urbana, sede de Concelho, que absorve quase 3/4 da população residente. Parte destes ativos exercem a sua atividade no eixo Torres Novas/ Entroncamento. Já na freguesia da Azinhaga e, fundamentalmente, do Pombalinho, o peso do setor primário é ainda muito significativo, refletindo o perfil agrícola dominante neste território, com excelentes condições edafoclimáticas para a prática desta atividade.

Quadro 35 – Estrutura da População Ativa em 2011 e 2021, por freguesia (%)

Unidade Territorial	2011					2021				
	Primário	Secundário	Terciário	Terciário Social	Terciário Económico	Primário	Secundário	Terciário	Terciário Social	Terciário Económico
Golegã	7,2	18,9	73,9	35,8	38,1	6,5	20,3	73,1	36,1	37
Azinhaga	11,5	22,2	66,3	24,3	42,0	12,6	22,5	64,9	25,7	39,2
Pombalinho	16,1	19,0	65,0	22,6	42,3	24	20,5	55,3	25,3	30
CC: Golegã	8,8	19,8	71,4	32,1	39,4	9,1	20,9	70,0	32,9	37,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2011 e 2021)

Os **Gabinetes de Inserção Profissional** (GIP) regulados pela Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, são estruturas de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com os serviços de emprego, suportam a atuação destes no desenvolvimento de atividades que contribuem para a inserção ou reinserção profissional de desempregados/as. O Concelho da Golegã conta com um Gabinete de Inserção Profissional, no Equuspolis. Ao longo dos últimos anos, o número de atendimentos realizados tem variado significativamente. Em 2022, foram realizados 149 atendimentos, enquanto em 2021 o número foi de 214, e em 2020 atingiu 265. Em 2023, houve um aumento notável, com 349 atendimentos realizados, mas em 2024, até ao mês de agosto, totalizou 185 atendimentos.

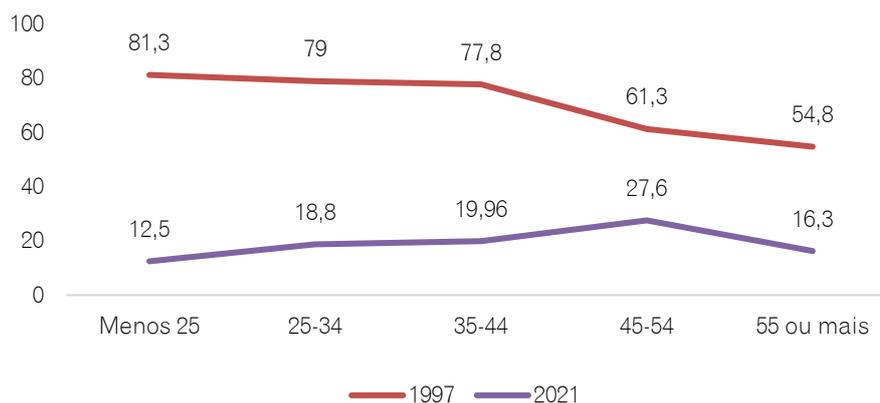
Os/as desempregados/as beneficiam de um vasto leque de atividades que o GIP desenvolve:

- › Informação profissional para jovens e adultos desempregados/as;
- › Apoio na procura ativa de emprego;
- › Acompanhamento personalizado dos/as desempregados/as em fase de inserção ou reinserção profissional;
- › Encaminhamento para ofertas de qualificação;
- › Divulgação de ofertas de emprego e colocação de desempregados/as nas ofertas disponíveis e adequadas;
- › Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- › Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou atividades em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho.

Na Golegã Concelho, em 2020, 3% da população era beneficiária de Subsídio de Desemprego, sendo 74 homens e 85 mulheres. Em 2022, diminuiu para 2,5% os/as beneficiários/as de subsídio de desemprego no Concelho, sendo 48 homens e 87 mulheres.

Ao nível dos escalões etários, o escalão etário entre os 50 e os 54 anos é o mais afetado pelo fenómeno do desemprego, com 41 desempregados/as, enquanto que a faixa etária relativa à população com idades < 25 regista apenas 8 desempregados/as no Concelho, em 2022.

Gráfico 25 – Desempregados/as Inscritos no IEF, por grupo etário. 1997/2021 Média anual



Fonte: PORDATA

Os dados atuais, sobre o desemprego registado no Concelho da Golegã indicam uma evolução nas diferentes faixas etárias entre 2022 e 2024.

Ano de 2022: O total de desempregados foi de 97, com a faixa etária de 35-54 anos a representar o maior grupo (49 pessoas). Os jovens abaixo dos 25 anos e os mais velhos (55 e mais) tiveram 14 e 18 desempregados, respetivamente, enquanto a faixa de 25-34 anos registou 16 desempregados.

Ano de 2023: Houve uma ligeira diminuição no total de desempregados, que foi de 89. O grupo com maior desemprego continuou a ser o de 35-54 anos (38 pessoas), mas houve uma redução em relação ao ano anterior. O desemprego entre os jovens abaixo dos 25 anos aumentou para 20, enquanto que nas faixas de 25-34 e 55 e mais anos, os números foram de 14 e 17 desempregados, respetivamente.

Ano de 2024 (até 31 de julho): Até julho de 2024, o total de desempregados registados é de 78, mostrando uma tendência de redução ao longo dos anos. A faixa etária de 35-54 anos continua a ser a mais afetada com 37 desempregados. No entanto, o desemprego entre os jovens abaixo dos 25 anos caiu significativamente para 6 pessoas. As faixas de 25-34 e 55 e mais anos registaram 20 e 15 desempregados, respetivamente.

Há uma tendência geral de redução no desemprego no Concelho da Golegã de 2022 a 2024. O desemprego tem impactado de forma diferente as várias faixas etárias. Em 2024, a diminuição é mais pronunciada entre os jovens abaixo dos 25 anos, enquanto a faixa de 35-54 anos continua a ser a mais afetada. As variações entre os anos podem refletir mudanças nas condições económicas locais, políticas de emprego, ou outros fatores socioeconómicos que afetam a empregabilidade nas diferentes faixas etárias.

NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A relativamente baixa percentagem de população residente com o ensino superior em relação à média nacional torna o Concelho menos competitivo em termos de estabelecimento de atividades empresariais que requeiram recursos humanos com formação superior, e por sua vez

a inexistência de oportunidades de emprego leva a que uma fatia significativa de jovens com formação académica de nível superior opte por residir fora do Concelho.

Nas sociedades contemporâneas os níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes, contribuindo para uma maior coesão social e uma maior competitividade da base económica. No Concelho da Golegã, as baixas qualificações da população, bem como de qualificações desfasadas das necessidades do mercado de trabalho, a par de outros motivos, contribuem para as baixas expectativas que se traduzem num fraco investimento na educação e numa desvalorização da formação.

Contudo, ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio em Portugal, têm vindo a registar-se progressos consideráveis. No Concelho da Golegã constata-se que a taxa de analfabetismo²¹ continua a registar um decréscimo acentuado, tendo evoluído de 13,5% em 2001 para 7,9% em 2011 e 4,6% para 2021 permanecendo superior à média nacional e idêntica à média sub-regional.

Com efeito, verifica-se uma necessidade de maior articulação do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho com as Santas Casas e Instituições Particulares de Solidariedade Social com respostas sociais dirigidas a seniores, no sentido de minimizar esta problemática.

De resto, é ainda muito significativa a percentagem de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (68,5%), sendo ainda pouco significativa a percentagem de população residente com o ensino superior (11,2%), valor inferior às médias sub-regional e nacional.

Quadro 36 – Níveis de Instrução da População Residente em 2021 (%)

Unidade Territorial	População 2021	Nenhum	Ensino Básico	1º Ciclo do E. B.	2º Ciclo do E. B.	3º Ciclo do E. B.	Ensino secundário e pós secundário	Ensino superior
CC: Golegã	5400	13,4%	51,9%	23,2%	11,1%	17,5%	22,4%	12,4%
Lezíria do Tejo	235892	14,8%	50,5%	22,9%	11,0%	16,6%	21,4%	13,3%
Continente	9.857.593	13,7%	47,4%	21,3%	10,6%	15,5%	21,3%	17,6%

Fonte: INE (Recenseamento da População 2021)

A relativamente baixa percentagem de população residente com o ensino superior em relação à média nacional torna o Concelho menos competitivo em termos de estabelecimento de atividades empresariais que requeiram recursos humanos com formação superior, e por sua vez a inexistência de oportunidades de emprego leva a que uma fatia significativa de jovens com formação académica de nível superior opte por residir fora do Concelho.

²¹ Taxa de Analfabetismo – Percentagem da população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever.

Quadro 37 – Níveis de Instrução da População Residente em 2021 (%)

Unidade Territorial	Nenhum	Ensino Básico	1º Ciclo do E. B.	2º Ciclo do E. B.	3º Ciclo do E. B.	Ensino secundário e pós secundário	Ensino superior
CC: Golegã	13,4%	51,9%	23,2%	11,1%	17,5%	22,4%	12,4%
Lezíria do Tejo	14,8%	50,5%	22,9%	11,0%	16,6%	21,4%	13,3%
Continente	13,7%	47,4%	21,3%	10,6%	15,5%	21,3%	17,6%

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021- dados provisórios)

Gráfico 26 – Taxa Bruta de Escolarização (Ensino Secundário) 2020/2021 (%)



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudo | INE.

Relativamente à análise qualitativa levada a cabo pelo grupo de trabalho responsável pelas temáticas do Emprego e Formação Profissional, foram definidos os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> Gabinete de Inserção Profissional (GIP)
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Dinamização do GIP (contactos c/ entidades; apoio na elaboração de currículos; técnicas de procura de emprego); Verificar se os cursos técnico-profissionais existentes têm saída profissional; Técnico do IEFP – realização de sessões de esclarecimento com parceiros/entidades locais (CEI's, por exemplo); CEI's na área da reabilitação; Ações de formação no Concelho - descentralizar; Estágios e apoios à contratação - virado para as empresas/instituições.
AMEAÇAS

- Falta de dinamização do GIP (informação/onde está/ o que faz/ que ofertas existem);
- Foco das pessoas muito direcionadas para uma determinada área;
- Jovens que não frequentam a escola e/ou não estão no mercado de trabalho;
- Dificuldade em integrar os jovens na vida ativa (mercado de trabalho, falta de oportunidades)
- Ausência de formação/especialização;
- Pessoas dependentes de subsídios.

CAUSAS

- Falta de Financiamento;
- Fracas Qualificações;
- Oferta de Emprego pouco aliciante;
- Rede de transportes;
- Pessoas dependentes de subsídios;
- Falta de ambições/objetivos profissionais;
- Excesso de Burocracia
- Falta de competências comunicacionais e relacionais.

FALTA DE LEVANTAMENTO/DIAGNÓSTICO DAS MINORIAS ÉTNICAS NO CONCELHO & FALTA DE AÇÕES DE APOIO NA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES NA COMUNIDADE

Vivemos hoje um tempo de migrações, cujos impactos são múltiplos, tendo inerentes a diversidade cultural das sociedades, o aprofundamento das relações entre países, o empreendedorismo e a inovação, a abertura de mercados, os contributos líquidos para as finanças públicas e os efeitos na demografia.

O perfil migratório dos países tem mudado significativamente, a um ritmo acelerado, nos últimos anos, e no caso português, o perfil migratório alterou-se profundamente desde os anos 60 do século passado. Marcado pela emigração transformou-se, na década de 90 do mesmo século, num país muito procurado por imigrantes para viverem e trabalharem, tendo em conta a melhoria das condições económicas e sociais, que conduziu a uma maior atratividade para trabalhadores de outros Estados; um vasto programa de obras públicas e de construção de infraestruturas, que permitiu a capacidade de absorção de muitos trabalhadores nesses setores, maioritariamente em posições pouco qualificadas; e, finalmente, a instabilidade política e social de países, que justificou a procura desses/as trabalhadores/as por melhores condições de vida em Portugal.

O momento presente reclama medidas e ações concretas que promovam a integração pessoal, social, profissional e cívica, a fim de garantir o acesso de direito a uma cidadania comum, e o amplo consenso político em torno do tema das migrações, em Portugal, tem permitido o sucesso das políticas de integração.

Expresso na prática política e, também, nas expressivas maiorias de aprovação na Assembleia da República, este consenso verifica-se não apenas quanto à necessidade de adequada integração dos imigrantes, mas também quanto à imprescindível promoção da legalidade migratória, à erradicação de redes de imigração ilegal e à fiscalização e punição de empregadores/as coniventes com estas redes. Esta preocupação é tão mais importante quando

as fronteiras externas da União Europeia são objeto de uma pressão migratória sem precedentes, revelando situações de grande carência humanitária, reforçada pela recente Guerra na Ucrânia.

As dificuldades de integração profissional, social, ou no sistema de ensino tornam a população imigrante um grupo particularmente desprotegido. Em 2001 eram apenas 20 os/as imigrantes residentes no Concelho da Golegã, valor correspondente a cerca de 1% dos/as imigrantes na NUT III, e que no contexto da população concelhia representavam apenas 0,39%, abaixo da Lezíria do Tejo e do valor para Portugal. Em 2011, essa percentagem aumentava para 1,08%, em 2021 para 2,09%.

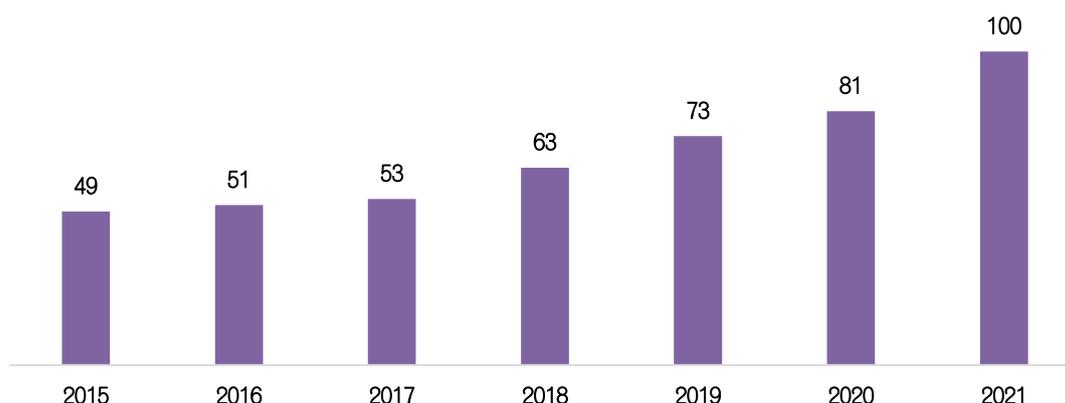
Quadro 38 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	2001	2011	2021
CC: Golegã	0,39	1,08	2,09
Azinhaga	-	0,68	3,25
Golegã	-	1,14	1,36
Pombalinho	-	2,01	4,56
Lezíria do Tejo	1,27	3,54	4,62
Continente	2,29	3,84	5,40
Portugal	2,24	3,73	5,24

Fonte: INE

O número de imigrantes aumentou significativamente desde 2011, estando a residir no Concelho em 2020, 100 cidadãos/ãs estrangeiros/as, com autorização/cartão de residência, ou visto de longa duração, em 2021, constituindo o pico de afluência dos últimos anos, embora consideremos que o valor de 2022 será muito superior devido à Guerra na Ucrânia.

Gráfico 27 - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT)

Considerando dois momentos, 2015 e 2021, o quantitativo de residentes estrangeiros/as na Golegã sofreu grandes alterações tendo ganho 51 residentes de nacionalidade estrangeira, comparando com os 49 de 2015.

Quadro 39 - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Alemanha	1	1	1	0	0	0	0
Angola	2	2	1	1	1	1	2
Bangladesh	0	0	1	1	1	1	1
Bélgica	1	1	1	0	0	0	0
Brasil	9	11	9	10	11	14	13
Bulgária	0	0	0	0	1	1	0
Cabo Verde	0	0	0	1	1	1	1
Canadá	0	0	0	0	0	0	2
China	5	3	2	8	11	10	14
Eslováquia	1	1	1	0	0	0	0
Espanha	0	0	1	1	1	1	1
EUA	0	0	0	1	1	1	1
Filipinas	1	1	1	1	1	1	1
França	8	7	7	4	3	1	1
Hungria	0	0	0	0	0	0	1
Índia	0	1	1	2	3	12	20
Irão	0	0	1	1	1	1	1
Iraque	0	0	3	3	3	3	3
Irlanda	0	0	0	0	0	0	1
Itália	0	0	0	0	0	0	2
Lituânia	1	1	1	0	0	0	0
Moçambique	1	1	1	1	2	2	2
Paquistão	0	0	1	4	7	6	7
Reino Unido	0	0	0	4	4	6	6
Roménia	13	14	13	13	12	10	13
São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	1	1	1
Suíça	0	0	0	0	1	1	1
Ucrânia	6	7	7	7	7	7	5

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT)

De referir, que reportando-nos a 2021, o maior número são os/as Indianos/as, seguindo-se dos/as brasileiros/as e chineses/as.

Quadro 40 - População estrangeira residente no Concelho 2024

Países	2024
Afeganistão	59
Alemanha	1
Angola	29
Bangladesh	3
Brasil	186
Cabo Verde	3
China	9
Espanha	1
Guiné	2
Gana	1
India	36
Iraque	5
Irlanda	1
Holanda	5
Nepal	1
Marrocos	7
Moçambique	4
Paquistão	25
CF – Centro-Africana (Républica)	1
Roménia	8
São Tomé e Príncipe	8
Ucrânia	15
Total	410

Fonte: Mendes e Gonçalves, 2024|Junta de Freguesia da Golegã e Azinhaga|Serviço de Ação Social da CMG|Serviço de Educação da CMG|AEGAP, 2024

Em 2024, o Concelho da Golegã registou um total de 410 imigrantes, tornando-se o ano com o maior número de imigrantes até à data. Este aumento significativo pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a procura por melhores condições de vida, oportunidades de trabalho e a estabilidade política e económica que a região oferece.

O Brasil destaca-se como o país com o maior número de imigrantes, com um total de 186 residentes. Este número elevado pode refletir a forte ligação histórica e cultural entre Portugal e o Brasil, melhor qualidade e condição de vida, além de possíveis laços familiares e redes de apoio já estabelecidas na Golegã. Outros países com números significativos de imigrantes incluem o Afeganistão, com 59 imigrantes, Angola, com 29, e a Índia, com 36. Estes números sugerem que a Golegã se tornou um destino atraente para pessoas de diferentes partes do mundo, possivelmente devido a oportunidades económicas ou programas específicos de acolhimento e integração.

O aumento significativo de afegãos na Golegã deve-se à grave crise humanitária e política no Afeganistão após a tomada de poder pelo Talibã em 2021. Muitos afegãos, fugiram da

perseguição e insegurança, procurando refúgio em países como Portugal. A Golegã tem-se destacado como um local de acolhimento devido a condições favoráveis para a integração, como apoio social, habitação e emprego. Além disso, as redes de apoio familiar e comunitário na região têm atraído mais imigrantes afegãos.

Durante o conflito na Ucrânia, entre 2020 e 2023 a Golegã também acolheu um número considerável de refugiados ucranianos. No entanto, agora a maioria das famílias ucranianas regressou ao seu país de origem, o que reflete um desejo de reconstruir as suas vidas na Ucrânia à medida que a situação se estabiliza. Apesar disso, ainda permanecem 15 ucranianos residentes na Golegã, mantendo a ligação entre estas famílias e a comunidade local.

Além disso, vários outros países contribuíram com um menor número de imigrantes, com registos que variam entre 1 e 9 residentes, o que demonstra a crescente diversidade na população imigrante da Golegã. Esta diversidade pode enriquecer a comunidade local, trazendo novas culturas e perspetivas.

Em suma, o aumento do número de imigrantes na Golegã em 2024 reflete um fenómeno de globalização e mobilidade internacional, com pessoas de várias partes do mundo a escolherem este Concelho como o seu novo lar.

Quadro 41 - Dados dos colaboradores estrangeiros residentes no Concelho – Mendes e Gonçalves, 2024

Género	Idade	País - Nacionalidade	Localidade de Residência
M	29	IN - Índia	GOLEGÃ
M	29	IN - Índia	GOLEGÃ
M	29	IN - Índia	GOLEGÃ
M	41	IQ - Iraque	GOLEGÃ
M	30	IN - Índia	GOLEGÃ
M	30	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
F	30	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	23	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	46	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	25	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
F	47	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
F	47	UA - Ucrânia	GOLEGÃ
F	39	UA - Ucrânia	GOLEGÃ
M	48	IN - Índia	GOLEGÃ
M	48	PK - Paquistão	GOLEGÃ
M	31	PK - Paquistão	GOLEGÃ
F	34	IQ - Iraque	GOLEGÃ
M	24	IN - Índia	GOLEGÃ
F	38	UA - Ucrânia	GOLEGÃ
M	43	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
F	37	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
F	26	BR - Brasil	GOLEGÃ
M	57	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
F	44	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	21	AF - Afeganistão	GOLEGÃ

M	20	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	44	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
F	67	UA - Ucrânia	GOLEGÃ
F	31	RO - Roménia	GOLEGÃ
M	45	UA - Ucrânia	GOLEGÃ
F	31	BR - Brasil	GOLEGÃ
F	42	BR - Brasil	GOLEGÃ
F	32	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	37	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	46	BR - Brasil	GOLEGÃ
F	26	BR - Brasil	GOLEGÃ
F	27	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	27	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	23	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	23	BR - Brasil	GOLEGÃ
F	35	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	25	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	27	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	32	BR - Brasil	GOLEGÃ
M	34	BR - Brasil	GOLEGÃ
M	36	PK - Paquistão	GOLEGÃ
F	41	BR - Brasil	GOLEGÃ
F	29	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
F	21	BR - Brasil	GOLEGÃ
F	24	BR - Brasil	AZINHAGA
F	40	IN - Índia	GOLEGÃ
F	42	BR - Brasil	AZINHAGA
F	24	BR - Brasil	GOLEGÃ
M	41	CF - Centro-Africana (Républica)	GOLEGÃ
M	48	UA - Ucrânia	GOLEGÃ
F	29	AF - Afeganistão	GOLEGÃ
M	41	IN - Índia	GOLEGÃ
M	38	PK - Paquistão	GOLEGÃ
TOTAL			58

Fonte: Mendes e Gonçalves, 2024

Quadro 42 - Dados dos colaboradores estrangeiros residentes no Concelho – Mendes e Gonçalves (Género, Nacionalidade, Local de residência e Idade), 2024

Género	Total
F	25
M	33
Total Geral	58

Nacionalidade	Total
AF - Afeganistão	23
BR - Brasil	13
CF - Centro-Africana (Républica)	1
IN - Índia	8
IQ - Iraque	2
PK - Paquistão	4
RO - Roménia	1
UA - Ucrânia	6
Total Geral	58

Localidade de Residência	Total
AZINHAGA	2
GOLEGÃ	56
Total Geral	58

Intervalo de Idades	Total
20 aos 29 anos	21
30 aos 39 anos	17
40 aos 49 anos	18
50 aos 59 anos	1
60 aos 69 anos	1

Fonte: Mendes e Gonçalves, 2024

Os dados fornecidos sobre os imigrantes colaboradores da empresa Mendes e Gonçalves revelam uma distribuição detalhada com base no género, idade, nacionalidade e localidade de residência. Entre os 58 indivíduos registados, a maioria reside na Golegã (56 pessoas), enquanto apenas 2 vivem na Azinhaga.

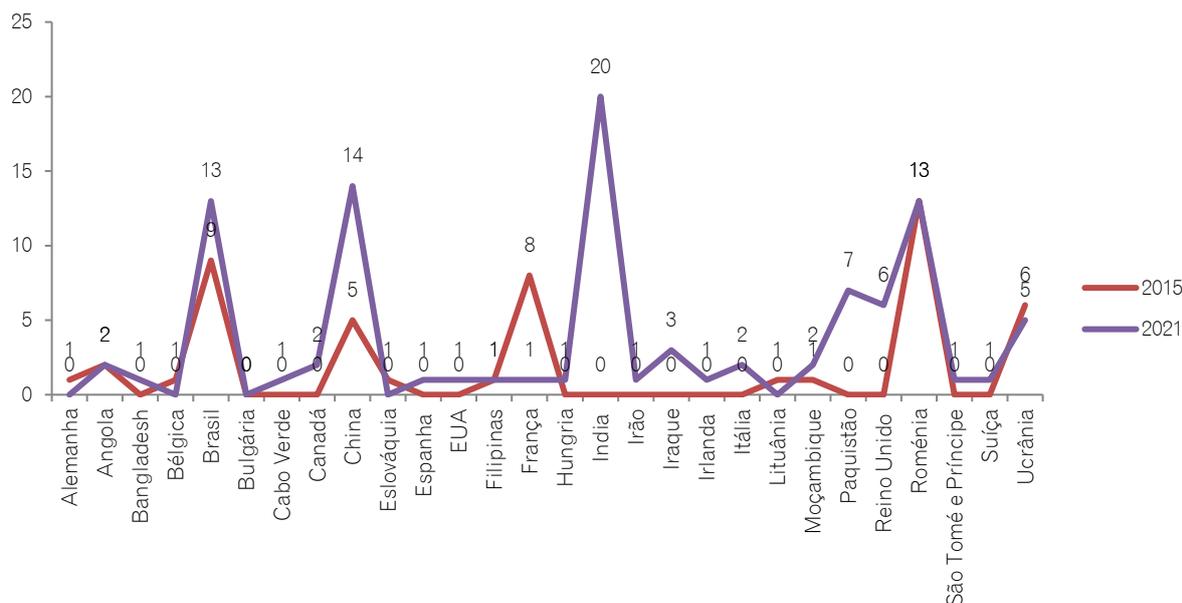
A predominância masculina é evidente, com 33 homens e 25 mulheres. A faixa etária dos colaboradores varia de 20 a 67 anos, sendo que a maioria está na faixa dos 20 aos 29 anos (21 pessoas), seguida pelas idades de 30 a 39 anos (17 pessoas) e de 40 a 49 anos (18 pessoas). Apenas 1 pessoa pertence a cada uma das faixas etárias de 50 a 59 anos e de 60 a 69 anos.

Em termos de nacionalidade, a maior parte dos colaboradores é do Afeganistão (23 pessoas), seguida pelo Brasil (13 pessoas), Índia (8 pessoas), Ucrânia (6 pessoas), Paquistão (4 pessoas),

Iraque (2 pessoas), e uma pessoa de cada uma das seguintes nacionalidades: Roménia e Centro-Africana (República).

A análise demonstra uma concentração de colaboradores masculinos, uma predominância de imigrantes afegãos, e uma distribuição etária que favorece jovens adultos e adultos de meia-idade, com a maioria residindo em Golegã. A presença de colaboradores em Azinhaga é mínima em comparação com Golegã.

Gráfico 28 - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT)

No que concerne especificamente aos/às refugiados/as da Ucrânia que mereceram especial atenção de integração, através dum esforço conjunto da comunidade local, da Autarquia, da área da Saúde, IEFP e da Segurança Social.

Foi criada uma equipa (representantes da Câmara Municipal, Delegação Saúde e UCC) liderada pelo Delegado de Saúde de Santarém, com o objetivo de verificar as condições de habitabilidade das casas dispensadas/disponibilizadas pela Comunidade antes da chegada de cada família.

Estes/as refugiados/as tiveram apoio na sua legalização, através do apoio nas deslocações ao SEF, inscrições na Segurança Social para apoio RSI, Português Língua de Acolhimento ministrado pelo IEFP, bem como nas diligências para integração das crianças nos diversos estabelecimentos de ensino.

Na área da saúde, foi verificado/a se os/as mesmos/as tinham todas as vacinas constantes do nosso Plano Nacional de Vacinação, COVID e Gripe. Foram atendidos/as no âmbito da Medicina Geral, tendo sido encaminhados/as para as diferentes especialidades médicas, nomeadamente na área da saúde dentária, que através de consultas, quer através de cheque-dentista.

Para esta problemática foram os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e respetivas causas:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Mendes e Gonçalves;• CMG – Rede Social;• Entidades particulares (agricultura);• Segurança Social;• SEF;• IPSS's;• Agrupamento de Escolas da Azinhaga, Golegã e Pombalinho;• Juntas de Freguesia;• IEFP.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Contactar embaixadas/SEF para recolhe dados/informações.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Falta de identificação dos indivíduos;• Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes;• Aumento de migração no Concelho;• Barreira linguística;• “Tratamento” diferenciado por parte das entidades.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Falta de Financiamento■ Ofertas de emprego pouco aliciantes■ Falta de ambições/objetivos profissionais■ Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais■ Sobrecarga de funções profissionais■ Excesso de Burocracia■ Falta de competências comunicacionais e relacionais■ Barreira Linguística e cultural■ Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes■ Fatores culturais■ Ausência de Partilha

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

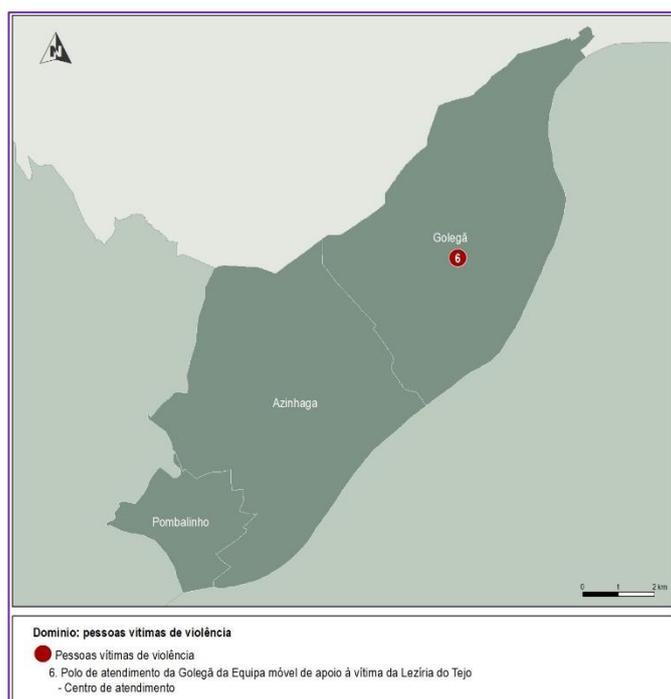
Nos últimos anos, a temática do combate à violência diversificou-se amplamente, a par com a diversificação das formas de discriminação e violência de uma pessoa ou grupo de pessoas, podendo esta ter múltiplas motivações (com base na nacionalidade, origem étnica, religião, orientação sexual ou política, identidade de género, raça, cor, sexo).

| 96

Subsequentemente, o apoio às vítimas de violência ganhou uma importante notoriedade na sociedade portuguesa, em resultado da promoção de inúmeras e diversas campanhas de sensibilização para a ação contra toda e qualquer forma de violência, dirigidas ao apoio às vítimas, mas também às respetivas famílias e à sociedade em geral, a par de maiores níveis de informação da população contra o facto de a violência ter várias formas e implicar a prática de vários crimes.

O domínio de intervenção das pessoas vítimas de violência no município da Golegã abrange uma resposta social, a de um gabinete de atendimento a pessoas vítimas de violência.

Figura 8 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, no Concelho, em 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

O projeto Equipa Móvel de Apoio à Vítima (EMAV) da Lezíria do Tejo tem como objetivo central consolidar a intervenção da APAV ao nível do apoio e proteção às vítimas de violência no território abrangido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

No seu âmbito, as principais atividades da equipa incluem:

- › Atendimento e apoio individual a vítimas de violência doméstica, em itinerância, pelos municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.
- › Atividades de informação e/ou sensibilização para o contexto escolar, parceiros-chave e comunidade local sobre violência doméstica e os serviços de apoio.
- › Preparação e distribuição de materiais de informação e divulgação.

| 97

A EMAV da LT- polo da Golegã, visa dar resposta às necessidades locais das vítimas de crime e suas famílias, promovendo uma identidade local da APAV na comunidade em que os serviços de apoio à vítima estão incluídos, desenvolvendo assim relações próximas e consistentes e garantindo a máxima otimização dos recursos disponíveis, uma resposta de proximidade.

A EMAV LT disponibiliza, de forma confidencial e gratuita, o apoio a vítimas de infrações penais em geral, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio emocional, social, jurídico e psicológico. Este apoio é assegurado por alguns recursos humanos do GAV de Santarém, sendo a EMAV LT composta pela gestora (jurista), assessor (psicólogo), uma TAV da área social e três TAV da área da psicologia.

No decurso do 2023, a EMAV LT registou um total de 28 atendimentos e diligências, firmados em 9 processos de apoio a munícipes da Golegã. Dos que foram vítima de algum tipo de crime, a maioria foi vítima de crimes no âmbito da Violência Doméstica. No decurso do 2021, a EMAV LT registou um total de 34 atendimentos e diligências, contra 28 em 2020.

Além dos atendimentos telefónicos e presenciais, a equipa realiza outras diligências no âmbito do processo de apoio à vítima, nomeadamente, o acompanhamento das vítimas, para formalização e apresentação de queixa ou a prestação de declarações nas Forças de Segurança e/ou no Ministério Público; acompanhamento ao Tribunal para depoimento de memória futura; deslocações a instituições da comunidade; retirada dos bens da casa morada de família; acompanhamento no acolhimento em alojamento de emergência, Casa de Abrigo; entrega de bens alimentares, entre outras.

No ano de 2023, dos crimes e outras formas de violência, ocorreram 13 crimes por Violência Doméstica (maus tratos físicos e psíquicos), 1 crime por Coação Sexual (adultos) e 1 crimes por Aliciamento de menores.

Tendo em conta este número, foi possível fazer o apuramento de alguns dados estatísticos de caracterização destes/as utentes, nomeadamente o sexo, a faixa etária e a freguesia de origem.

Gráfico 29 – Vítima Violência Doméstica
Sexo do/a utente (APAV)

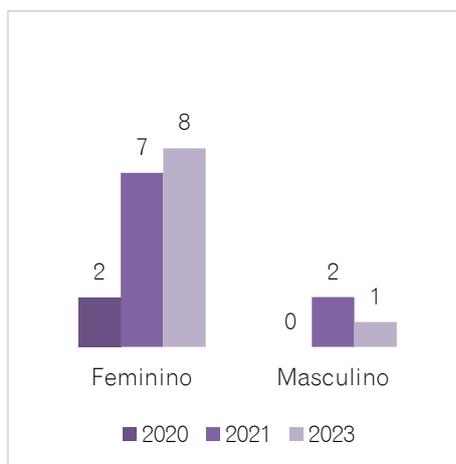
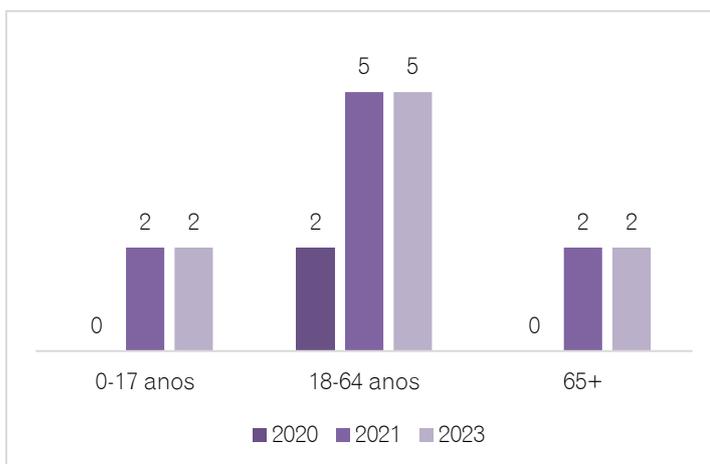


Gráfico 30 - Vítima Violência Doméstica,
Faixa etária (APAV)



Fonte: APAV. Relatório de Execução Atividades 2020/2021/2023

De entre as 3 faixas etárias registadas (crianças, adultos e idosos/as), enquanto em 2020, 100% localizava-se na faixa das pessoas adultas, em 2021 e 2023, já se verifica o acompanhamento a utentes abaixo dos 17 anos (22%), sendo os restantes 78% dos casos adultos e idosos/as.

Finalmente, verificou-se que os utentes apoiados em 2020 eram apenas da freguesia sede, em 2021 eram das três freguesias, e em 2023, os utentes apoiados pertenciam à Golegã e Azinhaga.

Gráfico 31: Utentes Apoiados/as 2023 no âmbito da violência doméstica

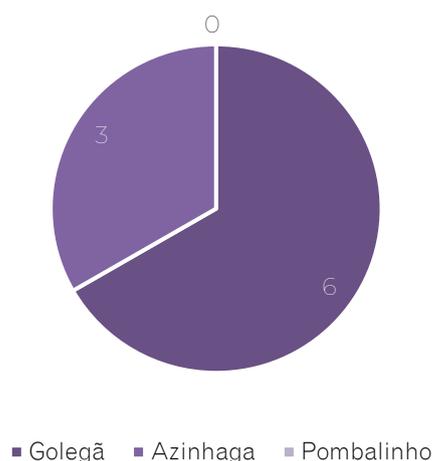
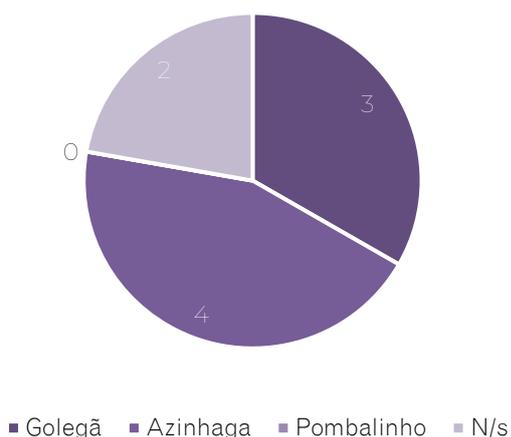


Gráfico 32: Utentes Apoiados/as 2021 no âmbito da violência doméstica



Fonte: APAV. Relatório de Execução Atividades 2021/2023

A Guarda Nacional Republicana – Posto da Golegã registou, entre 2018 e 2020, 100% das denúncias provenientes de mulheres, com a maioria das vítimas a residir na sede do Concelho, seguida da Azinhaga, e apenas uma ocorrência no Pombalinho. No entanto, entre 2023 e 2024, verificou-se um aumento no número de vítimas do sexo feminino (13 e 6 casos, respetivamente) e, pela primeira vez, registaram-se também vítimas de violência doméstica do sexo masculino (1 e 2 casos, respetivamente) no Concelho da Golegã. A maioria das vítimas reside na Freguesia da Golegã, seguida da Azinhaga, sem qualquer ocorrência registada no Pombalinho.

Gráfico 33 – Vítimas de violência doméstica, por sexo (GNR)

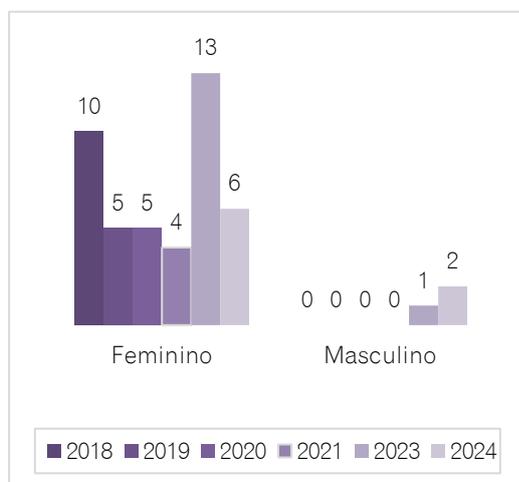
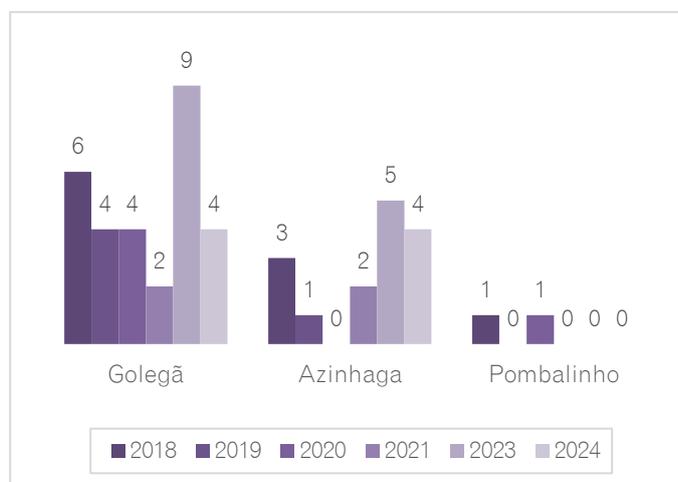


Gráfico 34 - Vítimas de violência doméstica, por freguesia de origem (GNR)

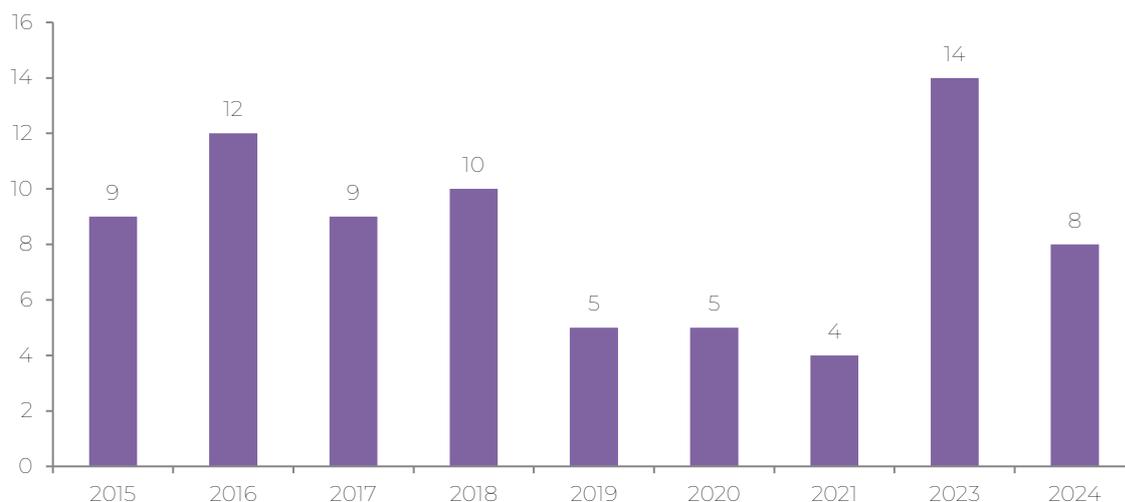


Fonte: Guarda Nacional Republicana 2024

Em 2023, no Polo da Golegã (APAV), observou-se que 88,9% (n=8) das vítimas apresentaram queixa/denúncia junto de uma autoridade competente. Entre as vítimas que apresentaram queixa ou para as quais foi feita denúncia da sua situação de violência junto das autoridades competentes (n=8), mais de 85% optaram por apresentar queixa ou denúncia na (7) Guarda Nacional Republicana (GNR) e (1) na Polícia de Segurança Pública (PSP). Em 2023, mais 6 pessoas apresentaram denúncia diretamente no posto da GNR, totalizando 14 denúncias no Concelho da Golegã. Em 2024, até ao mês de agosto, foram registadas 8 denúncias.

De referir, que nos últimos anos entre 2018 – 2021 tem verificado, a nível de denúncias no Posto, uma redução considerável, contudo no ano de 2023 e 2024 voltou a subir.

Gráfico 35 – Número de Denúncias de Violência Doméstica no Concelho da Golegã



Fonte: APAV 2023| Guarda Nacional Republicana, 2024

Para esta problemática foram identificados os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e respetivas causas:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• APAV;• Saúde (USF e UCC);• CMG;• GNR;• CPCJ;• Centro Social e Paroquial;• Agrupamento de Escolas de Azinhaga, Golegã e Pombalinho;• Linha Telefónica de Informação às Vítimas de Violência Doméstica e/ou Linha Nacional de Emergência Social.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Intervenção, no terreno, da APAV;• Ações de sensibilização formação na área da violência no namoro/ bullying/ Cyberbullying / violência doméstica (toda a comunidade escolar);• Ações de sensibilização formação na área da violência no namoro/ bullying/ Cyberbullying /violência doméstica/ violência idosos/ (parceiros sociais e outras entidades do Concelho);• Capacitar as vítimas;• Levantamento/compreender de como estes casos estão a ser acompanhados/abordados na comunidade escolar;

- Interlocutor na comunidade escolar que articula diretamente com a APAV;
- Projeto “Psi +” – destinado a crianças/jovens expostos a situações violência doméstica;
- Envolver os jovens nas abordagens das temáticas.

AMEAÇAS

- Constrangimento para a vítima em sair de casa e é afastada da sua rede de suporte em vez do agressor;
- Fatores que promovem a manutenção do relacionamento (dependência por parte da vítima);
- Enraizamento cultural que o que se passa entre o casal é apenas entre o casal;
- Abordagem das temáticas por técnicos não especializados;
- Alcoolismo e/ou consume de substâncias psicoativas.

CAUSAS

- Ausência de ERPI's
- Alteração Agregado Familiar/ Ausência de Suporte Familiar
- Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais
- Encerramento da Extensão de Saúde e outros serviços
- Doenças do foro mental
- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Barreira Linguística e cultural
- Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes
- Relacionamentos não saudáveis
- Fatores culturais
- Isolamento
- Controlo e poder

DEPENDÊNCIA DOS APOIOS SOCIAIS POR PARTE DE ALGUMAS FAMÍLIAS & FALTA DE ACOMPANHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DE APOIOS SOCIAIS

O momento atual é de crise, no entanto, com menores efeitos no incremento do desemprego, na quebra de rendimentos da população inserida no mercado de trabalho e no aumento da pobreza generalizada, pelo que se acomete uma menor pressão sobre as respostas e serviços sociais orientados para a família e comunidade. Não obstante, o crescente clima económico de incerteza e de inflação, a par de um reconhecimento da efetividade de que as crises económicas se constituem como cíclicas, conferem a estas respostas e serviços uma importância crucial em garantir o acesso a bens alimentares a pessoas que se encontram socialmente vulneráveis. Como tal, estas respostas sociais desempenham uma função estruturante na preservação de um ambiente social equilibrado e na coesão social, pelo que a sua continuidade se constitui como imprescindível.

Muito dependente da evolução socioeconómica, parte da população ativa sofre de importantes problemas sociais de pobreza e exclusão social.

O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o subsídio de desemprego. Como exemplo, o ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem na Golegã, que se situam aquém dos valores médios regionais e nacionais, no geral, mas também no que respeita ao grupo de profissionais não qualificados/as, aqueles/as com remuneração mais baixa.

Quadro 43 – Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2016-2021

Unidade Territorial	Profissionais não qualificados							
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Golegã	839,6	897,7	925,0	973,7	617,1	639,8	671,5	729,8
Lezíria do Tejo	976,7	989,3	1.106,0	1.037,3	677,3	710,9	742,4	754,6
Continente	1.107,9	1.133,3	1.170,3	1.209,9	687,0	717,5	746,1	769,4
Portugal	1.105,6	1.180,8	1.166,9	1.206,3	688,5	718,6	746,8	770,5

Fonte: PORDATA

De facto, em Portugal, a taxa de risco de pobreza²² tem vindo a aumentar desde 2010, situando-se em 2013 em 19,5% da população portuguesa. Os menores de 18 anos, as famílias com filhos a seu cargo e os/as desempregados/as são os mais afetados.

Em termos de grupos etários, verificou-se que continuam a ser as mulheres o grupo mais vulnerável a situações de pobreza. Em 2020, a taxa de risco de pobreza para as mulheres aumentou face aos anos anteriores, passando a ser de 20,2%.

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2023, referentes aos rendimentos de 2022, mostram que 17% da população estava em risco de pobreza em 2022, um aumento de 0,6 pontos percentuais em relação a 2021. Este risco abrangeu todas as faixas etárias, mas foi mais acentuado entre os menores de 18 anos. A pobreza afetou mais as mulheres do que os homens e foi mais elevada entre quem tinha apenas o ensino básico (22,7%) em comparação com quem tinha o ensino secundário (13,5%) ou superior (5,8%).

Apesar de a pobreza entre a população empregada ter diminuído ligeiramente, aumentou entre os desempregados. As transferências sociais ajudaram a reduzir o risco de pobreza, mas o impacto foi menor do que no ano anterior. Em 2023, cerca de 2,1 milhões de pessoas em Portugal estavam em risco de pobreza ou exclusão social, mantendo-se a taxa estável em 20,1%.

O aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior). O risco de pobreza dos adultos em idade ativa aumentou 0,4 p.p e o da população idosa aumentou 0,1 p.p.

Quadro 44 – Taxa de Risco de Pobreza em Portugal (%)

Ano	Grupo Etário		
	Homem / Mulher	Homem	Mulher
2013	19,5	18,9	20,0
2015	18,7	18,8	18,7
2020	19,8	19,4	20,2
2021	16,4	15,9	16,8
2022	17,0	16,2	17,7

Fonte: INE (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2022)

Numa perspetiva socioeconómica, o risco de pobreza é particularmente elevado, para os agregados constituídos por dois adultos e com três ou mais crianças (34,5%), os agregados com um adulto com pelo menos uma criança (27,9%) e os agregados com um adulto sem crianças (27,5%).

²² Taxa de Risco de Pobreza – Proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza.

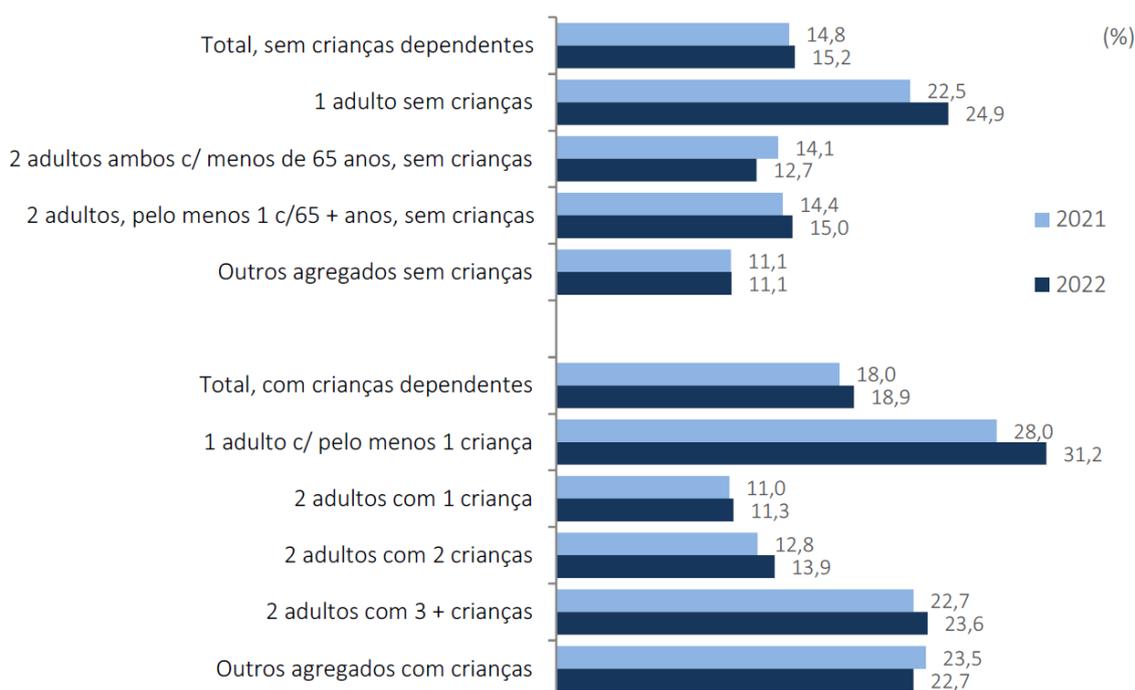
Por oposição, os agregados familiares constituídos por três ou mais adultos e sem crianças dependentes (9,1%) e as famílias de dois adultos e uma criança dependente caracterizam-se por serem as menos afetadas pelo risco de pobreza (15,6%) em 2020.

Em 2022, a taxa de risco de pobreza aumentou tanto para os agregados familiares sem crianças dependentes (15,2%, um aumento de 0,4 pontos percentuais em comparação com 2021) como para os agregados com crianças dependentes (18,9%, mais 0,9 pontos percentuais do que no ano anterior).

O risco de pobreza relativa subiu principalmente entre os adultos que vivem sozinhos, passando de 22,7% em 2021 para 24,9% em 2022, e também para as famílias compostas por um adulto com pelo menos uma criança dependente, de 28,0% para 31,2%, e para aquelas com dois adultos e duas crianças dependentes, de 12,8% para 13,9%.

No entanto, alguns grupos registaram uma melhoria em termos de risco de pobreza entre 2021 e 2022, especialmente as famílias formadas por dois adultos com menos de 65 anos e sem crianças dependentes, onde a taxa diminuiu de 14,1% para 12,7%.

Gráfico 36 -Taxa de Risco de Pobreza segundo a Composição do Agregado Familiar, 2021-2022 (%)



Fonte: INE (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2022-2023)

Considerando o desemprego que se registou nos últimos anos, quer no Concelho, bem como a nível nacional, os indivíduos tendem a recorrer mais aos apoios sociais financeiros prestados pela Segurança Social, nomeadamente, abonos de família, subsídios de desemprego, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos, entre outros, bem como a outros apoios disponibilizados por diversas entidades mencionados no ponto anterior.

Os apoios sociais atribuídos pela Segurança Social são medidas de combate à pobreza e exclusão social, de modo a apoiar os indivíduos e famílias mais desfavorecidas que não têm outras formas de rendimento.

Nos últimos anos, Portugal tem dado prioridade ao combate à pobreza e à exclusão social. Antes da pandemia de COVID-19, o país vivia um período de recuperação económica que resultou na saída de 700 mil pessoas do risco de pobreza e exclusão social entre 2015 e 2020, atingindo-se os níveis mais baixos de desigualdade de sempre. No entanto, cerca de 2,3 milhões de pessoas, incluindo 389.686 crianças, continuam em risco.

A Agenda 2030 define como meta reduzir para metade a pobreza monetária entre as crianças, o que significa tirar 170 mil crianças da pobreza até 2030. Para alcançar este objetivo, o Governo reconheceu a necessidade de criar um instrumento de política pública nacional, que incluía ações coerentes e integradas, reforçadas pelos impactos socioeconómicos da pandemia.

As estratégias envolvem: Educação de qualidade para todos; Promoção do sucesso escolar; Acesso aos cuidados de saúde; Reforço da proteção social para crianças, jovens e suas famílias; Promoção da igualdade e não discriminação; Acesso à prática desportiva.; Atenção especial aos grupos mais vulneráveis, como crianças e jovens com necessidades específicas, minorias, e a promoção da igualdade de género.

Para alcançar os objetivos da Garantia para a Infância, é essencial uma intervenção social integrada e local, focada nas necessidades específicas das famílias, crianças e jovens em situação de pobreza e exclusão social. A colaboração com os municípios é crucial, especialmente em áreas com maiores índices de pobreza, para implementar eficazmente políticas de combate à pobreza e prevenir a sua transmissão intergeracional.

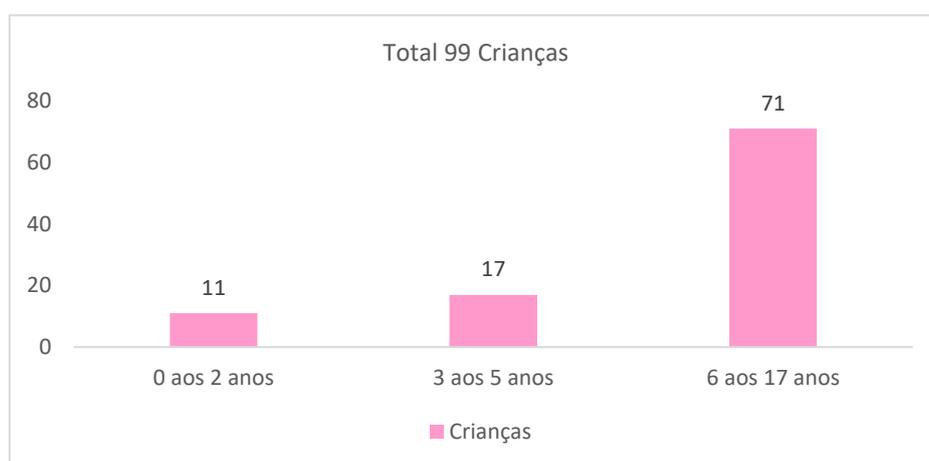
A Rede Social, através de parcerias locais, desempenha um papel central na planificação estratégica e na mobilização de recursos. A criação de Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI) nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) é fundamental. Estes núcleos permitem otimizar recursos, evitar duplicação de esforços e garantir uma intervenção qualificada e centrada nas crianças, jovens e suas famílias.

Uma abordagem integrada, multidisciplinar e próxima da comunidade assegura respostas eficazes às necessidades sociais, promovendo a coesão, o desenvolvimento social e a integração das crianças e jovens mais vulneráveis, em consonância com as políticas nacionais e as recomendações europeias.

Estas intervenções locais são fundamentais para a prevenção da pobreza intergeracional e para promover a coesão e o desenvolvimento social. A abordagem integrada e de proximidade permite uma resposta eficiente às necessidades sociais, promovendo igualdade, sucesso escolar, acesso à saúde, e a não discriminação, com especial atenção aos grupos mais vulneráveis.

O Complemento Garantia para a Infância é destinado a famílias que cumpram três condições: receber abono de família, ter filhos menores de 18 anos, e ter um rendimento familiar inferior a 2.424,08 euros anuais em 2024. O montante a receber corresponde à diferença entre o valor do abono de família para crianças e jovens e o valor mensal da garantia para a infância, por forma a garantir o pagamento de um valor total de 122€, não podendo exceder este valor.

Gráfico 37 – Crianças do Concelho da Golegã a usufruir do Complemento Garantia para a Infância, 2023



Fonte: Coordenação Nacional da Garantia para a Infância, 2023

No âmbito da Garantia para a Infância, foram identificadas 99 crianças em 2023 e 86 em maio de 2024, pela Coordenação Nacional da Garantia para a Infância, no Concelho da Golegã, que se enquadram nos critérios para receber este complemento.

Entre estas crianças, 18 pertencem a agregados familiares que beneficiam do Rendimento Social de Inserção (RSI) e 16 são acompanhadas pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). No entanto, 45 destas crianças não têm processo familiar, ou seja, não beneficiam da prestação de RSI ou nunca foram acompanhadas pelo SAAS.

No que respeita às prestações familiares, a evolução da atribuição do abono de família observou uma trajetória crescente desde 2019 até 2022, chegando a 632 crianças e jovens, com um valor total atribuído de 389 milhares de euros, em 2022.

Quadro 45 - Número de crianças em RSI no Concelho da Golegã

RSI		abr/22 (2022 dos 3 aos 18 anos)	jan/23 (2023 dos 2 aos 16 anos)	jan/24 (2024 dos 2 aos 17 anos)
crianças/género	Feminino	4	2	1
	Masculino	9	10	11
Total		13	12	12

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Os dados mostram a evolução do número de crianças beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI) no Concelho da Golegã, de abril de 2022 até janeiro de 2024. Em abril de 2022, havia 13 crianças no total beneficiárias do RSI, sendo 4 do género feminino e 9 do género masculino. Em janeiro de 2023, o total de crianças beneficiárias diminuiu para 12, com uma redução significativa no número de meninas, de 4 para 2, enquanto o número de meninos aumentou para 10. Em janeiro de 2024, o total manteve-se estável em 12, mas a tendência de diminuição de meninas continua, com apenas 1 criança do género feminino a beneficiária do RSI. Por outro lado, o número de meninos aumentou para 11. Estes dados revelam uma tendência de declínio no número de crianças do género feminino a receber RSI, enquanto o número de crianças do género masculino aumentou progressivamente. Embora o total de beneficiários tenha permanecido relativamente estável ao longo deste período, as diferenças entre os géneros são notórias.

O Rendimento Social de Inserção é uma prestação que visa apoiar famílias e indivíduos em situação de carência económica, proporcionando-lhes um rendimento mínimo para a satisfação de suas necessidades básicas, enquanto é promovida a sua inserção social e profissional. O facto de o número de crianças beneficiárias do RSI se manter elevado indica que há uma parte significativa da população infantil no Concelho que continua a viver em condições de fragilidade económica. Estes números também refletem desafios mais amplos que as famílias da Golegã enfrentam, como o desemprego, a precariedade laboral ou a falta de oportunidades de desenvolvimento económico, fatores que afetam diretamente o bem-estar das crianças e a sua qualidade de vida.

Quadro 46 - Número de crianças realojadas em Habitação Social no Concelho da Golegã, 2024

Habitação Social		set/24
crianças	Feminino	4
	Masculino	9
Total		13

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 47 - Número de crianças que aguardam realojamento em Habitação Social no Concelho da Golegã, 2024

Aguardam realojamento em Habitação Social		set/24
crianças	Feminino	3
	Masculino	5
Total		8

| 109

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

No Concelho da Golegã, em 2024, o número de crianças realojadas em habitação social é de 13, sendo 4 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. Estes números refletem uma realidade social em que a habitação social continua a desempenhar um papel crucial na vida de várias famílias, conforto e condições de vida dignas para estas crianças. Além disso, ainda existem 8 crianças que aguardam realojamento em habitação social, das quais 3 são meninas e 5 são meninos, o que indica que a procura por este tipo de apoio habitacional ainda não está totalmente satisfeita. O facto de haver um número significativo de crianças à espera de realojamento demonstra que a procura por este serviço continua a ser elevada, refletindo as dificuldades económicas que muitas famílias enfrentam. O realojamento destas crianças na habitação social não só proporciona uma base de estabilidade, mas também desempenha um papel fundamental no combate à exclusão social e na promoção da igualdade de oportunidades para um futuro melhor.

Quadro 48 - Nº de crianças apoiadas pelo Banco alimentar no Concelho da Golegã, 2023-2024

Localidade	Ano	Nº de Crianças do sexo Feminino	Nº de Crianças do sexo Masculino	Total de Crianças
Golegã	2023	3	6	9
	2024	6	9	15
Azinhaga	2023	3	1	4
	2024	4	2	6
Pombalinho	2023	3	2	5
	2024	0	1	1

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Serviço de

Quadro 49 – Nº de crianças apoiadas pelo POAPMC no Concelho da Golegã, 2023-2024

Localidade	Ano	Nº de Crianças do sexo Feminino	Nº de Crianças do sexo Masculino	Total de Crianças
Golegã	2023	4	10	14
	2024	3	18	21
Azinhaga	2023	2	3	5
	2024	2	2	4
Pombalinho	2023	2	3	5
	2024	2	2	4

Fonte:
Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Serviço de

No Concelho da Golegã, em 2024, os dados indicam que 22 crianças estão a receber apoio do Banco Alimentar e 29 são beneficiárias do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). No ano de 2023, 18 crianças usufruíram de Banco Alimentar e 24 receberam apoio do POAPMC.

Este aumento reflete um agravamento das condições socioeconómicas de algumas famílias da região, destacando a importância crescente destes programas de ajuda. O aumento no número de beneficiários de ambos os apoios alimentares indicam que, apesar dos esforços em prol da inclusão social e do combate à pobreza, a vulnerabilidade infantil persiste, ou até se intensifica. Este fenómeno pode estar relacionado com vários fatores, como o aumento do custo de vida, o desemprego, a precariedade laboral ou a falta de rendimentos suficientes para garantir o bem-estar das famílias.

O papel do Banco Alimentar e do POAPMC torna-se, assim, cada vez mais relevante, não só como resposta imediata a situações de carência alimentar, mas também como um suporte que pode ajudar a prevenir a exclusão social. O facto de mais crianças necessitarem deste tipo de apoio reflete as desigualdades que persistem na sociedade. Estes dados, comparando 2023 com 2024, evidenciam uma necessidade crescente de fortalecer os mecanismos de proteção social no Concelho da Golegã e de garantir que as crianças e as suas famílias tenham acesso a uma vida digna.

Quadro 50 – Número de alunos do Agrupamento de Escolas da Golegã com escalão 2023-2024

Escola	Agrupamento de Escolas da Golegã		
	Escalão A	Escalão B	Sem Escalão
Jardim de Infância de Golegã	22	12	37
Escola Básica do 1º Ciclo de Azinhaga	17	11	39
Escola Básica do 1º Ciclo de Golegã	31	24	114
Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia	43	30	298

Total	113	77	488
-------	-----	----	-----

Fonte: Serviço de Educação da CMG, 2024|Agrupamento AEGAP, 2024

Com base nos dados recolhidos sobre os alunos do Agrupamento de Escolas da Golegã, é possível verificar a distribuição entre aqueles que recebem abono de família (Escalão A e Escalão B) e os que não recebem (Sem Escalão). O total de alunos do agrupamento é de 678, distribuídos nas várias escolas da seguinte forma: no Jardim de Infância de Golegã, há 22 alunos no Escalão A, representando 26,5% do total, 12 alunos no Escalão B (14,6%) e 37 alunos sem escalão (45,1%). Na Escola Básica do 1º Ciclo de Azinhaga, existem 17 alunos no Escalão A (21,5%), 11 no Escalão B (13,9%) e 39 sem escalão (49,4%). A Escola Básica do 1º Ciclo de Golegã apresenta 31 alunos no Escalão A (20,5%), 24 no Escalão B (15,8%) e 114 alunos sem escalão (74,2%). Por fim, a Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia tem 43 alunos no Escalão A (14,4%), 30 no Escalão B (10,1%) e 298 sem escalão (75,5%). No total, o agrupamento conta com 113 alunos no Escalão A, representando 17,9% do total, 77 no Escalão B (12,4%) e 488 alunos sem escalão (69,7%). Estes dados indicam uma predominância significativa de alunos sem escalão em todas as escolas, especialmente na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, onde 75,5% dos alunos não estão classificados em nenhum escalão.

Quadro 51 – Crianças com acesso efetivo e gratuito a refeição escolar, 2023-2024

Agrupamento de Escolas da Golegã	Nº de Alunos
Pré-Escolar	31
1ª Ciclo	47
Total	78

Fonte: Serviço de Educação da CMG, 2024

No ano letivo de 2023-2024, no Agrupamento de Escolas da Golegã, 31 crianças do Pré-Escolar e 47 alunos do 1º Ciclo tiveram acesso efetivo e gratuito a refeição escolar. No total, 78 alunos beneficiaram deste apoio.

Quadro 52 – Número de alunos do AEGAP que beneficiam de reforço alimentar, 2023-2024

Agrupamento de Escolas da Golegã	
Ano de escolaridade	Nº de Alunos

2º Ano de escolaridade	2
5º Ano de escolaridade	2
6º Ano de escolaridade	3
7º Ano de escolaridade	2
Total	9

Fonte: Serviço de Educação da CMG, 2024

No Agrupamento de Escolas da Golegã, um total de 9 alunos necessitam de reforço alimentar. Este apoio é fundamental, especialmente considerando a situação de carência económica que algumas destas famílias enfrentam.

A necessidade de suporte alimentar surge de diversos fatores, como a falta de recursos financeiros para garantir refeições adequadas, o que pode afetar a saúde e o desempenho escolar dos alunos. Este tipo de apoio é crucial para assegurar que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de sucesso, independentemente da sua situação económica.

Quadro 53 – Nº de crianças com acesso efetivo e gratuito a atividades [Pré-escolar (inglês/música e atividade física) e AEC's], 2023-2024

Agrupamento de Escolas da Golegã	Nº de Alunos
Pré-Escolar	88
1ª Ciclo	135
Total	223

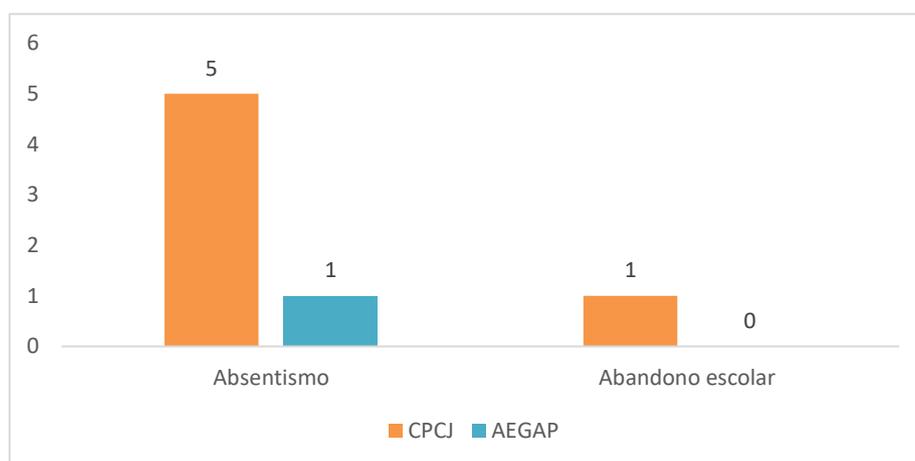
Fonte: Serviço de Educação da CMG, 2024

No Agrupamento de Escolas da Golegã, no ano letivo de 2023-2024, 88 crianças do Pré-Escolar e 135 alunos do 1º Ciclo tiveram acesso eficaz e gratuito às atividades, incluindo inglês, música e atividade física no Pré-Escolar, e às AEC's no 1º Ciclo. Ao todo, 223 alunos beneficiaram destas atividades.

No âmbito do indicador de pobreza e exclusão social, conforme o Núcleo de Garantia para a Infância, o agrupamento de escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho registou, no ano letivo de 2023-2024, a presença de 85 crianças e alunos oriundos da imigração ou de origem étnica

minoritária, incluindo a comunidade cigana. Esta realidade destaca a intersecção entre diversidade cultural e os desafios relacionados com a inclusão social. A presença significativa de crianças de grupos minoritários pode refletir as desigualdades sociais que muitas vezes afetam esses alunos. Frequentemente, crianças oriundas da imigração enfrentam barreiras económicas, sociais e educativas que podem limitar o seu desenvolvimento e a sua integração plena na sociedade. Fatores como a falta de recursos financeiros, a discriminação e a dificuldade de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, podem contribuir para a marginalização. No contexto escolar, é crucial que as instituições reconheçam e abordem estas questões, implementando políticas e práticas que promovam a inclusão e a equidade. É importante fomentar um ambiente escolar que celebre a diversidade cultural, promovendo a empatia e a solidariedade entre alunos de diferentes origens. Atividades que integrem as várias culturas presentes na escola podem ajudar a construir uma comunidade mais coesa e respeitosa, reduzindo preconceitos e estigmas associados à origem étnica.

Gráfico 38 – Nº de crianças com absentismo e abandono escolar, 2023-2024



Fonte: CPCJ, 2024|Agrupamento AEGAP, 2024

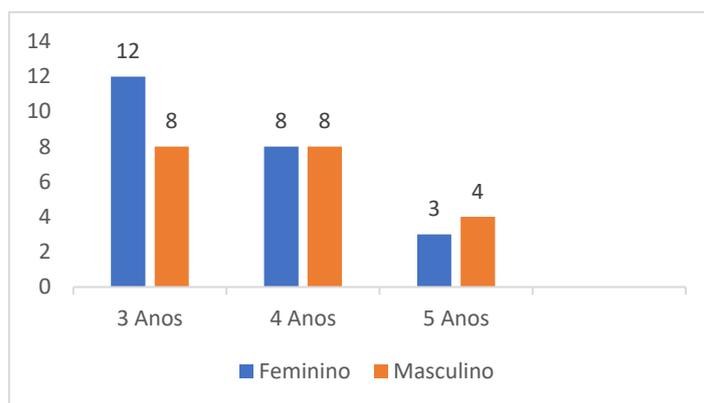
No que diz respeito ao absentismo escolar, CPCJ identificou 5 casos de absentismo escolar, enquanto o AEGAP registou 1 caso adicional. Em termos de abandono escolar, a CPCJ também registou 2 casos.

O absentismo escolar é um fenómeno que pode ter diversas causas, incluindo fatores socioeconómicos, problemas de saúde, dificuldades de aprendizagem ou questões familiares. A presença de 6 casos de absentismo, considerando os dados da CPCJ e do AEGAP, sugere que há alunos que enfrentam dificuldades que os impedem de frequentar as aulas regularmente. Esse cenário pode comprometer não apenas o seu desempenho académico, mas também o seu desenvolvimento social e emocional. É crucial que as escolas, em colaboração com a CPCJ e outras entidades, implementem estratégias para identificar e apoiar os alunos que apresentam comportamentos de absentismo. Além disso, o abandono escolar, com 2 casos registados pela CPCJ, é uma preocupação que exige intervenções preventivas. O abandono pode estar relacionado a uma série de fatores, como falta de motivação, dificuldades financeiras ou problemas pessoais. A sensibilização sobre a importância da educação deve ser uma prioridade, tanto para os alunos quanto para as suas famílias. Promover a valorização do percurso escolar

e as oportunidades que a educação pode proporcionar é fundamental para combater o absentismo e o abandono escolar.

Assim sendo, a identificação de 6 casos de absentismo e 2 de abandono escolar no AEGAP e na CPCJ indica a necessidade de uma abordagem proativa e integrada para apoiar os alunos. A colaboração entre escolas, famílias e entidades de proteção é essencial para criar um ambiente que favoreça a permanência dos alunos na escola e o seu desenvolvimento integral.

Gráfico 39 - Nº de crianças a frequentar o Jardim de infância do CSP, 2023-2024



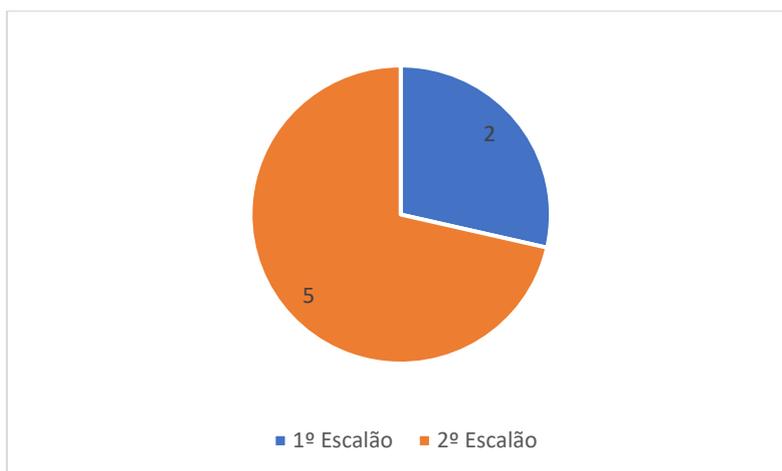
Fonte: Centro Social Paroquial da Golegã, 2024

Segundo os dados recolhidos junto do Centro Social e Paroquial da Golegã no que respeita ao ano letivo 2023/2024, existem 43 crianças a frequentar o Jardim de Infância (Pré-Escolar), sendo a capacidade de 45 crianças, o que significa uma taxa de ocupação de 95,6%.

No Pré-escolar, no grupo de crianças de 3 anos, contabilizam-se 12 meninas e 8 meninos. Para os 4 anos, a distribuição é igual, com 8 meninas e 8 meninos. Por último, no grupo de 5 anos, encontram-se 3 meninas e 4 meninos.

O Centro Paroquial e Social da Golegã tem uma capacidade de acolhimento de 38 crianças, em conformidade com o acordo estabelecido com a Segurança Social. Atualmente, 10 crianças frequentam as instalações, beneficiando do apoio previsto neste acordo.

Gráfico 40 – Nº de crianças que beneficiam do 1º e 2º escalão no CSP, 2023-2024



Fonte: Centro Social Paroquial da Golegã, 2024

Na Creche, a comparticipação financeira das famílias é organizada por escalões, de acordo com os seus rendimentos. Atualmente, no 1.º Escalão, que abrange as famílias com rendimentos mais baixos encontram-se 2 crianças. No 2.º Escalão, que se destina a famílias com rendimentos um pouco superiores, mas ainda elegíveis para comparticipação, há 5 crianças.

A organização por escalões visa ajustar os custos dos cuidados e serviços da creche às condições financeiras de cada família. Este sistema permite que todas as famílias contribuam de forma justa, promovendo a equidade no acesso aos serviços de apoio. Desta forma, as instituições de solidariedade social conseguem garantir uma resposta ajustada, assegurando que todas as crianças possam beneficiar dos cuidados oferecidos pela creche, independentemente da sua situação económica, promovendo uma resposta inclusiva e equitativa.

No contexto do Núcleo de Garantia para a Infância, no Concelho da Golegã, 44 crianças estão integradas em centros de primeira infância, das quais 36 usufruem de um acesso efetivo e gratuito a centros de elevada qualidade, assegurando proporcionando um ambiente adequado para o seu desenvolvimento integral.

No entanto, ainda existem 30 crianças em lista de espera para aceder a esses serviços, o que evidencia a necessidade de aumentar a capacidade de resposta e os recursos disponíveis. O Núcleo de Garantia para a Infância prioriza a implementação de medidas que visem reduzir as listas de espera e assegurar que todas as crianças tenham acesso a cuidados e serviços de qualidade, promovendo a equidade e o bem-estar desde os primeiros anos de vida.

Quadro 54 - Nº de crianças com e sem médico de família, na USF Golegã, 2024

USF Golegã	Nº Crianças
Crianças Com Médico de Família < 19	192
Crianças Sem Médico de Família < 19	66
Crianças Sem Médico de Família Por Opção < 19	4

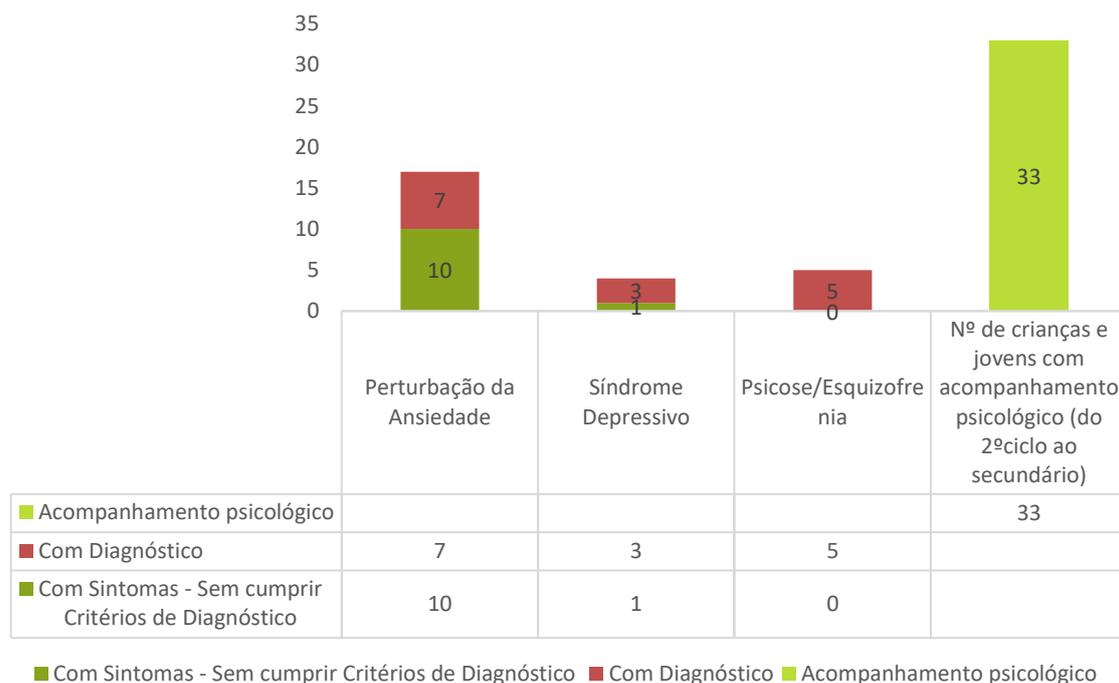
Fonte: UCC Chamusca/Golegã, 2024

Atualmente, na USF Golegã, existem 262 utentes com menos de 19 anos. Deste total, 66 crianças não têm médico de família atribuído, 4 encontram-se sem médico de família por opção dos próprios ou dos seus responsáveis, e 192 têm médico de família atribuído.

| 116

O acesso adequado aos cuidados de saúde é um pilar fundamental para a promoção do bem-estar infantil e o desenvolvimento saudável das crianças. Para o Núcleo de Garantia para a Infância, a monitorização e análise dos indicadores de acesso aos cuidados de saúde são essenciais para garantir que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de obter cuidados de qualidade, independentemente do seu contexto socioeconómico ou geográfico. Os indicadores de acesso permitem medir, de forma objetiva, a equidade na distribuição dos serviços de saúde, identificando possíveis barreiras, como tempos de espera, distância aos serviços, ou limitações financeiras. Estes indicadores fornecem uma visão detalhada sobre a disponibilidade e acessibilidade dos serviços médicos, facilitando a implementação de políticas públicas eficazes e a alocação eficiente de recursos. Assim, é possível intervir atempadamente em áreas onde há uma maior carência de cuidados, especialmente nas comunidades mais vulneráveis. Além disso, o acompanhamento contínuo destes indicadores possibilita a identificação de tendências e desafios emergentes, como o impacto de crises de saúde pública ou a evolução de doenças crónicas na população infantil. Desta forma, o Núcleo pode ajustar as suas estratégias e ações, garantindo que todas as crianças recebam os cuidados necessários para crescerem de forma saudável e plena. Portanto, a importância dos indicadores de acesso aos cuidados de saúde reside na sua capacidade de proporcionar uma base sólida para decisões informadas, assegurando que o direito à saúde é uma realidade para todas as crianças. Somente com a monitorização rigorosa e o compromisso com a melhoria contínua será possível criar um sistema de saúde inclusivo e justo, onde nenhuma criança seja deixada para trás.

Gráfico 41 - Nº de crianças com problemas de saúde mental, no Concelho da Golegã em 2024



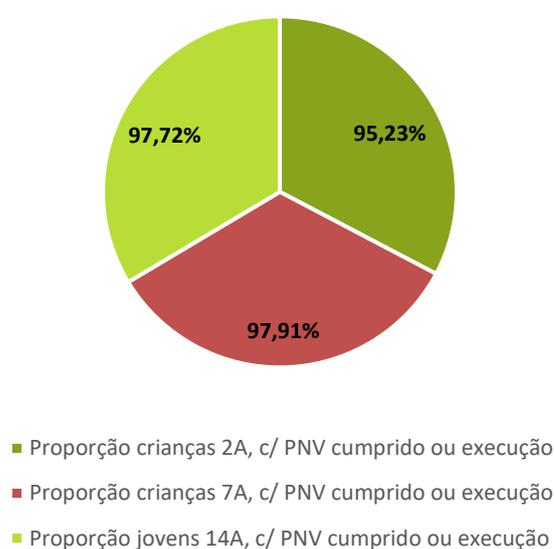
Fonte: UCC Chamusca/Golegã, 2024|Agrupamento AEGAP, 2024

Relativamente às patologias de saúde mental entre as crianças, foi possível extrair os seguintes dados, ainda que limitados pela codificação utilizada. No que diz respeito, à Perturbação da Ansiedade, existem 10 crianças que apresentam sintomas de ansiedade, mas sem cumprirem os critérios para um diagnóstico formal, e 7 crianças com diagnóstico confirmado de perturbação de ansiedade. No que se refere ao Síndrome Depressivo, há 1 criança com sintomas de depressão, mas sem critérios para diagnóstico, e 3 com diagnóstico formal de síndrome depressiva. No âmbito da Psicose/Esquizofrenia, foram diagnosticadas 5 crianças com esta condição. Estes dados evidenciam a presença de problemas de saúde mental em algumas crianças, com diferentes níveis de gravidade e diagnóstico.

Também no âmbito do indicador de acesso aos cuidados de saúde, e de acordo com o Núcleo de Garantia para a Infância, o Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho (AEGAP) registou, durante o ano letivo de 2023-2024, a presença de 33 alunos do 2º ciclo ao secundário que estão a receber acompanhamento psicológico. Este número destaca a crescente necessidade de apoio psicológico entre os jovens, refletindo as pressões e desafios que muitos deles enfrentam na atualidade. O acesso a cuidados de saúde mental é crucial para o desenvolvimento integral das crianças e jovens. O acompanhamento psicológico pode desempenhar um papel fundamental na identificação e no tratamento de problemas como ansiedade, depressão, dificuldades de socialização e outras questões emocionais. Ao oferecer suporte psicológico, as escolas não apenas ajudam os alunos a lidarem com essas dificuldades, mas também promovem um ambiente de aprendizagem mais saudável e produtivo. A presença de 33 alunos a receber acompanhamento psicológico indica a importância de reconhecer e abordar as necessidades emocionais e psicológicas dos jovens. É fundamental que as escolas estejam equipadas com recursos e profissionais qualificados para proporcionar esse tipo de apoio. A colaboração entre psicólogos, educadores e famílias pode facilitar um entendimento

mais profundo das necessidades dos alunos, garantindo que recebam o tratamento adequado. Sendo essencial promover a sensibilização sobre a saúde mental na comunidade escolar. A educação sobre saúde mental pode ajudar a desmistificar estigmas e preconceitos, encorajando os alunos a procurarem ajuda quando necessário. Iniciativas que promovam o bem-estar emocional, como workshops, palestras e atividades de grupo, podem ser muito benéficas. A integração de serviços de saúde mental nas escolas deve ser uma prioridade, promovendo parcerias com entidades de saúde e serviços comunitários. Isso expandirá o acesso aos cuidados de saúde mental, garantindo que todos os alunos recebam o apoio necessário para o seu desenvolvimento emocional e acadêmico.

Gráfico 42 – Cobertura vacinal das crianças, em junho de 2024



Fonte: UCC Chamusca/Golegã, 2024

A cobertura vacinal é um indicador crucial da saúde pública, e os dados de junho de 2024 mostram uma adesão significativa ao Plano Nacional de Vacinação (PNV) entre crianças e jovens. Entre as crianças de 2 anos, 95,23% têm o PNV cumprido ou em execução, refletindo um esforço coletivo de pais e profissionais de saúde. Para as crianças de 7 anos, a taxa é ainda mais alta, 97,91%, evidenciando a continuidade na vacinação durante a infância, especialmente à medida que se preparam para a escola. Já entre os jovens de 14 anos, a taxa de 97,72% destaca a importância de vacinas como as contra o Vírus do papiloma humano (HPV).

Apesar destes números promissores, os desafios permanecem, como a desinformação sobre vacinas e a acessibilidade em grupos socioeconômicos mais vulneráveis. Além disso, é fundamental envolver os jovens, que tentam distanciar-se dos serviços de saúde. Campanhas de esclarecimento são essenciais para manter e aumentar a adesão. Em suma, estes dados refletem um compromisso com a saúde pública, mas a colaboração contínua entre todos os envolvidos é necessária para garantir que as futuras gerações estejam protegidas contra doenças.

Quadro 55 - Nº de crianças com obesidade, no Concelho da Golegã em 2024

	Nº Crianças
Obesidade	18
Excesso de peso	15

| 119

Fonte: UCC Chamusca/Golegã, 2024

Os dados sobre obesidade e excesso de peso nas crianças e adolescentes revelam uma preocupação significativa com a saúde da população jovem. Existem 18 crianças diagnosticadas com obesidade, sendo 16 na faixa etária entre 10 e 18 anos, o que destaca a gravidade do problema durante a adolescência. Além disso, 15 crianças apresentam excesso de peso, todos entre os 10 e os 19 anos, indicando que a prevalência do sobrepeso também é alta nesta faixa etária. Esses dados apontam para a necessidade urgente de intervenções em saúde pública, como mais programas educativos sobre alimentação saudável e promoção da atividade física, especialmente direcionados aos jovens. Assim sendo, a obesidade e o excesso de peso entre os jovens constituem um problema crescente que requer ação imediata e estratégias adaptadas para melhorar a saúde das crianças e adolescentes e prevenir complicações futuras.

O Concelho da Golegã é rico em apoios sociais. No plano alimentar destacam-se:

- › Os apoios alimentares em géneros (nomeadamente através do Banco Alimentar Contra a Fome);
- › As Cantinas Sociais;
- › O Programa Operacional de Apoio às Famílias mais Carenciadas (POAPMC);
- › O Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA).

Existem ainda outros programas de apoio socioeconómicos, tais como:

- › O Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos;
- › O Apoio Financeiro ao Arrendamento;
- › O Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional;
- › A Habitação Social;
- › O Incentivo à Natalidade;
- › As Bolsas de Estudos e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior.
- › Núcleo da Garantia para a Infância

1. APOIOS ALIMENTARES EM GÉNEROS

No Concelho da Golegã, existem três entidades que distribuem alimentos provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome de Santarém aos agregados economicamente mais vulneráveis: a Sociedade São Vicente de Paulo; a Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga; e, a Casa do Povo do Pombalinho. No Apoio Alimentar a CMG faz a avaliação dos processos de Azinhaga, Golegã e Pombalinho, tal como apoio no transporte. Atualmente a CMG já não realiza a avaliação para a Junta De Freguesia de Golegã porque já não distribuem bens alimentares. A avaliação e acompanhamento destes agregados inclui a realização de visitas domiciliárias, a assinatura de um Plano de Desenvolvimento Familiar e o encaminhamento para trabalho comunitário, sempre

Entidades		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Nº Famílias Apoiadas	Soc. de São Vicente de Paulo & Junta de Freguesia da Golegã	50	46	49	45	39	32	47	23	26	18	375
	SCMA	19	14	15	14	16	6	17	14	18	25	158
	Casa do Povo do Pombalinho	10	12	7	10	8	5	6	4	15	7	84
Total		79	72	71	69	63	43	70	41	59	50	617

que possível.

Quadro 56 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã²³

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã | Casa do Povo do Pombalinho, 2024 | SCMA, 2024

Quadro 57 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na Soc. de São Vicente de Paulo & Junta de Freguesia da Golegã, por faixa etária.

		2021	2022	2023	2024
Idade (faixas etárias)	0-19	2	10	8	15
	20-64	40	27	25	19
	65-79	15	12	10	7

²³ Foi considerado o número de agregados apoiados no mês de janeiro de cada ano.

	80+	2	0	0	1
Total		59	49	43	42

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã | Casa do Povo do Pombalinho, 2024|SCMA, 2024

Quadro 58 - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na Soc. de São Vicente de Paulo & Junta de Freguesia da Golegã, por género.

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Sexo	Feminino	52	66	62	64	64	25	54	34	32	26
	Masculino	41	68	74	51	66	20	38	21	23	18
Total		93	134	136	115	130	45	92	55	55	44

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 59 – Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na SCMA, por faixa etária.

		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Idade (faixas etárias)	0-19	9	13	6	10	11	9	9	8	3	4	5
	20-64	15	29	14	13	11	17	15	10	6	13	15
	65-79	4	8	6	4	4	3	4	3	3	5	2
	80+	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	2
Total		28	51	27	28	27	29	28	21	12	23	24

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 60 – Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na SCMA, por género.

		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Sexo	Feminino	29	33	19	17	17	18	16	11	8	13	15
	Masculino	25	20	9	15	17	22	16	9	6	10	10
Total		54	53	28	32	34	40	32	20	14	23	25

Quadro 61 – Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na Casa do Povo do Pombalinho, por faixa etária.

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Idade (faixas etárias)	0-19	6	4	1	10	8	8	1	1	5	1
	20-64	12	8	7	12	9	9	2	2	9	6
	65-79	9	5	2	2	3	3	1	1	1	1
	80+	3	5	6	5	6	6	2	0	0	0
Total		30	22	16	29	26	26	6	4	15	8

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 62 – Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros na Casa do Povo do Pombalinho, por género.

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Sexo	Feminino	19	14	13	16	16	12	5	3	9	5
	Masculino	11	8	7	13	10	12	1	1	7	3
Total		30	22	14	29	26	24	6	4	16	8

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

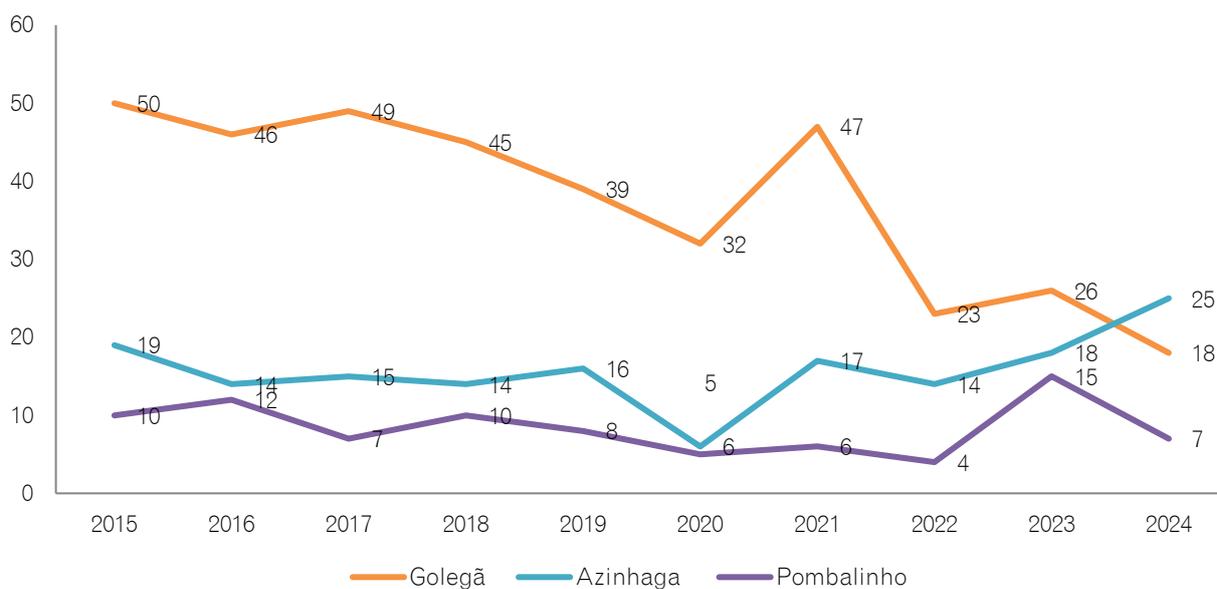
Entre 2015 e 2024, o número total de famílias apoiadas pelo banco alimentar apresenta uma evolução significativa. Inicialmente, de 2015 a 2018, houve uma diminuição gradual, com o total a passar de 79 para 69 famílias. Em 2019, a tendência de queda mantém-se, com o número a descer para 63. No entanto, em 2020, ocorre uma queda drástica para 43 famílias, possivelmente devido a fatores como a pandemia. Em 2021, o apoio recupera significativamente, subindo para 70, mas em 2022 volta a descer para 41. Em 2023, há um novo aumento para 59, seguido por uma ligeira queda para 50 em 2024.

Analisando as entidades, a Sociedade de São Vicente de Paulo e a Junta de Freguesia da Golegã apresentam uma diminuição contínua no apoio, especialmente a partir de 2019. A SCMA mostra

flutuações, com um pico modesto em 2019 e uma recuperação em 2023. A Casa do Povo do Pombalinho mantém números mais baixos, mas também regista um aumento em 2023.

Nos últimos 8 anos, foram apoiados 466 agregados familiares.

Gráfico 43 – Evolução do Número de Beneficiários/as de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã



Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã e Casa do Povo do Pombalinho, 2024

2. CANTINAS SOCIAIS/REFEITORIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas. (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2024, existe no Concelho um refeitório/cantina social, a funcionar desde 2018. Esta resposta funciona todos os dias da semana, entre as 12h e as 19h30, com 3 recursos humanos afetos. A partir de junho de 2018, a SCMA e a CPP deixaram de ter Cantina Social. Apesar de em 2015 se registar um grande aumento do número de famílias apoiadas, no último ano houve um decréscimo significativo.

Com uma implantação territorial bastante central, a cantina social localiza-se na freguesia sede de Concelho, servindo maioritariamente residentes na própria freguesia da Golegã.

A resposta compreende o serviço de refeições ao domicílio e o fornecimento de refeições em *takeaway*. Atualmente a entidade aponta como constrangimento ao funcionamento da resposta a necessidade de substituição de material descartável, usado na distribuição das refeições.

Em 2024, a resposta dispunha de uma capacidade máxima instalada de 12 utentes, muito embora os utentes atuais fiquem aquém desse limiar máximo (5 utentes), dispondo ainda de alguma capacidade de apoio face a um potencial aumento de indivíduos em situação de carência social e económica e /ou em isolamento. O financiamento desta resposta tem por base o protocolo com o ISS, IP.

Quadro 63 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã

Entidades		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Nº Famílias Apoiadas	SCMG	12	7	9	3	7	8	5	5	5	5	66
	SCMA	5	7	2	2	0	0	0	0	0	0	16
	Casa do Povo do Pombalinho	1	3	3	2	0	0	0	0	0	0	9
Total		18	17	14	7	7	8	5	5	5	5	91

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024|Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga e Casa do Povo do Pombalinho.

Quadro 64 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na SCMG, por faixa etária

		2021	2022	2023	2024
Idade (faixas etárias)	0-19	1	1	0	0
	20-64	4	3	6	4
	65-79	1	2	1	1
	80+	0	0	0	0
Total		6	6	7	5

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 65 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na SCMG, por género

		2023	2024
Sexo	Feminino	2	2
	Masculino	5	5
Total		7	7

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 66 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na SCMA, por faixa etária

		2015	2016	2017	2018
Idade (faixas etárias)	0-19	0	2	0	0
	20-64	3	1	2	2
	65-79	1	0	0	0
	80+	0	0	0	0
Total		4	3	2	2

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 67 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na SCMA, por género

		2015	2016	2017	2018
Sexo	Feminino	1	1	0	0
	Masculino	3	2	2	2
Total		4	3	2	2

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 68 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na CPP, por faixa etária

		2014	2015	2016	2017	2018
Idade (faixas etárias)	0-19	0	0	0	0	0
	20-64	1	1	3	3	2
	65-79	0	0	0	0	0
	80+	0	0	0	0	0
Total		1	1	3	3	2

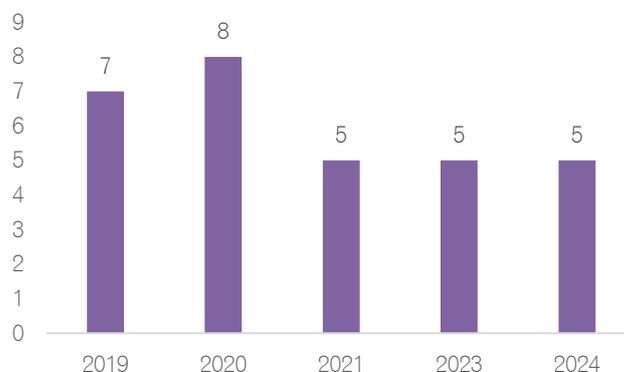
Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 69 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã, na CPP, por género

		2014	2015	2016	2017	2018
Sexo	Feminino	0	0	1	1	1
	Masculino	1	1	2	2	1
Total		1	1	3	3	2

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Gráfico 44 – Utentes do Refeitório/Cantina Social, em 2019, 2020, 2021, 2023 e 2024 (N.º)



Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Para além das respostas sociais que foram alvo direto de inquirição, as entidades têm em funcionamento ou disponibilizam outras respostas e serviços que não fora alvo do processo de inquirição, quer por não constituírem respostas sociais tipificadas, quer por não terem ido sinalizadas no levantamento prévio realizado. Estas são elencadas seguidamente de forma não exaustiva.

Assim, para além das respostas já caracterizadas, a Santa Casa da Misericórdia da Golegã disponibiliza também:

- › Banco de Ajudas Técnicas;
- › Parque de mobiliário;
- › Academia Sénior (ASEG);
- › Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos;
- › Centro de Férias Comendador Martins Lopes;
- › Residências Nossa Senhora das Misericórdias (aldeamento sénior com 24 residências);
- › Ginásio aberto à comunidade e com fisioterapia no domicílio.

A Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga disponibiliza igualmente:

- › Banco de Ajudas Técnicas;
- › Banco de Roupa para crianças;
- › OTL (Ocupação dos Tempos Livres) de verão;
- › Casa das Artes de Azinhaga;
- › Banco de Mobiliário.

3. ESPAÇO FAMÍLIA

A Câmara Municipal da Golegã, em colaboração com a Conferência de São Martinho da Sociedade São Vicente de Paulo, criou, em 2016, o Espaço Família, para uma intervenção de emergência na área social, com o objetivo de suprimir as necessidades imediatas de famílias. Em espaço próprio e com o auxílio de voluntários²⁴ disponibiliza bens, que recolhe e seleciona

²⁴ O Banco Local de Voluntariado de Golegã foi criado em 2008, no âmbito do Programa da Rede Social e resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Golegã, a Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga e Associação Social e Cultural GRAAL, no âmbito do Programa Rede Social.

(vestuário, calçado, puericultura e brinquedos/material didático), às famílias sinalizadas pelas entidades.

4. POAPMC (PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO PESSOAS MAIS CARENCIADAS)

Relativamente ao POAPMC, desde 2017, o número de famílias apoiadas tem vindo a aumentar, sendo que os principais acréscimos se registaram em 2020 e 2021 consequência dom COVID-19. Entre os anos de 2015 a 2020 houve distribuição de alimentos pela Conferência de São Vicente de Paulo e pela Junta de Freguesia de Golegã, estando os dados de ambas as entidades juntas neste quadro. Os dados sobre o número de beneficiários apoiados em POAPMC, mostram uma tendência de crescimento até 2020, quando o total de beneficiários atingiu um pico de 44. Desde 2017, Golegã começou com 8 beneficiários, aumentando para 31 em 2020, mas depois caiu para 20 em 2022 e manteve-se nesse número até 2024. Azinhaga apresentou um crescimento constante até 2020, alcançando 9 beneficiários, mas estabilizou-se em 8 de 2021 a 2024. Pombalinho, que começou com 1 beneficiário em 2017, cresceu para 4 em 2020, mas depois reduziu para 3 e manteve-se nesse número.

Quadro 70 – Agregados Beneficiários/as do POAPMC no Concelho da Golegã

		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº Beneficiários apoiados	Golegã	8	10	9	31	31	20	20	20
	Azinhaga	3	4	6	9	9	8	8	8
	Pombalinho	1	1	2	4	3	3	3	3
Total		12	15	17	44	43	31	31	31

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 71 – Agregados Beneficiários/as do POAPMC na Golegã, por grupo etário

		2022	2023	2024
Idade (faixas etárias)	0-19	22	14	21
	20-64	32	18	26
	65-79	1	0	1
	80+	0	0	0
Total		55	32	48

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 72 – Agregados Beneficiários/as do POAPMC na Golegã, por género

		2022	2023	2024
Sexo	Feminino	28	17	22
	Masculino	27	15	26
Total		55	32	48

| 130

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024**Quadro 73 – Agregados Beneficiários/as do POAPMC na Azinhaga, por grupo etário**

		2022	2023	2024
Idade (faixas etárias)	0-19	6	5	5
	20-64	12	13	13
	65-79	1	1	1
	80+	0	0	0
Total		19	19	19

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024**Quadro 74 – Agregados Beneficiários/as do POAPMC na Azinhaga, por género**

		2022	2023	2024
Sexo	Feminino	11	11	11
	Masculino	8	8	8
Total		19	19	19

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024**Quadro 75 – Agregados Beneficiários/as do POAPMC no Pombalinho, por grupo etário**

		2022	2023	2024
Idade (faixas etárias)	0-19	7	7	7
	20-64	4	4	4
	65-79	0	0	0
	80+	0	0	0
Total		11	11	11

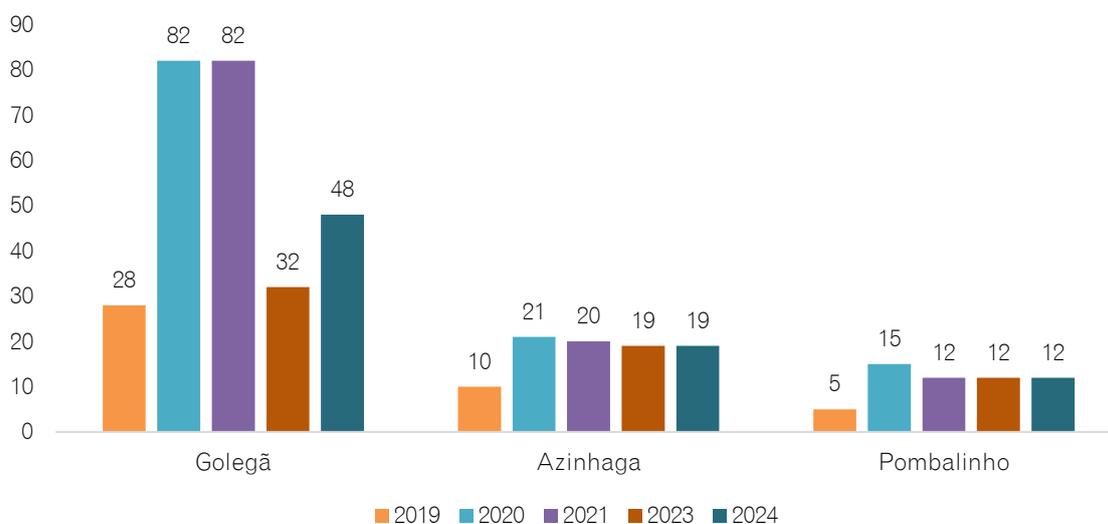
Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 76 – Agregados Beneficiários/as do POAPMC no Pombalinho, por género

		2022	2023	2024
Sexo	Feminino	7	7	7
	Masculino	5	5	5
Total		12	12	12

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Gráfico 45– Utentes Beneficiários/as do POAPMC no Concelho da Golegã (2019-2024)



Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

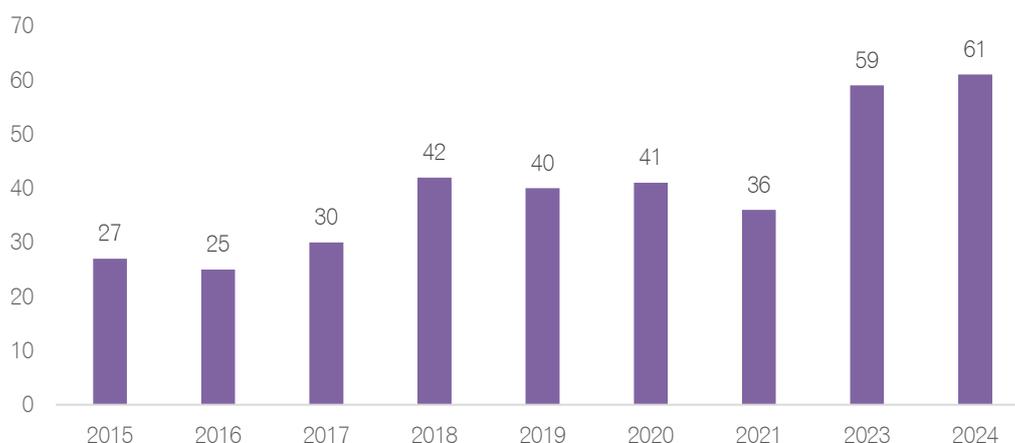
5. APOIO COMPLEMENTAR NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Este apoio, disponibilizado pela Câmara Municipal da Golegã, consiste na comparticipação dos medicamentos que sejam imprescindíveis à sobrevivência e/ou qualidade de vida do/a utente, que visem fazer face a doença crónica ou continuada devidamente comprovada e traduz-se na comparticipação de uma percentagem variável do valor dos medicamentos de acordo com os rendimentos do agregado familiar, não podendo exceder, cumulativamente, o montante anual de 300,00€ por beneficiário/a.

Após um decréscimo do número de Municípes apoiados/as nos anos de 2011 e 2012, verificou-se um aumento progressivo até 2014 do volume de candidaturas aprovadas.

Em 2023 e 2024, houve um aumento significativo no número de municípes que receberam apoio complementar para a aquisição de medicamentos pela CMG, crescendo de 36 pessoas em 2021 para 61 em 2024.

Gráfico 46 – Municípes apoiados/as no âmbito do Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos pela CMG



Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2024

De registar que também a Junta de Freguesia da Golegã disponibiliza um apoio económico aos medicamentos, comparticipando a 100% o valor dos mesmos, apoiando neste momento 7 utentes.

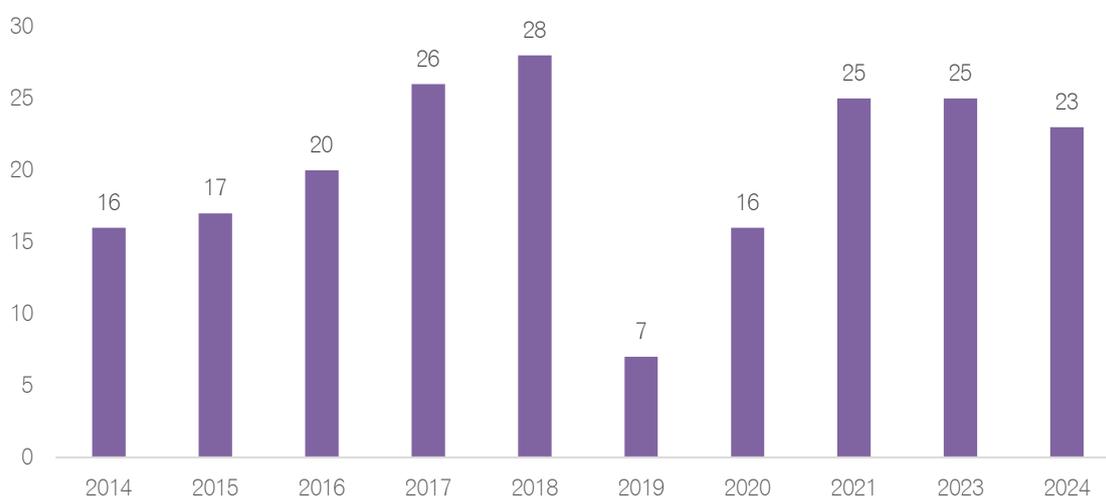
6. APOIO FINANCEIRO AO ARRENDAMENTO

O apoio ao arrendamento é disponibilizado pela Câmara Municipal da Golegã traduz-se na comparticipação a 20% do valor mensal da renda até ao limite mensal de 75,00€, para agregados economicamente vulneráveis. Os/as candidatos/as poderão usufruir do subsídio por um prazo máximo de 5 anos, seguidos ou intercalados.

| 133

O número de agregados familiares beneficiários/as do apoio ao arrendamento tem vindo a aumentar progressivamente nos últimos anos, assistindo-se a um acréscimo muito significativo em 2014 a 2018.

Gráfico 47 – Agregados familiares apoiados no âmbito do Apoio Financeiro ao Arrendamento pela CMG



Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2024

7. BANCO DE ROUPAS

| 134

Existe ainda no Concelho da Golegã uma série de outros apoios não financeiros, tais como o Banco de Roupas (Sociedade São Vicente de Paulo – Conferências Nossa Senhora da Conceição e São Martinho), o Banco de Vestuário de Bebê e Equipamentos de Puericultura (Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga), o Banco de Mobiliário (Santa Casa da Misericórdia da Golegã) e Bancos de Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio (Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga, Unidade de Saúde Familiar da Golegã, Junta de Freguesia da Golegã).

Relativamente aos dados qualitativos, recolhidos junto do grupo de trabalho responsável pelos assuntos da “Família e Escola”, foram identificados os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

8. CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido. (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existia no Concelho uma única resposta social desta tipologia, na freguesia da Azinhaga cujo início de funcionamento data de 1987, contando com uma vasta experiência de intervenção neste âmbito. Para além dos cargos dirigentes, estão atualmente afetos a esta resposta 8 recursos humanos, com idades compreendidas entre os 30 e os 59 anos.

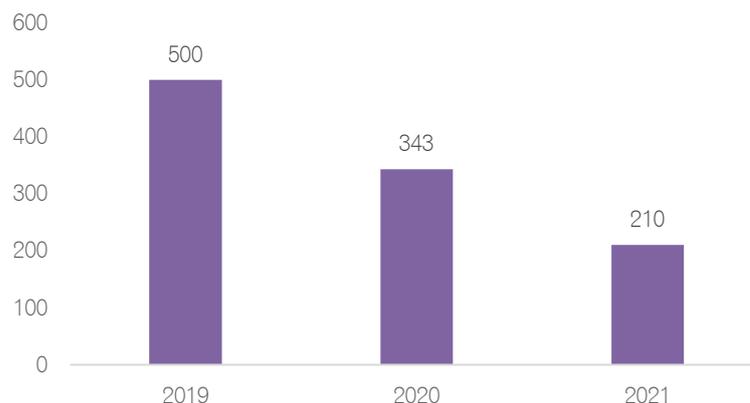
Como fontes de financiamento da resposta, a entidade tem um acordo de cooperação com a segurança social que abrange 119 famílias (500 indivíduos) e um protocolo com a Câmara Municipal da Golegã para o OTL de verão (crianças e jovens).

Os serviços oferecidos são diversificados: a animação social e cultural, o encaminhamento para respostas ou serviços, a disponibilização de recursos culturais, educativos, artísticos, digitais, ações de promoção do emprego, acompanhamento psicossocial, cedência de ajudas técnicas, consultas de psicologia, apoio alimentar, lavandaria e engomadoria e a ocupação de tempos livres para crianças e jovens.

Em 2021, o centro comunitário tem uma capacidade instalada de 500 utentes, correspondentes a 119 famílias.

A resposta social regista uma quebra continuada da procura, nos anos mais recentes, tendo-se verificado uma variação negativa, entre 2019 e 2021 (-54%), de 500 para 210 utentes.

Gráfico 48 – Utentes do Centro Comunitário, em 2019, 2020 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Programas alimentares: POAPMC; Cantina Social; Bancos Alimentares; • Medidas/apoios: RSI; outros apoios da Seg. Social e CMG; • Entidades: CMG; Juntas de Freguesia, IPSS; Seg. Social.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de voluntariado; • Timing nos apoios; • Ações de formação; • Integração do RSI na CMG - maior proximidade;
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas dependentes de subsídios; • Falta de formação; • Beneficiários com obrigações; • Resistência à mudança; • Integração do RSI na CMG – pode dificultar a intervenção noutras áreas de atuação devido a ser o mesmo técnico.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Fracas Qualificações ■ Ofertas de emprego pouco aliciantes ■ Rede de Transportes ■ Pessoas dependentes de subsídios ■ Falta de ambições/objetivos profissionais ■ Alteração Agregado Familiar/ Ausência de Suporte Familiar

- Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais
- Doenças do foro mental
- Sobrecarga de funções profissionais
- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Barreira Linguística e cultural
- Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes
- Fatores culturais
- Isolamento

ENTIDADES/INSTITUIÇÕES TRABALHAM NUMA LÓGICA FECHADA E/OU FALTA DE COLABORAÇÃO

Certo é que, mesmo nos momentos mais difíceis, e a pandemia foi seguramente o período mais difícil na vida coletiva das IPSS, as instituições demonstram uma enorme resiliência, uma capacidade de adaptação extraordinária, um abnegado voluntarismo e espírito de solidariedade, uma imensa criatividade e capacidade de se reinventarem e uma força que parecia não ter fim, apesar do grande cansaço reportado.

Contudo e apesar da dimensão do Concelho e não obstante o número já significativo de Associações de vária índole e com uma panóplia de atividades em várias áreas, a dificuldade de articulação e colaboração entre as várias entidades é notório.

Na realidade, embora dinâmicas e com um conjunto de ações diversificado de iniciativas e projetos, verifica-se a não congregação de esforços para um trabalho em rede que se baseie na interajuda, atenuando as dificuldades sentidas por todos, mas que uns/umas resolvem de melhor forma que outros/as. Os bons exemplos na área social deveriam ser uma resposta futura para as restantes entidades que trabalham as mesmas problemáticas.

Verifica-se igualmente que não há conhecimento do trabalho desenvolvido por cada uma das entidades/associações, nem sequer dos espaços geridos por cada um, apresentando-se assim a Rede Social como uma entidade cujo papel de agregador/congregador deverá apresentar-se com solução futura, necessária e premente.

Ainda assim, foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• CMG• Segurança Social• Juntas de Freguesia• IPSS• Saúde (USF e UCC)• Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga, Pombalinho
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Trabalhar melhor em rede• Melhorar os canais de comunicação;• Promover trabalhar em parceria• Melhorar a proximidade.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Ausência de Partilha de informação;• Falta de comparência a reuniões;• Sobreposição de respostas/apoios.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Falta de ambições/objetivos profissionais■ Sobrecarga de funções profissionais■ Excesso de burocracia■ Falta de competências comunicacionais e relacionais■ Fatores culturais■ Isolamento■ Controlo e poder■ Ausência de partilha

INFRAESTRUTURAS E ACESSIBILIDADES

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- › Câmara Municipal da Golegã
- › Casa Mendes Gonçalves
- › Bombeiros Voluntários da Golegã
- › ICNF
- › Santa Casa da Misericórdia da Golegã

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- › GNR
- › Agrotejo (envio de propostas)

INFRAESTRUTURAS E ACESSIBILIDADES

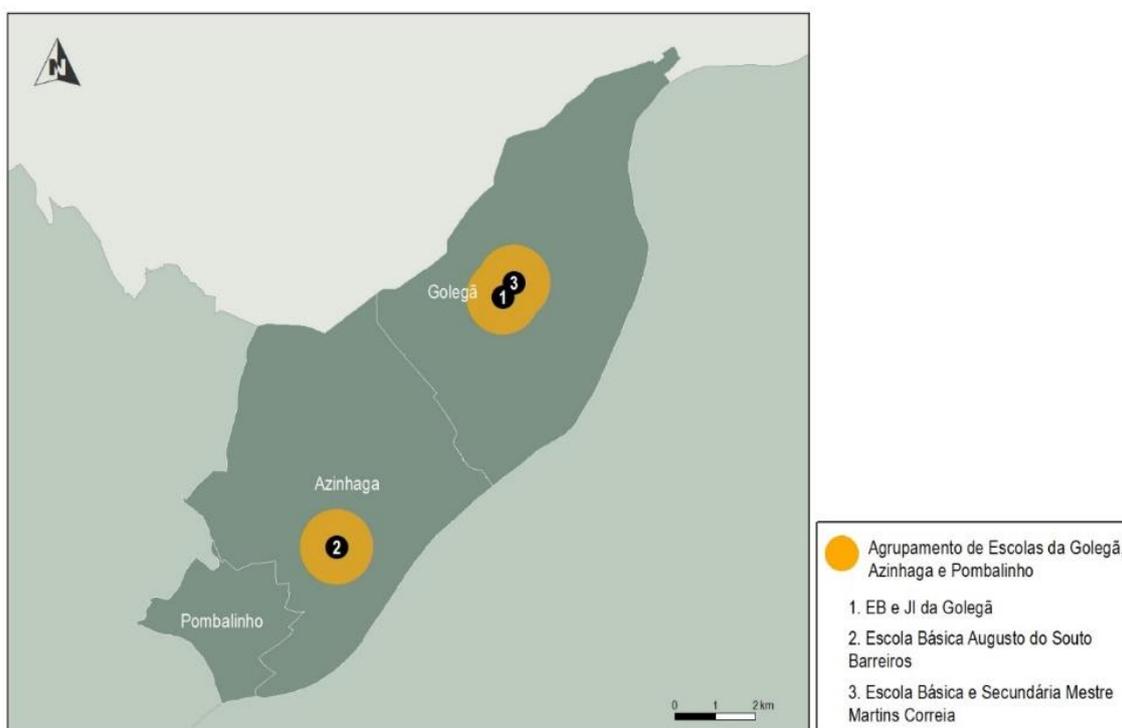
- › Degradação das infraestruturas escolares
- › Falta de habitação para arrendamento
- › Falta de resposta na área da habitação social
- › Necessidade de reabilitação/modernização de equipamentos desportivos adaptados a várias modalidades
- › Vias pouco adaptadas às necessidades do Concelho
- › Difícil travessia Golegã/Chamusca
- › Pouca oferta de transportes que permitam estudar e trabalhar fora do Concelho
- › Pouca eficiência energética nos edifícios
- › Parque automóvel envelhecido das instituições do Concelho/falta de mobilidade verde
- › Infraestruturas das instituições degradadas e/ou devolutas
- › Falta de acessibilidades (na via pública e dos edifícios)
- › Falta de condições para pessoas em trabalho à distância poderem residir no Concelho e trabalhar em espaço de Coworking
- › Falta de infraestruturas ao nível de áreas de espetáculos (teatro, música e dança ...)
- › Poluição da Vala das Braquenizes

- › Falta de reutilização das águas residuais vindas das ETAR para uso recreativo ou simplesmente para rega
- › Fraca ligação entre os vários cursos de água do Concelho e uma melhor gestão dos recursos hídricos
- › Crescente desaparecimento de sebes no Concelho prejudicando a biodiversidade
- › A proliferação do jacinto de água
- › Requalificação das linhas de água, nomeadamente as valas de drenagem existentes no Concelho
- › Sistema de Captação, reserva e adução de água com deficiências no Concelho Golegã

DEGRADAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS ESCOLARES

A rede educativa diz respeito ao conjunto de estabelecimentos onde são desenvolvidas atividades formais de educação, num determinado território (DGEstE, 2020). A existência de uma rede de ensino devidamente dimensionada e cobrindo os vários pontos de um território é uma condição essencial para garantir o acesso à educação e, conseqüentemente, para o respetivo sucesso dos/as alunos/as (Conselho Nacional de Educação, 2015). O Concelho da Golegã está dotado dum total de 4 estabelecimentos de ensino: 1 com ensino pré-escolar; 1 com primeiro ciclo do ensino básico, 1 com pré-escolar e primeiro ciclo e um que agrega 2 e 3º Ciclos e Secundário. Estes 4 estabelecimentos compreendem a totalidade da rede pública. A rede privada é composta atualmente pelo Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial da Golegã, gerido pelo Centro Social e Paroquial da Golegã.

Figura 9 – Distribuição da rede de equipamentos escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, no Concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021, por freguesia



Fonte: CEDRU, 2021

Com exceção da Escola Básica Augusto do Souto Barreiros (EB1/JI), localizada na freguesia da Azinhaga, os restantes três estabelecimentos localizam-se na freguesia da Golegã, não existindo estabelecimentos na freguesia do Pombalinho. A rede pública compreende todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário.

Quadro 77– Tipologia dos estabelecimentos de ensino da rede pública, no ano letivo 2020/2021, por freguesia

Unidade Territorial	Jl	EB1	EB1+JI	EB23/S
Golegã	1	1	-	1
Azinhaga	-	-	1	-
Pombalinho	-	-	-	-
CC: Golegã	1	1	1	1

Fonte: CEDRU, 2021

Quanto ao período de construção dos edifícios originais, a Escola EB2,3/S Mestre Martins Correia é a mais antiga, tendo sido construída em 1977, 2 escolas datam do início dos anos 80 do século XX, e o estabelecimento de construção mais recente data de 2010.

A reabilitação/requalificação dos equipamentos escolares ao longo dos tempos constitui-se como dimensão essencial, com vista à sua contínua adaptação e valorização física e funcional, tendo em conta as dinâmicas demográficas e socioculturais, bem como ao reordenamento da rede escolar. Não obstante, nenhuma das escolas foi alvo de ações de reabilitação nos últimos 20 anos, independentemente do facto de terem visto o seu edificado aumentar (construção de novos edifícios) no início do século XX.

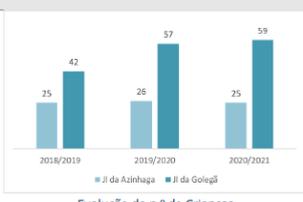
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A rede pública de ensino pré-escolar compreende 2 estabelecimentos. Os estabelecimentos de educação pré-escolar encontram-se presentes em duas das três freguesias do Concelho: Golegã e Azinhaga. Na freguesia do Pombalinho não existe oferta desta tipologia.

Conforme expresso nas fichas de caracterização por estabelecimento na avaliação do edificado, redes e meio envolvente, em matéria de estado de conservação geral do edificado e dos espaços exteriores, foi efetuada uma avaliação positiva, “Bom”, no Jardim de Infância de Azinhaga (no Centro Escolar da Azinhaga), e “Razoável” no Jardim de Infância de Golegã.

Quadro 78 – Caracterização Geral do Jardim de Infância de Golegã

ANEXOS

CARACTERIZAÇÃO GERAL									
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	1980	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2003	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-		
Edifícios Construídos de Raiz	-	Edifícios Adaptados	-	Situação Mista	1	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Ocupação de alunos durante as interrupções letivas (CM de Golegã)		
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	4	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	3		
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições externa						
ALUNOS									
N.º de crianças	2018/2019	42	2019/2020	57	2020/2021	59	Residentes no concelho (2020/2021)	56	
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)		-		Depois da Componente Letiva (N.º)		34		
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ¹	2		Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo		Não				
Educação bilingue de alunos surdos	Não		Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita		Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não		Intervenção Precoce na Infância		Sim				
 <p style="text-align: center;">Evolução do n.º de Crianças</p>									
RECURSOS HUMANOS									
Educadores de Infância (Quadro)	2	Assistentes Técnicos (Quadro)		0	Assistentes Operacionais (Quadro)		4	Outros Recursos Humanos (Quadro)	3
Educadores de Infância (Outros)	1	Assistentes Técnicos (Outros)		0	Assistentes Operacionais (Outros)		2	Outros Recursos Humanos (Outros)	1

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quadro 79 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envoltente do Jardim de Infância de Golegã

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envoltente	Bom		Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável	
Acessibilidades	Acesso Geral			Bom	Cobertura	Razoável	Escadas	Razoável
	Pedonais			Bom	Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada			Inexistente	Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos			Bom	Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
					Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
					Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Razoável	
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Deficiente	
	Sanitários	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Deficiente	
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Inexistente	
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Inexistente	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável	
	Parque Infantil	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável	
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente	Esgotos	Razoável	Instalação de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não		
Energia				Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Negativa (Aumento do consumo)			
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	Conservação dos telhados. Reparação e pintura das paredes exteriores e interiores. Sanitários insuficientes. Intervenção ao nível das escadas para o 1.º andar. Substituição de vidros partidos. Arranjo de porta. Reparação de tetos do refeitório e sala CAF.							
Espaços Exteriores	Arranjo de canteiros. Desbaste de árvores e corte de algumas secas. Suporte do mastro.							
Comentários Adicionais	-							
LEGENDA:								
Excelente Bom Razoável Deficiente Inexistente								

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Jardim de Infância de Azinhaga

Quadro 80 – Caracterização Geral do Jardim de Infância de Azinhaga

CARACTERIZAÇÃO GERAL								
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	2010	Ano de Construção (Edifício mais recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-	
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim	
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	2	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	1	
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim	
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção externa					
ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	25	2019/2020	26	2020/2021	25	Residentes no concelho (2020/2021)	25
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)		-		Depois da Componente Letiva (N.º)		-	
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ²	0		Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo		Não			
Educação bilingue de alunos surdos	Não		Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita		Não			
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não		Intervenção Precoce na Infância		Não			
<p>Evolução do n.º de Crianças</p>								
RECURSOS HUMANOS								
Educadores de Infância (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	1	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0	
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0	

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quadro 81 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolve do Jardim de Infância de Azinhaga

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolve	Bom		Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Bom
	Pedonais	Bom		Salas	Excelente	Ascensores	Bom
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Excelente	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Excelente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
	Recreio Coberto	Bom		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável
	Parque Infantil	Deficiente		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável
	Campo de Jogos Exterior	Excelente		Esgotos	Bom		
		Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Positiva (Redução do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não	
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	Reparação da Impermeabilização das coberturas planas. Reparação das caixilharias exteriores. Reparação dos tetos falsos. Reparação das paredes interiores.						
Espaços Exteriores	Reparação dos equipamentos lúdicos. Reparação dos portões exteriores.						
Comentários Adicionais	-						
LEGENDA:							
Excelente Bom Razoável Deficiente Inexistente							

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quadro 82 – Ano de construção, nº de edifícios e nº de salas dos estabelecimentos da educação pré-escolar

Estabelecimento	Freguesia	Ano de construção (edifício original)	Edifícios	Tipo de construção*	Total de salas (n.º)	Salas ocupadas (n.º)
Jardim de Infância de Golegã	Golegã	1980	1	Mista	4	3
Jardim de Infância de Azinhaga	Azinhaga	2010	1	Raiz	2	1
CC: Golegã					6	4

| 145

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

No que respeita às acessibilidades, foi realizada uma avaliação positiva em ambos os equipamentos de ensino pré-escolar, tendo sido avaliado o acesso em geral como “Bom”.

Em matéria de eficiência energética dos estabelecimentos, a análise efetuada pelo agrupamento sobre a evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, revela comportamentos opostos, tendo sido negativa (aumento do consumo) no JI de Golegã, enquanto no JI de Azinhaga foi positiva (redução do consumo), não tendo sido adotadas medidas específicas de aumento da eficiência energética em nenhuma delas.

Os 2 estabelecimentos de ensino compreendem um total de 4 salas de atividade ocupadas com turmas de educação pré-escolar, com maior número na freguesia da Golegã (3 salas). Em nenhum equipamento são apontadas carências de salas.

Atualmente, a cedência de salas/espacos à comunidade constitui-se como uma prática bastante positiva, dados os efeitos positivos bidirecionais que apresenta, por um lado, para a comunidade educativa, na medida em que reforça o sentido de pertença à comunidade exterior e a importância do papel da escola enquanto espaço e tempo educativo e formativo da maior importância, e por outro lado, para a comunidade externa, na medida em que promove uma maior integração dos vários atores (encarregados de educação, famílias, agentes económicos e sociais), garantindo níveis de desenvolvimento superior. Todavia, esta prática não ocorre nos estabelecimentos de pré-escolar concelhios.

Como complemento à rede pública, na freguesia da Golegã existe um equipamento com oferta de pré-escolar, o Jardim de Infância do Centro Social Paroquial da Golegã. Este jardim de infância tem 43 utentes e uma capacidade para acolher 45 crianças²⁵.

²⁵ Carta Social do MTSSS, fevereiro de 2021.

A rede pública de ensino é composta por 2 equipamentos com 1º Ciclo do Ensino Básico, nas freguesias da Golegã e da Azinhaga, não existindo oferta desta tipologia na freguesia do Pombalinho.

Quadro 83 – Ano de construção, nº de edifícios e tipo de construção nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no Concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021

Estabelecimento	Freguesia	Ano de construção (edifício original)	Edifícios	Tipo de construção
Escola Básica do 1.º Ciclo de Golegã	Golegã	1998	1	Raiz
Escola Básica do 1.º Ciclo de Azinhaga	Azinhaga	2010	1	Raiz

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

O acesso geral aos dois equipamentos foi classificado como “Bom”. O equipamento da Azinhaga, de construção mais recente, de 2010, partilha as instalações com o pré-escolar. O equipamento da Golegã tem 1 edifício construído em 1998. Não ocorreram intervenções de reabilitação significativas nestes equipamentos.

Relativamente à avaliação quanto ao estado de conservação geral dos edifícios, nas duas escolas este foi considerado “razoável” o que é indicativo de algumas carências a este nível. São apontadas necessidades de intervenção ao nível das coberturas, paredes, caixilharia, entre outras.

› **EB 1 da Golegã**

Quadro 84 – Caracterização Geral EB 1 da Golegã

CARACTERIZAÇÃO GERAL										
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício Original)	1998	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2009	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-			
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim			
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	10	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	7			
Salas: Educação Física/Polivalente	1	Salas: Informática	1	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-			
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção externa	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim					
ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	117	2019/2020	125	2020/2021	135	Residentes no Concelho (2020/2021)	130	Turmas (2020/2021)	7
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)		64	Componente de Apoio à Família (CAF)			36				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ³		22	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Não				
Alunos Retidos	2017/2018	8	2018/2019	4	2019/2020	1				
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0				
RECURSOS HUMANOS										
Docentes (Quadro)		8	Assistentes Técnicos (Quadro)		0	Assistentes Operacionais (Quadro)	3	Outros Recursos Humanos (Quadro)		1
Docentes (Outros)		2	Assistentes Técnicos (Outros)		0	Assistentes Operacionais (Outros)	2	Outros Recursos Humanos (Outros)		3



Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quadro 85 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envoltente da EB1 da Golegã

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envoltente	Bom		Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Deficiente
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Deficiente	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Bom		Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Deficiente	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Deficiente	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Deficiente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refetório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Razoável		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Razoável
	Centro recursos / Biblioteca	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Deficiente	Instalação de Climatização	Deficiente
	Recreio Coberto	Deficiente		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Razoável
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Inexistente	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Deficiente
	Parque Infantil	Deficiente		Instalação de Evacuação de Lixo Esgotos	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Deficiente
	Sanitários	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Negativa (aumento do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	-
	Campo de Jogos	Inexistente					
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente					
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	Substituição das coberturas. Arranjo das paredes interiores e exteriores. Substituição dos tetos falsos. Substituição da porta de entrada da escola. Substituição de alguma caixilharia exterior, estores, lâmpadas. Arranjo do telhado.						
Espaços Exteriores	Colocação de parque infantil. Alargamento da zona coberta (recreio exterior).						
Comentários Adicionais	-						

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

EB 1 da Azinhaga

Quadro 86 – Caracterização Geral EB 1 da Azinhaga

CARACTERIZAÇÃO GERAL										
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício Original)	2010	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-			
Tipo de Construção dos Edifícios	Edifícios Construídos de Raiz		1	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim			
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	4	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	2			
Salas: Educação Física/Polivalente	0	Salas: Informática	1	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-			
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção externa	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim					
ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	40	2019/2020	31	2020/2021	33	Residentes no Concelho (2020/2021)	33	Turmas (2020/2021)	2
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças	29		Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças		11		<p>Evolução do n.º de Crianças</p>			
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas ⁴	5		Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo		Não					
Educação bilingue de alunos surdos	Não		Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita		Não					
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não		Intervenção Precoce na Infância		Não					
Alunos Retidos	2017/2018	2	2018/2019	2	2019/2020	2				
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0				
RECURSOS HUMANOS										
Docentes (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1			
Docentes (Outros)	1	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	3			

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quadro 87 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envoltente da EB1 da Azinhaga

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envoltente	Bom			Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Coertura	Razoável	Escadas	Bom
	Pedonais	Bom		Salas	Excelente	Ascensores	Bom
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Excelente	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
			Revestimentos de Pavimentos Interiores	Excelente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente	
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom
	Centro recursos / Biblioteca	Excelente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
	Recreio Coberto	Bom		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	WI-FI	Bom
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável
	Parque Infantil	Deficiente	Energia	Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável
	Sanitários	Bom		Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	-
	Campo de jogos	Inexistente					
	Campo de Jogos Exterior	Excelente					
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	Reparação das paredes exteriores e interiores. Reparação da clarabóia do 1.º andar. Substituição de algumas partes dos tetos falsos. Reparação de alguma caixilharia. Reparação das coberturas do edifício (lajes).						
Espaços Exteriores	Substituição dos parques infantis. Reparação dos portões de entrada.						
Comentários Adicionais	-						

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

A avaliação relativa à qualidade do espaço exterior, esta foi classificada como “razoável” na EB1 de Golegã e com “bom” na EB1 da Azinhaga.

A evolução do consumo energético nos últimos 3 anos, na EB1 de Golegã, foi negativa, ou seja, verificou-se um aumento do consumo. Na EB1 de Azinhaga, não se verificaram alterações no consumo de energia.

Nos estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública existem 9 salas de atividades ocupadas com turma, num total de 14 salas disponíveis. Não foi reportada a carência de salas.

Quadro 88 – Total de salas e de salas ocupadas com turma (n.º) nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no Concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021

Estabelecimento	Freguesia	Total de salas (n.º)	Salas ocupadas (n.º)
Escola Básica do 1.º Ciclo de Golegã	Golegã	10	7
Escola Básica do 1.º Ciclo de Azinhaga	Azinhaga	4	2
CC: Golegã		14	9

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Ao contrário do verificado no ensino pré-escolar, um dos equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico cedeu, no ano letivo 2019/2020, salas/espacos à Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária da Golegã (EMIC).

As duas escolas asseguram serviço de refeições (almoço) recorrendo a unidades de confeção de refeições externas.

A Escola EB 2,3/S Mestre Martins Correia, escola sede do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, constitui o único estabelecimento de ensino do Concelho com oferta destes 3 níveis de ensino.

Localizada na freguesia da Golegã, o acesso geral à escola foi classificado como “Razoável”. No que trata ao ano de construção dos edifícios originais, estes datam dos anos 70 do séc. XX, tendo sido erigidos novos edifícios em 2004. Neste equipamento escolar, com um total de seis edifícios, nos últimos 20 anos não ocorreram intervenções de reabilitação.

A avaliação realizada pela direção do agrupamento de escolas sobre o estado de conservação geral dos edifícios do estabelecimento de ensino é negativa, tendo sido classificada como “Deficiente”. No que concerne ao estado de conservação geral dos espaços exteriores observa-se a mesma situação, tendo sido classificado também como “Deficiente”.

Quadro 89 – Caracterização Geral EB2,3/ S da Golegã

CARACTERIZAÇÃO GERAL										
Total de Edifícios	6	Ano de Construção (Edifício Original)	1977	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2004	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-			
Edifícios Construídos de Raiz (N.º)	6	Edifícios Adaptados (N.º)		-	Situação Mista		-			
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Deficiente	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)		Deficiente	Tipologia		T36			
Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (N.º Total)	34	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma (N.º)		34						
Carência de Salas (N.º)	-	Carência de Salas (Finalidade)		-						
Salas (N.º)										
Informática	2	Educação Física/Polivalente	3	Educação Visual e Tecnológica	2	Laboratórios	2	Oficinas	0	
Atividades Complementares (Projetos, Clubes, Outros)										
Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima
Clube de matemática	6	12		Clube de jardinagem	12	15		Oficina de música	20 (presencial); 12 (à distância)	20
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições			Unidade de confeção de refeições própria - Com confeção para o exterior		Acessibilidades para Crianças com NEE		Não	

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quadro 90 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolve da EB2,3/ S da Golegã

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolve		Bom					
Acessibilidades	Acesso Geral	Razoável	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Deficiente	Tetos	Deficiente
	Pedonais	Bom		Cobertura	Deficiente	Escadas	Deficiente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Deficiente		Salas	Deficiente	Ascensores	Inexistente
	Transportes Públicos	Razoável		Laboratórios	Deficiente	Oficinas	Deficiente
				Paredes Exteriores	Deficiente	Caixilharia e Portas Exteriores	Deficiente
			Deficiente	Caixilharia e Portas Interiores	Deficiente		
			Deficiente	Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Deficiente	Dispositivos de Proteção Contra Queda Exteriores	Inexistente
			Deficiente	Revestimentos de Pavimentos Interiores	Deficiente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Deficiente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Deficiente	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Razoável
	Sala de Convívio	Inexistente		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Deficiente
	Sala Polivalente	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Deficiente	Instalação de Climatização	Deficiente
	Recreio Coberto	Razoável		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Deficiente
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Inexistente	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Deficiente
	Centro de Recursos / Biblioteca	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Deficiente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Deficiente
	Mediateca	Inexistente	Esgotos	Deficiente			
	Pavilhão Desportivo	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Negativa (aumento do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	-
	Campo de Jogos Exterior	Razoável					
	Balneários	Razoável					
	Sanitários	Deficiente					

| 150

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quanto à evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, houve uma evolução negativa, verificou-se o aumento do consumo de energia.

Existem 34 salas de atividade com condições para a atividade letiva, todas elas ocupadas com turmas de 2º, 3º CEB e Secundário. O agrupamento não apontou carência de salas.

A prática de cedência de espaços à comunidade exterior existe nesta escola, sendo cedidos espaços a entidades como a Associação de Pais, a Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária da Golegã – EMIC e a Câmara Municipal de Golegã.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Escola Mestre Martins Correia • Jardim de Infância • EB1 • Centro Social Paroquial (Infantário; Creche, ATL)
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Alentejo 20/20 (fundo comunitário) • Alentejo 20/30 • PRR • Candidaturas a Projetos
AMEAÇAS

- Falta de verbas
- Falta de projetos e candidaturas

CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Aumento responsabilização municípios não acompanhado das verbas necessárias

FALTA DE HABITAÇÃO PARA ARRENDAMENTO

O grupo de trabalho validou esta problemática associando-a quer à dificuldade em encontrar habitações disponíveis para arrendamento, sendo de registar uma preferência dos/as proprietários/as pela ocupação sazonal, como se pode constatar em 2011 apenas 81,4 % dos alojamentos estavam ocupados, sendo previsível que se verifique uma descida para 80,9%, em 2021.

Constata-se também que existe uma oferta reduzida de imóveis recentes, prontos a habitar, para aquisição, dado que no ano transato apenas se concluíram 9 habitações novas, contra 6 em 2020 e 1 remodelada em 2020 e 2021. Por outro lado, os preços dos terrenos e habitações estão inflacionados, sendo superiores aos praticados nos Municípios limítrofes. Contudo, existem apoios à habitação disponíveis, nomeadamente a Habitação Social e o Apoio Financeiro ao Arrendamento.

Quadro 91 – Alojamentos (1960-2021)

	1960	1981	2001	2011	2021
Alojamentos	-	2 357	2 913	3 128	⊥ Pro 3 493
Alojamentos familiares clássicos (%) como moradias e apartamentos	-	99,3	99,5	99,6	⊥ Pro 99,8
Alojamentos Ocupados	90,2	-	85,4	81,4	⊥ Pro 80,9
Alojamentos próprios (%)	-	55,1	81,1	76,0	⊥ Pro 74,8
Alojamentos próprios com encargos de compra (%) alojamentos de residência habitual	-	14,8	36,1	45,6	⊥ Pro 63,9
Alojamentos arrendados e outros casos (%)	-	44,9	18,9	24,0	⊥ Pro 25,2

Fonte: PORDATA/INE 2022

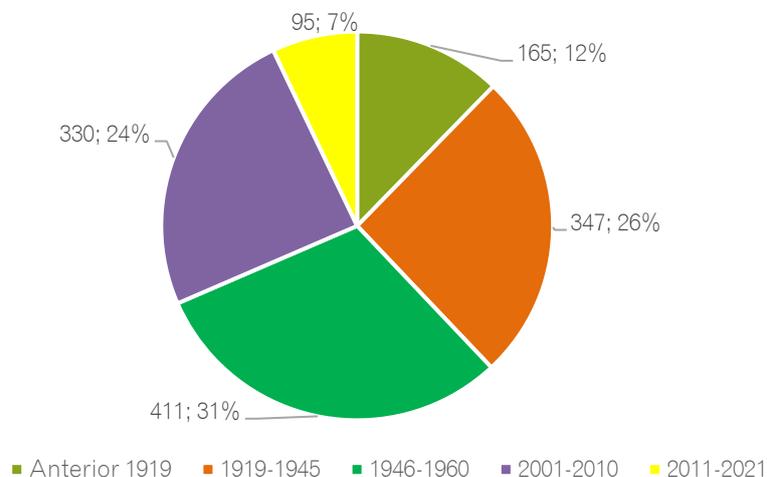
Quadro 92 – Edifícios segundo os Censos: total, por época de construção, em 2021

Territórios	Época de construção					
	Total	Anterior a 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	2001 - 2010	2011 - 2021
Lezíria do Tejo	Pro 105 995	Pro 4 364	Pro 9 422	Pro 14 102	Pro 15 519	Pro 2 364
Alpiarça	Pro 3 463	Pro 68	Pro 305	Pro 561	Pro 459	Pro 43
Chamusca	Pro 5 592	Pro 539	Pro 843	Pro 1 070	Pro 702	Pro 39
Golegã	⊥ Pro 3 122	⊥ Pro 165	⊥ Pro 347	⊥ Pro 411	⊥ Pro 330	⊥ Pro 95
Santarém	⊥ Pro 23 812	⊥ Pro 1 744	⊥ Pro 2 979	⊥ Pro 3 506	⊥ Pro 3 135	⊥ Pro 445

Fonte: PORDATA/INE 2022

Constata-se que dos 3122 edifícios de habitação existentes na Golegã, apenas 7% são de construção da última década, sendo 26% dos anos 1919 a 1960, o que representa um parque habitacional muito antigo, logo pouco suscetível de arrendamento.

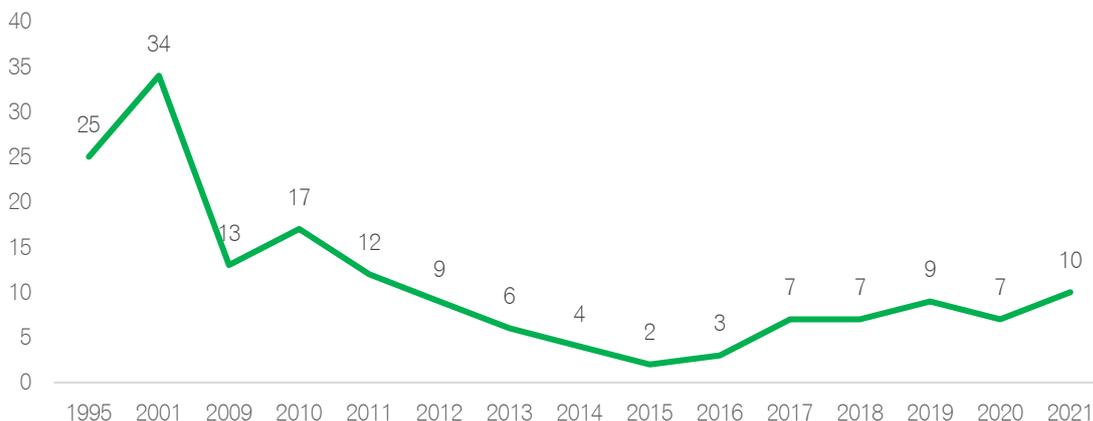
Gráfico 49 – Edifícios Habitacionais existentes, de acordo com ano de construção



Fonte: PORDATA/INE 2022

Em 2010, verifica-se um pico da construção, 17 habitações seguindo-se 5 anos de descida, voltando em 2017 a subir.

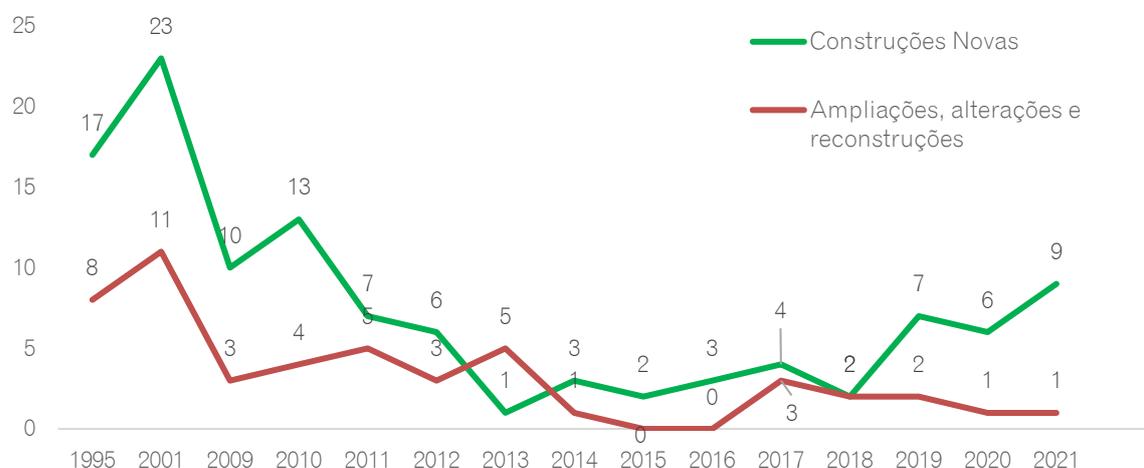
Gráfico 50 – Construção de Edifícios total 1995-2021



Fonte: PORDATA/INE 2022

De registar que parte são novas construções e algumas ampliações, alterações e reconstruções.

Gráfico 51 – Construção de Edifícios total 1995-2021, novas habitações e Ampliações, Alterações e reconstruções.



Fonte: PORDATA/INE 2022

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Habitações degradadas e/ou devolutas
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • PRR/mercado de arrendamento controlado • IMI • ARU´s
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de muitas segundas habitações • Custo ou falta de terreno para construir • Falta de recursos humanos nos serviços para a classificação habitações devolutas e implementação estratégias para melhoria • Preços dos terrenos
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Dificuldade de Financiamento ■ Existência de habitações devolutas ■ Arrendamento elevado no São Martinho ■ Desresponsabilização fiscal do senhorio ■ Valor da carga fiscal ■ Elevado custo terrenos disponível por m²

FALTA DE RESPOSTA NA ÁREA DA HABITAÇÃO SOCIAL

Apesar da Câmara Municipal da Golegã dispor de um número significativo de habitações sociais que se destinam ao realojamento de agregados cujas habitações têm falta de condições de habitabilidade, higienização e salubridade ou em situação de manifesta exiguidade da área habitável para a dimensão do agregado familiar, o grupo de trabalho que se dedicou a este assunto considera que este número ainda é insuficiente.

Neste momento, encontram-se a residir em habitação social municipal no Concelho da Golegã 70 pessoas e 46 a aguardarem realojamento.

Em setembro de 2024, o levantamento sobre a população em habitação social revelou um total de 70 residentes, cujas idades estão distribuídas por diferentes faixas etárias, refletindo a diversidade demográfica da comunidade. Entre os mais jovens, 13 habitantes estão na faixa etária de 0 a 19 anos, o que indica uma presença significativa de crianças e adolescentes. A maior parte da população, 41 pessoas, está no grupo etário dos 20 aos 64 anos, compreendendo a população ativa, que inclui tanto trabalhadores como aqueles em idade produtiva. Na faixa dos 65 aos 79 anos, encontramos 12 habitantes, representando uma população de idosos ainda relativamente autónomos. Finalmente, 4 pessoas têm 80 anos ou mais, um grupo que possivelmente necessita de mais cuidados devido à sua idade avançada.

Além da faixa etária, o gênero também foi considerado neste levantamento. Do total de 70 habitantes, 32 são do sexo feminino, representando uma parte específica da comunidade, enquanto 38 são do sexo masculino. Esta distribuição relativamente equilibrada entre homens e mulheres oferece uma perspetiva interessante sobre a composição social desta população.

Quadro 93 – Indivíduos realojados em Habitação Social pela CMG, por faixa etária, 2024

Habitação Social		set/24
Idade (faixas etárias)	0-19	13
	20-64	41
	65-79	12
	80+	4
Total		70

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 94 – Indivíduos realojados em Habitação Social pela CMG, por género, 2024

Habitação Social		set/24
Género	Feminino	32
	Masculino	38
Total		70

| 156

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

No ano de 2022, encontravam-se a residir em habitação social municipal 9 agregados na freguesia de Azinhaga e 25 agregados na freguesia de Golegã.

Quadro 95 – Agregados Familiares Realojados em Habitação Social pela CMG, 2022

Tipologia	Golegã	Azinhaga
T1	3	5
T2	12	3
T3	7	0
T4	3	0
T5	0	1
Total	25	9

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

Atualmente existem 46 candidatos/as e 26 candidaturas, à atribuição de uma habitação social municipal, sendo os principais motivos indicados pelos mesmos os seguintes:

- › Inadequação, as condições da habitação com características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência;
- › Dificuldades económicas não permitem arrendar habitação no mercado normal de arrendamento.

Quadro 96 – Indivíduos a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG, por faixa etária, 2024

Aguardam realojamento		set/24
Idade (faixas etárias)	0-19	8
	20-64	28
	65-79	8
	80+	2
Total		46

| 157

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Quadro 97 – Indivíduos a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG, por género, 2024

Aguardam realojamento		set/24
Género	Feminino	24
	Masculino	22
Total		46

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã 2024

Os motivos de realojamento incluem:

- › **Precariedade:** Situações de pessoas sem-abrigo, conforme definido na cláusula f) do artigo anterior, bem como casos de pessoas que não têm solução habitacional alternativa ao local que utilizam como residência permanente. Isto aplica-se quando têm de desocupar a habitação devido a uma declaração de insolvência de elementos do agregado familiar, situações de violência doméstica, operações urbanísticas de promoção municipal, ou a não renovação de contrato de arrendamento, especialmente nos casos de agregados unifamiliares, agregados com pessoas com deficiência ou arrendatários com idade superior a 65 anos.
- › **Insalubridade e Insegurança:** Situações em que uma pessoa ou o agregado familiar vive num local, construído ou não, que não possui condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene, ou quando a edificação não apresenta condições mínimas de habitabilidade.
- › **Sobrelotação:** Quando a relação entre a composição do agregado familiar e o número de divisões da habitação resulta num espaço de habitação insuficiente, faltando duas ou mais divisões, de acordo com o conceito de espaço de habitação sobrelotado definido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).
- › **Inadequação:** Incompatibilidade das condições da habitação com as características específicas das pessoas que nela residem, como no caso de pessoas com incapacidade

ou deficiência. Isto aplica-se especialmente quando a habitação tem barreiras no acesso ao piso em que se encontra, ou quando as dimensões dos vãos e das áreas interiores impedem a circulação e utilização adequadas às características específicas dos residentes.

Constata-se que a tipologia T1 é aquela que mais se adequa às necessidades dos agregados familiares a aguardar realojamento. Saliente-se ainda que nem todos os processos de candidatura são considerados como situações de intervenção prioritária.

Quadro 98 – Tipologia de Habitação Adequada aos Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG

Tipologia	
T1	10
T2	5
T3	1
T4	0
Total	16

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

É ainda de referir a existência de algumas habitações propriedade das Santas Casas da Misericórdia da Golegã e da Azinhaga que, apesar das rendas praticadas não obedecerem aos critérios estabelecidos pelo regime de renda apoiada, estão arrendadas a agregados em situação de vulnerabilidade económica e social a preços bastante inferiores aos praticados pelo mercado de arrendamento.

Foram também identificados pelo grupo de trabalho recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Existem 34 habitações sociais no Concelho
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• PRR• Candidatura a projetos
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Aumento do número de candidaturas para habitação social
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Aumento responsabilização municípios não acompanhado das verbas necessárias

■ Elevado custo terrenos disponível por m²

NECESSIDADE DE REABILITAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ADAPTADOS A VÁRIAS MODALIDADES

Consagrado constitucionalmente, no âmbito da organização democrática do Estado, como pessoas coletivas territoriais que visam a prossecução de interesses próprios das respetivas populações, os municípios dispõem para o efeito, de atribuições em vários domínios, materializadas por um vasto leque de competências atribuídas legalmente aos seus órgãos.

A atribuição da área dos “tempos livres e desporto” aos municípios, confere aos seus órgãos um alargado âmbito de intervenção suportado, quer pela abrangência do respetivo conceito que, enquanto fenómeno social que interage com outros domínios designadamente com a economia, a saúde, o turismo e a cultura, quer com a crescente importância dada à prática de atividades físicas e desportivas como fator primordial do bem estar físico e psicológico contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos/as cidadãos/ãs.

Esta crescente valorização do desporto como fenómeno social, com impactos positivos na saúde dos/as praticantes em geral e sobretudo, como instrumento de promoção turística com elevada repercussão mediática, resultou noutra posicionamento por parte dos decisores/as políticos/as, que colocam, em alguns casos, o desporto como tema central da promoção e afirmação dos respetivos Concelhos (Pereira, 2009).

Deste posicionamento, resultaram significativos investimentos em recursos humanos devidamente habilitados, em equipamentos desportivos, em programas e eventos, colocando a intervenção desportiva num patamar elevado de prioridades no universo das diversas áreas de atuação política, assumindo como refere Teixeira (2009), uma especial importância no funcionamento do sistema desportivo nacional e no inalienável cumprimento do sistema constitucional que consagra a todos os cidadãos, sem exceção, o acesso à cultura física e ao desporto. Esta abrangência e importância cada vez maior do desporto no âmbito das políticas municipais, exigem mais e melhores respostas nos diversos contextos de atuação. Para este efeito, é de capital importância dotar as unidades orgânicas ou serviços municipais responsáveis, de recursos humanos e equipamentos adequados à sua dimensão, que possam responder com eficiência e eficácia à satisfação das necessidades e exigência dos destinatários das suas políticas desportivas.

Quadro 99 – Caracterização Geral Equipamentos Desportivos I

	Campo de Futebol (Estádio Municipal Manuel Galrinho Bento)	Pista de Atletismo (Estádio Municipal Manuel Galrinho Bento)	Campo Desportivo Manuel Assunção Coimbra	Campo Desportivo do Pombalinho
Construção:	1970	1970		
Reestruturação:	2010	2010		
Área útil:	6400			
Bancada:	530 Lugares	530 Lugares	Inexistente	Inexistente
Iluminação:	Existente	Existente		
Piso:	Relva Sintética	Sintético, Outros	Solo Natural	Solo Natural
Modalidades praticadas:	Futebol	Atletismo	Futebol	
Freguesia:	Golegã	Golegã	Azinhaga	Pombalinho
Tipologia DL 141_09:	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva Especializada	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa
Entidade proprietária:	CMG	CMG	CMG	JFP
Balneários:	4	Existente	Existente	Existente
Wc públicos:	Existente (incluindo deficientes)	Existente	Existente	Existente
Arrecadações:	Existente	Existente	Existente	Existente
Bar:	Existente	Existente	Existente	Existente
Garagem:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Posto médico:	Existente	Existente	Existente	Existente
Sala de Musculação:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Estado				

| 161

Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente
--------	-----------	-----	----------	------------

Fonte: Serviço de Desporto, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Quadro 100 – Caracterização Geral Equipamentos Desportivos II

	Pavilhão Desportivo da Golegã	Sala de Artes Marciais - Pavilhão Desportivo da Golegã	Ginásio - Pavilhão Desportivo da Golegã	Polidesportivo Municipal da Golegã	Polidesportivo Municipal Jardim Equuspólis
Construção:	1982	1982	1982		2021
Reestruturação:	1998	1998	1998		
Área útil:	800	800	800	592	740
Bancada:	750 Lugares	50 Lugares	Inexistente		
Iluminação:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Piso:	Sintético (38m x 18m)	Tatami	Piso flutuante	Sintético, Outros	Sintético, Outros
Modalidades praticadas:	Futsal	Judo, Krav Maga, Jujitsu	Danças, Ginástica de aparelhos	Futebol, Voleibol, Ténis	Futebol e Ténis
Freguesia:	Golegã	Golegã	Golegã	Golegã	Golegã
Tipologia DL 141_09:	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva Especializada	Instalação Desportiva de Base Recreativa	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa
Entidade proprietária:	CMG	CMG	CMG	CMG	CMG

Balneários:	4	4	4	Existente	Inexistente
Wc públicos:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Arrecadações:	Existente	Existente	Existente	Existente	Inexistente
Bar:	Existente	Existente	Existente	Existente	Inexistente
Garagem:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Posto médico:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Existente	Existente
Sala de Musculação:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Estado					

Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente
---------------	-----------	-----	----------	------------

Fonte: Serviço de Desporto, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Quadro 101 – Caracterização Geral Equipamentos Desportivos III

	Polidesportivo do Pombalinho	Pavilhão Desportivo da Azinhaga	Complexo de Ténis da Golegã	Campo de Ténis da Azinhaga	Picadeiro Lusitanus
Construção:			1998		2000
Reestruturação:			2005	2005	
Área útil:	760	648	1274	640	338
Bancada:		370 Lugares	306 Lugares	Inexistente	Existente
Iluminação:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Piso:	Sintético, Outros	Soalho	Sintético	Sintético	Solo Estabilizado
Modalidades praticadas:	Futebol e Ténis		Ténis	Ténis	Equitação
Freguesia:	Pombalinho	Azinhaga	Golegã	Azinhaga	Golegã
Tipologia DL 141_09:	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva Especializada			
Entidade proprietária:	JFP	INATEL	CMG	CMG	Lusitanus, S.A.
Balneários:	Existente	Existente	Existente	Existente	Inexistente
Wc públicos:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Arrecadações:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Bar:	Existente	Inexistente	Existente	Inexistente	Inexistente
Garagem:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Posto médico:	Inexistente	Existente	Existente	Inexistente	Inexistente
Sala de Musculação:	Inexistente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Estado					

Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente
---------------	-----------	-----	----------	------------

Fonte: Serviço de Desporto, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Quadro 102 – Caracterização Geral Equipamentos Desportivos IV

	Picadeiro Mestre Nuno Oliveira	Piscina Municipal Coberta	Tanque de Aprendizagem - Piscinas Municipais	Piscina Descoberta Municipal	Piscina Municipais de Azinhaga
Construção:	2000	2005	2005	1998	
Reestruturação:				2005	
Área útil:	338	312,5	125	637	
Bancada:		164 Lugares	164 Lugares		
Iluminação:	Existente	Existente	Existente		
Piso:	Solo Estabilizado				
Modalidades praticadas:	Equitação	Natação	Natação	Atividades aquáticas	
Freguesia:	Golegã	Golegã	Golegã	Golegã	Azinhaga
Tipologia DL 141_09:	Instalação Desportiva Especializada	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Recreativa	Instalação Desportiva de Base Recreativa
Entidade proprietária:	CMG	CMG	CMG	CMG	CMG
Balneários:	Inexistente	Existente	Existente	Existente	Existente
Wc públicos:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Arrecadações:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Bar:	Inexistente	Existente	Existente	Existente	Existente
Garagem:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Posto médico:	Inexistente	Existente	Existente	Existente	Existente
Sala de Musculação:	Inexistente	Existente	Existente	Existente	Inexistente
Estado					

Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente
---------------	-----------	-----	----------	------------

Fonte: Serviço de Desporto, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Da caracterização geral dos equipamentos desportivos, pode-se extrapolar que 4 apresentam um estado deficiente, 7 estado Bom e 7 razoável. Apenas 1 equipamento apresenta um Estado: Excelente.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Pavilhão Municipal Golegã Azinhaga• Campos de Ténis• Campo de Futebol /Golegã Azinhaga Pombalinho• Piscinas Municipais
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Candidatura a projetos• Federação portuguesa de futebol /Candidatura• Construção de pavilhão adaptado a várias modalidades e espetáculos.• Adaptação do existente a várias modalidades e espetáculos.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Falta de aprovação das candidaturas• Custo da criação das várias infraestruturas
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Falta de Manutenção

VIAS POUCO ADAPTADAS ÀS NECESSIDADES DO CONCELHO

A falta de segurança nas rodovias é uma das características das vias pouco adaptadas às necessidades de hoje.

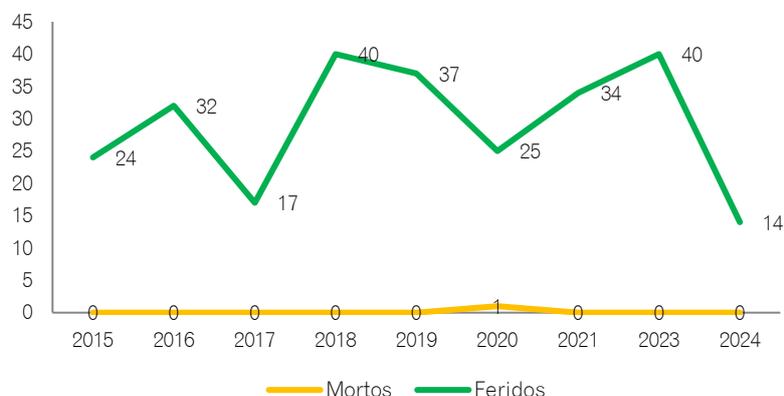
No quadro da sub-região da Lezíria do Tejo, o número de vítimas de acidentes de viação no último triénio tem diminuído substancialmente, devendo-se provavelmente ao estado de contingência resultante da Pandemia Covid 19.

Quadro 103 – Vítimas de Acidentes de Viação

Localização	2019			2020			2021			2023			2024		
	Total	Feridos	Mortos												
Golegã	37	37	0	26	25	1	34	34	0	40	40	0	14	14	0
Lezíria do Tejo	1280	1252	28	971	933	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: INE (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, 2020) e Guarda Nacional Republicana, 2024)

Gráfico 52 – Evolução do Número Total de Vítimas de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2024

No que diz respeito ao número de vítimas de acidentes de viação, no Concelho da Golegã, 2017 foi o ano com menos acidentes, registando 17. No ano seguinte deu-se um aumento substancial, tendo descido nos anos de Pandemia. Em 2020, foi o único ano em que se registou 1 morte. Em 2023, o número de vítimas de acidentes de viação voltou a aumentar, totalizando 40 casos (0 mortos, 4 feridos graves e 36 feridos ligeiros). Em 2024, até ao mês de agosto, foram registados 14 feridos, (0 mortos, 1 ferido grave e 13 feridos ligeiros). Assim sendo, nos últimos anos, não se registaram mortes devido a acidentes de viação.

Gráfico 53 – Evolução do Número Total de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã



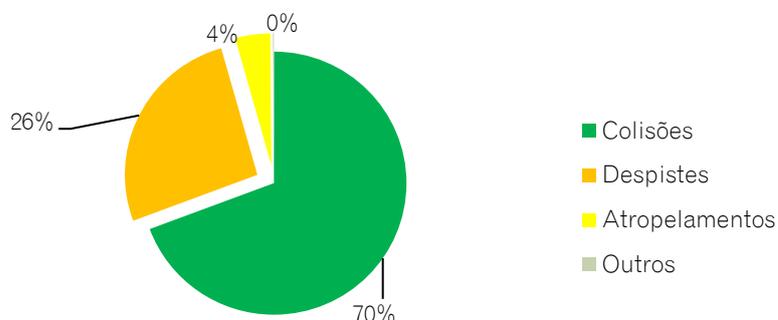
Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2024

De referir que maioria da tipologia dos acidentes se deve a colisões, seguido de despistes, e na sede de Concelho.

Quadro 104 – Acidentes de Viação por Tipologia, Via, Localidade e resultado no Concelho da Golegã, 2015-2024

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Total acidentes	94	98	100	89	104	86	109	44	90	57
Tipologia	Colisões	68	76	77	53	69	52	74	22	62	30
	Despistes	21	18	19	3	32	29	30	22	21	26
	Atropelamentos	5	4	4	3	3	5	5	0	6	1
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Resultado	Feridos	24	32	17	40	37	25	34	14	40	14
	Mortos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Via	EN 365	---	---	---	---	36	21	41	12	41	26
	EN 243	---	---	---	---	20	21	11	3	18	10
Localidade	Golegã	---	---	---	---	32	24	22	15	74	45
	Azinhaga	---	---	---	---	9	2	2	0	8	3
	Pombalinho	---	---	---	---	0	0	0	1	7	7

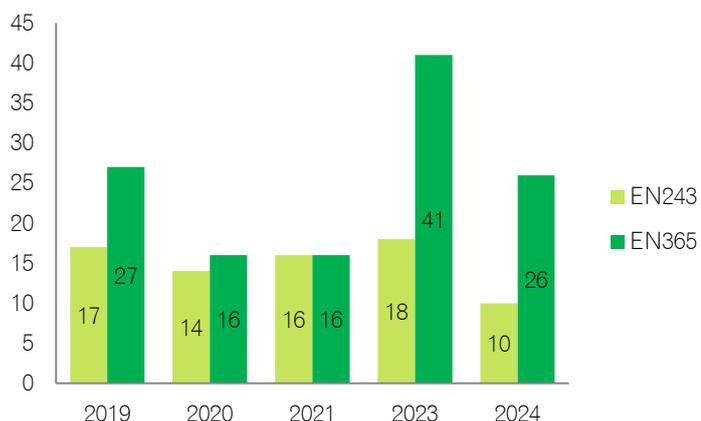
Gráfico 54 – Acidentes de Viação por Tipologia, no Concelho da Golegã, 2015-2024



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2024

A Guarda Nacional Republicana – Posto de Golegã identificou como Pontos Negros o troço entre o Posto da GNR e a Ponte da Chamusca (EN243) e o troço entre o Cemitério da Golegã e o Entroncamento (EN365).

Gráfico 55 – Número de Acidentes por Via no Concelho da Golegã 2019-2024



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2024

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS	
•	Estrada Nacional 365 Golegã/Azinhaga/ Pombalinho
OPORTUNIDADES	
•	Pressão sobre IP
AMEAÇAS	
•	Pressão sobre IP
CAUSAS	
■	Dificuldade de Financiamento
■	Não construção do nó da A3
■	Dificuldade de entendimento de entidades
■	Falta de Manutenção

DIFÍCIL TRAVESSIA GOLEGÃ/CHAMUSCA

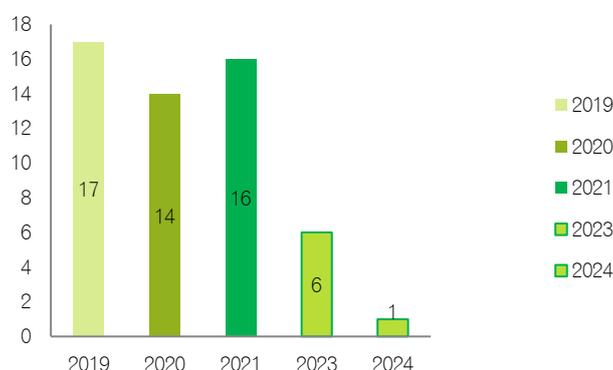
O trânsito na Ponte Dr. João Joaquim Isidro dos Reis, vulgo Ponte da Chamusca, representa para aqueles que precisam de fazer a travessia que une os Concelhos da Chamusca e Golegã, um constrangimento diário afetando várias centenas de pessoas que, por questões de trabalho ou lazer ali passam. O problema dos congestionamentos tem vindo ao longo dos últimos anos a acentuar-se, resultado do aumento de tráfego, bem como da redução da faixa de rodagem pós reabilitação da Ponte.

O facto de o tabuleiro da ponte ser estreito é motivo para, quase diariamente, ocorrerem congestionamentos de tráfego que chegam a demorar horas para serem resolvidos e que só o são depois da intervenção da GNR. A travessia não permite a passagem em simultâneo de dois veículos pesados, e como os semáforos, estão há vários anos sem funcionar, por vezes têm de ser os/as condutores/as a regular o trânsito.

O trânsito fica bloqueado quando dois veículos pesados se cruzam no tabuleiro da ponte, sendo cerca de 1000 a passar diariamente. Se em dias de maior visibilidade os/as camionistas são cordiais e só avançam para a ponte quando veem que não há outro pesado em sentido contrário, o caso muda de figura em caso quando há nevoeiro e em que a visibilidade é mínima.

A Guarda Nacional Republicana – Posto de Golegã identificou como Ponto Negro o troço entre o Posto da GNR e a Ponte da Chamusca (EN243).

Gráfico 56 – Número de Acidentes na EN243 Golegã-Ponte da Chamusca.



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2024

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Não existe alternativa
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Pressão sobre IP
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Estrada ser nacional das Infraestruturas de Portugal IP
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Elevado custo terrenos disponível por m²■ Não construção do nó da A3■ Dificuldade de entendimento de entidades

POUCA OFERTA DE TRANSPORTES QUE PERMITAM ESTUDAR E TRABALHAR FORA DO CONCELHO

A Golegã é um Concelho muito bem localizado no contexto nacional, especialmente pelo excelente posicionamento de proximidade com os acessos aos grandes centros urbanos, através de vias estruturantes. Com a autoestrada do Norte A1, que faz a ligação Lisboa-Porto, e que se encontra facilmente acessível através dos nós de Santarém ou de Torres Novas, as deslocações para Lisboa passaram a demorar aproximadamente 1h20 e para o Porto cerca de 2h15. Outra importante ligação é para o Algarve, que facilmente se pode executar através autoestrada do Sul A2, com entrada no nó de Marateca e saída em Paderne, realizando-se aproximadamente 3h de viagem.

Este acesso existe através da entrada na A13 Sul em Almeirim. A A13 é uma estrada com uma interrupção entre a Atalaia e Almeirim, provavelmente pela estreita área da ponte da Chamusca, em que não é possível que passem dois veículos pesados. A A13 Norte que se inicia na Atalaia prossegue até Condeixa, sendo um importante eixo de ligação a Coimbra

A área é ainda servida pela autoestrada da Beira-Interior A23, anteriormente designada de via rápida IP6. Esta estrada é um eixo de ligação entre a A1 e o interior do país, uma vez que faz a ligação entre Torres Novas e Guarda. A A23 em direção a Vilar Formoso é um dos principais acessos do Centro do país a Espanha.

A vila de Golegã é ainda servida por vias arteriais como a estrada N365/IC3, um itinerário complementar da estremadura e ribatejo, que liga a vila à cidade do Entroncamento e à sua freguesia Azinhaga. A vila é ainda percorrida pela N243, que efetua a ligação entre a Chamusca e os Riachos, no Concelho de Torres Novas. Esta via é um dos mais importantes eixos de comunicação e de desenvolvimento comercial no município, usualmente denominado pela população como “variante”.

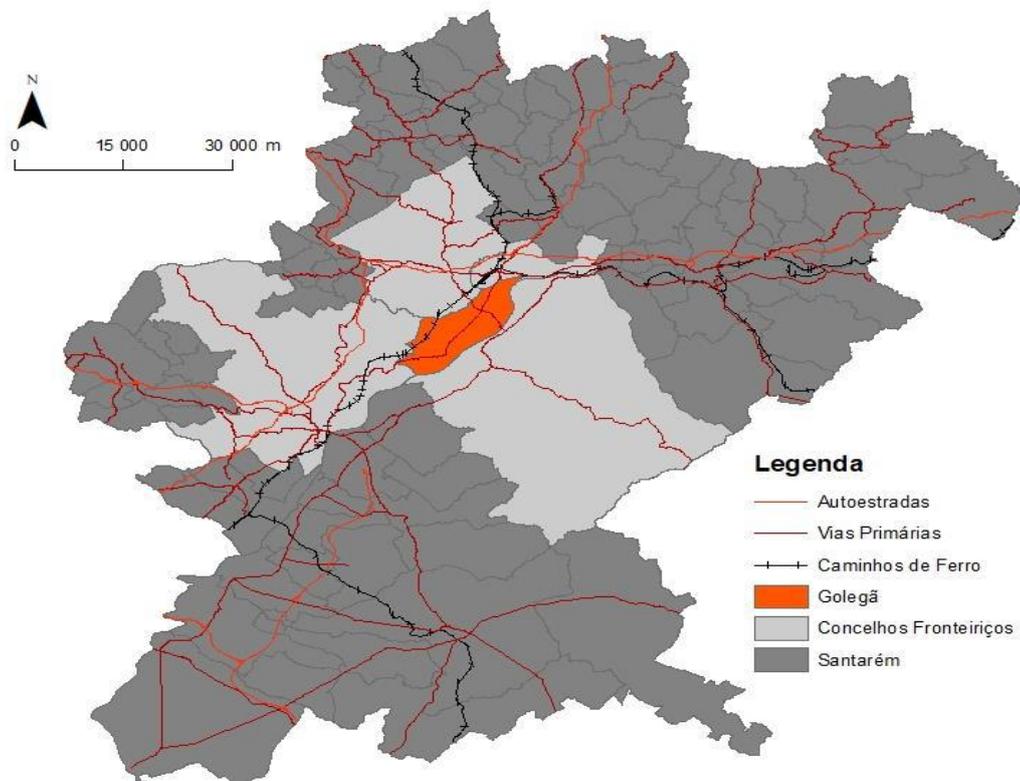
A Golegã é também servida pelos serviços dos Comboios de Portugal (CPPortugal), através de um apeadeiro localizado em Mato de Miranda e outro em Riachos, no Concelho de Torres Novas, denominado pela empresa como “Riachos - Torres Novas – Golegã”. Como se trata de apeadeiros, apenas realizam viagens em comboios de serviço regional.

Nas proximidades existe também a estação do Entroncamento, uma das maiores estações de Portugal, com serviços de comboios regionais, inter-regionais, intercidades, alfas e internacionais. Neste contexto, é seguro afirmar que o município de Golegã é maioritariamente servido por vias de comunicação terrestres, de circulação rodoviária e ferroviária.

A proximidade entre Concelhos é um fator de incentivo a deslocações em veículo de transporte individual, bem como o facto de existirem poucos meios de transporte rodoviário coletivo, como autocarros interurbanos, o que dificulta, acima de tudo o trabalho para fora do Concelho.

Neste sentido, a única outra opção viável para deslocações regulares entre municípios seria a deslocação por táxi, o que se torna incomportável.

Figura 10 – Vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias abrangentes ao município da Golegã. Elaboração em ArcMap



Fonte: Reabilitação Urbana na Câmara Municipal da Golegã – Levantamento do Edificado, 2019

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Rodoviária Médio Tejo• Transfer
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Reestruturação da nova entidade dos transportes criada pela CIM
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Território que pertence a outra comunidade (Médio Tejo)
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Aumento responsabilização municípios não acompanhado das verbas necessárias■ Dificuldade de entendimento de entidades

POUCA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS

As intervenções em edifícios, visando a sua sustentabilidade e a reabilitação energética, encontram-se entre as medidas com maior efeito multiplicador na economia, gerando emprego e riqueza a nível local e nacional. Está, por isso, identificada em diversos estudos como sendo uma das medidas mais relevantes para fomentar a recuperação da economia na fase pós COVID-19.

A aposta na eficiência energética dos edifícios é uma prioridade para a recuperação económica alinhada com a transição climática, de acordo com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Este Programa enquadra-se, entre outros, na iniciativa Europeia “Vaga de Renovação”, especialmente dedicada à renovação dos edifícios e que visa abordar as atuais baixas taxas de renovação em toda a UE, além de fornecer uma estrutura para que a renovação desempenhe um papel fundamental no apoio a uma recuperação verde e digital.

Reabilitar e tornar os edifícios energeticamente mais eficientes potencia o alcance de múltiplos objetivos, designadamente:

- › a melhoria dos níveis de conforto para os/as seus/suas utilizadores/as, nomeadamente o térmico,
- › a melhoria da qualidade do ar interior,
- › o benefício para a saúde, a promoção da produtividade laboral,
- › a extensão da vida útil dos edifícios,
- › o aumento da sua resiliência,
- › a redução da fatura e da dependência energética do país,
- › a redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

A renovação energética e ambiental promove ainda melhorias noutras dimensões do desempenho dos edifícios como a eficiência de outros recursos, em particular os recursos hídricos, pelo forte *nexus* com o respetivo consumo energético, e constitui ainda um importante contributo para a resiliência climática dos edifícios, das cidades e, por consequência, do próprio país.

A nível autárquico já foram executadas algumas intervenções de eficiência energética em edifícios municipais, com vista a reduzir o consumo e custos energéticos, a melhorar as condições térmicas/de conforto interior e a produzir energia através de fontes renováveis.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Habitações e edifícios públicos
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Fundos comunitários de apoio• Fundo ambiental
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Pessoas tem de pagar primeiro depois recebem o apoio• Falta de conhecimento dos privados das políticas de apoios
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Valor da carga fiscal

PARQUE AUTOMÓVEL ENVELHECIDO DAS INSTITUIÇÕES DO CONCELHO | FALTA DE MOBILIDADE VERDE

As Santas Casas e Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho identificam como necessidade de intervenção prioritária a renovação do seu parque de viaturas uma vez que o mesmo é insuficiente e não responde aos novos imperativos de natureza legal. As Instituições com respostas sociais dirigidas a seniores manifestam de forma generalizada a necessidade de aquisição de novas viaturas de apoio domiciliário, com espaços distintos para alimentação, roupa suja e lavada, utensílios de limpeza e zona de refrigeração, que permitam, entre outras vantagens, assegurar a higiene e conservação das refeições.

Quadro 105 – Parque de Viaturas das Instituições do Concelho

Instituições	Viaturas	Totais
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	2 lugares: 4 (inclui uma adaptada para o SAD) 5 lugares: 4 9 lugares: 4 (inclui uma adaptada para pessoas com mobilidade reduzida) 3 lugares: 1 de caixa aberta	13
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga	2 lugares: 2 5 lugares: 1 9 lugares: 2 (inclui uma adaptada para pessoas com mobilidade reduzida) ²⁶	5
Casa do Povo do Pombalinho	2 lugares: 1 9 lugares: 1	2
Centro Social Paroquial da Golegã	9 lugares: 1 (não permite o transporte de crianças)	1

Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho e Centro Social Paroquial da Golegã,

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Não existe
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Candidatura a projetos
AMEAÇAS

²⁶ Candidatura aprovada para aquisição de um veículo elétrico (Mobilidade Verde) – 2 lugares

- Falta de conhecimento dos privados das políticas de apoios

CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Aumento responsabilização municípios não acompanhado das verbas necessárias
- Valor da carga fiscal

INFRAESTRUTURAS DAS INSTITUIÇÕES DEGRADADAS E/OU DEVOLUTAS

Os equipamentos sociais em atividade no Concelho apresentam-se heterogéneos quanto ao ano de entrada em funcionamento, tendo iniciado o seu funcionamento ao longo de diferentes décadas do século XX (5), com exceção das instalações cedidas à APAV (sala), que são utilizadas com essa finalidade desde 2019.

O mais antigo é o equipamento da Casa do Povo do Pombalinho (década de 30 do séc. XX), seguido pelo Centro Social Paroquial de Golegã que data dos anos 50 do século XX. Os restantes 3 equipamentos datam da segunda metade do Séc. XX (anos 70, anos 80 e anos 90).

A análise do perfil das instalações dos equipamentos sociais na Golegã evidencia que as respostas e serviços sociais são desenvolvidas a partir de edifícios (5 equipamentos) e salas (1 equipamento).

O tipo de construção do equipamento revela um equilíbrio entre os que foram adaptados para o uso de equipamento social (3), e aqueles construídos de raiz (3) para essa finalidade.

Quanto ao regime de ocupação do edifício, prevalece amplamente o regime de propriedade (5 equipamentos), encontrando-se apenas 1 equipamento social (sala) a funcionar em regime de cedência. As instalações não são consideradas temporárias em nenhum dos casos.

Gráfico 57 – Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, de construção e de ocupação do edifício, em 2021 (N.º)

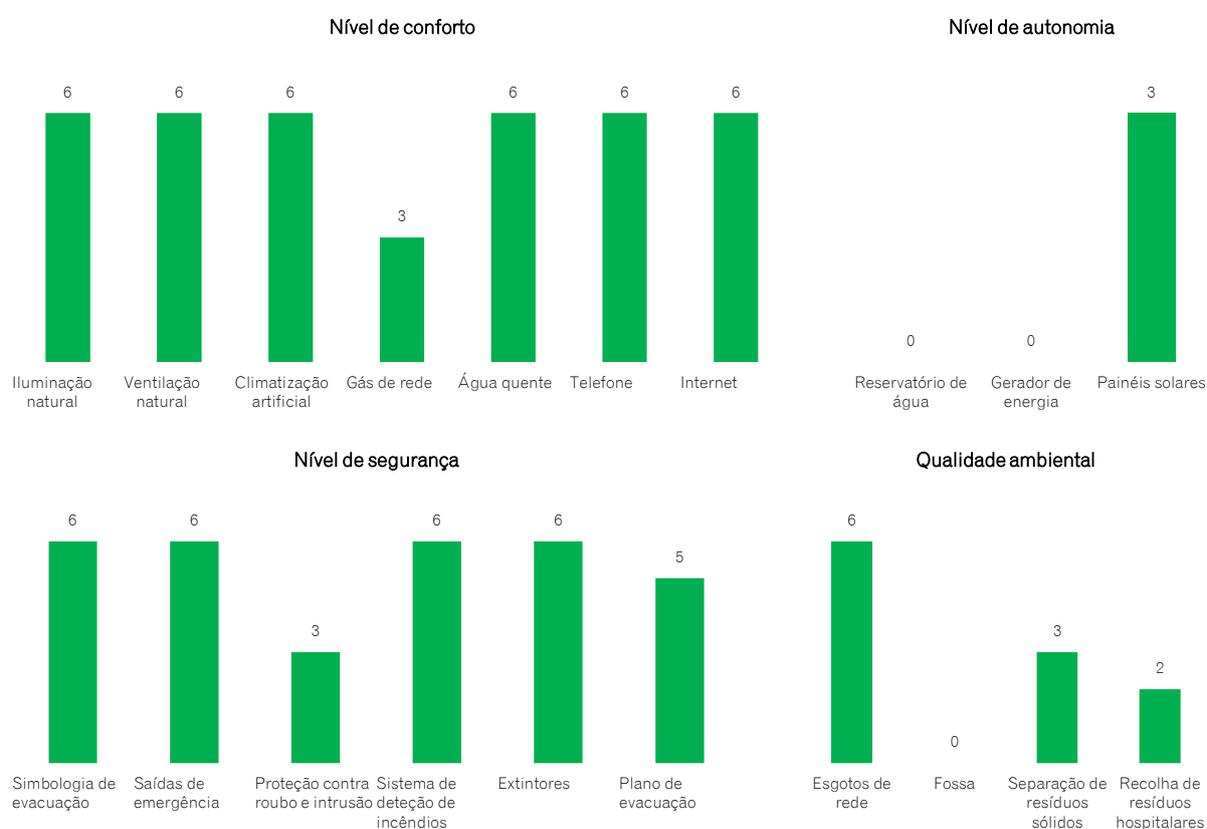


Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

A avaliação das condições de conforto dos equipamentos sociais é impreterível no âmbito do instrumento carta social, na medida em que permite efetuar um retrato atualizado dos designados fatores de conforto, identificar potenciais constrangimentos e subsequentemente reorientar opções futuras de investimento nestes equipamentos, designadamente, em matéria de recuperação, modernização e qualificação.

Globalmente, os equipamentos sociais no Concelho da Golegã apresentam uma avaliação satisfatória do nível de conforto, dispondo da generalidade dos fatores de conforto considerados. De destacar que a totalidade dos 6 equipamentos recenseados dispõem de iluminação e ventilação natural, climatização artificial, água quente, telefone e internet, sendo que 3 equipamentos não dispõem de gás de rede, podendo efetivamente esta situação resultar da existência de alternativas similares.

Gráfico 58 – Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

As questões ambientais assumem atualmente uma importância sem precedentes, face ao impacto que as alterações climáticas registam na sustentabilidade dos ecossistemas, na economia, na saúde e bem-estar, assim como no equilíbrio das várias atividades humanas em todo o planeta. Num tempo marcado por compromissos ambiciosos e fulcrais em matéria ambiental, importa que as diversas atividades e setores mais do que assumirem compromissos ambientais ambiciosos, mitiguem a sua pegada ecológica.

Não obstante o contexto atual, na avaliação ambiental dos equipamentos sociais no município ressalta o facto de nas quatro dimensões consideradas, nenhuma delas ser concretizada pela totalidade dos equipamentos sociais. Particular destaque para o facto de apenas metade dos equipamentos sociais realizarem separação de resíduos sólidos, sintomático da persistência de uma parcela muito significativa dos equipamentos sociais desprovidos de uma das práticas mais elementares de adequada gestão ambiental pela preservação de recursos naturais que promove, mas também porque com a valorização dos resíduos contribuiu-se para uma redução do respetivo depósito em aterros.

Quanto à autonomia dos equipamentos sociais a avaliação realizada não se apresenta muito favorável, na medida em que apenas 3 equipamentos dispõem de painéis solares, e nenhum dos equipamentos tem geradores de energia e reservatório de água. Muito embora estes equipamentos de apoio à autonomia possam não ser cruciais num ou outro equipamento, de um modo geral, constituem-se um requisito crucial, na medida em que o seu funcionamento se deve verificar de forma regular e constante, não podendo fatores exógenos condicionar a existência de resposta. Acresce notar ainda a dupla importância de algumas destas componentes, como por exemplo os painéis solares, pelos ganhos ambientais que também possibilita.

Na avaliação das condições de funcionamento, o domínio da segurança é um dos que se apresenta mais favorável, indicativo do maior investimento e valorização das entidades gestoras/proprietárias nesta área. Com efeito, verifica-se que a totalidade dos equipamentos sociais dispõe de extintores, simbologia de evacuação, saídas de emergência e sistemas de deteção de incêndio, sendo que um equipamento não dispõe de plano de evacuação. Somente a proteção contra roubo e intrusão manifesta menor valorização e investimento por parte das entidades, verificando-se apenas em metade dos equipamentos sociais do município.

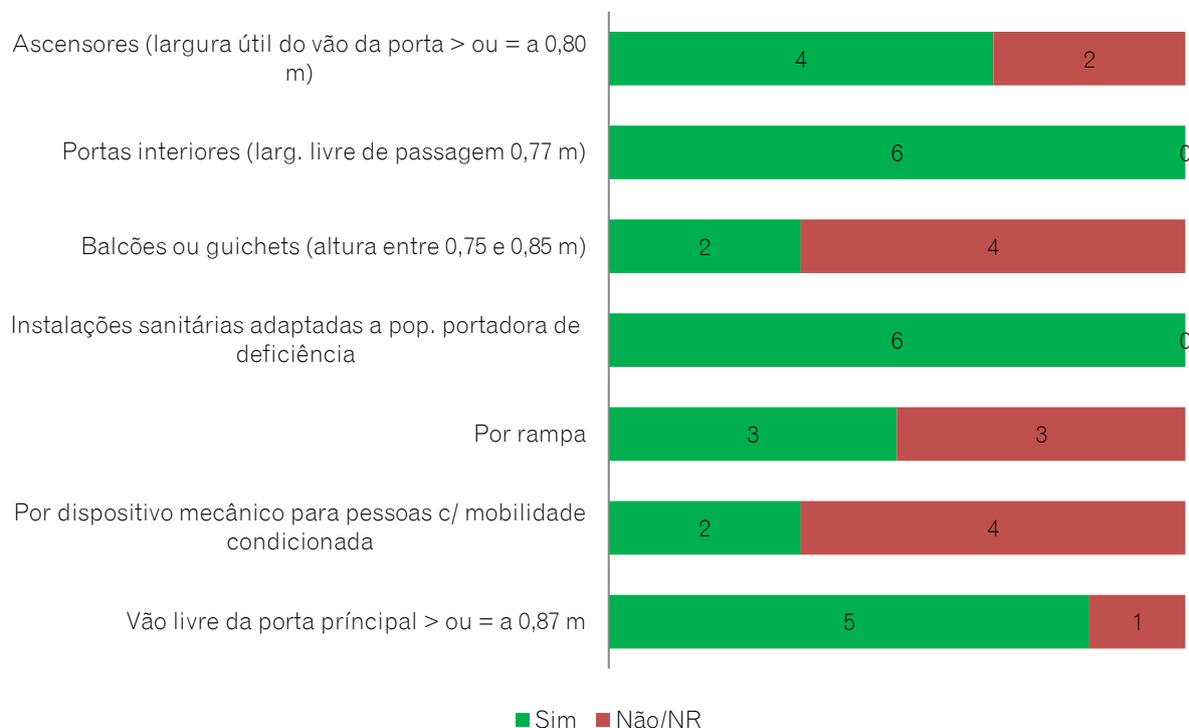
A **acessibilidade** aos equipamentos coletivos representa uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nos últimos anos, decorrente de uma vontade política inequívoca em promover a acessibilidade para todos, muitos têm sido as alterações introduzidas em matéria de enquadramento legal e de ordenamento jurídico-administrativo, o que tem motivado melhorias substanciais na promoção do acesso para todos, assim como a existência de mais e mais eficazes mecanismos fiscalizadores e sancionatórios. Não obstante os ganhos alcançados, a eficácia das medidas legais e técnicas adotadas encontra-se estreitamente dependente da responsabilização e mobilização de todos os atores envolvidos/as, assim como da sociedade civil.

As **condições de mobilidade** no edifício apresentam-se globalmente positivas, com a totalidade dos equipamentos a disporem de instalações sanitárias adaptadas a população portadora de deficiência, de portas interiores, com largura livre de passagem de 0,77 m; quatro equipamentos referem a existência de ascensores (largura útil do vão da porta > ou = a 0,80 m). Persistem, no entanto, algumas lacunas, com 4 equipamentos sociais que não apresentam balcões/guichets (altura entre 0,75 e 0,85 m).

No que trata às **condições de acessibilidade ao edifício de pessoas com mobilidade condicionada**, apenas 3 equipamentos sociais indicaram dispor de acesso por rampa, e 2 equipamentos têm acesso por dispositivo mecânico, sendo que apenas um equipamento apresenta as duas possibilidades de acesso (rampa e dispositivo mecânico).

A quase totalidade dos equipamentos apresentam vão livre da porta principal superior ou igual a 0,87m (5 equipamentos), no equipamento que não tem estas condições é referida a possibilidade da sua adaptação com pequenos ajustes.

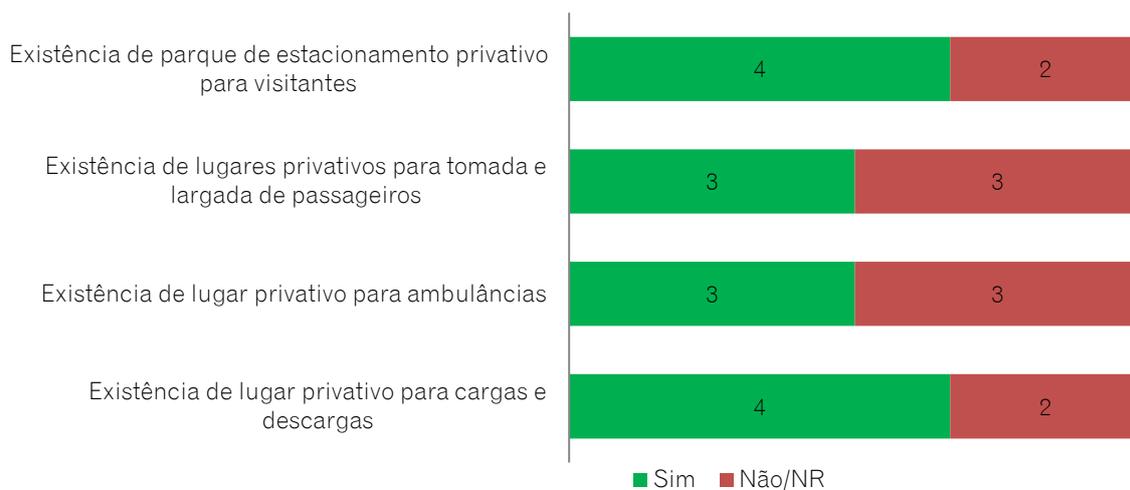
Gráfico 59 – Condições de mobilidade no edifício, pessoas com mobilidade condicionada, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Uma avaliação mais abrangente das condições de acesso ao edifício revela uma situação global intermédia, verificando-se para as quatro dimensões de análise consideradas, que apenas cerca de metade dos equipamentos dispõe destas condições de acesso. Assim, 4 equipamentos apresentam a existência de lugar privativo para cargas e descargas e parque de estacionamento privativo para visitantes (36 lugares, 6 destes para cidadãos portadores de deficiência). Metade dos equipamentos (3) tem lugares privativos para a tomada e largada de passageiros (5 lugares, 2 destes para cidadãos portadores de deficiência), e lugares para ambulância.

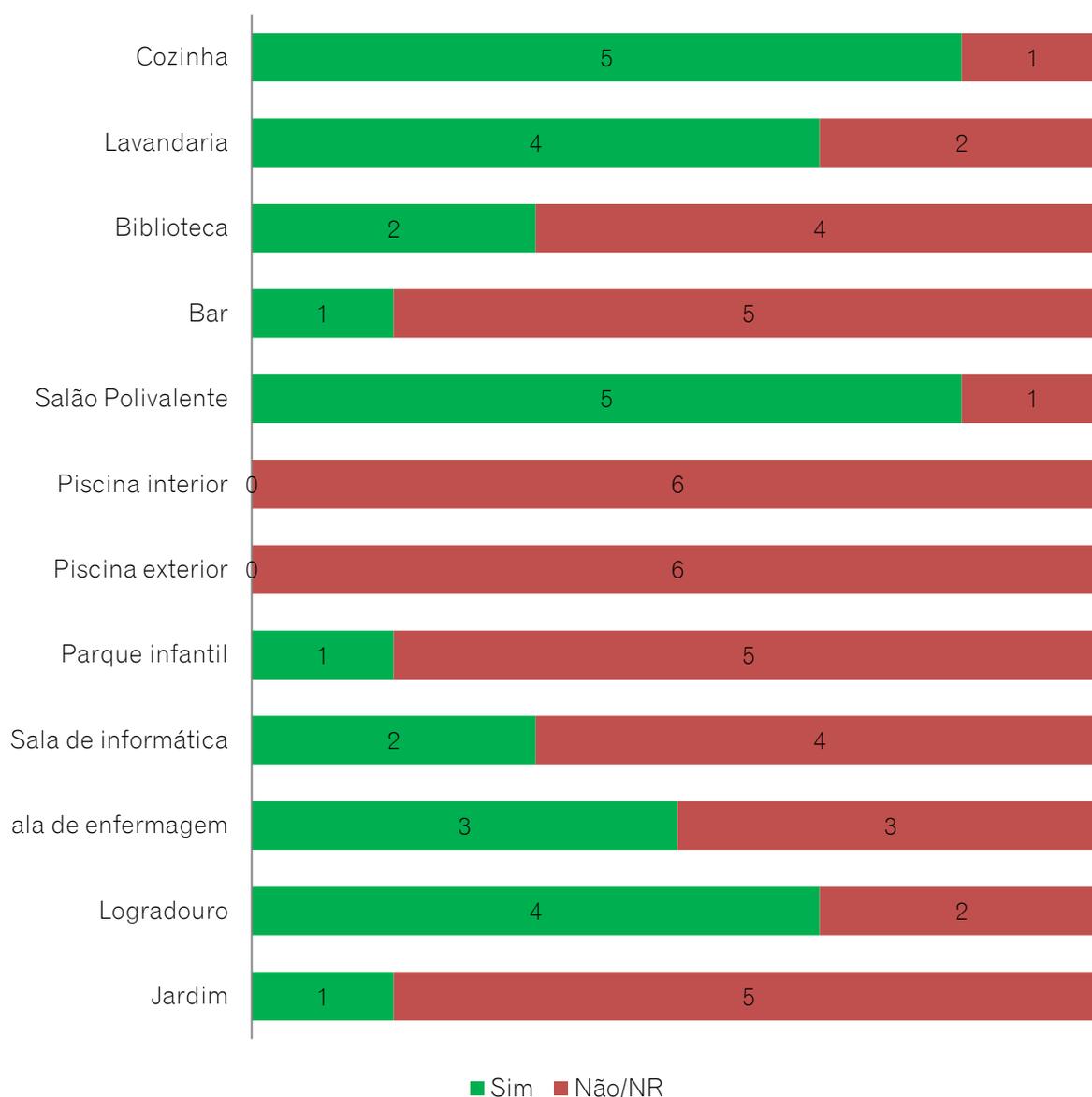
Gráfico 60 – Condições de acesso ao edifício, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Em 2021, os equipamentos sociais existentes no Concelho apresentavam-se substancialmente heterogéneos, dispondo de **funcionalidades** distintas. A cozinha e o salão polivalente constituíam as funcionalidades mais comuns, existentes em 5 equipamentos. Seguia-se a lavandaria e o logradouro funcionalidades existente em 4 equipamentos e a sala de enfermagem, existente em 3 equipamentos sociais. Coexistem ainda outras funcionalidades pouco frequentes, o que em algumas situações decorre da sua função, mas em outros evidencia as lacunas existentes na oferta social concelhia.

Gráfico 61 – Funcionalidades dos equipamentos, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Foram ainda identificadas diversas **outras funcionalidades** como uma capela, ginásio, ou um parque geriátrico.

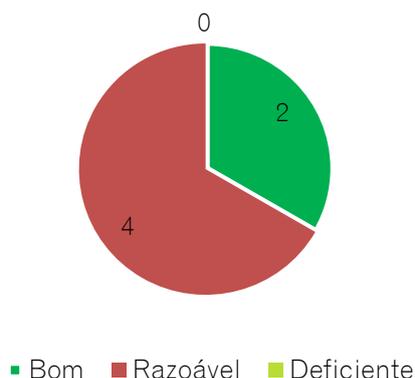
Quanto à instituição/entidade gestora disponibilizar ou poder vir a disponibilizar alguns dos espaços do respetivo equipamento para atividades e fins exteriores à sua própria atividade, 4 dos equipamentos estão em condições de fazê-lo:

- › Auditório e sala polivalente para palestras e formação (APAV);
- › Salão com palco (Casa do Povo do Pombalinho);
- › Anexo da capela cedido, neste momento, para o Banco de Roupas da Conferencia São Vicente Paulo; Pátio com apoio de bar, Instalações sanitárias e palco (Santa Casa da Misericórdia da Golegã).

A avaliação das condições de **operacionalidade** permite verificar que a totalidade das entidades considerava que o espaço que utilizam reúne condições adequadas para o serviço/ resposta social que desenvolvem.

De acordo com a perceção das entidades proprietárias/gestoras dos equipamentos sociais, o estado de conservação dos equipamentos acolheu uma avaliação amplamente favorável, com 2 equipamentos a serem avaliados como tendo um bom estado de conservação, outros 4 equipamentos com razoável, não existindo equipamentos com avaliação deficiente.

Gráfico 62 – Estado de Conservação dos equipamentos, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Identificam-se como necessidades de resolução prioritária, para cada uma das seguintes instituições:

Quadro 106 – Principais Necessidades por Instituição

Instituição	Principais Necessidades
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Reabilitação de todo o edifício CATEI, Dr. Francisco Mendes de Brito, em estado degradado há vários anos e não construído de raiz para o efeito.
Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga	Reabilitação dos telhados (do edifício principal e do celeiro). Reabilitação de habitações que apresentem alguma degradação.
Casa do Povo do Pombalinho	Reabilitação da Sala Polivalente em madeira e fachada do edifício.
Centro Social Paroquial	Reabilitação do telhado e casas de banho do Jardim de Infância; construção de passagem coberta entre o Jardim de Infância e o edifício do ATL; melhoramento dos acessos exteriores.

Fonte: Santa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho e Centro Social Paroquial da Golegã, 2022

No quadro seguinte, podem visualizar-se as características das Instituições do Concelho, verificando-se que muitos dos problemas das mesmas estão relacionados com o facto dos equipamentos não terem sido construídos de raiz para as respostas que servem.

Quadro 107 – Caracterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho²⁷

Instituição	Freguesia	Construção de Raiz	N.º de Edifícios	Estado de Conservação Geral	Refeitório	Sala Polivalente	Centro de Recursos Biblioteca	Acessibilidades			
								Pedonais	Transportes da Instituição	Transportes Públicos	
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Lar Rodrigo da Cunha Franco	Golegã	Não	1	D	D	B	R	D	R	D
	CATEI (antigo hospital)	Golegã	Não	1	D	R	R	N	D	R	D
	Centro de Férias	Golegã	Não	1	R	B	B	N	R	R	D
	Clube vida	Golegã	Não	1	R	B	B	R	D	R	D
	Serviços Administrativos	Golegã	Não	1	R	N	R	N	B	B	D
	Centro de Dia	Golegã	Não	1	B	B	B	N	B	B	R
	Complexo de Residências	Golegã	Sim	24	B	N	N	N	B	B	D
Centro Social Paroquial da Golegã	Creche	Golegã	Sim	1	B	N	N	N	D	N	N
	Jardim de Infância	Golegã	Não	1	D	D	N	N	D	N	N
	ATL	Golegã	Sim	1	R	N	S	N	D	N	N
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga	Azinhaga	N	4	D	B	B	N	R	R	D	
Casa do Povo do Pombalinho	Pombalinho	N	1	B	B	R	N	B	D	B	

Fonte: Santa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho, 2022

²⁷ Estado de Conservação: B – Bom; R – Razoável; D – Deficiente.
Existência: S – Sim; N – Não.

Quadro 108 – Caracterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho²⁸ (Continuação)

		Segurança	Higiene e Saúde		Água	Eletricidade	Esgotos	Gás	Telefones	Internet
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Lar Rodrigo da Cunha Franco	R	R	B	B	B	B	B	B	B
	CATEI (antigo hospital)	R	R	R	R	R	R	B	B	B
	Centro de Férias	R	R	B	R	B	B	B	B	B
	Clube vida	R	R	R	B	R	R	B	B	B
	Serviços Administrativos	R	R	B	B	R	R	N	B	B
	Centro de Dia	B	B	B	B	B	B	B	R	N
	Complexo de Residências	B	B	B	B	B	B	N	B	N
Centro Social Paroquial	Creche	R	R	B	D	R	R	N	N	S
	Jardim de Infância	D	R	D	D	R	R	R	S	S
	ATL	R	R	D	D	R	R	R	N	S
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga		R	B	R	R	D	R	B	B	R
Casa do Povo do Pombalinho		R	B	R	B	B	B	R	R	R

Fonte: Santa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho, 2022

²⁸ Estado de Conservação: B – Bom; R – Razoável; D – Deficiente. Existência: S – Sim; N – Não.

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Edifícios passíveis de serem recuperados e bem integrados na malha urbana.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Candidaturas a fundos comunitários.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Recursos económicos das instituições insuficientes para suportar os investimentos
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento

FALTA DE ACESSIBILIDADES (NA VIA PÚBLICA E EDIFÍCIOS)

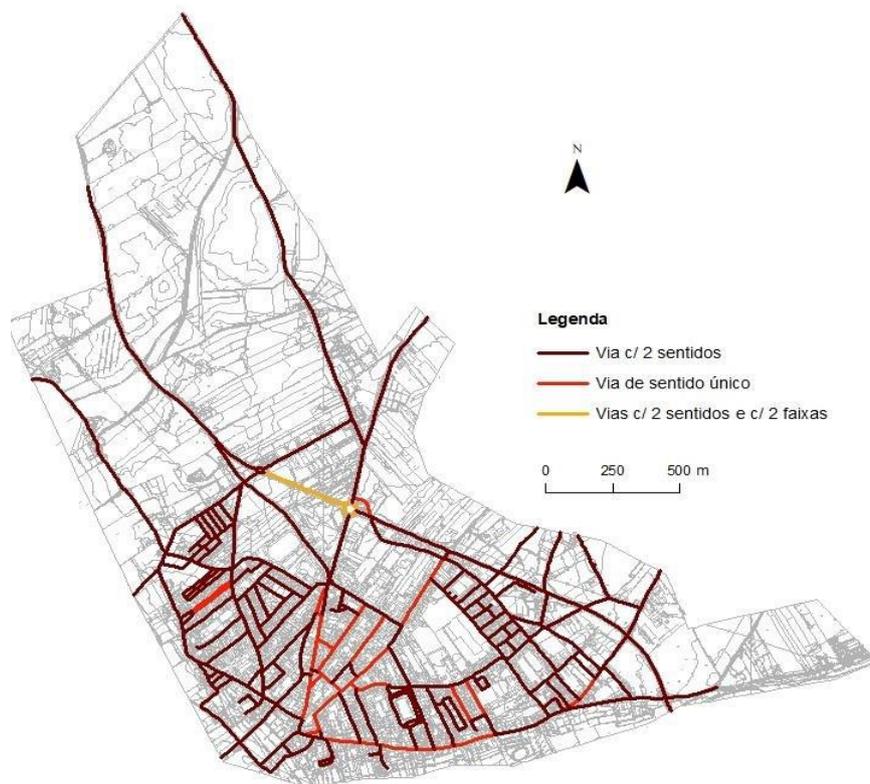
A mobilidade deve enquadrar-se às necessidades da população, devendo corresponder a determinados padrões, nomeadamente a eficiência, a equidade e a sustentabilidade. Existem ainda diversos requisitos para que a mobilidade se adapte às necessidades da população, nomeadamente a segurança, a fiabilidade do meio de transporte e o direito de escolha do meio de transporte. Pretende-se que no futuro, a nível nacional, os paradigmas da mobilidade urbana sejam alterados, dando maior importância ao desenvolvimento de meios de transporte ativos e coletivos, ao invés das deslocações em veículo individual.

Com a evolução da tecnologia, a mobilidade dinamizou-se e as cidades evoluíram. Os meios de transporte generalizaram-se, especialmente o automóvel individual, criando a necessidade de organizar a rede viária de acordo com as necessidades de deslocação da população e o espaço disponível no território. A mobilidade pressupõe a *“facilidade de deslocamentos de pessoas e bens dentro de um espaço urbano”* (Alves and Junior, n.d.), englobando as necessidades sociais, económicas e políticas da população.

Através da dinamização das deslocações, especialmente através do recurso do transporte individual, foi necessário adequar a rede viária da vila de Golegã às necessidades populacionais. A mobilidade dentro da vila é bastante diferenciada especialmente devido aos contrastes temporais de construção. No centro da vila a maioria das vias de comunicação têm apenas um sentido de circulação, o que se deve à estreita largura das mesmas e à necessidade de consolidar lugares de estacionamento, que sirvam as necessidades de paragem da população.

“As áreas antigas caracterizam-se pelas suas ruas estreitas que não chegam para os automóveis e pela falta de espaço para estacionamento, que constituem problemas sérios ao bom funcionamento dos centros. As medidas têm de ser ponderadas e flexíveis” (Fernandes, 2013). No entanto, ainda na zona mais antiga da vila, embora numa área mais residencial, as estradas permitem a circulação nos dois sentidos, mas, devido ao estacionamento dos veículos dos habitantes, a circulação tem de ser alternada, recorrendo ao civismo de cada indivíduo e à utilização das corretas regras de circulação por parte de cada condutor/a. Numa das estradas mais movimentadas da vila, na N243, um dos troços já compreende vias com dois sentidos e com duas faixas de circulação em cada um deles, diferenciadas por um separador central. Isto indica que à data da construção desta via, suponha-se que a via iria ter grande afluência de condutores/as e de população a andar a pé naquela estrada, o que justificaria a aplicação de um separador central, criando maior segurança não só para os/as condutores/as como para os peões, que passam a ter um espaço de repouso em segurança enquanto aguardam oportunidade de atravessamento da via.

Figura 11 – Diagnóstico de Circulação Automóvel da Freguesia de Golegã



Fonte: Reabilitação Urbana na Câmara Municipal da Golegã – Levantamento do Edificado, 2019

De realçar que em algumas das ruas mais antigas da Golegã não existem espaços designados para os peões devido à proximidade entre os edifícios e a faixa de rodagem ou, quando existem passeios, são apenas utilizados como espaço de circulação e não como espaço de estadia, devido à sua estreita largura. No entanto, nos arruamentos mais recentes os passeios já se encontram adaptados à importância da via em que se enquadram.

A nível do Concelho da Golegã os **equipamentos adaptados à mobilidade da população**, ou seja, a existência de elevador nos edifícios com 1.º andar ou mais, são ainda em número reduzido para o que seria desejável. Relativamente aos edifícios onde se encontram sediados serviços públicos, de listar a Câmara Municipal da Golegã e alguns edifícios do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (Jardins de Infância de Golegã e Escola E.B.2,3/S Mestre Martins Correia), a Casa-Estúdio Carlos Relvas, que continuam a não permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida à totalidade dos espaços. De referir também o Posto de Turismo, que embora sendo piso térreo, o acesso é impossível a pessoas com mobilidade reduzida devido ao nível elevado do degrau.

As Instituições com respostas sociais dirigidas à população sénior identificaram ainda a necessidade de colocação de corrimãos de segurança em corredores e casas de banho e a existência de algumas instalações sanitárias sem dimensão adequada para o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Também alguns edifícios das Santas Casas da Misericórdia do Concelho carecem de elevador, nomeadamente o Clube Vida na Golegã, e algumas salas de formação na Azinhaga.

De destacar a colocação de rampa para acesso à Igreja Matriz da Golegã. Também no Centro Social Paroquial, há necessidade de serem realizadas obras que tornem acessíveis a Horta Pedagógica e o Parque Infantil da Creche.

Os parceiros referiram ainda algumas dificuldades no acesso aos edifícios devido ao facto de os passeios, além de estreitos, apresentarem excesso de balizadores e mobiliário urbano que impedem a circulação de peões, nomeadamente, das pessoas com mobilidade reduzida.

No que diz respeito às **acessibilidades nos domicílios**, a grande maioria das habitações é de rés-do-chão estando acessível a pessoas com mobilidade condicionada. Saliente-se ainda que a Câmara Municipal disponibilizou durante vários anos, de acordo com o preconizado na alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento Municipal de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional apoio em materiais de construção para a “(...) *melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco, relacionado com a mobilidade e/ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento e/ou de doenças crónicas debilitantes e/ou portadores de deficiência físico-motora comprovada*”, nomeadamente a colocação de rampas, colocação de barras verticais e horizontais fixas para suporte, substituição de banheiras por polibans, correção de degraus, entre outros, que permitiram aos municípios colmatar algumas das deficiências das suas habitações.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Não existem
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Candidatura a projeto acessibilidade 360 • PRR Via Publica e edifícios • Candidaturas a projetos
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Limitação na adaptação de edifícios antigos • Dependência de apoios públicos
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Dificuldade de Financiamento ■ Aumento da responsabilização dos municípios não acompanhadas pelas verbas necessárias ■ Inexistência de espaço físico

FALTA DE CONDIÇÕES PARA PESSOAS EM TRABALHO À DISTÂNCIA PODEREM RESIDIR NO CONCELHO E TRABALHAR EM ESPAÇO DE CO-WORKING

A pandemia do covid-19 veio demonstrar que as empresas não precisam de ter todos os seus colaboradores debaixo do mesmo teto para funcionar. Graças à tecnologia, equipas podem estar dispersas em vários pontos de uma cidade, de um país ou pelo mundo que os produtos ou serviços são prestados com a mesma qualidade. Esta fase tão inesperada acabou por forçar uma vaga de inovação e de digitalização nas empresas há muito necessária, e da qual podem agora as empresas e os colaboradores tirar partido procurando atingir maior qualidade de vida.

A presença de marca através dos meios de comunicação, em outdoors, jornais, revistas, quer online quer offline, ganha agora um novo formato. Ao ter equipas dispersas por vários espaços de Cowork a mesma marca conquista nova exposição na entrada dos edifícios, junto das comunidades, e na realidade acaba por estar mais perto dos/as clientes.

As vantagens para as empresas são inúmeras, mas sem dúvida que a mais crucial é a redução de custos através do englobamento de todas as despesas numa fatura única mensal. Um Cowork, por regra, oferece espaço, eletricidade, internet, limpeza, para além da utilização de espaços comuns como receção, lounge, salas de reunião e de eventos.

As vantagens para os colaboradores também são expressivas em termos de qualidade de vida. Durante a pandemia, percebemos que existem outras prioridades, e que o tempo que perdemos no trânsito em deslocação para o escritório poderia ser usado para algo que nos seja mais importante, a família, um hobby, um *side project*, o que para cada um de nós faça mais sentido. Para não falar nas vantagens da redução de emissões de CO2 e em tudo o que é benéfico para o meio ambiente.

Além desta recente modalidade, o tradicional Coworking (pré-COVID), sendo a tradução do termo para português, algo como co-trabalho, trabalho colaborativo ou cooperativo, trata-se também dum espaço que tem a mesma estrutura de um escritório convencional, mas neste caso é partilhado por diferentes pessoas ou empresas, conforme já referenciado. Alugar um espaço de COWORK é alugar um local de trabalho colaborativo com muitas vantagens para quem precisa de um escritório, mas não tem capacidade financeira para arrendar um em nome próprio.

Trabalhar num espaço partilhado é muito útil em termos de networking, sendo uma excelente oportunidade de ampliar a rede de contactos porque no mesmo espaço coexistem profissionais de diferentes áreas, abertos a esta partilha de ideias. Estes espaços partilhados, geralmente, possuem zonas de lazer, como uma copa, ou uma sala de convívio. Fazer pausas acaba por servir dois propósitos, descansar e conhecer novas pessoas.

Outro facto interessante é que alguns Coworking permitem o aluguer de um “escritório virtual”. Ou seja, aqui apenas existe o aluguer do endereço, centralizando a correspondência da empresa ou do profissional por conta própria e a utilização da sala de reuniões pontualmente (algumas horas por mês).

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Não existem
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de espaço municipal para co-working
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de Internet/ Rede telefónica
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Dificuldade de Financiamento ■ Inexistência de espaço físico

FALTA DE INFRAESTRUTURAS AO NÍVEL DE ÁREAS DE ESPETÁCULOS

(teatro., musica, dança....)

O Concelho da Golegã, neste momento está dotado de apenas 1 sala de espetáculos, o Cineteatro Gil Vicente que se encontra encerrado há vários anos, estando neste momento a ser alvo de intervenções de fundo. Inaugurado em 1956, o Cineteatro Gil Vicente foi encerrado em 1984 e, depois de longos anos de obras, foi reaberto em 2000. Apesar de o imóvel pertencer à Santa Casa da Misericórdia, esta instituição chegou a acordo com a autarquia para a gestão e exploração do equipamento encerrado há mais de 10 anos e em risco iminente de ruína. A remodelação do Cineteatro vai custar cerca de 885 mil euros e tem um prazo de execução de 360 dias.

Existem ainda, 2 auditórios exteriores, na Golegã (Equuspolis) e na Azinhaga (Largo do Miradouro), que permitem realizar espetáculos de diversas áreas.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS	
•	Cineteatro Gil Vicente
•	Sala de espetáculos na Azinhaga
OPORTUNIDADES	
•	Remodelação do cineteatro
•	Adaptação para remodelação sala (Sol da Lezíria)
•	Candidatura Bairros Saudáveis
AMEAÇAS	
•	Elaboração dos projetos técnicos
CAUSAS	
■	Dificuldade de Financiamento
■	Falta de Planeamento

POLUIÇÃO DA VALA DAS BRAQUENIZES

A Reabilitação e requalificação da Vala das Braquenizes e zona envolvente foram executadas no ano de 2015, pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P..

Esta reabilitação realizada no valor de 294.080,00€, teve como objetivo contribuir para a mitigação dos efeitos de eventos climáticos de cheias e seca, nomeadamente ao nível da qualidade do meio aquático e da capacidade de escoamento. Pretendeu-se:

- › Fomentar o aumento da biodiversidade, criando heterogeneidade de habitats;
- › Reduzir focos de infestação, eliminando espécies com carácter infestante;
- › Constituir uma formação florística ribeirinha que evite fenómenos de erosão das margens e minimize a lixiviação para o meio aquático de nutrientes, pesticidas e outros poluentes provenientes das áreas adjacentes ao corredor ribeirinho (filtro biológico);
- › Redução da velocidade da corrente, diminuindo os efeitos negativos das cheias;
- › Eliminar descargas diretas de efluentes;
- › Melhorar a qualidade da água.

Sete anos depois, os problemas identificados persistem.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• ETAR Golegã/Riachos• ETARI Mendes Gonçalves
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Construção da ETARI da Mendes Gonçalves
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Não esta a trabalhar por dificuldades técnicas
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Elevado volume e cargas dos afluentes rejeitados■ Funcionamento Insatisfatório do sistema de drenagem de águas residuais■ Não funcionamento da ETAR da Casa Mendes Gonçalves■ Falta de cultura ambienta■ Inexistência de equipamentos adaptados para o interior do Paul

FALTA DA REUTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS VINDAS DAS ETAR PARA USO RECREATIVO OU SIMPLEMENTE PARA REGA

Os recursos hídricos de uma região dependem, em primeiro lugar, do seu clima – da precipitação atmosférica, da temperatura e da evapotranspiração – e também da eventual afluência de água proveniente de bacias hidrográficas, que podem ser partilhadas com outros países.

A disponibilidade de recursos hídricos não é constante ao longo do ano, refletindo a sazonalidade climática. Por outro lado, as necessidades de água para as atividades humanas também não são constantes: alguns fatores induzem um permanente aumento das necessidades de água, como o crescimento populacional, a crescente urbanização, o desenvolvimento industrial e a agricultura; outros fatores determinam aumentos sazonais de necessidade de água, principalmente a agricultura e o turismo (que determina elevado crescimento de população num prazo muito curto), frequentemente em períodos de baixa precipitação atmosférica e de elevada evaporação. Tais situações podem originar sérios desequilíbrios entre necessidades e disponibilidades de água, que podem atingir níveis graves em anos de uma anormal escassez de precipitação.

A degradação da qualidade das águas naturais, decorrente de insuficiente controlo da poluição de origem antropogénica, introduz limitações ao aproveitamento de alguns recursos hídricos, acentuando os desequilíbrios quantitativos entre a procura e a disponibilidade de água. Aos problemas de disponibilidade de água, em quantidade e em qualidade suficientes para a satisfação das necessidades, juntam-se as consequências das alterações climáticas.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS

- Realizar um estudo de caudal necessário para a preservação dos níveis de água nas Alvercas do Concelho, em particular Golegã e Azinhaga.
- Estudo Avaliação de risco
- Dotar os sistemas de tratamento de águas residuais do Concelho de um nível de tratamento adequado que permita a reutilização das águas residuais tratadas, para alimentação gravítica da Alverca do campo e das Alvercas de Azinhaga e para a rega.

OPORTUNIDADES

- Candidatura a Fundos Comunitários (ex: POSEUR);
- Conhecimento dos consumos:
- Água residual produzida e consumos energéticos associados à captação de água e volumes captados para enchimento da Alverca do Campo.

AMEAÇAS

- Ausência de financiamentos
- Inexistência de projetos específicos que permitam candidatar a medida

CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Funcionamento Insatisfatório do sistema de drenagem de águas residuais
- Falta de cultura ambienta

FRACA LIGAÇÃO ENTRE OS VÁRIOS CURSOS DE ÁGUA DO CONCELHO E UMA MELHOR GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A bacia portuguesa do Rio Tejo possui uma capacidade de armazenamento de recursos hídricos limitada. Perante o aumento dos usos consumptivos em Espanha e devido às conveniências dos usos hidroelétricos nesse país, a bacia portuguesa está, apesar de devidamente regulada pela convenção luso espanhola, sujeita à ocorrência de caudais reduzidos em períodos de estiagem, os quais poderão potenciar três efeitos nefastos:

- › Degradação da qualidade da água, nomeadamente pela potencial redução de capacidade de diluição do meio recetor;
- › Aumento da penetração da cunha salina no Baixo Tejo.
- › Profundidades do rio que dificultam a viabilidade de captação de água para regadio, nas quantidades pretendidas.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Realizar estudo para avaliar a possibilidade de ligar a vala das Braquenizes à alverca do campo.• Estabelecer a ligação entre a vala das Braquenizes e a alverca do campo através de comporta
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de água no campo durante a época de estio.• Possibilidade de aumentar a capacidade de armazenamento de água por parte da RNPB em especial na zona do Canto do Trancas antes do valadão.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Diferença de cotas entre a Vala das Braquenizes e a Alverca do Campo.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Dificuldade de entendimento de entidades■ Falta de planeamento■ Falta de cultura ambienta

CRESCENTE DESAPARECIMENTO DE SEBES

Ao longo dos últimos anos constatou-se a oposição por parte dos/as agricultores/as por ocupação de terrenos agrícolas, que levariam ao ensombramento das culturas, ao abrigo para espécies potencialmente prejudiciais à atividade agrícola, embora as sebes providenciem também abrigo para espécies benéficas, aliado ao facto da dificuldade de manobra por parte das máquinas e alfaias, compromete a existência e crescimento de sebes no Concelho, prejudicando assim, a biodiversidade do mesmo.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Estruturas lineares existentes na zona do campo (estrada real, estrada do meio; Vala das Braquenizes) com possibilidade de implantação ou aumento das sebes existentes com extrato arbóreo ou pelo menos arbustivo
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Prévia existência e algumas sebes nas estruturas lineares mencionadas.• Possibilidade de candidaturas para a revitalização de sebes de compartimentação
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Oposição por parte dos agricultores por ocupação de terrenos agrícolas, ensombramento das culturas, abrigo para espécies potencialmente prejudiciais à atividade agrícola (embora as sebes providenciem também abrigo para espécies benéficas) e dificuldade de manobra por parte das máquinas e alfaias.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Falta de cultura ambiental■ Inexistência de equipamentos adaptados para o interior do Paúl

A PROLIFERAÇÃO DO JACINTO DE ÁGUA

O Concelho da Golegã apresenta uma grande riqueza de património natural, destacando-se pela diversidade de recursos hídricos. Sendo atravessado por dois rios, o Tejo e o Almonda, possui também lagoas, charcas e valas de drenagem que caracterizam a paisagem local e permitem a presença de elementos faunísticos e florísticos com relevante interesse de conservação, realçando-se a existência de uma área protegida no Concelho, a Reserva Natural do Paul do Boquilobo.

Não obstante a diversidade e riqueza de recursos hídricos, estes apresentam grande vulnerabilidade devido aos índices de poluição registados. Sendo histórica a proliferação de infestantes aquáticas por macrófitas, na lagoa, paul, valas de drenagem e troços do rio Almonda, estes surtos ocorreram devido aos elevados índices de nutrientes disponíveis e à conseqüente diminuição do teor de oxigénio dissolvido, que ocorre também naturalmente na sequência de aquecimento atmosférico. Contudo, nos últimos anos, foram desenvolvidos, por parte dos/as agricultores/as e das associações que os representam, nomeadamente por parte da Agrotejo, esforços de alteração de práticas de fertilização que têm permitido inverter progressivamente esse processo, sendo o nosso Concelho reconhecido pelas boas práticas agrícolas que vem implementando.

Estas contaminações derivam essencialmente de causas antropogénicas e relacionam-se com a fertilização dos solos e com descargas de águas residuais a montante não conformes, sendo que esta última causa tem contribuído para a existência de episódios de mortandade de peixes no rio Almonda. Estas descargas são essencialmente de duas origens: de origem industrial e de equipamentos públicos (Estações de Tratamento de Águas Residuais).

Não obstante a recolha/limpeza efetuada por extração mecânica regular, a problemática persiste.

Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causa.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Ceifeira aquática na posse da autarquia
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de candidatura a fundos comunitários. Possibilidade de contratação e empresas ou entidades (por exemplo militares) para ajudar na resolução do problema.• Estabelecer uma zona no rio Almonda, com facilidade de acesso
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade de acesso a zonas infestadas (em particular na reserva natural. Cortinas arbóreas ao longo das valas que dificultam a extração.• Definição da época do ano em que a extração é mais eficaz diminuindo o risco de perturbação da biodiversidade em particular a nidificação.• Dificuldade de manobra e acesso por parte a ceifeira a aquática a certos locais.• Fraca capacidade de armazenamento de jacinto de água na ceifeira aquática.• Recursos económicos para a realização das ações
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Falta de recursos humanos■ Inexistência de equipamentos adaptados para o interior do Paúl

REQUALIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ÁGUA

A requalificação das linhas de água, nomeadamente as valas de drenagem existentes no Concelho, é uma necessidade constante dum Concelho, como o da Golegã, conhecido pelas suas grandes cheias. Os diques do Vale do Tejo, enquanto estruturas hidráulicas muito antigas, alguns dos quais edificados ou reconstruídos sobre antigos valados em terra, cuja bibliografia específica aponta remontar à ocupação árabe da Península Ibérica. têm por função contribuir para um melhor ordenamento hidráulico do leito, margens e zonas inundáveis, defendendo os terrenos adjacentes contra as inundações. Com a implementação da operação de Reabilitação dos Diques do Concelho da Golegã- Dique da Labruja, Dique de S. João, Dique D'El Rei, Dique da Malã e Dique dos Vinte, finalizado em 30 de abril de 2021 (Projeto do Portugal 2020), foi aumentada a capacidade de resistência, dos mesmos às catástrofes, fortalecendo o sistema de diques instalado, procurando minimizar o risco, salvaguardando as culturas agrícolas, os seus elevados investimentos, os aglomerados habitacionais e as vidas humanas.

Estas intervenções, que tiveram como principal objetivo a desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias em zonas de inundações frequentes, implicaram o corte e limpeza de vegetação e árvores, o reperfilamento e reparação do corpo dos diques, bem como o arranjo das juntas deterioradas e a reparação das portas de água. Com uma extensão de cerca de 58 km, os diques do rio Tejo, distribuem-se geograficamente por oito Concelhos nomeadamente: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém, totalizando 23 diques. Decorre ainda a intervenção a cargo da Câmara Municipal da Golegã, no valor de cerca de 1,2 milhões euros.

Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">Existência de meios mecânicos para a limpeza e aprofundamento das valas
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">Candidatura a projetos.Envolvimento dos agricultores confinantes
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">Realização das limpezas numa época do ano em que não comprometa a atividade agrícola.Recursos económicos para a realização das ações.
CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Falta de cultura ambiental
- Falta de manutenção de linhas de água pelos confinantes

SISTEMA DE CAPTAÇÃO, RESERVA E ADUÇÃO DE ÁGUA COM DEFICIÊNCIAS

A rede geral existente no Concelho em PVC e fibrocimento, encontra-se desatualizada, degradada e a necessitar de intervenções.

Com a recente avaria da bomba submersível do furo JK2 e das consecutivas roturas verificadas na conduta adutora de abastecimento de água para o deposito elevado que abastece a freguesia a Golegã é inadiável a construção do terceiro furo, a fim de evitar os constrangimentos sentidos pela população.

As avarias devem-se ao acréscimo do número de horas que as bombas têm de funcionar devido ao aumento dos consumos de água em virtude das temperaturas que se têm registado, sendo que desde o acréscimo da população da freguesia de Pombalinho e do Reguengo do Alviela do Concelho de Santarém as bombas já se encontravam em esforço. Além da execução do novo furo deve-se equacionar a construção de uma nova conduta adutora entre o depósito da Broa e o depósito elevado da Azinhaga, de modo a colmatar os problemas de pressão existentes na Azinhaga, Pombalinho e Mato Miranda. Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Bombas existentes
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Construção do novo furo;• Construção do abrigo para o furo, aquisição do grupo submersível e da conduta de elevação. Construção da conduta de ligação ao reservatório da Broa, R1, eletrificação e automatização;• Construção do Reservatório de reserva estratégico da Golegã (1000m³);• Construção de nova conduta adutora entre o depósito (Φ200mm – 2900m);• Reabilitação estrutural dos depósitos elevados, escadas de acesso e pintura;• Reforço do Abastecimento à Azinhaga e Pombalinho Broa e o depósito elevado da Azinhaga (Φ200mm – 485m).
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Falta de Financiamento.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade de Financiamento■ Falta de Manutenção

- Falta de recursos humanos
- Idade dos equipamentos/edifícios
- Falta de cultura ambienta

EDUCAÇÃO | JUVENTUDE | CULTURA

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- › Município da Golegã;
- › Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga;
- › Associação de Pais;
- › Associação Cultural Cantar Nosso;
- › Direção agrupamento EGAP;
- › UCC Chamusca/Golegã,
- › Fundação José Saramago;
- › PIPA.

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CULTURA

- › Falta de colaboração dos encarregados de educação dos alunos multiproblemáticos na vida escolar dos filhos
- › Dependências na adolescência (álcool, drogas, jogo, ...)
- › Oferta de atividades lúdicas, culturais e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais para crianças/jovens
- › Crianças, jovens e famílias acomodados (sonhos pouco ambiciosos e poucas perspetivas futuras)
- › Falta de respostas na valência de creche
- › Violência no espaço escolar (violência no namoro, bullying, ...)
- › Dificuldade de fixação de jovens adultos no Concelho
- › Oferta curricular pouco diversificada do Agrupamento de Escolas do Concelho
- › Necessidade de otimizar oferta de ensino profissional
- › Necessidade de Competências Digitais (alunos e professores)
- › Necessidade de programas de estágio e voluntariado para jovens no âmbito da cultura e do turismo
- › Dificuldades de articulação e colaboração entre as várias entidades com programação cultural
- › Falta de programação nas áreas do teatro, música, dança e cinema
- › Carência de profissionais capacitados e/ou especializados em áreas da produção artística, gestão cultural ou museológica.

FALTA DE COLABORAÇÃO DOS ENCARREGADOS EDUCAÇÃO

Um dos problemas referido diz respeito à falta de colaboração dos/as encarregados/as de educação dos/as alunos/as multi-problemáticos, na vida escolar dos/as filhos/as.

A falta de competências parentais e a falta de acompanhamento mais próximo e integrado às famílias é uma realidade atual. A ausência de redes de suporte das famílias, assim como, as dificuldades de conciliação entre a vida profissional e familiar e a própria imaturidade e instabilidade das relações, bem como, as dificuldades económicas, problemas de saúde e comportamentos associados a consumos, constituem fatores que contribuem para a falta de supervisão parental, desajuste das respostas dos pais às necessidades das crianças.

Algumas destas caracterizam-se pela negligência que associada também a conflitos /violência familiar têm como principais consequências a instabilidade emocional, as dificuldades de aprendizagem, a falta de estimulação, dificuldades de socialização e integração das crianças, desinteresse pela escola e baixa auto-estima.

Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Atividades organizadas pelo AEGAP e para as quais os pais são convidados;• EMIC;• CLDS-4G Academia Origami;• Nova equipa do SPO (educação social e serviço social);• Nova Associação de Pais e Encarregados de Educação.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Continuidade dos projetos que estão no terreno (EMIC e do CLDS-4G Academia Origami).
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de alguns projetos e técnicos terminarem funções.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Indisponibilidade dos encarregados de educação■ Desresponsabilização■ Não reconhecimento da importância do seu papel para a resolução do problema■ Encarregados de Educação chamados à Escola demasiadas vezes devidos a problemas

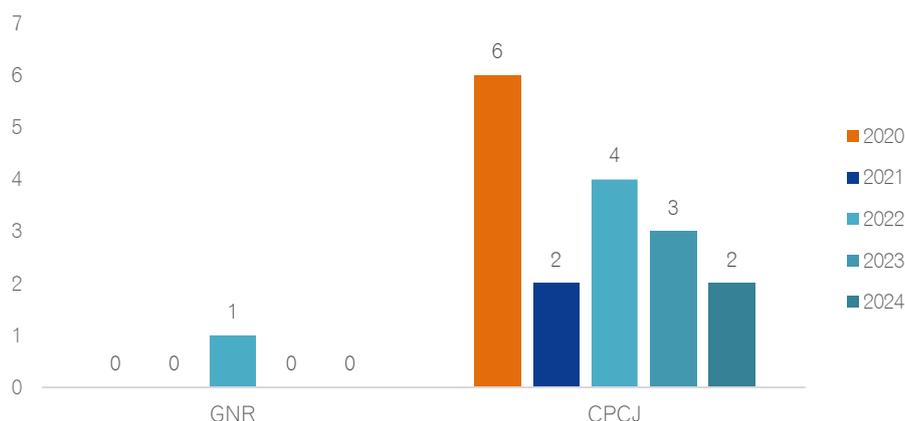
- Falta de relação de autoridade entre pais e filhos
- Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrônicos
- Pouco tempo para brincar e conversar
- Falta de estabelecimento de regras, limites e rotinas
- Pais não assumem dificuldades e não procuram ajuda
- Famílias pouco presentes
- Cultura da reclamação
- Padrão cultural e social
- Reprodução de comportamentos das famílias
- Falta de modelos/figuras de referência
- Falta de motivação
- Dificuldades em assumir compromissos

DEPENDÊNCIAS NA ADOLESCÊNCIA

(Álcool, drogas, jogo,...)

O grupo de trabalho responsável pelas áreas da Educação, Juventude e Cultura identificou como comportamentos desviantes dos/as jovens o consumo de substâncias psicoativas, álcool e jogo. Relativamente a estas problemáticas, não são conhecidos muitos dados, além dos facultados pela Escola Segura, que regista nos últimos 6 anos, apenas uma ocorrência em 2022, ligada às dependências de álcool e estupefacientes, sem qualquer ocorrência nos outros anos. Por outro lado, a CPCJ mostrou uma maior frequência de problemáticas identificadas, com um pico de 6 ocorrências em 2020, seguido por uma diminuição em 2021, com 2 intervenções. No ano de 2022 registaram-se 4 ocorrências e em 2023 as intervenções baixaram em 3 ocorrências por ano, enquanto em 2024 voltaram a descer para 2, sendo que se referem somente a álcool e tabaco.

Gráfico 63 – Problemáticas identificadas Droga/Álcool/Tabaco, 2020-2024



Fonte: Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ Golegã) 2024/ Escola Segura - GNR, 2024.

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Oferta cultural, desportiva e recreativa de associações/coletividades locais;• Desporto escolar (atletismo, ténis de mesa, futsal,...);• Participação em eventos a nível nacional: escola ativa (torneios interescolas), corta-mato e megasprinter;• Escola Segura;• SICAO;• Saúde escolar;

- Projeto Crescer e Mexer para Saúde Ter: Clube sobre rodas, hortas, ...
- CLDS-4G Academia Origami;
- Projetos de ocupação de tempos livres (Município, Santa Casa de Azinhaga)

OPORTUNIDADES

- Campo de futebol do AEGAP.
- Novos equipamentos infantis.

AMEAÇAS

- Jovens que reproduzem modelos que têm em casa;
- Ações de sensibilização/formação pontuais.
- Dificuldade em encontrar tempos no horário escolar para realização de sessões de sensibilização/formação.

CAUSAS

- Indisponibilidade dos encarregados de educação
- Desresponsabilização
- Não reconhecimento da importância do seu papel para a resolução do problema
- Falta de relação de autoridade entre pais e filhos
- Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrónicos
- Pouco tempo para brincar e conversar
- Falta de estabelecimento de regras, limites e rotinas
- Pais não assumem dificuldades e não procuram ajuda
- Famílias pouco presentes
- Influência do grupo de pares
- Consumos de substâncias psicoativas muito precoces e autorizadas
- Consumos de álcool e tabaco socialmente aceites
- Divulgação pouco adequada e integrada
- Falta de respeito pelas regras institucionais (facilitismo)
- Padrão cultural e social
- Reprodução de comportamentos das famílias
- Falta de modelos/figuras de referência
- Falta de motivação
- Dificuldades em assumir compromissos

OFERTA DE ATIVIDADES LÚDICAS, CULTURAIS E DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS PARA CRIANÇAS/JOVENS

Como resultado do workshop, considerou-se que a oferta de atividades lúdicas, culturais e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais para crianças/jovens, sobretudo antes dos 6 anos e a partir dos 10 anos, é pouco adequada e divulgada.

Atividades de Tempos Livres (CATL) - Centro Social e Paroquial

Em 2024, existe uma resposta social do Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), assegurada pelo Centro Social Paroquial da Golegã, a funcionar o ano todo. Trata-se de uma oferta com largos anos de experiência e consolidada no Concelho.

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família (Carta Social, MTSSS – 2021).

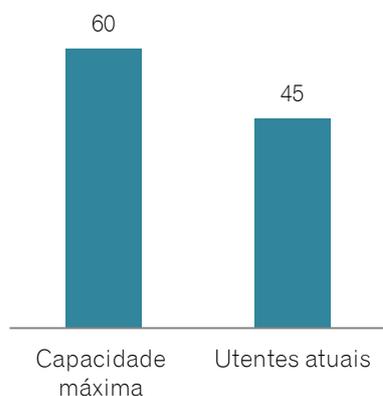
Durante o período laboral dos pais e dada a ampla consciencialização da eficiência de um acompanhamento adequado nestas faixas etárias no combate a problemáticas sociais futuras, como o abandono precoce e o insucesso escolar, esta resposta social é de extrema importância. Pese embora as restantes freguesias do Concelho não terem oferta desta resposta social, verifica-se que a oferta suplanta a procura.

O Centro de Atividades de Tempos Livres tem uma capacidade máxima para 60 crianças, estando atualmente com 45 inscritas, o que representa uma taxa de ocupação global de 75%. A distribuição das crianças por faixas etárias varia, com maior concentração no grupo dos 6 anos, representando 33,3% da ocupação total. Relativamente à taxa de ocupação género, a das raparigas (40%) é ligeiramente superior à dos rapazes (35%).

Na faixa etária de 6 anos, contabilizam-se um total de 20 crianças, sendo 11 rapazes e 9 raparigas. No grupo etário, correspondente aos 7 anos, a composição é de 11 crianças, das quais

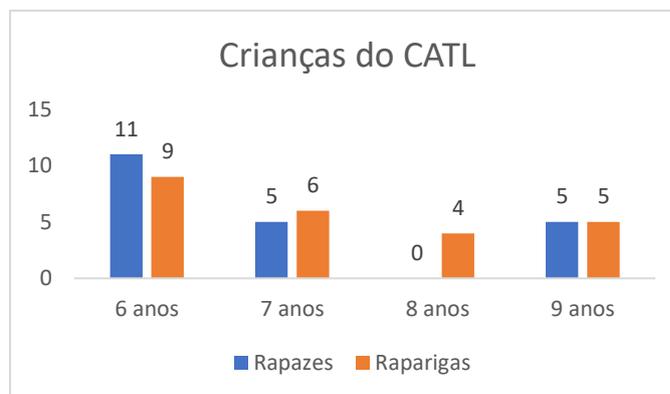
5 são rapazes e 6 são raparigas. Em relação às crianças de 8 anos, observa-se uma situação singular, uma vez que não há rapazes presentes, contando apenas com 4 raparigas. Por fim, na faixa dos 9 anos, o número total de crianças sobe para 10, com uma distribuição equilibrada de 5 rapazes e 5 raparigas.

Gráfico 64 – Capacidade máxima e utentes do CATL, em 2024 (N.º)



Fonte: Dados do CSPG, 2024

Gráfico 65 – Utentes dos CATL por grupo etário (n.º), 2024



| 211

Maioritariamente os/as utentes dos CATL são provenientes da própria freguesia onde equipamento se localiza, freguesia sede de Concelho. O CATL dá resposta a crianças a partir dos 6 anos de idade e/ou que estejam inseridos no 1º Ciclo do Ensino Básico da Golegã. Verifica-se um equilíbrio entre o número de crianças do sexo masculino e feminino, com ligeira primazia dos utentes do sexo masculino. Relativamente à idade, as crianças com 6 anos representam 38% do total.

Os benefícios decorrentes da primazia por respostas educativas e sociais para a infância que exponham as crianças a curtas distâncias percorridas nas pendularizações quotidianas são amplamente bem conhecidas e justificam a prevalência de utentes dos CATL provenientes da própria freguesia. Acresce que o transporte de crianças, quando assegurado por estas respostas sociais, tende a apresentar custos significativos para os agregados familiares, pelo que reforça a preferência por opções locais.

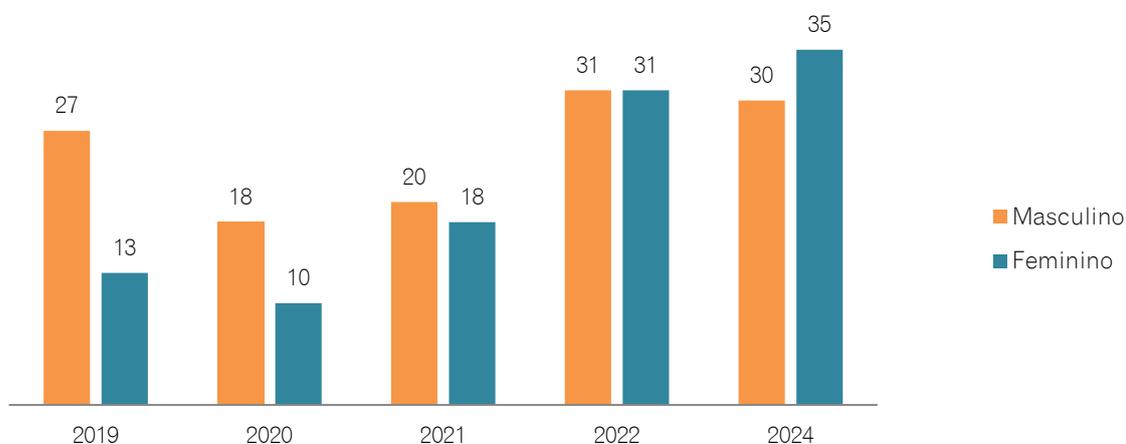
No que trata ao grupo de crianças com 10 ou mais anos, a que se encontra frequentemente associada uma mudança para o 2º Ciclo do Ensino Básico e tem associado maiores níveis de autonomia, verifica-se uma quebra significativa da procura desta resposta por parte das famílias.

Durante os períodos de interrupções letivas e férias, o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) desempenha um papel crucial na resposta social, oferecendo apoio e acompanhamento às crianças enquanto os pais ou responsáveis trabalham. No CATL, são proporcionadas atividades lúdicas e desportivas, além de acesso à internet, refletindo a crescente valorização das tecnologias e recursos digitais.

As atividades de férias são igualmente asseguradas, constituindo uma resposta social essencial para o acompanhamento das crianças. Desenvolvida pela SCMA, esta iniciativa oferece

atividades de lazer para crianças e jovens entre os 6 e os 12 anos, reforçando a importância do suporte durante os períodos de pausa letiva.

Gráfico 66 – Utentes do OTL Verão 2019-2024



Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, 2024

No OTL 2024, a distribuição das idades dos participantes é bastante diversificada. Na faixa etária de 12 anos, há 2 participantes do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Para os 11 anos, registam-se 5 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Entre os 10 anos, os números aumentam, com 10 participantes do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Na faixa dos 9 anos, há 8 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Para os 8 anos, contaram-se 6 participantes do sexo feminino e apenas 1 do sexo masculino. Já nos 7 anos, há 2 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Por fim, entre os 6 anos, existem 2 participantes do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Ao todo, o evento conta com 35 participantes do sexo feminino e 30 do sexo masculino, totalizando 65 participantes. Esta diversidade etária contribui para um ambiente dinâmico e inclusivo.

Férias (Cri)Ativas / Atividades de Enriquecimento Curricular / Componente de Apoio à Família – Câmara Municipal da Golegã

As **Férias Criativas** são uma resposta social, desenvolvida pela Autarquia há cerca de 20 anos, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens dos 6 anos aos 12 anos, constituindo-se como uma resposta social de grande importância no acompanhamento das crianças durante os períodos de interrupções letivas e férias.

| 214

Quadro 109 – Férias (Cri) Ativas Júnior e Juvenil Concelho Golegã 2015-2021

Férias (Cri) Ativas	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021
Nº de Inscrições - Verão	42	54	41	47	43	37	50
Nº de Inscrições - Natal	-	-	-	-	21	23	-
Nº Inscrições - Páscoa	-	-	-	-	-	-	18
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº de Inscrições - Verão	72	98	76	63	55	17	23
Nº de Inscrições - Natal	-	-	-	-	9	-	-
Nº Inscrições - Páscoa	-	-	-	-	-	-	18

Fonte: Serviço Educação – Câmara Municipal da Golegã, 2022

Estes dados mostram que no ano letivo de 2023-2024 houve uma participação crescente e significativamente maior das crianças no Verão, em comparação com as férias de Natal e Páscoa, em ambas as localidades e faixas etárias, registando também um aumento de crianças a participarem em relação aos anos anteriores.

Quadro 110 – Férias (Cri) Ativas Júnior e Juvenil Concelho Golegã 2024

Férias (Cri) Ativas	Natal	Páscoa	Verão
Petizes e Traquinas Azinhaga	16	30	197
Petizes e Traquinas Golegã	24	51	244
Juvenil Azinhaga	14	35	N/E
Juvenil Golegã	29	40	271

Fonte: Serviço Educação – Câmara Municipal da Golegã, 2024

As Férias Criativas do Município proporcionam aos/às jovens uma oportunidade para experimentarem e vivenciarem um conjunto de atividades de âmbito desportivo e cultural, de modo que fiquem sensibilizados para a continuidade da prática desportiva e para que estimulem o desenvolvimento de valores para a sua formação pessoal.

No ano letivo 2020/2021, quanto aos serviços prestados pelos estabelecimentos de 1º CEB da rede pública, as duas escolas prestaram **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**, a um total de 93 alunos/as, e ofereceram **Componente de Apoio à Família (CAF)** a um total de 47 alunos/as.

Quadro 111 – Alunos/as que frequentam as AEC e CAF nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no Concelho da Golegã, no ano letivo 2020/2021 AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Alunos em AEC (%)	Alunos em CAF (%)
Escola Básica do 1.º Ciclo de Golegã	135	47,4	26,7
Escola Básica do 1.º Ciclo de Azinhaga	33	87,9	33,3
CC: Golegã	168	55,4	28,0

Serviço Educação – Câmara Municipal da Golegã, 2022

No ano letivo 2023-2024, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) mais frequentadas tanto na EB1 da Azinhaga quanto na EB1 da Golegã são Atividade Física e Desportiva, com 34 alunos na Azinhaga (todos os alunos inscritos) e 101 na Golegã. Sendo a AEC mais frequentada em ambas as escolas.

As AEC menos frequentadas em ambas as escolas são o Conhecimento do Património e o Ensino do Inglês. Na Azinhaga, apenas 17 alunos participam no Conhecimento do Património e 17 no Inglês, enquanto na Golegã há 45 alunos no Conhecimento do Património e 54 no Inglês. Apesar dessas diferenças, a Golegã apresenta uma maior adesão em todas as atividades em comparação com a Azinhaga, o que se deve ao menor número de alunos inscritos na escola da Azinhaga em relação à da Golegã.

Quadro 112 – Alunos/as que frequentam as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), 2023-2024

AEC	EB1 AZINHAGA 34	EB1 GOLEGÃ 114
Atividade Física e Desportiva	34	101
Conhecimento do Património	17	45
Educação Emocional	29	89
Ensino da Música	28	90
Ensino do Inglês	17	54
Expressões Artísticas	31	94

Fonte: Serviço Educação – Câmara Municipal da Golegã, 2024

Quadro 113 – Alunos/as que frequentam as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), 2023-2024

	AAAF
Jardim de Infância Azinhaga	12
Jardim de Infância Golegã	38
EB1 Azinhaga	2
EB1 Golegã	23

Fonte: Serviço Educação – Câmara Municipal da Golegã, 2024

Na EB1 da Azinhaga, a CAF regista um total de 26 crianças, com 8 alunos na manhã (das 7h30 às 8h30) e 18 na tarde (das 17h30 às 18h30). Na EB1 da Golegã, o número é significativamente maior, com um total de 85 crianças, sendo 32 na manhã e 53 na tarde. A Golegã tem um maior número de alunos inscritos, o que naturalmente resulta em mais crianças a frequentar as atividades. Além disso, a maior adesão na tarde, onde 53 crianças se encontram, sugere que as famílias da Golegã podem valorizar o suporte adicional que o CAF oferece após o horário escolar, facilitando a conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares.

Assim sendo, os horários do CAF, que decorrem pela manhã das 7h30 às 8h30 e à tarde das 17h30 às 18h30, são importantes para as famílias, e o maior número de crianças na Golegã reflete não só o maior efetivo da escola, mas também a procura por atividades de apoio que ajudam na gestão do dia-a-dia.

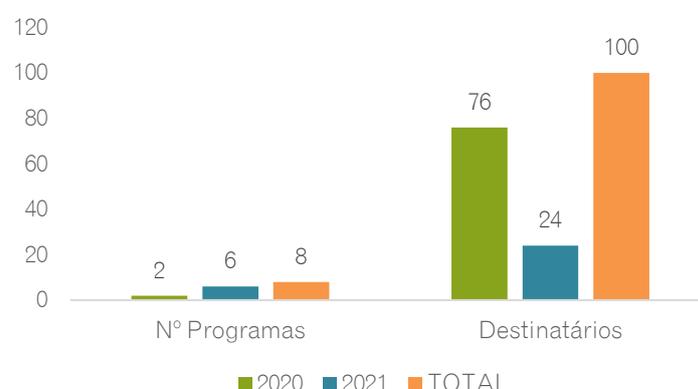
Quadro 114 – Alunos/as que frequentam a Componente de Apoio à Família (CAF), 2023-2024

	CAF Manhã	CAF Tarde	Total
EB1 Azinhaga	8	18	26
EB1 Golegã	32	53	85

Fonte: Serviço Educação – Câmara Municipal da Golegã, 2024.

A atividade **Semear o Futuro**²⁹ consiste em programas de reforço de competências, dirigidos às crianças dos 3 aos 10 anos, que pressupõem a realização de ações de desenvolvimento de competências em diversas áreas (por exemplo: promoção da linguagem oral, desenvolvimento de competências pessoais e sociais/educação emocional, empreendedorismo, ...)

Gráfico 67 – Semear o Futuro 2020-2021³⁰



Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

Em 2021, foram realizados, em contexto escolar, 4 programas de educação emocional – **Viver as Emoções**, dirigidos às crianças do Concelho a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico, designadamente 1 grupo na Azinhaga e 3 grupos na freguesia de Azinhaga. Ao todo, foram realizadas, em 2021, 63 sessões de educação emocional, tendo dois destes programas transitado para 2022 pelo que ainda se encontram em execução

Quadro 115 – Viver as Emoções – Programa de Educação Emocional 2020-2021³¹

	Nº Destinatários	Número de Sessões	Datas
Viver as Emoções Az1	17	18/31	Set2020/junho2021
Viver as Emoções GLG 2020/2021	23	15/28	Set2020/junho2021
Viver as Emoções GLG1_2021/2022	10	12/12	Set2020/dez2021
Viver as Emoções GLG2_2021/2022	13	11/11	Set2020/dez2021

²⁹ Apenas foram contabilizados os destinatários que iniciaram esta atividade em 2021 e não aqueles que transitaram de 2020.

³⁰ Dos 6 programas realizados em 2021, 2 tiveram início em 2020 e outros 2 transitaram para 2022, continuando em execução.

³¹ Dos 6 programas realizados em 2021, 2 tiveram início em 2020 e outros 2 transitaram para 2022, continuando em execução.

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Oferta já existente no Concelho, promovida por associações e coletividades locais;
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• -----
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Inexistência de um guia de atividades infantis e juvenis com oferta disponível;• Dificuldade de sensibilização dos alunos e encarregados de educação;• Falta de oferta em algumas faixas etárias;• Falta de oferta pública e privada para alunos do 2.º ciclo no período da tarde.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Indisponibilidade dos encarregados de educação■ Desresponsabilização■ Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrónicos■ Famílias pouco presentes■ Influência do grupo de pares■ Consumos de substâncias psicoativas muito precoces e autorizadas■ Consumos de álcool e tabaco socialmente aceites■ Divulgação pouco adequada e integrada■ Padrão cultural e social■ Reprodução de comportamentos das famílias■ Falta de modelos/figuras de referência■ Falta de motivação■ Falta de profissionais na área da cultura■ Desconhecimento dos programas existentes

CRIANÇAS, JOVENS E FAMÍLIAS ACOMODADAS

O Grupo de trabalho considera que as crianças, jovens e famílias estão acomodados tendo sonhos pouco ambiciosos e poucas perspectivas futuras.

Na sociedade atual, onde o papel dos/as jovens tem sofrido uma série de mudanças a vários níveis, a educação passou a ser cada vez mais um enorme desafio, seja para os familiares, seja para os/as educadores/as. Cada vez mais existem diferentes programas de formação/educação, com diversos temas que tentam dar aos/às jovens as respostas que eles tanto procuram, tentando ir de encontro ao que o/a jovem pretende.

Nos últimos anos, verificou-se um prolongamento do percurso escolar, adiando a entrada do mercado de trabalho e conseqüente adiamento do processo de transição para a vida adulta, modificando os projetos e percursos dos/as jovens. Consta-se que apesar do aumento dos níveis de qualificação nem sempre existe emprego, o que resta é o desemprego, ou empregos temporários, precários, com baixos salários e fora da sua área de especialização, passando com frequência pela dependência do apoio parental ao nível financeiro e residencial.

Ao nível individual, os/as jovens sentem-se, assim, menos seguros em relação às suas escolhas de vida, portanto devem ser estimulados a construir os seus próprios projetos. Evidencia-se aqui a ampla importância da sociedade, especialmente o grupo de pares, onde o/a jovem está inserido, bem como a família e a educação escolar.

1. BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Este apoio é atribuído pela Câmara Municipal da Golegã e destina-se a apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes oriundos de famílias economicamente carenciadas e com aproveitamento escolar que, por falta de meios, se veem impossibilitados de o fazer. A Câmara atribui anualmente 15 bolsas cujo montante é mensalmente igual a 30% da remuneração mínima mensal garantida em vigor, no ano em referência, e terá como duração 10 meses do ano letivo.

De 2015 a 2016, a Câmara Municipal da Golegã atribuiu 116 bolsas de estudo, tendo-se verificado um aumento significativo, quer devido a alterações regulamentares que possibilitaram um aumento do número de bolsas, quer devido ao aumento de candidaturas.

Quadro 116 – Bolsas de Estudo Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2024	TOTAL
Bolsas	19	22	15	15	15	15	15	15	131

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2024

| 220

2. BOLSAS DE ESTUDO POR MÉRITO

As bolsas de estudo por mérito também são atribuídas pela Câmara Municipal da Golegã desde 2012 e consistem numa prestação pecuniária, destinada a estudantes do ensino superior que tenham mostrado um aproveitamento escolar excepcional. A Câmara disponibiliza anualmente 3 bolsas de mérito cujo montante é mensalmente igual a 30% da remuneração mínima mensal garantida em vigor, no ano em referência, e terá como duração 10 meses do ano letivo.

Quadro 117 – Bolsas de Estudo por Mérito Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG

Bolsas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2024	TOTAL
	3	3	3	3	3	3	3	3	24

Fonte: Serviço de Educação da Câmara Municipal da Golegã, 2024

Para além destes apoios, existem ainda outros que decorrem das competências legais da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (AEGAP), como as Atividades de Animação e de Apoio à Família (apoio em alimentação e prolongamento de horário) nos Jardins de Infância do Concelho e, os Auxílios Económicos (apoio em alimentação, livros e material escolar) nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário. Com a atribuição destes apoios financeiros, dirigidos a alunos/as pertencentes a famílias com baixos recursos socioeconómicos, no âmbito da ação social escolar, pretende-se assegurar, no contexto do princípio da igualdade de oportunidades, o cumprimento da escolaridade obrigatória.

3. UNIVERSIDADE JÚNIOR

A Universidade Júnior é o maior programa nacional de iniciação ao ambiente universitário para os/as estudantes do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário, dando a oportunidade aos/às alunos/as de conhecer as catorze faculdades da Universidade do Porto, assim como várias unidades de investigação. A Câmara Municipal estabeleceu um protocolo de cooperação com a Universidade do Porto a fim de permitir que os/as jovens do Concelho participem neste projeto, durante uma semana, comparticipando na totalidade o valor da propina (75€/semana), do alojamento (105€/semana) e das deslocações. No decorrer dos últimos anos e devido à Pandemia não se realizaram.

Quadro 118 – Candidaturas Universidade Júnior

Universidade Júnior									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Nº de Apoios em Transporte	30	26	33	28	20	COVID		Interrupção Programa	20
Nº de Apoios em Propinas	30	26	32	28	20				20
Nº de Apoios em Alojamento	30	26	32	28	20				20

Fonte: Serviço de Educação da Câmara Municipal da Golegã, 2024

Quadro 119 – Nº de alunos/as a frequentar a Universidade Júnior, por ano de escolaridade, 2023-2024

	Alunos na Universidade Júnior
5º e 6º anos de escolaridade	3
7º e 8º anos de escolaridade	5
9º e 10º anos de escolaridade	4
11º anos de escolaridade	7

Fonte: Serviço de Educação da Câmara Municipal da Golegã, 2024

Câmara Municipal

4. ORIGAMI – CLDS4

De janeiro a março de 2020 (suspensão devido Pandemia) e, de janeiro a junho de 2021, foram realizados, em contexto escolar, 2 programas de empreendedorismo - EmpCriança, dirigidos às crianças do Concelho a frequentar o 3.º de escolaridade, na Escola E.B. 1 de Azinhaga (11 destinatários ao longo de 14 sessões) e na Escola E.B.1 de Golegã (11 destinatários ao longo de 11 sessões).

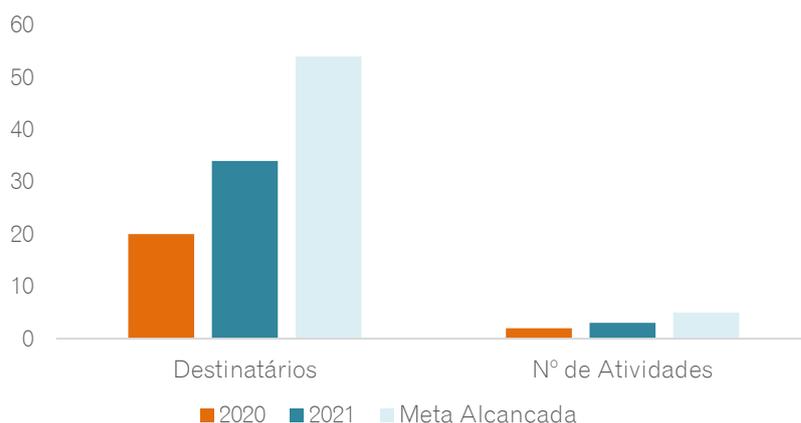
Quadro 120 – EmpCriança - Programa de Empreendedorismo - 2020-2021³²

	Nº Destinatários	Número de Sessões	Datas
EmpCriança – Empreendedorismo GLG20	27	8	jan/março2020
EmpCriança – Empreendedorismo AZ20	11	8	jan/março2020
EmpCriança – Empreendedorismo GLG21	11	11	jan/maio2021
EmpCriança – Empreendedorismo AZ21	11	14	jan/junho2021

Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

A atividade **Sábados Radicais**, pretende proporcionar momentos de aprendizagem e lazer, dirigidas a jovens dos 13 aos 21 anos, através do desporto, contribuindo para que os/as jovens experimentem novas vivências e alarguem as suas perspetivas futuras.

Gráfico 68 – Sábado Radicais 13-21 anos - 2020-2021³³



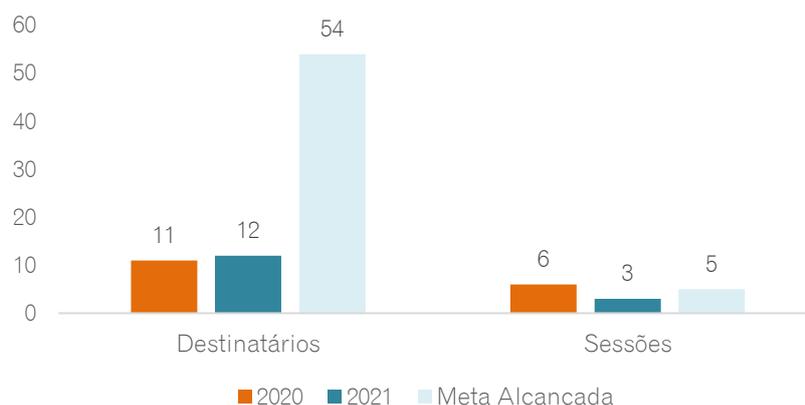
Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

³² Dos 6 programas realizados em 2021, 2 tiveram início em 2020 e outros 2 transitaram para 2022, continuando em execução.

³³ Dos 6 programas realizados em 2021, 2 tiveram início em 2020 e outros 2 transitaram para 2022, continuando em execução.

O **Futurar** é um Programa de Desenvolvimento Pessoal que visa facilitar a aquisição de ferramentas pelos/as jovens do Concelho nos seguintes domínios: auto e hetero conhecimentos, tomada de decisão, gestão de conflitos, comunicação interpessoal, assertividade, sonhos e ambições, com recurso a dinâmicas de grupo e atividades lúdicas. Pretendia contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais que permitam aos/às jovens e crianças tomar decisões mais consistentes e ambiciosas.

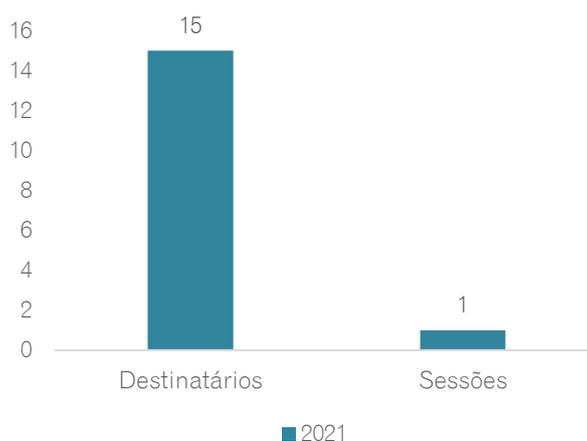
Gráfico 69 – Futurar 13-18 anos - 2020-2021



Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

As **Férias Origami** pretendem ser um **Programa de Empowerment** dirigido aos/às jovens dos 13 aos 18 anos que os capacite, de forma a promover a sua autoestima, a autovalorização, o respeito por si e pelo seu corpo e a igualdade de género. Culminou com um Campos de Férias residenciais, em que os/as jovens eram responsáveis pela gestão doméstica e pelo planeamento das atividades.

Gráfico 70 – Férias ORIGAMI 13 aos 18 anos - 2021

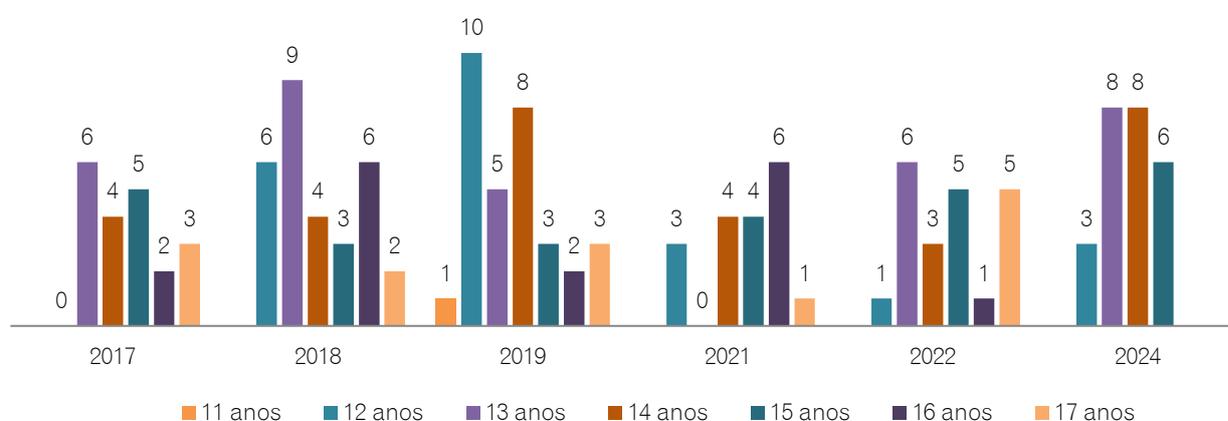


Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

5. CASA DAS ARTES – SCM AZINHAGA

Projetos de ocupação dos tempos livres das crianças e jovens da Azinhaga, priorizando as famílias que, por fatores económicos, sociais ou familiares não têm outras formas de promover/ocupar as férias dos/as seus/suas filhos/as. O conjunto das ações anualmente previstas têm como preocupação a necessidade de oferecer condições adequadas ao seu crescimento e formação, incentivando a adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis, e contribuindo, dessa forma, para o seu bem-estar geral.

Gráfico 71 – Casa das Artes Verão 2017-2024



Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, 2024

Na Casa das Artes 2024, a distribuição dos participantes por idades apresenta uma variedade interessante. Na faixa etária de 15 anos, há 1 participante do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Para os 14 anos, estão presentes 4 participantes do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Na idade de 13 anos, também se registam 4 participantes de cada sexo. Entre os 12 anos, existem 3 participantes do sexo feminino, sem registos de participantes do sexo masculino. No total, a casa das artes conta com 12 participantes do sexo feminino e 13 do sexo masculino, somando um total de 25 participantes.

6. UNBUTU

Criada em 2010, pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV), o projeto Academia de Líderes Ubuntu (ALU), que tem vindo a capacitar jovens e educadores/as no desenvolvimento das suas competências socioemocionais, com o objetivo de facilitar o seu desenvolvimento enquanto líderes ao serviço da comunidade, capacitando-os/as para uma intervenção adequada e eficaz nesses mesmos contextos.

O Município da Golegã constituiu-se como Investidor Social do projeto Academia de Líderes Ubuntu Escolas Alentejo, em 2021.

Em 2017, o projeto foi reconhecido pela Comissão Europeia como um dos 12 projetos mais relevantes em termos de boas práticas de trabalho com jovens e empreendedorismo social e vence o Prémio “Educação para os Direitos Humanos”, da OEI Portugal. Este reconhecimento vem reforçar o carácter inovador e o potencial transformar deste projeto que já foi também desenvolvido em países como Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique, Timor-Leste, Espanha, Grécia, Senegal, Colômbia, Venezuela, Peru, Brasil, Camboja e Filipinas.

O projeto Academia de Líderes Ubuntu-Escolas, destinado a jovens entre os 13 e os 18 anos e aos/às seus/suas educadores/as, desenvolvido desde 2017, está presente em mais de 80 escolas de todo o país, com evidência de impactos muito significativos nos/as seus/suas participantes, como pode ser comprovado nas avaliações levadas a cabo em todas as ações de formação.

Quadro 121 - Número de alunos/as, Docentes e Funcionários/as no Projeto (2021-2022)

2020-2022	Alunos	Docentes & Funcionários
Encontro das Escolas Ubuntu	17	6
Semana Ubuntu do AEGAP	25	6
Clube Ubuntu do AEGAP	6	

Fonte: Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS

<ul style="list-style-type: none"> • Oferta cultural, desportiva e recreativa já existente; • Centro de Formação Profissional de Santarém; • CLDS-4G Academia Origami (Futurar); • Projeto Ubuntu.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> •
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Modelo dos pais e família; • Famílias não conversam nem partilham projetos de vida; • Desconhecimento da oferta formativa existente; • Fragilidade dos vínculos familiares.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Não reconhecimento da importância do seu papel para a resolução do problema ■ Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrónicos ■ Pouco tempo para brincar e conversar ■ Falta de estabelecimento de regras, limites e rotinas ■ Pais não assumem dificuldades e não procuram ajuda ■ Famílias pouco presentes ■ Influência do grupo de pares ■ Consumos de substâncias psicoativas muito precoces e autorizadas ■ Consumos de álcool e tabaco socialmente aceites ■ Cultura da reclamação ■ Padrão cultural e social ■ Reprodução de comportamentos das famílias ■ Falta de modelos/figuras de referência ■ Falta de motivação

FALTA DE RESPOSTA NA VALÊNCIA DE CRECHE

A creche constitui uma resposta social de âmbito socioeducativo, destinada a crianças até aos três anos de idade e visa proporcionar às crianças condições adequadas para o seu desenvolvimento, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto. Esta resposta social encontra-se vocacionada para o apoio à criança e para a cooperação com as famílias responsáveis pela guarda de facto das crianças no seu processo educativo (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2024, continua a existir apenas uma creche no Concelho da Golegã, gerida pelo Centro Social Paroquial da Golegã, uma entidade sem fins lucrativos. Esta creche está localizada de forma central no município, situando-se na freguesia sede do Concelho. Já tinha sido recenseada na carta social anterior, uma vez que se encontra em funcionamento desde os anos 90 do século XX. Contudo, a falta de uma oferta similar na freguesia da Azinhaga é um problema sentido pelos pais.

A resposta da creche tem uma capacidade máxima instalada de 44 crianças, enquanto em 2021 a capacidade era de 33 crianças. Uma análise do triénio 2019/2021 revela uma procura constante e uma lotação sempre completa, o que poderá indicar uma capacidade instalada insuficiente no Concelho para apoiar todas as crianças e famílias que necessitam deste tipo de serviço.

Em 2023/2024, a capacidade instalada da creche manteve-se nos 44 lugares, os quais foram todos ocupados, resultando numa taxa de ocupação de 100%. Não existem, portanto, vagas disponíveis para fazer face a possíveis aumentos na procura, encontrando-se o serviço a operar no limite da sua capacidade instalada. Atualmente, existem 30 crianças em lista de espera.

Considerando a procura efetiva, ou seja, o número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 2 anos residentes no Concelho da Golegã à data dos Censos de 2011, bem como a capacidade máxima instalada, o município apresenta em 2024 uma taxa de cobertura de 59,5%.

A análise da procura e oferta revela uma procura elevada por parte das famílias, evidenciada pela existência de 30 crianças em lista de espera, o que indica que a capacidade atual da creche é insuficiente para atender à população-alvo. Esta discrepância justifica a necessidade de ampliar o número de vagas ou abrir novas infraestruturas. Com 30 crianças em lista de espera, a creche consegue atender apenas cerca de 59,5% da procura total, deixando quase 40% das crianças sem acesso, o que representa uma limitação séria na resposta às necessidades das famílias.

O impacto social é significativo, pois a falta de vagas em creches afeta diretamente a capacidade das famílias, especialmente das mulheres, de conciliarem a vida profissional com a vida familiar. A dificuldade em encontrar soluções de acolhimento para os filhos pode reduzir a participação no

mercado de trabalho ou obrigar as famílias a recorrer a alternativas menos seguras ou estruturadas. Além disso, a creche desempenha um papel fundamental no desenvolvimento infantil e na criação de bases sólidas para a educação futura. A exclusão de uma parte significativa das crianças deste serviço gera desigualdade, o que pode ter consequências a longo prazo, especialmente para as famílias mais vulneráveis. A educação nos primeiros anos é crucial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. A lacuna na oferta de vagas pode privar as crianças de um ambiente educativo estruturado, comprometendo o seu desenvolvimento e o seu sucesso escolar futuro.

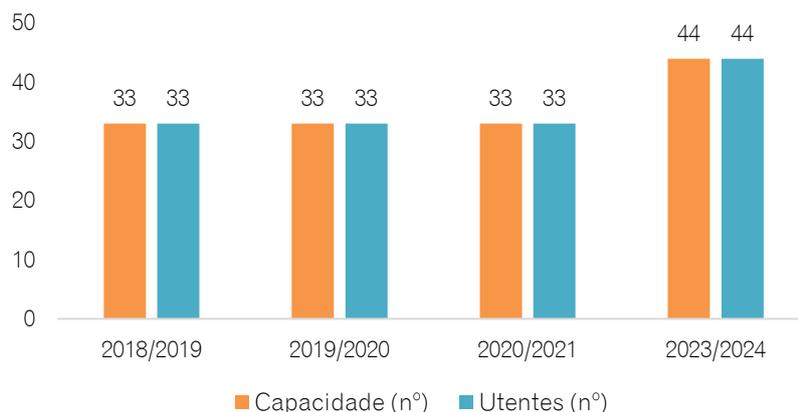
Adicionalmente, se houver um aumento na natalidade ou um crescimento demográfico no Concelho, a pressão sobre os serviços de acolhimento infantil continuará a crescer. Esta tendência deve ser abordada por políticas públicas que prevejam um aumento da capacidade das creches para responder ao crescimento populacional. A falta de vagas pode acentuar as desigualdades sociais, especialmente para famílias de baixos rendimentos que dependem de creches subsidiadas ou públicas, constituindo um desafio à eficácia das políticas de inclusão social.

Por outro lado, o aumento da oferta de vagas em creches permitirá que mais pais possam regressar ou manter-se no mercado de trabalho, contribuindo para a produtividade e dinamismo da economia local e reduzindo a dependência de apoios sociais. O apoio a este tipo de infraestruturas beneficia não apenas as famílias, mas também a economia da região.

A análise da situação atual revela uma lacuna significativa entre a capacidade instalada e a procura efetiva de vagas na creche, resultando numa satisfação reduzida das necessidades da população. Para mitigar esta situação, é fundamental considerar ações como a expansão da capacidade da creche atual ou a criação de novas creches nas proximidades. É igualmente necessário implementar políticas públicas que incentivem o aumento de vagas em creches, tanto públicas como privadas, assegurando que todas as crianças possam beneficiar de um ambiente educativo e de desenvolvimento adequado.

A resolução desta lacuna contribuirá não apenas para o bem-estar das crianças, mas também para o equilíbrio das famílias e o desenvolvimento social e económico da comunidade.

Gráfico 72 - Capacidade máxima e utentes da creche do CSP da Golegã, em 2018/2019 a 2023/2024 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021; Dados do CSPG, 2024

Neste contexto importará notar que a Golegã, à semelhança dos demais municípios da Lezíria do Tejo, apresenta uma importante polarização dos mais recentes fluxos migratórios associados ao crescimento de algumas cidades médias no país e crescimento de alguns ramos da agricultura, em regiões onde o quantitativo de mão-de-obra nacional disponível é manifestamente insuficiente.

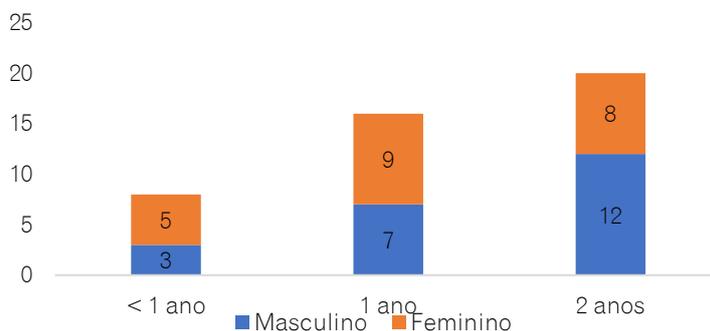
Embora prevaleça um perfil de migrante jovem, em idade ativa e sem filhos/as, este é um fator a considerar na análise das respostas e serviços sociais para a Infância e Juventude, na medida em que poderá constituir fator de pressão acrescida, à semelhança de outros fatores em transformação, como a gradual consolidação dos modelos de trabalho à distância.

As creches constituem respostas sociais preferencialmente de nível local, devendo situar-se próximas das áreas de residência dos/as utentes, de forma a assegurar que estes efetuam deslocações de curta distância, fator da maior relevância para o seu desenvolvimento saudável e equilibrado.

Esta é uma realidade para as famílias/responsáveis pelas crianças no Concelho da Golegã, como o demonstra a proveniência dominante dos/as utentes, uma vez que estes são provenientes maioritariamente da freguesia onde se localiza a resposta.

Quanto ao sexo, não se assinalam diferenças, uma vez que o número de crianças do sexo masculino é igual ao número de crianças do sexo feminino (no total de 44 crianças, existem 22 do género masculino e 22 do género feminino). Pelo contrário, no que diz respeito à idade dos/as utentes, existe uma forte relação entre o aumento da idade e o aumento da procura, sendo que a maioria das crianças inscritas tem 2 anos de idade (45,5% dos/as utentes).

Gráfico 73 – Utentes da creche, por sexo e grupo etário (N.º), 2024



Fonte: Dados do CSPG, 2024

No grupo etário inferior a 1 ano, verifica-se a presença de 8 crianças, sendo 3 rapazes e 5 raparigas. No grupo seguinte, que abrange 1 a 2 anos, o número total de crianças aumenta para 16, com 7 rapazes e 9 raparigas. Por último, no grupo dos 2 anos, encontramos o maior número de crianças, totalizando 20, das quais 12 são rapazes e 8 são raparigas.

O reduzido número de utentes até ao 1º ano de vida (18,2%) e o acréscimo substancial da procura a partir do primeiro ano de vida, é demonstrativo, por um lado, do uso das licenças parentais no país, mas também a preferência simultânea das famílias por outras opções, numa fase de especial importância do desenvolvimento infantil, a que acresce a menor capacidade dos berçários face às salas a partir da aquisição de marcha e dos custos financeiros elevados associados à resposta social. Com o aumento da idade, em geral, há uma valorização crescente do papel das creches na promoção de um harmonioso desenvolvimento infantil, o que motiva um acréscimo da procura desta resposta social. Os serviços complementares prestados pela creche são diversificados e correspondem ao trabalho central e basilar da resposta social. Para além da confeção de refeições acresce a promoção de atividades musicais, lúdicas e desportivas.

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Centro Social e Paroquial
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Candidaturas a Fundos Europeus.• Reestruturação do Centro Social Paroquial (alargamento de vagas de creche).• Financiamento
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Dificuldades Financeiras
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Excesso de legislação

VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

O criar laços entre pessoas é um comportamento natural e racional do próprio do ser humano podendo assumir-se de forma positiva ou negativa, onde o conflito é parte integrante. A violência surge, muitas vezes, aos olhos de quem a pratica, como estratégia de resolução desse mesmo conflito (Oliveira e Sani, 2005). A adolescência é considerada um período crítico onde se começam a formar as relações extrafamiliares e em que o/a jovem faz esforços para ganhar a sua autonomia e definir a sua identidade. Esta é também uma fase de construção de personalidade dos/as jovens, sendo estes/as confrontados/as com comportamentos menos corretos que podem levar à sua legitimação.

Considerado um problema de saúde mental pública, a investigação tem vindo a consensualizar a definição de violência, quanto a ser um comportamento inaceitável e que causa danos (Pick et al., 2010).

Alguns estudos indicam que as desigualdades de género estão, ainda, presentes nas relações de intimidade dos/as nossos/as jovens. As desigualdades de género podem ser pautadas por processos de socialização diferenciados e pela manutenção de mitos e/ou crenças relacionados com homens e mulheres (Matos, 2006; Ribeiro e Sani, 2010; Machado et al., 2003; Magalhães et al., 2007).

Os/as jovens têm mais tendência a desenvolver doenças mentais, dores de cabeça, indisposições, angústia emocional e depressões. Podem ainda apresentar choro fácil, fadiga, pensamentos suicidas e incapacidade de disfrutar da vida. Como tentativa de escapar à dor física e emocional que este tipo de abusos na intimidade potencia, as vítimas estão mais propensas ao consumo de álcool ou drogas.

Em idades jovens são comuns os sentimentos de culpa e vergonha, que servem muitas vezes de fator de manutenção da relação abusiva. No que concerne à violência perpetuada com jovens em idade escolar, e uma vez que grande parte das relações na intimidade ocorrem em contexto escolar, isto é onde ambos os/as protagonistas se cruzam, é difícil para as vítimas evitar o/a seu/sua agressor/a e, por sua vez, ignorar as reincidências.

Uma das formas que a vítima pode encontrar para lidar com esta situação poderá passar por deixar de ir às aulas e a atividades escolares (muitas das vezes com medo de encontrar o/a agressor/a). A diminuição da concentração em ambiente de aula e da vontade de estudar são outros fatores que contribuem para que as vítimas de violência no namoro tenham duas vezes maior tendência para tirarem notas negativas, quando comparadas com os/as outros/as estudantes.

Os custos para a vida destas vítimas serão imensos uma vez que está provado que a educação é uma das ferramentas mais importantes para o sucesso, especialmente para as mulheres (Bocinski, 2012). As consequências da violência no namoro são devastadoras, mas há uma outra preocupação que emerge e carece de reflexão: a forte probabilidade que existe das vítimas de violência no namoro se tornarem, em idade adulta, vítimas de violência doméstica. Uma vez que a juventude é o momento em que os/as jovens iniciam a formação da sua personalidade, há o risco de estes/as interiorizarem atitudes e comportamentos abusivos como normativos (ibidem).

Quase sete em cada dez jovens que participaram num estudo sobre violência no namoro da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), acha legítimo o controlo ou a perseguição na relação e quase 60% admitiram já ter sido vítimas de comportamentos violentos.

De acordo com o estudo, cujos dados são relativos a 2020, 67% dos/as jovens consideram legítima a violência no namoro, dos/as quais 26% acham legítimo o controlo, 23% a perseguição, 19% a violência sexual, 15% a violência psicológica, 14% a violência através das redes sociais e 5% a violência física.

Entre estes/as quase cinco mil jovens, cuja média de idades é de 15 anos, 25% acham aceitável insultar durante uma discussão, outros 35% que é aceitável entrar nas redes sociais sem autorização, 29% que se pode pressionar para beijar e 6% entendem mesmo que podem empurrar/esbofetear sem deixar marcas.

No que diz respeito às diferenças por género, é sempre por parte dos rapazes que a legitimação é maior, com destaque para o comportamento “*pressionar para ter relações sexuais*”, em que a legitimação entre os rapazes (16%) é quatro vezes superior à das raparigas (4%).

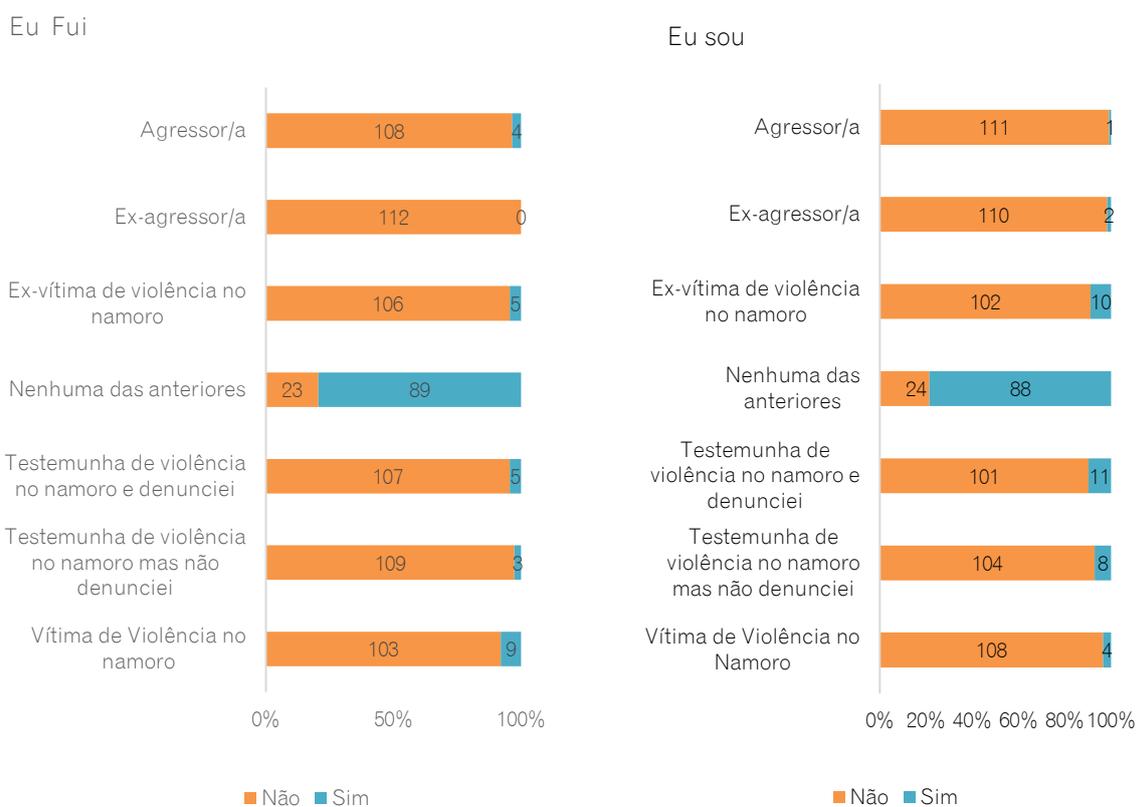
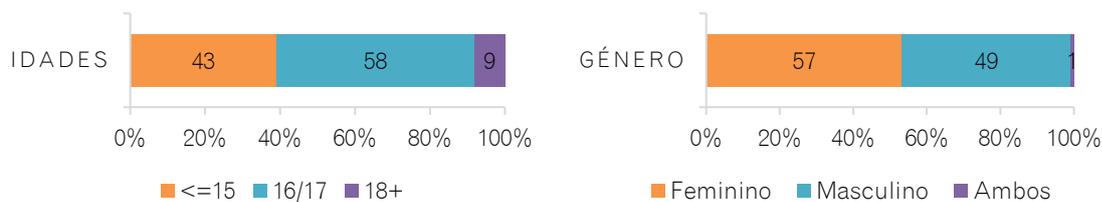
Por outro lado, no que diz respeito aos indicadores de vitimização, o estudo da UMAR mostra que 58% dos/as jovens inquiridos admitiram já ter sofrido de violência no namoro, havendo 20% que admitiram ter sofrido violência psicológica, 17% terem sido vítimas de perseguição ou ainda 8% que foram vítimas de violência sexual. Os indicadores de vitimização mais frequentes são insultar durante uma discussão (30%), proibir de estar ou falar com os/as amigos/as (23%) ou incomodar/procurar insistentemente (17%).

Também na vitimização há uma diferença de género, com uma prevalência de vítimas entre as raparigas, sobretudo na violência psicológica (22%), perseguição (19%) ou controlo (15%).

No estudo realizado pelo Agrupamento de Escolas no ano letivo 2021-2022, abrangendo 112 alunos, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, integrados no 9º ano escolaridade ao 12º ano. Destes, 9 alunos/as foram vítimas de violência no namoro e 4 continuam a ser. Um/a dos/as inquiridos/as considera-se agressor/a e 4 foram.

De ressaltar que é na faixa do 10º ano, que as vítimas de violência no namoro se concentraram no passado.

Gráfico 74 – Violência no Namoro, Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022



Fonte: Estudo realizado pelo Agrupamento de Escolas no ano letivo 2021-2022

No Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, no ano letivo 2023-2024, não houve registos de violência no namoro. Apesar disso, é importante abordar o tema através de educação preventiva e ações de sensibilização, como workshops e debates. Promover relacionamentos saudáveis e criar um ambiente seguro para os alunos deve ser uma prioridade, garantindo que estejam informados sobre sinais de abuso e se sintam à vontade para procurar apoio.

*Urgentemente
É urgente o amor.
É urgente um barco no mar.*

*É urgente destruir certas palavras,
Ódio, solidão e crueldade,
Alguns lamentos,
Muitas espadas*

*É urgente inventar alegria,
multiplicar beijos, as searas,
é urgente descobrir rosas e rios
e manhãs claras.*

*Cai o silêncio nos ombros e a luz impura,
Até doer.
É urgente o amor,
É urgente permanecer.*

Eugénio de Andrade – Antologia Breve- Círculo de Poesia Morais Editores – Lisboa / 1979

A temática da violência em meio escolar tem vindo a assumir uma evidente e crescente relevância nos contextos nacional e internacional, assim como ao nível científico, social e político, posicionando-se com notória importância no âmbito das atuais preocupações que se observam no domínio socioeducativo e da saúde, revelando-se uma problemática impulsionadora de sérios e crescentes desafios que se apresentam às políticas do presente século, implicando um exercício de reflexão fundamentada e problematizadora.

Dado o carácter universal da problemática do bullying em contexto escolar, impõe-se uma consistente consciência coletiva de (re)pensar as realidades educativas, sociais e políticas, apelando para olhares críticos, abordagens ativas e intervenções contextualizadas, que possibilitem explorar e desenvolver percursos que ajudem a resolver os problemas identificados e as dificuldades constatadas e responder, eficazmente, às inúmeras questões que se traduzem em múltiplas inquietações, vivenciadas diariamente, em diversas situações e contextos nos quais atuamos.

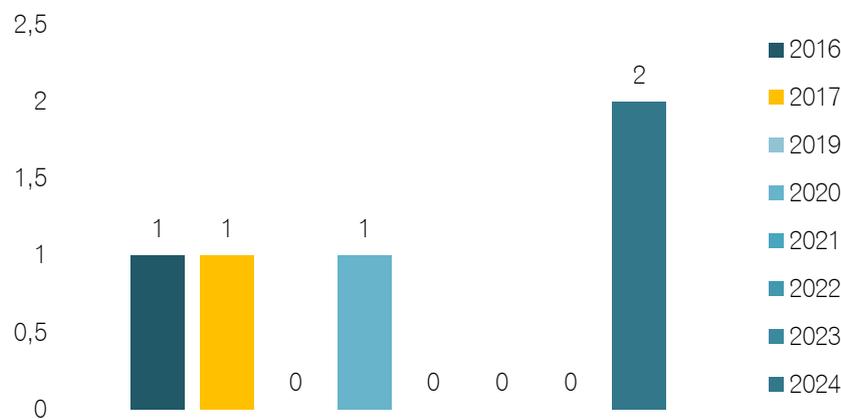
No mundo contemporâneo e globalizado, considerando a importância atribuída às questões da violência, dos estereótipos e preconceitos, da segregação social e cultural, das desigualdades e da exclusão social como fenómenos verdadeiramente preocupantes, resultantes de fatores sociais, culturais e do visível aumento das desigualdades sociais e dos conflitos interpessoais e interculturais, é possível constatar um interesse renovado e um aumento relativamente à complexa, abrangente e plurifacetada temática da violência, que tem vindo a destacar-se como tema com projeção mediática e como um importante objeto de estudo interdisciplinar em todo o mundo, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI, atingindo todas as gerações, sexos e contextos, nomeadamente as crianças e jovens e o contexto escolar.

O Relatório das Nações Unidas para a Infância Hidden in Plain Sight (UNICEF, 2014), num estudo a nível mundial abrangendo 190 países, incluindo Portugal, revela que mais de um em cada três alunos/as, com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos, passam regularmente por, pelo menos, uma experiência de bullying.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que a violência exercida contra as crianças e adolescentes representa, indiscutivelmente, um grave problema de saúde pública e um sério motivo de preocupação, não somente ao nível da prevenção, mas, também, ao nível do acompanhamento das vítimas e testemunhas, nomeadamente no que se refere ao acompanhamento pós-traumático dirigido às mesmas (RAMOS, 2004; BLAYA, 2008).

A CPCJ da Golegã, em 2024 acompanhou 2 jovens que provocaram situações de Bullying a colegas, no agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho.

Gráfico 75 – Bullying - Agrupamento de Escolas, Golegã, Azinhaga e Pombalinho 2016-2024



Fonte: Escola Segura - GNR, 2024, CPC – 2024.

Blaya (2008) reforça que vivenciar situações de violência, designadamente em meio escolar, seja no papel de vítima, agressor, vítima/agressor ou testemunha, poderá originar distúrbios diversos, especificamente, problemas de inserção social ou problemas de saúde mental, situando assim a problemática da violência em contexto escolar como um objeto de profunda preocupação e complexidade, esclarecendo, ainda, para a necessidade de implementar medidas e dinamizar programas que visem a redução da violência nas comunidades escolares e assegurem a prevenção de problemas psicossociais das crianças e dos adolescentes.

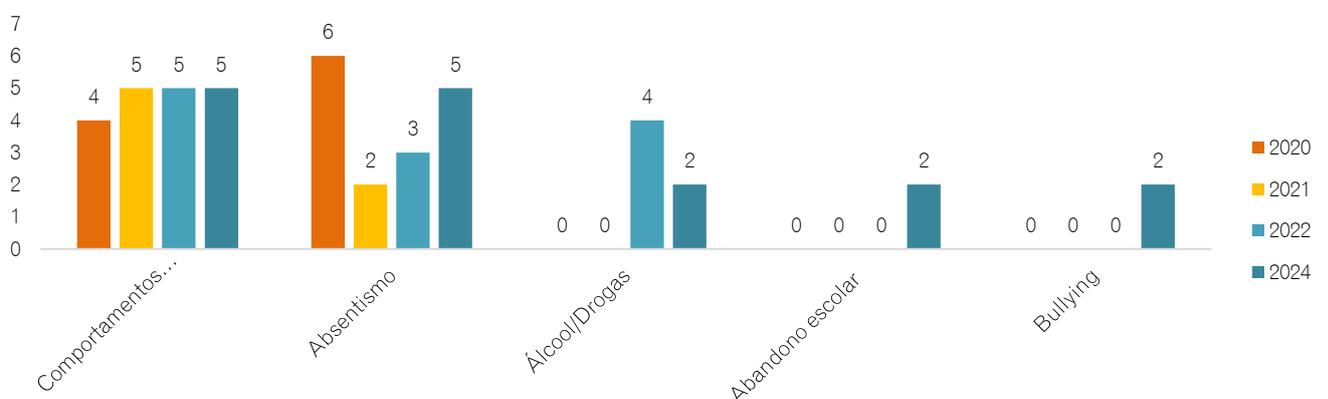
Dos dados recolhidos junto das diversas entidades podemos constatar que no Concelho, no âmbito da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ Golegã), o número de problemáticas tem vindo a aumentar, sendo que as problemáticas da droga/álcool sofreram um incremento nos últimos anos.

Outro problema identificado pelos parceiros locais e muito ligado a todos os outros já referenciados resulta da desadequação dos modelos educativos à diversidade etária, cultural e comportamental dos/as jovens, bem como aos problemas sociais vividos. As situações de desmotivação e de desinteresse familiar face à escola também são frequentes. A desvalorização que os pais e a família demonstram pelos estudos tem efeitos sobre o/a jovem. Numa família onde não se valoriza a formação escolar dificilmente o aluno se sentirá motivado para prosseguir os estudos. O abandono escolar nesta faixa etária tem como principais consequências a adoção de comportamentos que põem em causa o seu bem-estar e desenvolvimento, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, falta de autoestima e limitações no exercício de uma cidadania plena. Verificou-se que no ano de 2024, registou-se 2 situações de abandono escolar no Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho.

| 236

Os dados apresentados refletem a evolução de várias problemáticas ao longo dos anos 2020, 2021, 2022 e 2024. No que diz respeito a comportamentos desajustados ou indisciplina, os números mantêm-se relativamente estáveis, com 4 ocorrências em 2020 e 5 em cada um dos anos seguintes. Já o absentismo apresenta uma descida significativa de 6 casos em 2020 para 2 em 2021, mas volta a aumentar nos anos seguintes, com 3 ocorrências em 2022 e 5 em 2024. Relativamente a álcool e drogas, não houve registos em 2020 e 2021, mas surgem 4 ocorrências em 2022 e 2 em 2024, indicando o início de um problema. O abandono escolar e o bullying não foram registados nos primeiros três anos, mas em 2024 aparecem pela primeira vez, ambos com 2 ocorrências. Estes dados sugerem uma estabilidade nas questões de indisciplina e absentismo, apesar de um agravamento em 2024. Problemas mais graves, como o consumo de substâncias, abandono escolar e bullying, começam a emergir a partir de 2022, tornando-se mais evidentes em 2024.

Gráfico 76 – Problemáticas identificadas na CPCJ, 2020-2024



Fonte: Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ Golegã), 2024

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • APAV; • Escola segura; • Associação de Pais e Encarregados de Educação; • Ações de sensibilização sobre bullying e Cyberbullying; • Projeto de recreios inclusivos;
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • ----
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de recreios inclusivos vai terminar em agosto de 2022; • Pouca articulação das ações que se encontram no terreno.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Desresponsabilização ■ Não reconhecimento da importância do seu papel para a resolução do problema ■ Falta de relação de autoridade entre pais e filhos ■ Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrónicos ■ Pouco tempo para brincar e conversar ■ Falta de estabelecimento de regras, limites e rotinas ■ Pais não assumem dificuldades e não procuram ajuda ■ Famílias pouco presentes ■ Influência do grupo de pares ■ Consumos de substâncias psicoativas muito precoces e autorizadas ■ Consumos de álcool e tabaco socialmente aceites ■ Falta de respeito pelas regras institucionais (facilitismo) ■ Padrão cultural e social ■ Reprodução de comportamentos das famílias ■ Falta de modelos/figuras de referência

DIFICULDADE DE FIXAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NO CONCELHO

Sobretudo ao longo das últimas décadas, o Concelho de Golegã participa de um processo recorrente na interioridade, na necessidade de contrariar fatores como a redução progressiva da sua população residente, o envelhecimento populacional a reduzida taxa de natalidade, entre outros.

Existe a necessidade, e tendo por base a possibilidade da concretização de apoios para autonomia de vida prevista na Lei 147/99 de 1 de Setembro, de apartamentos para autonomia de vida, estruturas de acolhimento de jovens onde são proporcionadas as condições e meios técnicos para que desenvolvam competências para a autonomia de vida, beneficiando da supervisão de equipas técnicas, as quais efetuam o estudo e diagnóstico das suas situações, auxiliando na definição da organização e funcionamento do espaço e na promoção de competências para a autonomia e definição de projetos de vida.

O balanço das últimas décadas no Concelho é largamente positivo no que se refere à cobertura de infraestruturas, ou à construção de equipamentos físicos ligados às atividades económicas, à cultura ou ao desporto. Mas acresce que recentemente, os objetivos estratégicos se tornaram mais ambiciosos. Da construção à gestão, da promoção à inovação, o desafio passa pelo estabelecimento de novas prioridades de desenvolvimento, envolvendo e motivando sobretudo o grupo jovem da população. O desenvolvimento de estratégias, objetivos e metas para a fixação e atração de jovens para o Concelho torna-se essencial, não só como forma de reverter o processo demográfico de diminuição da população (com a saída contínua dos/as jovens), mas também como meio fundamental para o desenvolvimento local, no reforço da competitividade, do emprego e da coesão social.

O Grupo de trabalho identifica como ameaças quer a falta de habitação, bem como os preços de mercado muito altos, bem como a inexistência de uma boa rede de comunicação e que permita a ida para outras localidades trabalhar.

A necessidade de uma definição clara de objetivos, opções estratégicas e projetos estruturantes com a intencionalidade de fixação/atração dos/as jovens deverá ser um objetivo futuro, sendo que as medidas/a implantadas, como o Incentivo à Natalidade, o Apoio à Renda por si só, não se mostram suficientes.

O Incentivo à Natalidade, é uma medida concedida pela Câmara Municipal da Golegã desde dezembro de 2014, consiste na atribuição de um subsídio, de prestação única, a atribuir logo após o nascimento, a todas as crianças nascidas após a data de entrada em vigor do Regulamento.

Quadro 122 – Número de Famílias beneficiárias de Incentivo à Natalidade pela CMG

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024
Agregados Familiares Apoiados	89	92	97	89	36	21	24	28	23

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2024

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à natalidade, • Apoio Financeiro ao Arrendamento, • Baixa de taxa de desemprego.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Porta 65 Jovem; • PRR (arrendamento acessível).
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Mercado de habitação escasso e dispendioso; • Inexistência de uma boa rede de comunicações
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de Habitação ■ Feira Nacional do Cavalo inflaciona habitação

OFERTA CURRICULAR POUCO DIVERSIFICADA & NECESSIDADE DE OTIMIZAR OFERTA DE ENSINO PROFISSIONAL

O direito à educação é reconhecido universalmente e depende da igualdade de acesso e oportunidades aos meios e recursos que permitam desenvolver as aptidões mentais, sentido de responsabilidade moral e social de cada um para se tornarem membros úteis à sociedade, sem esquecer o direito a brincar e participar em atividade lúdicas orientados para os mesmos objetivos da educação.

Como qualquer outro fenómeno complexo, o sucesso escolar é multideterminado por fatores que operam a vários níveis da realidade. A um nível macro, é importante destacar como o sucesso escolar é influenciado pelas decisões políticas. Neste particular, as democracias europeias têm desenvolvido estratégias destinadas a aumentar a participação e o sucesso educativo para todos. Uma maior alocação de recursos, através do aumento do número de professores/as ou a **diversificação das ofertas curriculares**, ou a emissão de legislação, como o progressivo alargamento da escolaridade obrigatória, são exemplos de medidas que influenciam os resultados dos/as alunos/as e, conseqüentemente, o seu sucesso. Além disso, a orientação política é, também, decisiva na criação de condições tendentes ao sucesso, através do estabelecimento de metas ambiciosas.

Neste particular, e olhando para as metas educativas da união europeia para 2020, seja ao nível do aumento do número de crianças com 4 anos a frequentar a educação pré-escolar, no aumento da proficiência na leitura, escrita e matemática, na diminuição do abandono escolar precoce, isto é, da proporção de jovens com idades entre os 18 e os 24 anos que deixaram o sistema formal de ensino, sem terem concluído o ensino secundário, ou no aumento do número de estudantes que acede ao ensino superior, poderemos encontrar vários exemplos de como as aspirações, neste capítulo, são elevadas (European Commission, 2019).

Estas metas têm, genericamente, levado a resultados favoráveis, como sucede com a redução muito significativa do abandono escolar precoce, na última década, na união europeia em geral e nos diferentes países membros (Eurostat, 2020).

A **qualidade dos/as professores/as** é também crucial para o sucesso dos/as alunos/as. Esta envolve a competência científica e pedagógica para cumprir os objetivos curriculares, mas também outros ingredientes tais como: a capacidade para implementar estratégias adequadas

aos objetivos de aprendizagem; o recurso a estratégias que facilitem a ligação entre saberes adquiridos e aprendizagens a realizar (Hattie, 2018); ou a capacidade para promover a autonomia dos/as alunos/as, através de estratégias como a clarificação de objetivos de aprendizagem, feedback informativo ou consideração dos sentimentos e opiniões dos alunos (Reeve, 2011).

A qualidade da docência depende, por sua vez, de condições oferecidas aos/às professores/as, tais como metas curriculares adequadas, apoio das lideranças das escolas, apoio dos colegas, autonomia profissional ou estabilidade contratual, entre outras (Hattie, 2018; Reagan et al., 2019; Simões & Calheiros, 2019).

Por fim, a um nível mais micro, referente às características individuais dos/as alunos/as, aspetos como uma maior competência cognitiva, aspirações educativas mais elevadas, perceções mais positivas de auto-eficácia, que se traduzem, conseqüentemente, em maiores níveis de esforço, concentração e persistência em atividades escolares estão intimamente ligados a melhores resultados escolares. Inversamente, doença mental ou necessidades educativas especiais são condições pessoais que têm forte impacto na diminuição das probabilidades de sucesso (Hattie, 2018).

Será de mencionar que estes fatores não atuam de forma independente sobre o sucesso escolar, antes afetam-se mutuamente. Por exemplo, alunos com maiores níveis de competência cognitiva, que indicam maiores aspirações educativas e que se sentem mais auto-eficazes na aprendizagem tendem a apresentar maior estatuto socioeconómico (Rimkute et al., 2012). Por outro lado, a forma como estes fatores operam não é independente dos territórios.

Na verdade, o sucesso escolar tende a ser menor em áreas em que a ruralidade tem maior expressão. Nessas regiões, a maior proporção de alunos com estatuto socioeconómico baixo e com menores aspirações educativas (Baeck, 2016), a par de uma oferta educativa e formativa mais limitada (Simões & Rio, 2020) e de uma maior dificuldade de atrair e reter professores de qualidade (Reagan et al., 2019) evidenciam como o sucesso escolar é, também, um fenómeno territorializado.

Quadro 123 – OFERTA FORMATIVA 2015-2024 NO AEGAP

Ano Letivo	Ciências e Tecnologias	Humanidades	Curso de Técnico de Produção Agrária	Curso de Técnico de Multimédia	8º Vocacional (Técnicos Comerciais, de Informática e de Agro-turismo)	Curso de Técnico de comércio	Curso Profissional de Informática de Sistemas	Curso de Técnico de Produção Agro-pecuária	Curso de Técnico de Gestão Equina
2015/2016	x	x	x	x	x				
2016/2017	x	x	x	x	x			x	
2017/2018	x	x		x		x		x	
2018/2019	x	x		x		x		x	
2019/2020	x	x				x		x	
2020/2021	x	x							
2023/2024	x	x	x				x		x

Fonte: Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2024

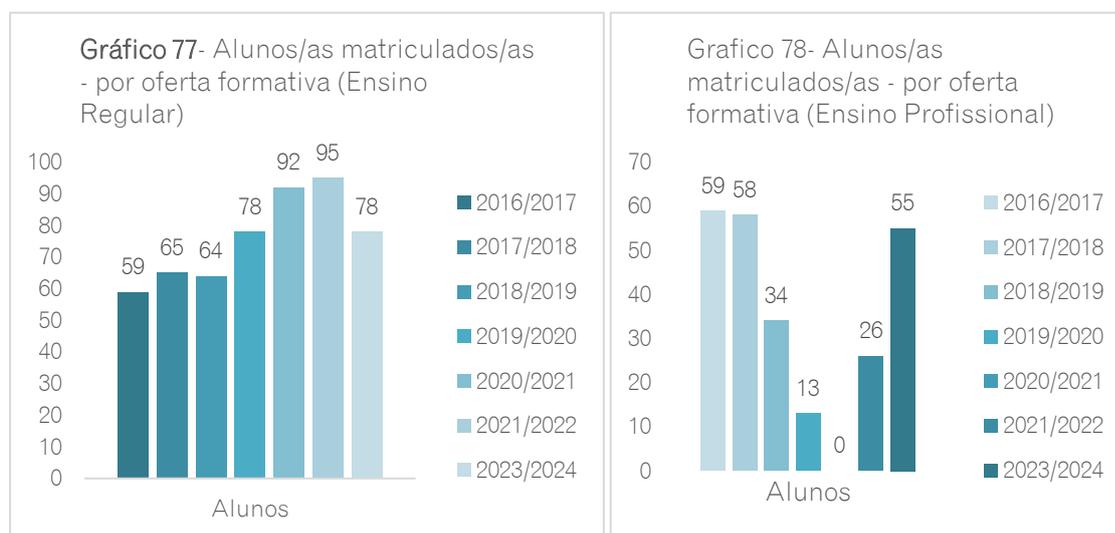
A Escola da Golegã oferece uma formação diversificada que abrange várias etapas educativas. Na Educação Pré-Escolar, o foco está no desenvolvimento integral das crianças através de atividades lúdicas. No 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, a escola proporciona uma formação sólida em diversas áreas, preparando os alunos para o Ensino Secundário. No Ensino Secundário Regular, há duas vias disponíveis: Línguas e Humanidades e Ciências e Tecnologias. Além disso, a escola oferece um Ensino Secundário Profissional com cursos práticos, incluindo Técnico de Gestão Equina, Técnico de Informática e Técnico de Produção Agrária. A Escola da Golegã visa formar cidadãos críticos e competentes, prontos para enfrentar os desafios académicos e profissionais.

O curso profissional de Técnico de Gestão Equina é um novo curso, na Golegã, que teve início no ano letivo 2023-2024. Os alunos têm acesso ao Centro de Alto Rendimento de Desportos Equestres, este curso foi lançado no ano letivo anterior com 15 alunos e várias pré-inscrições, em colaboração entre a Câmara Municipal da Golegã, o Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, e a Federação Equestre Portuguesa. O currículo abrange a formação em desbaste e ensino de equinos, preparação para competições, gestão em coudelarias e centros hípicas, pedagogia equestre, organização de eventos, bem como higiene, segurança e bem-estar animal, além de gestão e planeamento da empresa equestre.

Ao nível institucional, é importante salientar a relevância de fatores como a qualidade da oferta educativa e a qualidade dos/as professores/as. Do ponto de vista da oferta educativa, o modo como esta se encontra organizada tem um impacto significativo no sucesso escolar dos/as alunos/as. Alguns sistemas educativos europeus assentam a sua oferta numa estrutura dual, com uma via de estudos gerais, orientada para o prosseguimento de estudos, paralela a uma via de ensino profissional, centrada numa pré-especialização de competências, orientada para o mercado de trabalho. Esta arquitetura da oferta educativa predomina no centro da Europa em países como Alemanha e a República Checa e tem sido criticada por resultar numa seletividade dos/as alunos/as que reproduz e mantém desigualdades sociais.

De facto, enquanto os/as alunos/as provenientes de estratos sociais mais privilegiados optam pela via dos estudos gerais que permite o prosseguimento de estudos superiores, os/as alunos/as de contextos mais desfavorecidos, com origem em famílias alargadas, com uma situação económica mais precária e pertencentes a minorias, são encaminhados/as, de forma precoce, para o ensino profissional (Lee & Buyn, 2019). Embora estes sistemas pareçam ser eficientes na diminuição do desemprego jovem, no curto prazo, especialmente na transição para o mercado de trabalho, também é verdade que, a longo prazo, os alunos que enveredam por esta via acabam por atingir um menor estatuto profissional (Lee & Buyn, 2019; Rimkute et al., 2012).

Em Portugal, existe uma maior interpenetração entre as diferentes vias ou modalidades de ensino. Embora não seja imposta pelo sistema, a seletividade acaba por emergir através dos próprios resultados dos alunos, com aqueles que provém de classes sociais mais desfavorecidas e de minorias a optarem, mais vezes, pelo ensino profissional, limitando, desse modo, as suas perspetivas futuras (Conselho Nacional da Educação, 2015).



Fonte - PIICIE LT [lezíria do tejo (lt): situação educativa no território [PIICIE LT]. Observatório 3! da educação. 2020 / Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2024

O número total de alunos/as no Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho foi contabilizado desde o pré-escolar até ao secundário regular. A distribuição dos alunos/as por ciclo é a seguinte: no 1º Ciclo, estão 205 alunos/as; no 2º Ciclo, 89 alunos/as; no 3º Ciclo, 139 alunos/as; no Secundário Regular, 78 alunos/as; e no Secundário Profissional, 55 alunos/as. Esta diversidade no número de alunos/as em cada ciclo reflete a importância do agrupamento na educação da comunidade, assegurando uma formação abrangente e adaptada às necessidades de cada faixa etária.

O Grupo de Trabalho, considera que a oferta curricular pouco diversificada do agrupamento de escolas do Concelho e identificou o seguinte:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">•
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Abertura de novos cursos profissionais.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Risco de extinção do ensino secundário no Agrupamento de Escolas do Concelho;• Instalações do AEGAP;• Recursos físicos e materiais obsoletos.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Poucos alunos não justifica a abertura de novos cursos/turmas■ Equipamentos e infraestruturas obsoletos■ Idade avançada dos professores/educadores■ Falta de motivação■ Escolas não adaptadas às novas exigências (falta de salas)

NECESSIDADE DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS (ALUNOS E PROFESSORES)

Num cenário de mundo ligado em redes de comunicação digital em que os alunos usam cada vez mais cedo os artefactos tecnológicos e desenvolvem naturalmente habilidades para seu uso, urge a necessidade do/a **professor/a** investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva no uso fluente dos meios de comunicação, e aplicá-las criativamente na sua prática pedagógica. É, pois neste contexto, premente a redefinição de objetivos e metodologias educacionais no sentido da integração de oportunidades de ensino-aprendizagem emergentes de novas formas de comunicação e participação social, com a intervenção simultânea nos níveis de inclusão/exclusão digital funcional.

A democratização da literacia digital e mediática através da implementação de estratégias que promovam as capacidades de procura, seleção e análise de informação e que viabilizem a transformação reflexiva desta em conhecimento, permitem a formação de consumidores mais críticos e informados, capazes de produzir conteúdos e comunicar com outros criativamente.

É fulcral a formação de cidadãos/ãs ativos, aptos a contribuir para uma sociedade do conhecimento, tecnologicamente inovadora e competitiva, e capazes de apoiar a construção de cidades sustentáveis, criativas, inteligentes e promotoras de aprendizagem ao longo de vida.

O alargamento das condições favoráveis ao exercício de cidadania ativa e, conseqüentemente, o aumento da participação cívica no diálogo social, com um contributo relevante para o desenvolvimento económico, social e cultural.

No que concerne aos/às **jovens alunos/as** pretende-se a sua capacitação para o uso crítico e seguro dos media, melhorando a sua compreensão de aspetos legais e éticos associados aos processos de criação e comunicação de conteúdos mediáticos, e impulsionando a monitorização apropriada de riscos e potencialidades subjacentes a estes mesmos processos.

Sensível a estas questões, no decorrer do ano 2021/2022 o Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, elaborou um Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital (PADDE) do AEGAP, em parceria com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Associações de Pais e Encarregados de Educação, que decorre da irreversibilidade da transição digital na sociedade e, obviamente, nas escolas. Foi constituída uma equipa que trabalhou com base nos documentos orientadores DigCompEdu e DigCompOrg. A metodologia consistiu em aplicar instrumentos para conhecer as suas especificidades, tendo sido aplicadas as ferramentas: **Check-in**³⁴ e **SELFIE**³⁵.

Após a análise e reflexão dos dados recolhidos através do Check-in e da SELFIE fica-se a conhecer com mais rigor os pontos fracos e fortes do Agrupamento em termos digitais, tendo procedido à definição das áreas a priorizar.

Participantes Diagnóstico - SELFIE



Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

Quadro 124 - Participantes Diagnóstico – SELFIE, 2023

Participação - 1 a 17 junho de 2023									
Nível de ensino	Dirigentes			Professores			Alunos		
	Convidados	Participações	%	Convidados	Participações	%	Convidados	Participações	%
1º ciclo	4	3	75	10	5	50	25	17	68
2º e 3º ciclos	4	4	100	30	24	81	80	75	94
Secundário geral	4	3	75	10	9	90	94	85	90

Fonte: Diagnóstico Selfie – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2023

³⁴ Check in – Ferramenta que permite conhecer as competências digitais dos professores.

³⁵ SELFIE - Ferramenta que permite obter informação acerca das práticas pedagógicas e organizativas.

DIAGNÓSTICO – CHECK-IN

Quadro 125 – Infraestruturas e Equipamentos (Dados SELFIE) 1

2021-2022			
Valores Médios (1 a 5)	Dirigentes	Professores	Alunos
1º Ciclo	3,0	3,3	3,6
2º e 3º Ciclos	3,1	2,8	3,2
Secundário Geral	2,6	2,7	2,7
2022-2023			
Valores Médios (1 a 5)	Dirigentes	Professores	Alunos
1º Ciclo	3,1	3,1	3,2
2º e 3º Ciclos	3,4	3	3,5
Secundário Geral	3,6	3,1	4

| 248

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022 e 2022-2023

Quadro 126 - Disponibilidade de acesso a equipamentos dos alunos em casa

	%	Computador	Internet
1º Ciclo	95%	95%	90%
2º e 3º Ciclos	95%	95%	90%
Secundário Geral	95%	95%	90%

Fonte: Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, junho 2023

Quadro 127 – Serviços Digitais

	%	Sim	Não
Sumários Digitais		X	90%
Controlo de Ausências		X	90%
Contacto com Encarregados de Educação		x	90%
Outro: Matrículas, consulta de movimentos dos alunos, e-mail institucional, plataforma de ensino por meios digitais			

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

Quadro 128 - História Digital da Escola: Dimensão Pedagógica

Dimensão Pedagógica	Resultados por Dimensão (Dados SELPHY)	Valores Médios por resultados (1 a 5)	Dirigentes	Professores	Alunos
		Pedagogia: Apoio e Recursos	3,9	4,2	-----
		Pedagogia: Aplicação em Sala de Aula	3,4	3,8	3,9
		Práticas de Avaliação	3,2	3,6	-----
	Competências digitais dos alunos	3,7	3,4	4,2	
	Nível de competência dos Docentes por Área	Área	Nível 1	Nível 2	Nível 3
		Recursos Digitais	54,6	38,2	7,3
		Ensino e aprendizagem	67,3	27,3	5,5
		Avaliação	58,2	34,5	7,3
		Capacitação dos aprendentes	56,4	34,5	9,1
Promoção da competência digital dos aprendentes		69,1	29,1	1,8	

Fonte: AEGAP - [Dados do SELFIE] junho 2023

Conclui-se que cerca de 50% dos/as professores/as se encontram no nível 1 de proficiência digital, sendo de referir que um número elevado de docentes está em final de carreira e obviamente com menor apetência para efetuar formação, no âmbito do Desenvolvimento Profissional Contínuo, aliado ao facto da dificuldade de acesso a formação dos docentes do último escalão. De referir que é a nível das dimensões de ensino e aprendizagens que o valor é mais deficitário.

Quadro 129 - História Digital da Escola: Dimensão Organizacional

Valores Médios (1 a 5)	Dirigentes	Professores	Alunos
Liderança	3.4	3.1	-----
Colaboração e trabalho em rede	3.1	3.5	4
Desenvolvimento profissional contínuo	3,7	3,5	-----

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2022-2023 - AEGAP - [Dados do SELFIE] junho 2023

Pode, pois, verificar-se que quer os/as Dirigentes quer os/as professores/as apresentam valores relativamente medianos nas categorias de Liderança, Colaboração e Trabalho em Rede, bem como Desenvolvimento Profissional Contínuo.

No que concerne às Competências Digitais da Comunidade Educativa, deste estudo resultou que:

Quadro 130 - Competências Digitais da Comunidade Educativa

Encarregados de Educação	<ul style="list-style-type: none"> > O nível de conhecimentos para acompanhamento dos educandos é baixo. > Conhecimento insuficiente das regras básicas de segurança e responsabilidade digital
Pessoal não Docente	<ul style="list-style-type: none"> > Assistentes técnicos com baixa proficiência profissional > Assistentes operacionais com muito baixa proficiência digital

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

Conclui-se que o E360 é uma boa ferramenta de apoio à gestão, embora se verifique a necessidade de aperfeiçoamento em algumas áreas de trabalho. No entanto, a necessidade de investimento digital, de modo a rentabilizar as plataformas existentes é premente.

PIICIELT 2020/2021

Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo

Consciente do facto da importância da literacia digital e do seu papel no futuro, a Câmara Municipal, em concertação com os restantes municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, considerou a Educação pela Inovação um dos lemas do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo, no ano Letivo de 2020/2021:

Em 2020 foi executada a última fase do processo de capacitação da Sala do Futuro, de acordo com o Modelo de Educação pela Inovação na Lezíria do Tejo, os Laboratórios Vivos onde as docentes que foram indicadas pela Direção do AEGAP, 2 Educadoras de Infância e 1 Professora do 3ºCEB e Ensino Secundários tiveram a oportunidade de pôr em prática o que aprenderam nas formações com os/as seus/suas alunos/as através da criação de um projeto/programa, ou seja, a experimentação dos conteúdos curriculares em tempo e em contexto real, de forma prática. Nos Laboratórios Vivos participaram 1 turma de JI e 1 turma de Ensino Secundário do AE GAP.

a. Espaços Municipais de Inovação - Salas do Futuro

Para além do apetrechamento da Sala do Futuro foram realizadas várias ações de capacitação dirigidas aos docentes do AE GAP, de acordo com o Modelo de Educação pela Inovação na Lezíria do Tejo, a saber:

Ano Letivo de 2019/2020:

- **Workshops Train the Trainer:** 4 Workshops de ideação e de ativação da Sala do Futuro, baseados na metodologia de Design Thinking, ministrados por uma Equipa de formadores/as da Universidade Lusófona, onde estiveram presentes: 2 Auxiliares de Ação Educativa; 2 Educadoras de Infância; 3 Encarregadas de Educação; 11 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; a Subdiretora do AE GAP; 5 alunos; 1 Psicóloga do SPO do AE GAP; e 2 Técnicas do Município.
- **Seminários com as Temáticas da Mudança, Criatividade, Modelo escolar, Práticas Pedagógicas e Governança:** 5 Seminários, ministrados por uma Equipa de docentes da Universidade Lusófona, onde estiveram presentes: 2 Educadoras de Infância; 1 Encarregada de Educação; 7 Professores do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; 1 Professora de Ensino Especial; 1 Psicóloga do SPO do AE GAP; e 3 Técnicas do Município.
- **Ação 1 – Capacitação tecnológica dos equipamentos e sistemas:** 30 horas de formação/ 6 Workshops, ministrados por um formador da ANPRI, onde estiveram presentes: a Subdiretora do AEGAP; 10 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; 2 Professora de Ensino Especial; e 3 alunos do AE GAP.
- **Ação 2 – Introdução a ambientes educativos inovadores – O Mobile Learning como suporte da aprendizagem:** 50 horas de formação/ 8 Workshops (presenciais e online), ministrados por uma equipa de formadores/professores da Make It Pedagogical, onde estiveram presentes: 14 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; 2 Educadoras de Infância; e 1 aluno do AE GAP.
- **Ação 3 – Modelação e impressão 3D em contexto educativo:** 15 horas de formação/5 Workshops (online), ministrados por um formador da ANPRI, onde estive presente: 1 Professora do 1º, 2º e 3º CEB do AE GAP.
- **Ação 4 – Programação e Robótica: 16 horas de capacitação/ 2 Workshops, ministrados por uma formadora da Jump Up Learning (Portugal Lego Academy),** onde estiveram presentes: 12 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; 3 Auxiliares de Ação Educativa; 2 Psicólogas do SPO do AE GAP; e 1 Técnica do Município.

Neste ano letivo foi ainda criado um grupo de trabalho composto pela subdiretora da direção do AE GAP, pela Chefe da Divisão de Intervenção Social, pela Focal Point, pela Coordenadora dos Assistentes Operacionais do AE GAP, pelo 2 Professores Coordenadores da Sala do Futuro e pela EMIC que criou em conjunto as normas de utilização da sala, o termo de responsabilidade, as tabelas de requisições, a ficha de empréstimo, o formulário de utilização e a ficha de registo de anomalias.

Ainda neste ano letivo foi criada a Equipa do Futuro que era composta por 1 Educadora de Infância, 1 Psicóloga do SPO, 6 Professores de 1º, 2º, 3º CEB e Ensino Secundário, a Subdiretora do AE GAP e a EMIC cujo objetivo foi criar cenários de aprendizagem a serem implementados na Sala do Futuro. Neste ano letivo foi ainda desenvolvida uma ação de sensibilização para os materiais da Sala do Futuro, onde os docentes do AEGAP foram convidados a conhecer e a experimentar alguns dos materiais da Sala do Futuro. Esta sensibilização foi dinamizada pela EMIC com o apoio da Promethean Portugal e da Areal e contou com a presença da Diretora e do Adjunto da Diretora do AE GAP, de 1 Psicóloga do SPO, de 2 Educadoras de Infância, de 2 Professoras de Ensino Especial, de 17 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário e 1 Técnica do Município.

b. Laboratório Móvel de Inovação e Aprendizagens CTEM

No ano letivo de 2018/2019 foi feito com 3 turmas e com voluntários da Comunidade Escolar do AE GAP, um exercício com aplicação da metodologia de Design Thinking com o objetivo de perceber como é que se poderiam potenciar histórias de aprendizagem no Lab Móvel. Neste exercício participaram 45 alunos/as de 1º e 3º CEB e do Ensino Secundário e Professores, Assistentes Operacionais e Psicólogos do AE GAP.

No ano letivo de 2018/2019 o AE GAP recebeu o Lab Móvel, um total de 552 alunos/as, 29 turmas, 30 docentes, do pré-escolar foram convidados a conhecer algumas das potencialidades e dos equipamentos que se encontravam distribuídos por 9 estações, dinamizadas por professores, alunos, auxiliares de ação educativa, EMIC e Técnicos do Município, num verdadeiro trabalho de equipa e de congregação de sinergias.

O Grupo de Trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Formação da PIICIELT na área das competências digitais. • Introdução à programação a partir do 3.º ano.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta formativa do Centro de Formação de Professores A23.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Sinal de internet fraco em algumas áreas do Agrupamento. • Quadro elétrico com potência insuficiente. • Número reduzido de tomadas. • Infraestruturas e equipamentos insuficientes e desadequados às novas exigências.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Equipamentos e infraestruturas obsoletos ■ Idade avançada dos professores/educadores ■ Falta de motivação ■ Escolas não adaptadas às novas exigências (falta de salas)

NECESSIDADE DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO E VOLUNTARIADO PARA JOVENS, NO ÂMBITO DA CULTURA E TURISMO

Necessidade de programas de estágio e voluntariado para jovens, devidamente acompanhados por técnicos da área, no âmbito da cultura e turismo.

Os Estágios de Verão proporcionam aos/às jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, uma oportunidade de terem uma experiência e um contacto com o mundo profissional, para que estimulem o desenvolvimento de valores para a sua formação, sendo que a maioria foi realizada nas áreas da cultura e turismo.

Quadro 131 – Estágios Verão - HABILITA-TE 2019-2024

		2019	2020	2021	2024
Nº de Inscrições		20	19	11	25
Sexo	Feminino	15	13	7	16
	Masculino	5	6	4	9

Fonte: Serviço de Educação, Câmara Municipal da Golegã, 2024

O Grupo de Trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causa:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Oportunidades já existentes ao nível de estágios curriculares e profissionais na área da cultura e turismo.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Programa de estágios do IPDJ.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Pouco conhecimento por parte das IPSS e associações da possibilidade de poderem integrar estagiários.• Falta de um programa de voluntariado dirigido a jovens na área da cultura.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Falta de profissionais na área da cultura■ Desconhecimento dos programas existentes■ Faltam programas de voluntariado■ Dificuldades em assumir compromissos

DIFICULDADE DE ARTICULAÇÃO E COLABORAÇÃO ENTRE AS VÁRIAS ENTIDADES COM PROGRAMAÇÃO CULTURAL

A noção de rede ganhou nas últimas décadas uma enorme popularidade num sentido um pouco mais preciso, que aponta para as virtudes dos modelos de organização das atividades económicas e sociais baseados em plataformas e estruturas mais ou menos formalizadas de cooperação interinstitucional. Também no universo das artes e da cultura essa popularidade se vem afirmando crescentemente, suscitando práticas e discursos que apontam para as vantagens da organização da atividade cultural em redes de cooperação estruturadas e formalizadas.

Contam-se entre essas vantagens os efeitos da partilha de conhecimentos e recursos e das economias de escala que, tanto do ponto de vista económico, como informativo e organizacional, o trabalho em rede pode proporcionar em Portugal, e na linha de tendências observáveis à escala internacional, as políticas públicas para a cultura vêm também assumindo a ideia de rede como um dos vetores essenciais para o desenvolvimento do setor cultural e artístico.

A importância atribuída à organização da atividade cultural em rede tem traduções conhecidas, quer nas políticas para as redes nacionais de equipamentos e infraestruturas, quer nas medidas de incentivo à circulação e itinerância de produções artísticas, quer ainda na promoção de linhas de atuação que incentivem a organização do trabalho cultural em cooperação entre instituições e agentes públicos e privados.

Do lado dos agentes culturais, vimos também assistindo à multiplicação de iniciativas de agregação em redes de cooperação de geometrias e graus de formalização variáveis, tendo em vista objetivos diversos. Não obstante a popularidade da ideia se basear no reconhecimento das múltiplas virtudes que o trabalho de cooperação em rede interinstitucional pode trazer, é importante não perder de vista que no setor cultural e artístico, como de resto noutros setores de atividade, essa cooperação traz consigo desafios complexos.

Do lado das políticas públicas importa na verdade questionar que objetivos culturais e artísticos devem perseguir as medidas de apoio ao desenvolvimento de redes de cooperação e que

medidas podem contribuir para fazer da rede um fator de dinamização e desenvolvimento cultural, em benefício simultâneo dos agentes que atuam no setor e das populações em geral.

Do lado dos agentes culturais e artísticos, por seu turno, importa também questionar que desafios e dilemas a organização do trabalho em rede coloca. Desde logo, esse modo de organização suscita dilemas de compatibilização entre os interesses e os programas de ação específicos de cada parceiro e os interesses e programas de ação que são investidos na própria rede.

Como afirmámos, a ideia de rede adquiriu enorme popularidade no discurso político e programático sobre a cultura e tornou-se uma categoria central dos modos de pensar o planeamento e o desenvolvimento do setor cultural e artístico. Essa popularidade veio tendo tradução prática num conjunto disperso de iniciativas de consistência desigual, desde as medidas mais estruturadas que visaram a constituição de redes nacionais de equipamentos e infraestruturas, até às políticas mais dispersas de fomento à circulação e itinerância de espetáculos, passando por medidas mais desenquadradas de incentivo ao trabalho de programação em rede.

A utilização das redes deveria ser mote para reforço das instituições já no terreno ou para agilizar plataformas que alimentem dinâmicas culturais e artísticas inovadoras. Ou entre o reforço da capacidade criativa e a promoção do acesso das populações à cultura. Ou ainda entre a aposta centrada no desenvolvimento da atividade artística ou a utilização da cultura como fator de competitividade económica dos territórios.

No entanto, e apesar da dimensão do Concelho e não obstante o número já significativo de Associações de vária índole e com uma panóplia de atividades em várias áreas, a dificuldade de articulação e colaboração entre as várias entidades com programação cultural, evitando a sobreposição de datas em atividades para o mesmo tipo de público, é uma problemática.

Na realidade, embora dinâmicas e com um conjunto de ações diversificado de iniciativas e projetos, verifica-se a não congregação de esforços para um Plano de Atividades Concelhio, o que contribui para a realização em paralelo de várias atividades pelas três freguesias.

Verifica-se igualmente que não há conhecimento do trabalho desenvolvido por cada uma das entidades/associações.

Foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Novo regulamento de apoio às instituições sem fins lucrativos.• Agenda Cultural do Concelho da Golegã.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Novo levantamento de todos os eventos realizados pela Câmara Municipal e pelas diferentes instituições.• Aquisição de software para articulação da oferta cultural das diferentes instituições.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Pedidos de apoio de instituições mal instruídos e com prazos curtos.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Desconhecimento dos programas existentes■ Falta de uma estrutura que assuma a liderança da articulação interinstitucional■ Falta de sala de espetáculos■ Cultura não é prioridade■ Oferta cultural não adequada aos interesses do público■ Dificuldade de captação de públicos

FALTA DE PROGRAMAÇÃO NAS ÁREAS DO TEATRO, MÚSICA, DANÇA E CINEMA

«O Ribatejo deve ser visto das Portas do Sol de Santarém, num dia de cheia, ou das bancadas de uma praça de toiros, numa tarde de Verão. Num dia de cheia, porque o Tejo hipertrofiado marca-lhe exactamente a extensão e os contornos que a geografia nunca encontrou; numa tarde de toiros, porque é no redondel que se precisa a sua íntima significação. Chamar Ribatejo às excrescências da Beira, da Estremadura e do Alentejo, pode fazê-lo o Estado para efeitos práticos de «administração». Mas o espectador atento que do miradouro escalabitano contemple uma inundação, ou assista a uma pega na arena, esse fica a saber não só que apenas a lezíria merece o apetecido e colorido nome, como descobre ainda a alma da própria região. (...)»

TORGA, Miguel, Faixa Escarlata e Festiva a Cinta de Portugal, Antologia da Terra Portuguesa, 1907.

Depois dos Projetos Rede de Bibliotecas e Rede de Museus, a Comunidade Intermunicipal de Municípios da Lezíria do Tejo (CIMLT) assumiu em 2020 o desafio de uma programação cultural partilhada entre os municípios que a constituem, suportada por uma candidatura de 600 mil euros e com um prazo de execução de 18 meses, denominado “Plano de Ação Programação em Rede / Lezíria do Tejo”, envolve os onze municípios, unindo, assim toda a Comunidade da Lezíria.

Tem como objetivo geral Promover a Dinamização do Património Cultural, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade do território, através da sua qualificação e valorização turística. Aumentando o número de visitantes, bem como, aumentar da participação da população em ações de animação cultural e artística.

Como metodologia, privilegiou-se o desenho de programação participado / construção conjunta (CIMLT – Municípios); o potenciar da capacidade artística e criativa do território e a aposta forte no Património Imaterial.

Como objetivos específicos:

- › Promover a participação da população;
- › Manter emprego e riqueza, valorizando o património cultural e natural;
- › Maximizar potencialidades de Monumentos e Centros Urbanos enquanto espaços de vivência;

- › Fortalecer a atratividade turística, através da valorização das vivências culturais identitárias. e. Melhorar a inclusão, promovendo o acesso à cultura de pessoas com diferentes incapacidades;

No que concerne à **atividade turística**, pode desempenhar um relevante papel, no apoio ao desenvolvimento sustentável do território da Lezíria. Assumindo-a como o conjunto das atividades económicas relacionadas com a atração, o alojamento, as deslocações e a satisfação das necessidades dos turistas que visitam determinado território, atualmente cada vez mais se evidencia a importância de oferecer experiências e, neste campo, o território da Lezíria tem sido alvo de relevante trabalho de estruturação da oferta e de promoção, pela ERTA – R Entidade Regional de Turismo do Alentejo – Ribatejo.

1. A Lezíria do tejo, é um território onde se podem encontrar um conjunto vasto de vestígios e elementos de elevado interesse e importância sob o ponto de vista cultural, patrimonial (material, imaterial e natural) e turístico;
2. A oferta cultural, patrimonial e turística disponível é disponibilizada por diferentes parceiros;
3. A produção artística dos agentes do território tem relevo cultural é a primeira a ser chamada a atuar no contexto deste plano;
4. Os destinatários que com este PA PeR/Lezíria se visam alcançar são os visitantes, sendo que por visitante se entende o que visita, o que naturalmente inclui os habitantes e os forasteiros;
5. Da aplicação do Plano de Intervenção, se esperam reflexos relevantes no dia-a-dia dos habitantes do território, quer pela facilitação no acesso ao usufruto do património cultural, quer ainda pelo possível aumento do seu reconhecimento público e da importância do seu património;
6. A participação ativa dos parceiros na construção/implementação do Plano, é considerada um fator crítico preponderante de sucesso. O PA PeR / Lezíria do Tejo, surge assim também, como uma forma de integração de políticas de desenvolvimento ao nível local, mas num quadro em que estas preocupações já integram há muito as dinâmicas de funcionamento da CIMLT. (A este respeito e a título de exemplo, refira-se que o sistema de comunicação da Comunidade, cujo site está provido da ferramenta “Sistema de narração do Windows”, que permite garantir acessibilidade a cidadãos invisuais.)

Jardins e Museus, utilizando os seus espaços abertos e melhorar a inclusão, promovendo o acesso à cultura por pessoas com incapacidades físicas, sensoriais, cognitivas e de comunicação; mas também: A igualdade de oportunidades e de género, através da remoção de barreiras de programação nos espaços, equipamentos e eventos culturais; O fomento do acesso de novos públicos à cultura e o aumento dos sentimentos de pertença do indivíduo na comunidade.

Quadro 132 – PeR 2021

PeR 2021	
P. 1 Vale - Residência Artística de cinema (10 participantes) (5 dias)	
Apresentação 29.12.2021	Equuspolis
P. 2 Workshop de Arte Urbana (10-12 pessoas - 5 dias)	
Inauguração 30.07.2021	Ecovia do Almonda Azinhaga
P4 Dançar Com... Vindimas (10 participantes - Residência de 5 dias mais 1 - espetáculo)	
Apresentação 10.10.2021	Museu Rural, Golegã
P. 5 Tejo, Por um Rio (Crianças)	
Apresentação 28. 07.2021	Biblioteca Golegã
Apresentação 29.07.2021	Centro Escolar de Azinhaga
P. 6 a lezíria a Gostar dela própria	
Apresentação 21.08.2021	Equuspolis, Golegã
P. 7 Mosaico	
Apresentações 18 e 19.09.2021	08.12.2021 Quatro Sabores Largo da Imaculada Conceição Igreja Matriz

| 260

Fonte: Serviço Cultura e Turismo, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Quadro 133 – PeR 2022

Per 2022	
a) Música Rita RedShoes	
Apresentação 30.09.2022	Palco Miradouro, Azinhaga
b) Sómente, Teatro Só	
Apresentação 24.09.2022	Largo da Imaculada Conceição, Golegã
c) Trans(h)umância, Kopinxas	
Apresentação 18.09.2022	Jardim, Pombalinho
d) Onirotóptero, Trupe Fandanga	
Apresentação 21.09.2022	Biblioteca Golegã
e) Arruar – Residência Artística 2 dias (10 a 20 participantes)	
Apresentação 18.09.2022	Jardim, Pombalinho
f) Música Rua das Pretas	
Apresentação 20.08.2022	Largo da Imaculada Conceição, Golegã
g) Fotografia e Comunidade – Residência Artística (10 a 20 participantes)	
Apresentação – ainda não aconteceu	

Fonte: Serviço Cultura e Turismo, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Ainda, assim, foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Projeto “Programação em Rede”;• Novos eventos já agendados nas áreas da música, teatro, artes circenses, dança.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Reabilitação do cineteatro Gil Vicente.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Pouca adesão da população do Concelho a atividades pagas.• Falta de infraestruturas adequadas para realização de espetáculos.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Falta de uma estrutura que assuma a liderança da articulação interinstitucional■ Falta de sala de espetáculos■ Cultura não é prioridade■ Oferta cultural não adequada aos interesses do público■ Dificuldade de captação de públicos

CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS E/OU ESPECIALIZADOS EM ÁREAS DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA, GESTÃO CULTURAL OU MUSEOLÓGICA

Verifica-se que no Concelho e nomeadamente na Câmara Municipal da Golegã a não existência de Quadros Técnicos nas áreas em questão.

Foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• PIPA.• Fundação José Saramago.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Novo mapa de pessoal da Câmara Municipal.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Saída de vários profissionais da área da cultura da Câmara Municipal.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Falta de uma estrutura que assuma a liderança da articulação interinstitucional■ Falta de sala de espetáculos■ Cultura não é prioridade■ Dificuldade de captação de públicos

SAÚDE

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- › Santa Casa da Misericórdia da Golegã
- › Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga
- › Câmara Municipal da Golegã
- › Associação de Saúde Mental do Médio Tejo
- › UCC Chamusca

SAÚDE

- › Ausência de respostas na área da saúde mental
- › Ausência de vigilância/acompanhamento das pessoas com demência
- › Investimento reduzido na reabilitação ocupacional da pessoa com doença mental
- › Apoio específico para cuidadores informais e formais (formação) na área da saúde mental
- › Baixa literacia em saúde mental
- › Identificação tardia das dependências dos idosos
- › Dependências – Drogas, Álcool
- › Défice de médicos de família
- › Falta de recursos humanos na área da saúde (terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional, ...)

AUSÊNCIA DE RESPOSTAS NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL

Considerada a maior problemática de saúde concelhia, a Saúde Mental, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2014) não é a simples ausência de doença, mas sim um estado de bem-estar em que cada indivíduo realiza seu próprio potencial, consegue lidar com os desafios normais da vida, consegue trabalhar de forma produtiva e frutífera e é capaz de contribuir para a sua comunidade.

Bem-estar pode ser definido como um estado físico, social e mental positivo. Bem-estar psicológico inclui fatores como a capacidade de desenvolver o seu potencial, trabalhar com produtividade e criatividade, construir relações fortes e positivas com outros e contribuir para a sua comunidade. Inclui também sentimentos de satisfação, otimismo, autoestima e de viver com significado.

COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) apelou a todos os países para que reforcem o investimento na saúde mental, afirmando que o "sofrimento é enorme" e foi agravado pela pandemia da covid-19.

Mesmo antes da covid-19, perto de mil milhões de pessoas viviam com uma perturbação mental, sublinhou a agência das Nações Unidas no seu estudo mais completo sobre a saúde mental mundial realizado em duas décadas. Durante o primeiro ano de pandemia, as taxas de depressão e de ansiedade aumentaram em um quarto, cerca de 25%, de acordo com o documento. No entanto, o investimento não aumentou.

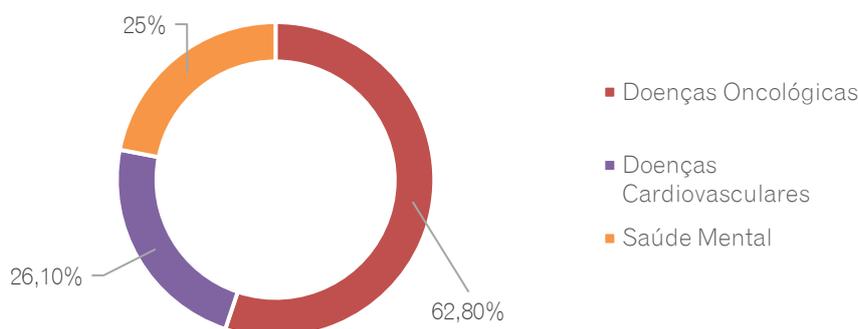
Segundo o relatório da OMS, apenas 2% dos orçamentos nacionais da saúde e menos de 1% da ajuda total internacional à saúde são consagrados à saúde mental. Segundo o relatório, cerca de uma pessoa em oito no mundo vive com uma perturbação mental. Uma situação que se agrava nas zonas de conflito, onde se calcula que uma pessoa em cada cinco sofre de um problema de saúde mental. Os/as jovens, as mulheres e as pessoas que já sofrem de problemas de saúde mental foram os mais duramente atingidos pela covid e as restrições que lhes foram associadas.

O "Relatório mundial sobre a saúde mental" também destaca as grandes diferenças entre países relacionadas com o acesso aos cuidados de saúde mental: enquanto mais de 70% das pessoas que sofrem de psicoses recebem um tratamento nos países de rendimento elevado, esta percentagem cai para 12% nos países com fraco rendimento. O relatório apela ao fim da

estigmatização relacionada com a saúde mental, sublinhando que 20 países ainda criminalizam a tentativa de suicídio.

De acordo com os dados do Índice de Saúde Sustentável³⁶, verifica-se em 2021, alguma recuperação do índice em relação a 2020 (cresce dos 83,9 para os 92,5 pontos, numa base de 100). De realçar o facto de os/as portugueses/as colocarem as doenças relacionadas com a saúde mental no top3 das doenças mais importantes no futuro (25%), logo atrás das doenças oncológicas (62,8%) e das cardiovasculares (26,1%).

Gráfico 82 – Top3 das doenças mais importantes no futuro



Fonte: Índice de Saúde Sustentável, 2020-2021

Os dados divulgados apontam para um ligeiro aumento da qualidade dos serviços de saúde percebida pelos/as cidadãos/ãs (+0.7 pontos face ao ano anterior) e um considerável aumento na qualidade técnica, que passou dos 55,7 para os 63,4 pontos, valor superior aos registados no período pré-pandemia, em 2019 (58,8 pontos).

A avaliação dos/as portugueses/as do seu estado de saúde também melhorou: 77% considera o seu estado de saúde "bom" ou "muito bom", uma percentagem superior à registada no ano anterior (59,8%). Numa escala de 1 a 100, os/as portugueses/as classificam o seu estado de saúde com 75,7 pontos. Sem o efeito do SNS, o índice do estado de saúde ficaria pelos 63,2 pontos.

Contudo, mais de metade (53%) considera que o seu estado de saúde afeta negativamente a sua qualidade de vida, 47% considera que o seu estado de saúde provoca ansiedade ou depressão/dor ou mal-estar, 45% diz que dificulta a realização de tarefas diárias (pessoais ou profissionais) e 43% que dificulta a mobilidade.

³⁶ Estudo desenvolvido pela NOVA Information Management School (NOVA IMS), maio 2022

No decorrer do estado pandémico, a Linha de Aconselhamento Psicológico do SNS 24 atendeu mais de 173.000 chamadas em dois anos e meio, sendo que mais de 10.800 eram de profissionais de saúde.

Os dados obtidos a partir do "Índice de Saúde Mental Headway 2023" refletem também o impacto dos distúrbios **de saúde mental nas crianças**, revelando *"uma possível associação entre doenças psicológicas e o abandono escolar"*. Um em cada três adolescentes que desiste da escola também experiência uma perturbação mental, de acordo com os autores do trabalho.

O inquérito indica que 20% da população em idade ativa *"experiência transtornos mentais de forma leve a moderada em algum momento da sua vida"*.

| 267

Em documento divulgado com o estudo, frisa-se que o contexto da saúde mental na Europa *"já era preocupante" muito antes da pandemia, com mais de 84 milhões de pessoas com problemas de saúde mental e 165.000 mortes anuais devido a doença mental ou suicídio.* O suicídio é a sexta causa de morte na população, em geral, e a quarta causa de morte na população jovem. Em alguns países, o impacto dos transtornos mentais em jovens é maior do que o de todos os outros problemas de saúde juntos", lê-se no documento divulgado por um grupo privado. Mulheres grávidas, no período pós-parto ou vítimas de traumas, como aborto espontâneo ou abuso de parceiros, foram consideradas as mais suscetíveis aos impactos psicológicos da pandemia.

O peso das tarefas domésticas e dos cuidados com os/as filhos/as também teve um impacto significativo no bem-estar mental das mulheres, com 44% das mulheres com filhos menores de 12 anos a relatar dificuldades nas responsabilidades domésticas, em comparação com apenas 20% dos homens.

À medida que a pandemia avançou, a exposição prolongada dos/as profissionais de saúde a situações extremamente stressantes e potencialmente traumáticas tornou-os particularmente vulneráveis ao stresse mental e à ansiedade, com impacto a longo prazo na saúde.

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2021, 26,6% da população com 16 ou mais anos reportou ter sentido um efeito negativo da pandemia sobre a saúde mental. Esta situação foi referida por mais mulheres (30,2%) do que homens (22,4%) e em proporções bastante semelhantes na população com menos de 65 anos (25,8%) e na população idosa (25,9%).

Por nível de escolaridade, embora sem diferenças muito significativas, a população com ensino superior completo registava uma proporção de 27,8% mais 1,2 p.p. que a média nacional. Por condição perante o trabalho, era na população em situação de desemprego que este indicador atingia o valor mais elevado (33,7%), 7,1 p. p. acima da média.

Quadro 134 – Proporção da população com 16 ou mais anos com saúde mental afetada negativamente devido à crise pandémica COVID-19, Portugal 2021 (%)

2021	
Sexo e Grupo Etário	
Total	26,6
16-64 anos	26,8
65+ anos	25,9
<i>Homens</i>	
16-64 anos	22,8
65+ anos	21,3
<i>Mulheres</i>	
16-64 anos	30,5
65+ anos	29,3
Nível de Escolaridade	
Nenhum	25,4
Ensino Básico	26,2
Ensino secundário	26,3
Ensino Superior	27,8
Condições perante o trabalho	
Empregados	25,5
Desempregados	33,7
Reformados	26,1
Outros inativos	27,7

| 268

Fonte: INE, Inquérito às condições de Vida e Rendimento 2021

Doença Mental na população migrante:

*"Esta é, realmente, uma crise que se sobrepõe a outra. Claro que o que as pessoas estão a atravessar neste momento na **Ucrânia** é algo completamente diferente. Algumas testemunharam atrocidades. Viram morrer familiares e entres queridos. A própria jornada de abandonar o lar, de deixar para trás os elementos masculinos do agregado familiar, sem saber se e quando é que se voltarão a reunir não é fácil, encontrando-se em campos de refugiados. Tudo isto tem um enorme impacto na saúde mental das pessoas",*

Natasha Azzopardi-Muscat, da Organização Mundial de Saúde (entrevista à Euronews).

A OMS (Organização Mundial da Saúde) estimava em abril de 2022, que 500 mil refugiados/as ucranianos apresentavam problemas de saúde mental e precisariam de apoio psicológico pelos eventos traumáticos da guerra.... alertando para os efeitos que se somam a outra crise: a da pandemia de Covid-19. Neste momento, Portugal acolhe mais de 10 mil ucranianos, sete meses após o início da invasão russa à Ucrânia.

Sendo a migração um processo que ocorre desde os primórdios da humanidade, e que se define por uma mudança na localização do local de residência de um indivíduo/migrante³⁷ por qualquer período.

Quando uma pessoa se vê forçada a abandonar o seu país de origem, não podendo regressar devido ao risco de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou opinião política, esse alguém pode ser considerado/a **refugiado/a**. De acordo com as Nações Unidas, em 2017 existiam 25,4 milhões de pessoas refugiadas, sendo uma das principais causas a fuga a guerras ou violência. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2019 houve uma subida de 45% nos pedidos de proteção internacional em Portugal face ao ano anterior.

A acumulação destes elementos ao longo do tempo traduz uma fonte contínua e cumulativa de stress, um **dano migratório**, que pode ser suficientemente forte para causar um desequilíbrio mental. De facto, os/as migrantes têm maior probabilidade do que a população em geral de ter uma doença mental – e este risco mantém-se elevado nos seus descendentes. Os/as refugiados/as são provavelmente o grupo de migrantes mais vulnerável, pela maior carga de stress vivenciada.

Nos/as **migrantes** há um risco aumentado de **psicose** comparativamente com a população não migrante. Ao longo das últimas décadas, foram levantadas várias hipóteses para explicar este fenómeno e surgiram alguns mitos. Atualmente, considera-se que o mais provável seja existir uma conjugação de vários fatores onde a predisposição genética de cada um vai ser potenciada e modelada pelas circunstâncias das fases pré migratória, migratória e pós migratória. Quanto mais sujeita a pessoa tiver sido a eventos adversos de vida e quanto mais desenraizada e isolada estiver, maior o risco. Assim, não surpreende que nos refugiados este risco seja ainda maior, dado tratar-se de uma deslocação forçada, não planeada, onde o tempo de espera por asilo pode ser significativo. E, como já referido, as consequências da migração e a predisposição genética vão continuar a ter influência na geração seguinte.

Nos/as migrantes, e neste caso de forma ainda mais expressiva nos/as refugiados/as, existe ainda um risco aumentado de **ansiedade, depressão e stress-pós-traumático**. Na depressão, as adversidades pós migratórias são particularmente importantes. Já no caso do stress pós-traumático, são, de um modo geral, mais relevantes os fatores pré migratórios e migratórios, sendo esta patologia mais provável de ser encontrada em pessoas que se viram obrigadas a fugir de conflitos bélicos.

A prevalência destas doenças é maior nas fases mais tardias do processo de migração, e é amplamente dependente das várias adversidades encontradas na fase de pós-migração e na integração na nova cultura. Muitos destes fatores de vulnerabilidade são potencialmente

³⁷ Segundo a UNESCO, um **migrante** é qualquer pessoa que vive temporária ou permanentemente num país onde não tenha nascido, e que adquiriu laços sociais significativos com este país. Várias razões podem influenciar e motivar a migração, tais como a procura de melhores condições económicas ou educacionais, ou fatores políticos que levem as pessoas a serem excluídas ou mesmo perseguidas na sua cultura original.

modificáveis, através de medidas políticas e sociais que visam a integração, diminuição do isolamento social e melhoria das condições socioeconómicas. De facto, a prevalência tende a reduzir com o tempo – caso as circunstâncias de vida dos migrantes, de facto, melhorem.

Apesar da maior prevalência, sabe-se que o acesso aos cuidados de saúde fica muito aquém das necessidades, quer por dificuldades destas populações em chegar até aos profissionais, quer por dificuldades nos/as profissionais em abordar estas populações.

Estas populações geralmente acedem aos cuidados de saúde em fases mais avançadas de doença. Acredita-se que tal acontece por vários motivos: barreiras culturais e sociais, dificuldade em identificar os problemas de saúde devido a crenças de saúde, religiosas ou políticas; crenças de que os serviços não estão disponíveis ou barreiras comunicacionais.

É, portanto, essencial que seja promovida a **acessibilidade a cuidados de saúde** culturalmente competentes e em tempo útil.

As questões relacionadas com a saúde e a doença mental são complexas porque afetam as pessoas como um todo, na sua individualidade e na sua relação com os outros e o meio envolvente.

Consoante, o Relatório de Saúde Mental da Lezíria do Tejo e Médio Tejo – Avaliação de setembro de 2015, as estruturas de cuidados continuados integrados de saúde mental na Lezíria do Tejo, apenas existe uma unidade sócio-ocupacional para adultos, localizada em Santarém. Na Golegã, não há qualquer unidade disponível. A unidade referida, chamada “Fórum Sócio Ocupacional”, é gerida pela Associação A FARPA e situa-se no Concelho de Santarém. Esta unidade tem 10 vagas, todas ocupadas, e mantém 10 acordos atípicos com a Segurança Social. Atualmente, a lista de espera conta com 16 inscrições.

No Médio Tejo, não há qualquer estrutura de cuidados continuados integrados de saúde mental, exceto uma unidade sócio-ocupacional que está equipada, mas não licenciada e sem acordo de cooperação com o Estado, localizada no Concelho de Torres Novas.

Os diferentes Concelhos da Lezíria do Tejo identificaram várias necessidades em relação às estruturas de cuidados continuados integrados de saúde mental. Essas necessidades concentram-se, principalmente, nos adultos, destacando-se a demanda por unidades sócio-ocupacionais, seguidas por equipas de apoio domiciliário e residências de apoio moderado. Para crianças e jovens, as necessidades mais frequentemente sinalizadas foram, novamente, as unidades sócio-ocupacionais.

No que diz respeito à Golegã, é necessária pelo menos a implementação de uma equipa de apoio domiciliário para adultos.

O grupo de trabalho considera, no entanto, que as respostas sociais existentes no Concelho ao nível, pelo menos dos idosos, através do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Academia Sénior são um excelente contributo para a promoção da saúde mental, prevenindo quadros de perturbação mental e atuando ao nível da reabilitação através do

desenvolvimento de atividades de vida diária, do estabelecimento de relações interpessoais saudáveis, da participação em atividades de animação sociocultural, entre outros.

No concelho da Golegã, observa-se uma lacuna significativa no que diz respeito às respostas de apoio em saúde mental e deficiência. Apesar dessa carência local, a colaboração com o Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE) tem fornecido algum apoio. Atualmente, dois utentes do CERE, um homem e uma mulher, ambos residentes na Golegã, estão integrados nos programas de intervenção da instituição. A instituição desempenha um papel importante, não apenas na resposta às necessidades de saúde mental, mas também na área da deficiência. Assim, esta cooperação entre concelhos revela-se crucial para resolver este problema, proporcionando aos cidadãos da Golegã algum suporte numa área que, localmente, carece de respostas mais abrangentes e estruturadas.

A Santa Casa da Misericórdia da Golegã desenvolve ainda há vários anos mini-cursos de Verão “Avós e Netos”, durante uma semana em vários anos (doçaria, primeiros socorros, artes plásticas, línguas, ...).

Foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Equipa do Serviço de Psiquiatria Hospital de Tomar (administração de medicação terapêutica/ acompanhamento clínico apenas para utentes referenciados e já acompanhados no Hospital);
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga (Serviço de Psicologia);• Unidade Saúde Familiar;• ECCI (Equipa de Cuidados Integrados);• Movimento Fé e Luz;• Ação Social do Município;
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade na Consciencialização da doença;• Rede de Transportes (Hospital de Dia Tomar);• Dificuldades financeiras;• Ausência de Apoio familiar;
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Ausência de quadros técnicos qualificados■ Ausência de políticas de apoio■ Dificuldade no acesso às respostas existentes

- Dificuldades na definição da área territorial dos serviços de saúde
- Ausência de parcerias e de instituições
- Ausência de respostas de equipamento local
- Ausência de equipas multidisciplinar
- Ausência de recursos financeiros

AUSÊNCIA DE VIGILÂNCIA/ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS COM DEMÊNCIA

“A demência é o termo utilizado para descrever os sintomas de um grupo alargado de doenças que causam um declínio progressivo no funcionamento da pessoa. É um termo abrangente que descreve a perda de memória, capacidade intelectual, raciocínio, competências sociais e alterações das reações emocionais normais. Apesar da maioria das pessoas com Demência ser idosa, é importante salientar que nem todas as pessoas idosas desenvolvem demência e que esta faz parte do processo de envelhecimento natural. A demência pode surgir em qualquer pessoa, mas é mais frequente a partir dos 65 anos. Em algumas situações pode ocorrer em pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos.” (Alzheimer, 2016)

Um novo estudo estima que 153 milhões de pessoas no mundo terão demência em 2050, quase o triplo do estimado para 2019 (57 milhões)³⁸, devido ao crescimento e envelhecimento da população. O estudo, divulgado na publicação científica *The Lancet Public Health*, poucos meses depois de um outro do género, da Organização Mundial da Saúde (OMS), estima para Portugal 351.504 pessoas com demência em 2050, menos do dobro do número previsto para 2019 (200.994).

O trabalho apresenta estimativas do número de adultos com 40 ou mais anos a viverem com demência em 204 países ou territórios, comparando projeções de 2019 e 2050, e considera quatro fatores de risco: tabagismo, obesidade, hiperglicemia (excesso de açúcar no sangue) e escolaridade baixa.

Face aos dados, os autores pedem esforços redobrados para reduzir o risco de demência, nomeadamente ao nível da educação, dieta alimentar, atividade física, assistência na saúde e apoio social, assim como investimento na investigação de tratamentos eficazes. O aumento de casos de demência é esperado em todos os países ou territórios abrangidos pelo estudo, mas o

³⁸ Um relatório da OMS divulgado em setembro 2020 estimava que 57 milhões de pessoas em todo o mundo com mais de 65 anos tinham demência, projetando 139 milhões para 2050.

crescimento estimado será maior em países do norte de África, Médio Oriente e leste da África Subsariana.

Segundo os autores do estudo, a melhoria no acesso à educação pode levar a menos seis milhões de casos de demência no mundo até 2050, comparativamente ao número estimado. Contudo, ressaltam que o tabagismo, a hiperglicemia e a obesidade podem conduzir a sete milhões de casos de demência adicionais, face às projeções feitas para 2050.

De acordo com a OMS, 1,6 milhões de pessoas morreram no mundo em 2019 devido a demência, que se tornou então a sétima causa de morte.

A Associação Alzheimer Portugal tem vindo a defender que uma estratégia de saúde para a área da demência, quando devidamente implementada, pode fazer a diferença, motivando os/as profissionais de saúde dos cuidados primários, quer sejam médicos/as ou enfermeiros/as, a estarem atentos aos primeiros sinais e encaminharem o/a doente para um/uma neurologista ou psiquiatra para um diagnóstico. E para isto é preciso que seja definido um percurso de cuidados para a pessoa ser orientada, do início até ao fim.

Sendo primordial implementar o que já existe do ponto de vista legislativo, como os Planos Regionais de Saúde para a Demência (Despacho n.º 12761/2021) elaborados por cada Administração Regional de Saúde. A implementação destes planos já será algo muito significativo no caminho que se quer percorrer, porque não se pode olhar para as demências apenas pela perspetiva da saúde, mas também social. Estes planos falam na articulação de cuidados abrangentes. E para isso é necessário consciencializar os/as profissionais de saúde e a própria comunidade.

A prestação de cuidados com qualidade a estas pessoas é bastante exigente. Não é algo que se consiga com um medicamento ou dois - aliás, os medicamentos que existem no mercado conseguem minimizar os efeitos da doença e, eventualmente, retardar a sua evolução, mas não resolvem o problema. necessária uma abordagem integrada e multidisciplinar. São precisos terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais e auxiliares com formação específica, a saber o que é uma pessoa com demência, quais as suas características e comportamento.

As pessoas com demência ou com risco de desenvolverem demência ainda não estão suficientemente sensibilizadas e motivadas para reivindicar os seus próprios direitos e a sua própria qualidade de vida - o que as torna ainda mais dependentes do que os outros fazem por elas. E se nada for feito, as lacunas nos cuidados a estes doentes vão ser ainda maiores, teremos cada vez mais pessoas completamente privadas de cuidados e sem qualidade de vida. Neste momento, já temos um problema grave que é o do isolamento, principalmente nas grandes cidades, onde há muitas pessoas a viver sozinhas que nem sequer conseguem sair de casa por uma questão básica, o prédio não tem elevador.

É muito importante a aposta no apoio domiciliário. Todas as recomendações internacionais vão nesse sentido e as autarquias podem e devem ter um papel muito ativo neste combate.

Atualmente as instituições não estão preparadas para acolher idosos com demência, quer a nível de infraestruturas, quer ao nível de recursos humanos qualificados. A situação atual das instituições ao receber todo o tipo de idosos independentemente das suas necessidades físicas, psicológicas e emocionais está a comprometer o seu funcionamento e a afetar a resposta adequada às necessidades dos idosos com demência. (Alzheimer, 2016).

Foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Não existem.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Associação Portuguesa de Doentes Alzheimer;• Criação de uma resposta residencial através de programas com apoio financeiro;
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Ausência de parcerias e de instituições.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Ausência de quadros técnicos qualificados■ Ausência de políticas de apoio■ Dificuldade no acesso às respostas existentes■ Ausência de parcerias e de instituições■ Ausência de respostas de equipamento local■ Ausência de equipas multidisciplinar■ Ausência de recursos financeiros

FALTA DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DA SAÚDE (terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional,...)

Um dos grandes desafios que se identificam na Saúde, tem a ver com os recursos humanos. A pandemia mostrou-nos os limites e até que ponto foram testados no país, como Portugal.

Em Portugal, o serviço de urgência é excelente, mas muito intenso em capacidade de trabalho e muito exigente em recursos. O país é ‘campeão’ internacional na utilização das urgências por necessidade e por falta de resposta dos cuidados de saúde primários, pelo que é essencial reforçar, o número de médicos de família, sendo a região de Lisboa a mais carenciada.

Os problemas nas urgências, apesar de crónicos, tornaram-se mais visíveis com a pandemia e pelo cada vez maior impacto das desigualdades sociais.

Contudo, verificou-se que a pandemia ajudou a mudar as mentalidades quanto à utilização das tecnologias na saúde, devendo o investimento nesta área ser crucial para alavancar os cuidados, mas é preciso garantir o acesso de todos, através de diferentes formas, adequadas às necessidades de cada um. As tecnologias são muito importantes nos cuidados primários como, por exemplo, uma telemonitorização mais abrangente de doentes crónicos que, assim, permite libertar recursos nos cuidados hospitalares.

Os parceiros sociais identificaram como necessidade emergente a alocação de pessoal técnico à Unidade de Cuidados na Comunidade, nomeadamente técnicos de terapia ocupacional, terapia da fala, psicologia, medicina e Enfermagem de Cuidados Paliativos e Reabilitação. Com a reestruturação dos serviços de saúde, a UCC Chamusca/Golegã deixou de ter algumas áreas profissionais, contando apenas com enfermeiros/as, assistente social na equipa.

Atualmente, a situação das equipas de profissionais de saúde da UCC revela que existem dois enfermeiros a tempo inteiro nas áreas gerais e dois também na saúde comunitária. Na área de reabilitação e na saúde materna e obstétrica, há um enfermeiro a tempo inteiro, respetivamente. Contudo, existe a necessidade de alocar mais um enfermeiro/a na área da reabilitação. Para os cuidados paliativos, não há enfermeiros/as disponíveis, mas é necessário um profissional a tempo inteiro. Além disso, há uma assistente social a tempo inteiro, o que satisfaz a necessidade dessa função. No entanto, na área da psicologia, não existem profissionais disponíveis, sendo necessário pelo menos um/a em regime de tempo parcial. O mesmo se aplica ao/a terapeuta da fala e ao/a terapeuta ocupacional, ambos sem profissionais, mas com a necessidade de um/a. Por fim, não há médicos/as disponíveis, mas é urgente contratar um/a em regime semelhante.

Em suma, existem algumas áreas com profissionais suficientes, enquanto outras carecem de recursos, principalmente em regime de horas.

Quadro 135 – Equipe UCC (Golegã/Chamusca), 2024

Áreas	Existente		Necessário	
	Nº	Modalidade Dias/horas	Nº	Modalidade Dias/horas
Enfermeiros/as	2	Tempo Inteiro	2	Tempo Inteiro
Enfermeiros/as Saúde comunitária	2	Tempo Inteiro	2	Tempo Inteiro
Enfermeiros/as Reabilitação	1	Tempo Inteiro	2	Tempo Inteiro
Enfermeiros/as de Saúde Materna e Obstétrica	1	Tempo Inteiro	1	Tempo Inteiro
Enfermeiros/as de Cuidados Paliativos	0	Tempo Inteiro	1	Tempo Inteiro
Assistente Social	1	Tempo Inteiro	1	Tempo Inteiro
Psicólogos/as	0	Horas	1	Horas
Terapeuta da Fala	0	Horas	1	Horas
Terapeuta Ocupacional	0	Horas	1	Horas
Médicos	0	Horas	1	Horas

Fonte: UCC Chamusca, setembro 2024

O grupo identificou recursos, oportunidades, ameaças e causa relativamente a esta problemática:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • SNIPI; • EMIC; • Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga (Serviço de Psicologia); • Unidades de Saúde Processo de referênciação (USF/ UCC); • Hospital Médio Tejo;
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • -----
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de técnicos; • Ausência de uma equipa multidisciplinar;
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de quadros técnicos qualificados ■ Ausência de políticas de apoio ■ Dificuldade no acesso às respostas existentes ■ Ausência de parcerias e de instituições ■ Ausência de respostas de equipamento local ■ Ausência de equipas multidisciplinar ■ Ausência de recursos financeiros

INVESTIMENTO REDUZIDO NA REABILITAÇÃO SÓCIO OCUPACIONAL DA PESSOA COM DOENÇA MENTAL

Não existem números que atestem a realidade concelhia, no entanto, os parceiros sociais têm a percepção que esta é uma realidade significativa.

Sendo Santarém um distrito com recursos muito reduzidos na área das demências e considerando o elevado número de pessoas com esta problemática, a Santa Casa da Misericórdia da Golegã optou por integrar um projeto da união das Misericórdias Portuguesas, denominado “Vidas – Inovação em Demências”.

Assim, considera-se que a Santa Casa da Misericórdia da Golegã reúne condições de excelência para intervir nesta área. Por um lado, ocupa uma posição geográfica central relativamente ao distrito; por outro, dispõe de um espaço bem localizado e com boas condições para integrar uma estrutura especializada na área das demências. Contudo, é imperiosa a adaptação e requalificação de parte do edifício do antigo hospital.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Não existem.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Associação Saúde Mental do Médio Tejo;• Criação de respostas com a rede de cuidados continuados através de programas com apoio financeiro;
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Ausência de financiamento;• Dificuldade de instituições se candidatar;• aos programas.
CAUSAS

- Ausência de quadros técnicos qualificados
- Ausência de políticas de apoio
- Dificuldade no acesso às respostas existentes
- Dificuldades na definição da área territorial dos serviços de saúde
- Ausência de parcerias e de instituições
- Ausência de respostas de equipamento local
- Ausência de equipas multidisciplinar
- Ausência de recursos financeiros

APOIO ESPECÍFICO PARA CUIDADORES INFORMAIS E FORMAIS (FORMAÇÃO) NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL

“Cuidador é a pessoa que cuida (...) com zelo de uma mãe, que ouve com respeito de um sacerdote, que ensina com a paciência de um professor e que conduz com a delicadeza de um anjo”.
Luiza Gosuen

O envelhecimento demográfico constitui uma realidade das sociedades contemporâneas. Este fenómeno à escala mundial resulta do aumento do número de pessoas em idade avançada, bem como da diminuição da população jovem. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), o envelhecimento tem tendência para se acentuar a nível mundial, sendo que em 2050, as projeções indicam que uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos (16%), enquanto em 2019 representava 1 em cada 11 (9%).

Atualmente, Portugal enfrenta um dos principais desafios das sociedades modernas, o envelhecimento. Esta problemática desencadeia discussões urgentes, de cariz social, económico e político. Infelizmente, as transformações demográficas estão associadas a um aumento significativo de doenças crónicas. A demência, cuja principal causa é a doença de Alzheimer, cria cenários de dependência e necessidade de cuidados entre os idosos. O cuidado informal é uma condição preferencial quer para os recetores de cuidado, quer para os formuladores de políticas. Os/as cuidadores/as informais prestam cuidados com base num compromisso de nobreza, sem remuneração ou vínculo profissional, tendo assim, um enorme valor económico sendo estes atores imprescindíveis dos sistemas de saúde. Contudo, a longo prazo, o ato de cuidar provoca sobrecarga física, psicológica e económica nos prestadores de cuidados.

Os desafios instalam-se sobretudo em termos do crescimento das doenças crónicas e dentro destas, o aumento do número de pessoas com demência (PcD). De acordo com as estimativas apresentadas na OCDE (2019), a prevalência de demência em 2050 será de 39 pessoas por cada mil habitantes em Portugal, sendo o 4º país com maior prevalência. Por sua vez, a demência é uma síndrome geralmente de natureza crónica ou progressiva caracterizada pela deterioração da função cognitiva (capacidade de processar o pensamento), superior à redução da funcionalidade cognitiva consequente do processo de envelhecimento biológico normal (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2017). O número de cuidadores informais em Portugal deverá rondar os 1,4 milhões de pessoas, impulsionado durante a pandemia por causa do fecho

de respostas sociais, revela um inquérito³⁹ nacional segundo o qual estas pessoas deveriam ter mais direitos. O inquérito, demonstrou ainda o facto de o número de cuidadores informais em Portugal ser mais elevado do que os 8% a 10% que se estimava, consequência da pandemia.

Em 2012, a OMS declarou a demência como uma prioridade de saúde pública. No entanto, em Portugal ainda não existem políticas específicas para as PcD, embora já tenham sido dados os primeiros passos no desenvolvimento de um plano nacional (Vieira, 2016). A estratégia nacional na área das demências¹ é exemplo disso. Esta estratégia reforça a importância do diagnóstico atempado e correto, a continuidade dos cuidados na comunidade, o apoio às famílias e o acesso a tratamentos farmacológicos e não farmacológicos, articulando cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares, cuidados continuados integrados e cuidados paliativos. Com efeito, o crescimento da proporção de PcD desafia as modalidades de prestação de cuidados de longa duração, que se distinguem em:

- > Cuidados formais
- > Cuidados informais. Os cuidados informais são exercidos pelas redes de solidariedade e elementos familiares. Além de predominarem na sociedade portuguesa têm implicações nas condições de vida e no bem-estar dos cuidadores, acrescentando ainda que grande parte dos cuidadores informais são idosos

Ao cuidarem de forma não remunerada há ainda que considerar a sobrecarga a nível físico, psíquico, social e financeiro. De forma, a proteger os cuidadores informais é publicada no Lei n.º 100/2019 de 6 de setembro o Estatuto do Cuidador Informal.

Dados estatísticos, mostram que 47,4% dos cuidadores concilia uma profissão com o ato de cuidar, sendo que 71,2% são prejudicados pelas entidades patronais. Apenas 7,2% dos prestadores reportam que recebem apoios quando faltam para apoiar na prestação de cuidados. A partir dos resultados obtidos conclui-se que a consciencialização da sociedade sobre a importância do papel do cuidador informal e a cuidados dimensão e o significado dos custos dos informais é urgente. Existem inúmeras necessidades não cobertas neste domínio e a disponibilidade de respostas de cuidado formal é insuficiente, logo a orientação de políticas e serviços de apoio aos cuidadores informais é essencial.

Quadro 136 – Escalão de tempo gasto semanalmente na prestação de cuidados informais; por sexo, Quinquenal, 2019

Ano	Local de residência	Sexo		
		HM	H	M
2019	Portugal	1059012	366707	692305

Fonte: INE

³⁹ Inquérito realizado pela Associação Nacional de Cuidadores Informais (ANCI),

Cuidar da pessoa com demência assume-se como um desafio permanente para o prestador de cuidados. A avaliação adequada das necessidades da pessoa, bem como o conhecimento da sua história de vida e os seus hábitos, são fatores preponderantes numa prestação de cuidados de sucesso. As alterações de comportamento são dos aspetos que colocam maiores dificuldades aos cuidadores. Mantendo presentes alguns princípios básicos e usando a criatividade, flexibilidade, paciência e compaixão, é possível lidar de forma adequada com a maioria dos problemas de comportamento. Durante o percurso de doença, a pessoa com demência sofre inúmeras perdas: de autonomia, de funcionalidade, de autoimagem, até de individualidade. Cabe aos cuidadores e aos que lhe são próximos proporcionar as condições para que o doente possa manter a sua dignidade durante toda a doença, até aos estádios terminais.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Não existem.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo com Associação Saúde Mental do Médio Tejo; • Parceria com Associação Portuguesa de Doentes de Alzheimer; • CRIT; • CERE
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Divisão territorial que dificulta as parcerias; • Formação fora do conselho; • Dificuldades económicas; • Escassez de transportes públicos.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de quadros técnicos qualificados ■ Ausência de políticas de apoio ■ Dificuldade no acesso às respostas existentes ■ Ausência de parcerias e de instituições ■ Ausência de respostas de equipamento local ■ Ausência de equipas multidisciplinar ■ Ausência de recursos financeiros ■ Dificuldade na candidatura por parte das instituições para os programas

BAIXA LITERACIA EM SAÚDE MENTAL

“Quem não sabe o que busca, não identifica o que acha.”

Immanuel Kant

| 283

Na área da Saúde Mental, a Literacia pretende capacitar a pessoa que vive com uma perturbação mental em temas que sirvam os objetivos do seu tratamento e reabilitação. É fundamental a pessoa compreender e reconhecer precocemente os sintomas da sua doença, pensar em estratégias para controlar uma crise, conhecer os tratamentos disponíveis e saber como pedir ajuda.

Uma pessoa bem informada toma melhores decisões!

Além disso, a divulgação de matérias relacionadas com a Saúde Mental é uma das formas mais eficazes de combate ao estigma e aos preconceitos, que estão frequentemente associados às perturbações mentais.

Assim, a Literacia em Saúde Mental tem como objetivos:

- › Fornecer informação clara e fidedigna sobre diferentes aspetos relacionados com a Saúde Mental,
- › Divulgar e promover estilos de vida saudáveis,
- › Esclarecer sinais e sintomas da doença mental, facilitar o seu reconhecimento e a procura atempada de cuidados adequados,
- › Enriquecer a discussão do projeto terapêutico e promover a sua adesão,
- › Garantir uma melhor utilização dos serviços de saúde,
- › Promover uma melhor tomada de decisões em relação aos tratamentos disponíveis,
- › Combater o estigma e a exclusão social,
- › Desconstruir mitos e preconceitos sobre a doença mental e promover uma melhor compreensão e aceitação destas situações,
- › Promover o envolvimento da população em geral na tomada de decisões em matérias relacionadas com a Saúde Mental,
- › Construir um diálogo sobre a saúde e doença mental, incentivando a participação da população em geral.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Não existem.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Ações de formação para técnicos e cuidadores, através de parcerias com entidades externas
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Falta de financiamento.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Ausência de quadros técnicos qualificados■ Ausência de políticas de apoio■ Dificuldade no acesso às respostas existentes■ Ausência de parcerias e de instituições■ Ausência de equipas multidisciplinar■ Ausência de recursos financeiros■ Dificuldade na candidatura por parte das instituições para os programas

IDENTIFICAÇÃO TARDIA DAS DEPENDÊNCIAS DOS IDOSOS

Muito ligada à tomada de consciência dos próprios, a identificação tardia das dependências dos/as idosos/as, tem-se mostrado como uma barreira a um acompanhamento de proximidade que permita uma identificação precoce, por parte dos serviços, das doenças características do avançar da idade.

Quando os/as técnicos/as tentam uma aproximação, com o intuito de integrar os/as idosos/as nas respostas sociais, havendo já sinais de dependência, porque a idade é avançada, porque residem sozinhos, apresentam dificuldade de mobilidade, têm escasso apoio familiar ou mesmo ausência de cuidador/a informal, os idosos tendem a apresentar desculpas, afirmando que ainda conseguem confeccionar as suas refeições, que têm muito o que fazer nas suas casas e que, certamente, irão gastar muito dinheiro na contratação dos serviços de apoio domiciliário, centro de dia ou centro de convívio.

A caracterização da população em Portugal é essencialmente população idosa. O prolongamento da vida está relacionado a mais anos de dependência, incapacidades e doenças crónicas. Assim sendo, a perda das capacidades está relacionada com a dependência, fragilidades, institucionalização, maior risco de quedas, problemas de mobilidade e cuidados de longa duração e altos custos. Resultando das características biológicas de cada sujeito, vivência cultural, social e familiar, as dependências físicas e funcionais emergem em idades cronológicas distintas, podendo ser em idade mais reduzida ou em idade mais avançada.

Gráfico 83 – Índice de Dependência, julho 2024



Fonte: SIMSNS, 2024

A inscrição nas Respostas Sociais, tendencialmente, acaba por ser feita depois de episódio hospitalar, por doença ou queda.

Quadro 137 – Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2016 e 2021

Anos	Índice de envelhecimento	Índice de dependência total	Índice de dependência jovens	Índice de dependência idosos	Índice de longevidade	Índice de sustentabilidade potencial
2016	148,7	53,8	21,6	32,1	48,8	3,1
2017	153,2	54,4	21,5	32,9	48,6	3,0
2018	157,4	54,9	21,3	33,6	48,4	3,0
2019	161,3	55,3	21,2	34,2	48,5	2,9
2020	⊥ Pre 171,7	⊥ Pre 56,2	⊥ Pre 20,7	⊥ Pre 35,5	⊥ Pre 48,6	⊥ Pre 2,8
2021	Pre 182,7	Pre 57,1	Pre 20,2	Pre 36,9	Pre 48,8	Pre 2,7

Fonte: INE

Quadro 138 – Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014, 2020 e 2022

Unidade Territorial		2014				2020				2022			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
CC:Golegã	n.º	2.149	279	1.356	514	2.082	227	1.356	499	2.034	214	1.321	499
	%	100	13,0	63,1	23,9	100	10,9	65,1	24,0	100	10,5	64,9	24,5
Lezíria do Tejo	n.º	79.265	7.478	52.106	19.681	77.512	6.524	51.658	19.330	77.409	6.550	51.250	19.609
	%	100	9,4	65,7	24,8	100	8,4	66,6	24,9	100	8,5	66,2	25,3

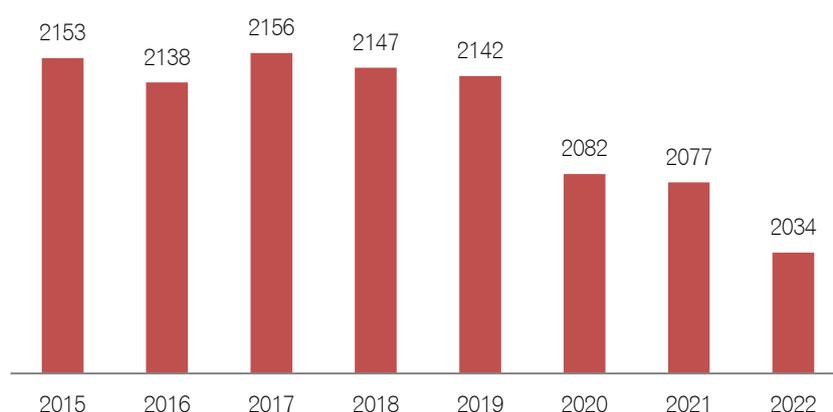
Fonte: INE

Considerando o período 2014-2020, o número de pensionistas da segurança social diminuiu nas diferentes tipologias, com exceção das pensões de velhice, que depois de um período de aumento do número de beneficiários/as atingiu o mesmo número de 2014, também pelo decréscimo da população residente. Os/as pensionistas abrangem, essencialmente, a população idosa, dependente das transferências da segurança social, grupo etário cada vez mais representativo, fruto do aumento da esperança média de vida e da diminuição da mortalidade.

No período entre 2020–2022, o número de pensionistas da segurança social diminuiu nas diferentes tipologias, com exceção das pensões de sobrevivência que se manteve nos 499 beneficiários.

A exigência e as carências em apoios sociais e financeiros são cada vez maiores, com o envelhecimento populacional e as alterações na estrutura familiar tradicional.

Gráfico 84 – Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2015-2022, Golegã

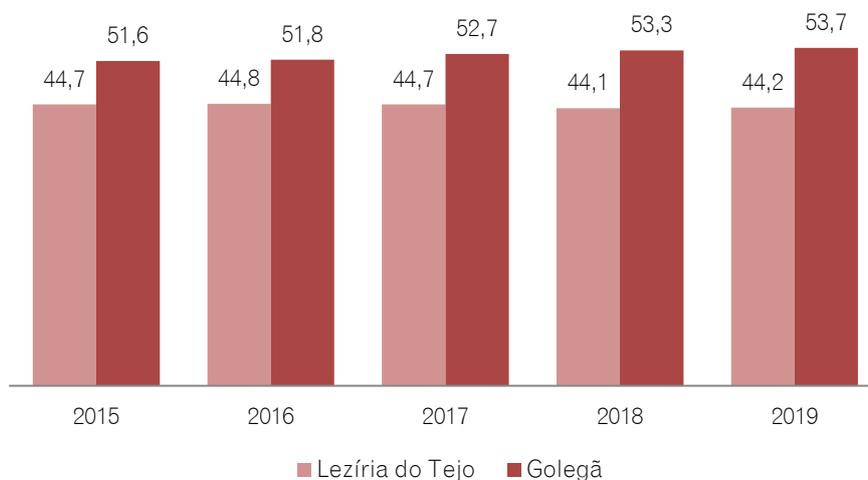


Fonte: INE

No ano de 2022, entre os/as pensionistas, a idade constitui o principal motivo para apoio financeiro, as pensões de velhice representam cerca de 64,9% do total de pensões atribuídas na Golegã, seguidas das pensões de sobrevivência, com 24,5% desta fatia, que constituem um meio de compensar a perda de rendimentos por motivo de falecimento. Os valores registados no Concelho da Golegã situam-se ligeiramente abaixo da média da Lezíria do Tejo e da média nacional, exceto na atribuição das pensões de invalidez.

Após uma trajetória de crescimento, na primeira década do século XXI, o número de pensionistas da segurança social tem vindo a diminuir no Concelho.

Gráfico 85 – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Golegã



Fonte: PORDATA

Se para além dos/as pensionistas da segurança social considerarmos também os/as pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, este grupo representa 53,72% da população residente com idade igual ou superior a 15 anos, em 2019, o que revela uma elevada percentagem da população dependente destes apoios financeiros.

O montante de pensões pagas pela segurança social no Concelho da Golegã passou dos 103 milhões de Euros em 2014 para aproximadamente 11 milhões durante o ano de 2022. Este aumento, contrário ao da evolução dos/as pensionistas, dever-se-á às atualizações ao valor das pensões.

Quadro 139 – Pensões da segurança social (milhares€), por Local de residência, 2014-2022

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022
Golegã	10.227	10.452	10.625	10.742	11.035	11.375	11.365	11.901
Lezíria do Tejo	383.206	389.310	398.280	403.869	411.828	430.466	440.728	472.347
Continent e	14.585.462	14.790.108	15.149.426	15.410.489	15.711.720	16.418.803	16.854.138	18.048.866
Portugal	15.118.219	15.330.973	15.712.185	15.989.923	16.292.968	17.021.937	17.477.556	18.720.939

Fonte: INE

Quadro 140 – Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2022

Unidade Territorial	2014				2020				2022			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	10.227	1.349	7.421	1.457	11.365	1.320	8.368	1.677	11.901	1.284	8.824	1.792
Lezíria do Tejo	383.206	37.370	289.452	56.384	440.728	39.123	336.366	65.238	472.347	41.882	358.972	71.493
Continente	14.585.462	1.148.922	11.358.048	2.078.492	16.854.138	920.905	13.494.715	2.438.518	18.048.866	917.779	14.484.291	2.646.796

Fonte: INE

De igual modo, cresceu significativamente o valor médio das pensões pagas pela segurança social, cuja média anual passou de cerca de 4.515 € no ano de 2014, para 5.507€, em 2022.

A pensão de velhice, era a que tinha em 2022, no Concelho da Golegã, o valor médio anual processado mais elevado (mais de 6.307€). A pensão de invalidez tinha um montante médio anual próximo daquele. A pensão de sobrevivência era substancialmente mais reduzida (3.301€). Os valores referidos eram geralmente inferiores aos encontrados na região e no país.

Quadro 141 – Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2022

Unidade Territorial	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022
Golegã	4.584	4.716	4.717	4.836	5.007	5.129	5.507
Lezíria do Tejo	4.677	4.791	4.887	5.031	5.263	5.401	5.785
Continente	5.079	5.207	5.310	5.465	5.713	5.840	6.215
Portugal	5.052	5.182	5.283	5.436	5.684	5.811	6.184

Fonte: INE

Quadro 142 – Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2022

Unidade Territorial	2014				2020				2022			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	4.515	4.783	5.186	2.639	5.129	5.741	5.831	3.044	5.507	5.865	6.307	3.301
Lezíria do Tejo	4.618	4.897	5.317	2.697	5.401	5.854	6.211	3.144	5.785	6.202	6.664	3.400
Continente	5.027	4.717	5.813	2.951	5.840	5.594	6.698	3.451	6.215	5.857	7.149	3.668
Portugal	4.998	4.732	5.787	2.937	5.811	5.617	6.672	3.433	6.184	5.865	7.123	3.650

Fonte: INE

Este valor coloca a Golegã significativamente abaixo da média nacional e do valor médio anual de pensão obtido para a Lezíria do Tejo, que é de 5.401€ por pensionista.

Noutra vertente, a população portadora de deficiência é um grupo particularmente vulnerável, cuja condição está associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras.

No Concelho da Golegã, em 2001, estavam recenseados 384 cidadãos/ãs com deficiência, de vários tipos e graus de deficiência, sendo que, no concelho cerca de 6,7% da população registava algum tipo de deficiência.

A maioria dos/as deficientes com mais de 15 anos do Concelho sofria de deficiência visual (mais de 38%), seguindo-se o grupo de deficientes motores que eram cerca de 22% do total. Considerando o mesmo grupo etário, dos cerca de 365 deficientes, cerca de 27% estava integrado no mercado de trabalho, mas os restantes dependiam de outras fontes de rendimento.

⁴⁰ De referir que a deficiência mental chegava quase aos 10% no Concelho da Golegã. A taxa de deficiência da população residente na Golegã, era a terceira mais elevada da Lezíria do Tejo (6,7%), segundo o Censo de 2001.

Quadro 143 – População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Golegã

Grau de dificuldade	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Não consegue efetuar a ação	18	12	93	55	139	52
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	578	322	612	354	207	197

Fonte: INE

⁴⁰ A Prestação Social para a Inclusão tem com objetivo promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família.

O recenseamento de 2011 não permite estabelecer uma comparação com o de 2001, não tendo sido recolhida informação específica semelhante sobre os/as cidadãos/ãs com deficiência.

Em 2011, o recenseamento permite concluir que 22,1% da população da Golegã, um total de 1.167 pessoas, apresentavam pelo menos uma dificuldade ⁴¹, valor situado acima do total nacional (17,79%).

A prestação social para a inclusão ⁴², um apoio específico para os/as cidadãos/ãs com deficiência/incapacidade igual ou superior a 60%, foi atribuída a 63 indivíduos no Concelho, em 2022, o que representou um aumento face a 2020 (54).

Quadro 144 – Beneficiários/as da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º), 2019 e 2022

Unidade Territorial	2019	2020	2022
Golegã	52	54	63
Lezíria do Tejo	2.549	2.748	3.379
Continente	99.911	107.578	128.486
Portugal	106.567	114.726	136.858

Fonte: INE

⁴¹ A Prestação Social para a Inclusão tem com objetivo promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família.

⁴² A Prestação Social para a Inclusão tem com objetivo promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none">• Unidade Saúde Familiar;• Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga;• Santa Casa da Misericórdia da Golegã,• Casa do Povo do Pombalinho• CLDS;• UCC;• Ação Social;
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Sensibilização às entidades para a identificação de casos.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Resistência na referenciação dos utentes e suas famílias;• Falta de informação dos serviços existentes.• Resistência familiar aos serviços de apoio aos idosos.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none">■ Dificuldade no acesso às respostas existentes■ Ausência de equipa multidisciplinar■ Resistência Familiar na sinalização■ Desconhecimento dos serviços existentes e do seu modo de funcionamento

DEPENDÊNCIAS (Álcool, drogas...)

Em 2021, no *European Web Survey on Drugs: patterns of use* realizado entre consumidores de substâncias ilícitas e NSP, os dados nacionais sobre o impacto da pandemia do SARS-CoV-2 nos consumos evidenciaram que houve mais consumidores/as a reduzirem os consumos com a pandemia do que o inverso, com exceção da heroína. Esta foi a substância com mais consumidores/as a dizerem que não alteraram os consumos (48%) e, a única em que foram um pouco mais os que passaram a usar mais (19%) do que menos (17%). As substâncias com mais referências a um menor uso com a pandemia foram as mais ligadas a contextos de diversão, em particular o ecstasy (55%) e as anfetaminas (46%), mas também a canábis resina (40%), as metanfetaminas (37%) e a cocaína em pó (36%). De um modo geral, estes resultados coincidem com a evolução ocorrida em 2019-20 na maioria dos indicadores da oferta e procura.

Em Portugal, o álcool, apesar dos últimos dados disponíveis indicarem um ligeiro decréscimo a nível nacional, a sua ingestão, per capita, mantém-se bastante elevada. Por outro lado, tem-se verificado um consumo crescente entre jovens e mulheres e alterações significativas que agravam as situações de risco. Este tópico tem sido tema recorrente nos meios de comunicação e tem determinado alterações na legislação de modo a tentar controlar este problema.

Portugal surge de forma sistemática entre os maiores consumidores de bebidas alcoólicas a nível europeu e mundial. Num estudo recente, encontraram-se estimativas em maiores de 15 anos para o país, de 58 mil doentes alcoólicos (síndrome de dependência de álcool), isto é, cerca de 7% da população, e 750 mil bebedores excessivos (síndrome de abuso de álcool), o que equivale a 9,4% do universo nacional.

Na população escolar portuguesa, estima-se que a prevalência de problemas ligados ao álcool se situem entre os 10% e os 20%, em alunos/as universitários/as. No que se refere ao ensino secundário, com idade média de 16 anos, entre 18% e 20% ter-se-ão embriagado pelo menos uma vez. Calcula-se ainda que o seu consumo excessivo ocorra em cerca de 10% das mulheres e 20% dos homens. Sabe-se também que está relacionado com 50% dos casos de morte em acidentes de automóvel, 50% dos homicídios e 25% dos suicídios.

O álcool é atualmente, em Portugal, uma droga legal e comercializada, fazendo parte dos hábitos alimentares de uma larga maioria da população. Para além disso aparece muitas vezes associado a inúmeras formas de relacionamento, tanto privado como público, de natureza ritual, comemorativa, recreativa, fazendo parte do estilo de vida ou mesmo da identidade de muitos grupos sociais.

No que concerne à problemática do tabaco, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) morrem por ano cerca de 8,2 milhões de pessoas, das quais cerca de 7 milhões devido ao consumo de tabaco e 1,2 milhões devido à exposição ao fumo ambiental. Todas as formas de tabaco são nocivas à saúde, não existindo um nível seguro de exposição (World Health Organization [WHO], 2020b). O tabagismo impõe um pesado fardo a toda a sociedade, não só

em perda de vidas e sofrimento humano, mas também em elevados custos para o Estado e as famílias, em medicamentos e serviços de saúde, absentismo e perda de produtividade económica.

O tabaco é um fator gerador de pobreza e de iniquidades em saúde entre sexos, grupos sociais e áreas geográficas (Marmot, 2006; WHO, 2008b; Loring, 2014). Face à tendência de decréscimo do consumo de tabaco registada nos últimos anos, a indústria encontra-se em fase de grande transformação, quer em termos de conceitos de fabrico, quer de estratégias de venda.

Na União Europeia, estima-se que o tabaco contribua para mais de 700 mil mortes anuais. Cerca de metade dos/as fumadores/as morre precocemente, perdendo em média cerca de 14 anos de expectativa de vida (European Commission, 2021). Em termos globais, estima-se que 12% de todas as mortes entre adultos com 30 ou mais anos seja atribuível ao uso do tabaco (16% em homens e 7% em mulheres). A região europeia é a que apresenta a maior mortalidade atribuível: 16%; 25% em homens e 7% em mulheres (WHO, 2019b).

Quadro 145 - Estimativas da mortalidade atribuível ao tabaco por principais doenças e mortalidade proporcional por causa de morte (N.º e %) | Portugal 2019

	Total		Masculino		Feminino	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Todas as causas	13559	11,7	10815	18,6	2744	4,7
Neoplasias	6030	19,1	5165	27,5	865	6,7
D. cérebro-cardiovasculares	3177	8,5	2370	14,6	807	3,8
D. respiratórias crónica	2297	32,6	1893	47,3	454	14,4
Diabetes <i>mellitus</i> tipo 2	412	9,8	233	13,2	179	7,4
Infeções respiratórias do trato inferior	1155	14,0	821	20,1	334	8,0
Tuberculose	35	15,6	31	21,1	4	4,7

Fonte: Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME). 2020. <https://vizhub.healthdata.org/gbd-compare/>

Em Portugal, estima-se que 11,7% dos óbitos ocorridos em 2019 tenham sido devidos ao tabaco, 18,6% no sexo masculino e 4,7% no sexo feminino, o que se traduziu por uma perda de 13 559 pessoas, 10 815 homens e 2744 mulheres (IHME, 2020). Deste total de óbitos, estima-se que 1771 tenham resultado da exposição ao fumo ambiental (561 por doenças cérebro-cardiovasculares, 425 por infeções respiratórias, 312 por doença respiratória crónica, 242 por diabetes *mellitus* tipo 2 e 220 por cancro) (IHME, 2020).

Fumar provoca mortalidade prematura. A maior percentagem de óbitos atribuíveis ao tabaco, em ambos os sexos, registou-se no grupo etário dos 50 aos 69 anos - cerca de 24,8% do total de óbitos neste grupo etário; 30,5% em homens e 13,1% em mulheres (IHME, 2020).

O consumo de tabaco é uma das principais causas evitáveis de doenças não transmissíveis, com destaque para o cancro, as doenças cérebro-cardiovasculares, as doenças respiratórias crónicas e a diabetes *mellitus* tipo 2. Fumar diminui a imunidade e contribui para as infeções respiratórias do trato inferior e para a morte por tuberculose (US Department of Health and Human Services, 2010, 2014). Devido ao facto de as principais doenças relacionadas com o tabaco poderem levar mais de duas ou três décadas a tornar-se aparentes, é expectável que o

número de mortes anuais atribuíveis ao tabaco se mantenha durante alguns anos, mesmo após o declínio das prevalências de consumo.

Quadro 146 – N° de Utentes com abuso de Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos Golegã, 2022

Problemáticas	N° de Utentes
Abuso Crónico de Álcool	180
Abuso Agudo de Álcool	37
Abuso de Tabaco	972
Abuso de Drogas	35

Fonte: USF Campusaúde Golegã, 2022

Relativamente ao número de utentes acompanhados pela Unidade de Saúde da Golegã, registaram-se 180 utentes com abuso crónico de álcool (3% da população) e 37 de abuso agudo. No que respeita ao abuso de tabaco, os valores são muito mais elevados, 972 utentes que representam 18% da população. Saliente-se ainda que 35 utentes são seguidos por abuso de drogas.

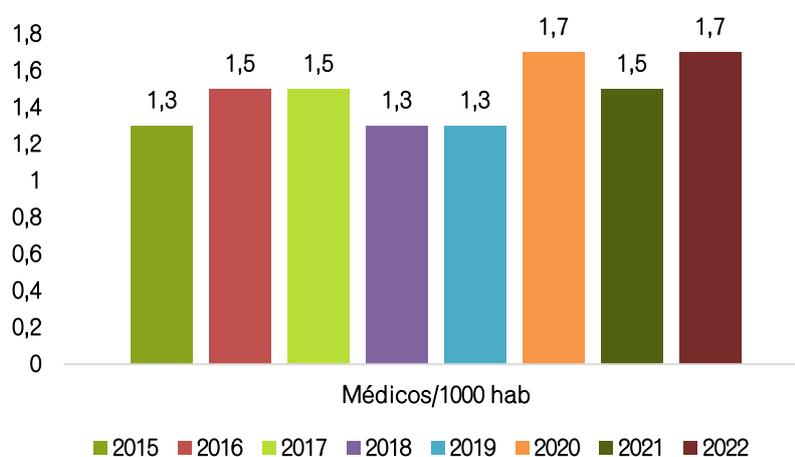
O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

DÉFICE DE MÉDICOS DE FAMÍLIA

A falta de médicos/as de família nos cuidados de saúde primários é uma das problemáticas existentes em Portugal e agora também no Concelho da Golegã, sendo inexistente médico/a em duas das três freguesias, Azinhaga e Pombalinho.

Os/as médicos/as especialistas em Medicina Geral e Familiar neste momento, não estão a conseguir dar resposta total às necessidades da população, devido à falta dos mesmos. Portanto, a falta de acesso dos/as doentes aos/às médicos/as de família é uma das principais preocupações da sociedade atual.

Gráfico 86 – Médicos/as 1000 habitante (nº)



Fonte: INE

Neste momento, o número de médicos/as por habitante representa um rácio de 1,7 por cada 1000hab. No entanto, e dado que muitos/as ex-residentes continuam a manter no Concelho, o/a seu/sua médico/a de família, o rácio não estará correto.

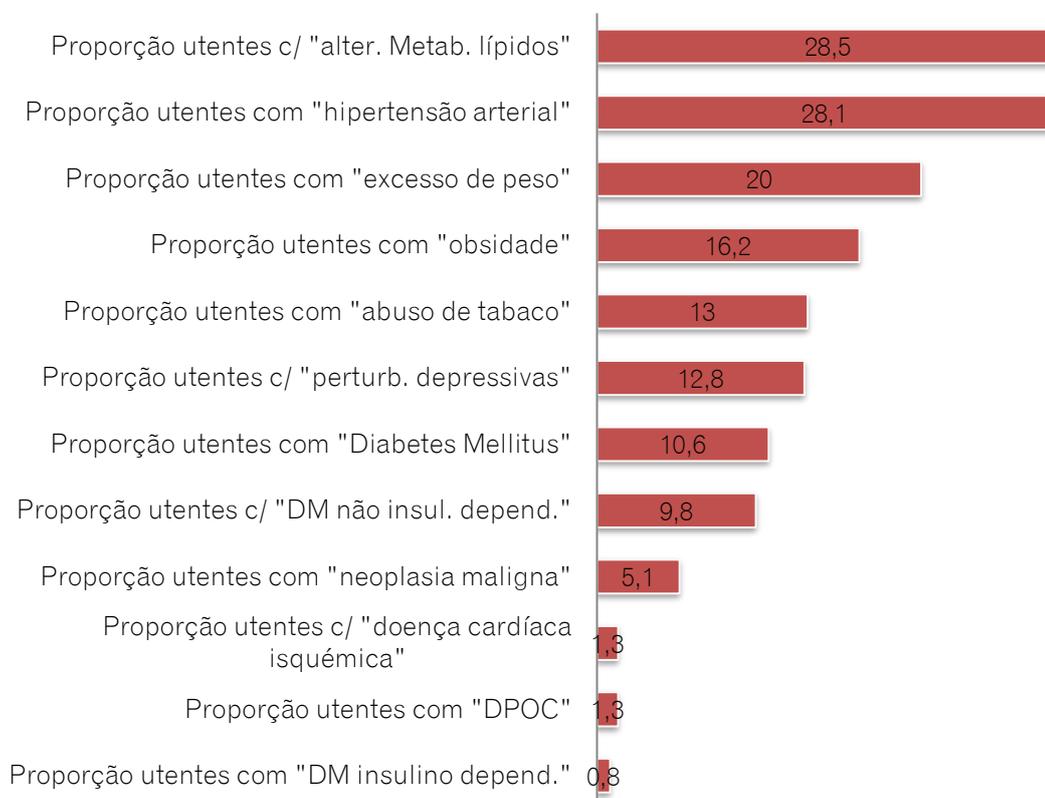
De acordo, com os dados de agosto de 2024, existem apenas 393 utentes sem médico de família, mas com o apoio de um médico especialista em Medicina Geral e Familiar. Durante este período, dois médicos passaram à situação de aposentação na USF Golegã.

Quadro 147 – Utentes Inscritos com e sem médico família, agosto 2024

Utentes Inscritos	5,828	
C/ Médico de Família.	S/ Médico de Família.	S/ Médico p/ Opção
5,429	393	6
93,15%	6,74%	0,10%
Unidades Ponderadas	8,022,00	
Médicos de Família	3	
Pólos - Inclui Sede	2	

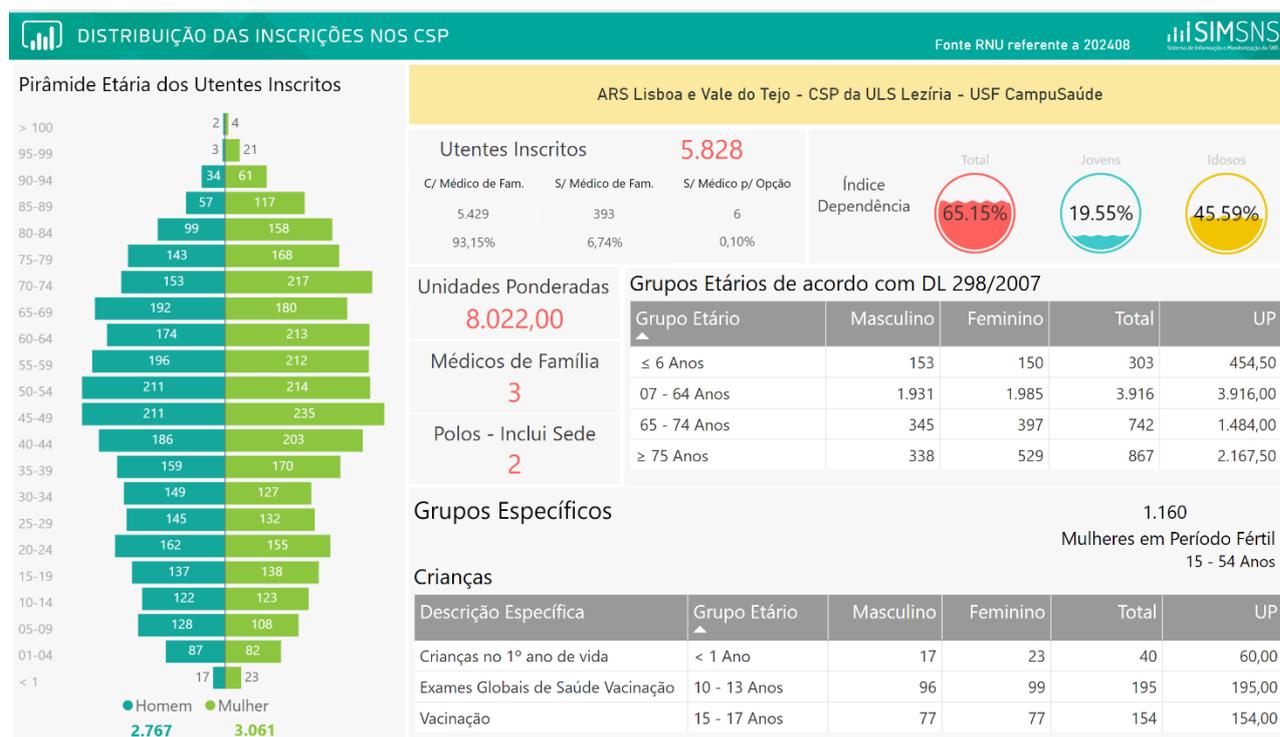
Fonte: SIARS, informação extraída a 08/2024

Gráfico 87 - Indicadores de Morbilidade ACES Lezíria a dezembro de 2022 (%)



Fonte: SIARS, informação extraída a 12/10/2022

Quadro 148 – Distribuição de Inscrições de 2024, no Centro Saúde Golegã



Fonte: RNU|SIARS, informação extraída a 08/2024

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
•
OPORTUNIDADES
• Sensibilização às entidades para a identificação de casos.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Resistência na referenciação dos utentes e suas famílias; • Falta de informação dos serviços existentes. • Resistência familiar aos serviços de apoio aos idosos.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de quadros técnicos qualificados ■ Ausência de políticas de apoio ■ Dificuldade no acesso às respostas existentes ■ Ausência de respostas de equipamento local ■ Ausência de recursos financeiros

Academia Origami CLDS-4G, Relatório de Progresso, Informação Anual de Execução, ano 2021

Academia Origami CLDS-4G, Relatório de Progresso, Informação Anual de Execução, ano 2020

Alzheimer Portugal. <https://alzheimerportugal.org/>

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Relatório de Atividades 2020 e 2021

Avelino, J.; Oliveira, N.; Carvalho, L. (2021). *Revisão da Carta Educativa do Município da Golegã*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Avelino, J.; Oliveira, N.; Carvalho, L. (2021). *Revisão da Carta Social do Município da Golegã*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Blaya, Catherine (2008). *Violência e Maus-Tratos em Meio Escolar*. Piaget. Horizontes Pedagógicos

Bocinski, Sarah (2012). “Economic Security Blog” Versão Eletrónica, consultada a 13.12.11, em Wider Oportunity for Women: <http://www.wowonline.org/blog/>

Carmo, Hermano Duarte de Almeida e (2002). *Intervenção Social com Grupos*. Universidade Aberta. Lisboa.

Casa do Povo do Pombalinho (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Pombalinho: CPP.

Centro de Respostas Integradas do Ribatejo (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Lisboa: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do tejo.

Centro Distrital da Segurança Social de Santarém (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Santarém: CDSSS.

Centro Social Paroquial da Golegã (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: CSP.

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2014). *Aplicação Informática da CPCJ*. Lisboa: CNPCJR.

Concelho Local de Ação Social (2015). *Diagnóstico Social do Concelho da Golegã*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

CULTIVAR, Cadernos de Análise e Prospetiva, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, 2016.

Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho. *Diário da República n.º 114/2006 – 1.ª Série A*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

DGEstE (2020). <https://www.dgeste.mec.pt/index.php/a-dgeste/>

Diário da República, 2.ª Série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior.

Diário da República, 2.ª Série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Socioeconómicos.

Diário da República, 2.ª série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional.

| 300

Diário da República, 2.ª série - n.º 196 - 10 de outubro de 2014. Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho da Golegã.

Direção-Geral da Educação (DGE) (2020). Modalidades de Avaliação. <https://www.dge.mec.pt/modalidades-de-avaliacao>

Direção-Geral da Saúde (2022). *Portugal – Saúde Mental em números – 20* Lisboa: DGS.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018a). Regiões em números 2016/2017 – Alentejo. Volume IV. Lisboa: DGEEC

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018b). O Perfil do Aluno 2016/2017.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2019). Estatísticas da educação 2018/2019. [https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_2020_EE20182019.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_2020_EE20182019.pdf)

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2020).

Educação em Números - Portugal 2022, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE), Divisão de Estatísticas dos Ensinos Básico e Secundário (DEEBS), ISBN: 978-972-614-760-2

Estado da Saúde na EU. Portugal. Perfil de saúde do país 2021, European Observatory of health systems and policies.

Estatísticas da Saúde – 2020, Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Golegã, CIMLT

European Commission (2019). Education and Training Monitor EU analysis, volume 1, 2019. <https://ec.europa.eu/education/sites/education/files/document-library-docs/volume-1-2019-education-and-training-monitor.pdf>

European Web Survey on Drugs: patterns of use. https://www.emcdda.europa.eu/activities/european-web-survey-on-drugs_en

Eurostat (2020). Early leavers from education and training. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Early_leavers_from_education_and_training

Fouto, Carolina Rodrigues. Cuidadores de pessoas com demência, O contributo do estatuto do cuidador informal. Dissertação para obtenção de grau de mestre em sociedade, risco e saúde. Lisboa, 2022

Gabinete de Estratégias e Estudo, Ministério da Economia, Sínteses Estatísticas, 2019-2020

Guarda Nacional Republicana (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: Destacamento Territorial de Torres Novas. Posto Territorial da Golegã.

Hattie, J. (2018). Hattie ranking: 252 influences and effect sizes related to student achievement. Retirado de <https://visible-learning.org/hattie-ranking-influences-effect-sizeslearning-achievement/>

<https://saudemental.pt/2022/04/18/saude-mental-na-populacao-migrante/>

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia__Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

ICOR, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2021.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Santarém: ISS,I.P

Instituto Nacional de Estatística (s/d). *Recenseamentos da População, 2001 e 2011 e 2021*. Acedido em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Instituto para o Desenvolvimento Social (2002). *Documento de Apoio à Elaboração do Diagnóstico Social*. Lisboa: IDS.

Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1): Martins, R. M. (2008). A depressão no idoso. *Millenium*, 34, 119-123.

Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as jovens. Ana Guerreiro,¹ Cátia Pontedeira,² Ruben Sousa, Maria José Magalhães, Emanuel Oliveira, Patrícia Ribeiro, UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, Porto

Lee, B., & Byun, S. yong. (2019). Socioeconomic status, vocational aspirations, school tracks, and occupational attainment in South Korea. *Journal of Youth and Adolescence*, 48(8), 1494–1505. <https://doi.org/10.1007/s10964-019-01056-5>

Lei nº100/2019, de 6 de setembro. O Estatuto do Cuidador Informal.

Lezíria do Tejo (LT): Situação educativa. No território [piicie lt]; Observatório 3i da Educação, Centro de Investigação e Intervenção Social – ISCTE-IUL

Lourenço, Elsa; Relatório de demonstração das atividades prosseguidas e dos resultados obtidos 2018/2021

Machado, Mónica (2011). Bullying em contexto escolar: Uma proposta de intervenção.

Magalhães, Maria José; Canotilho, Ana Paula; Brasil, Elisabete (2007), *Gostar de mim, gostar de ti: Aprender a Prevenir a Violência de Género*. Maia: UMAR.

| 302

Matos, M., Caridade, S., Silva, M. & Machado, C. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro:

Matos, Marlene (2006), *Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Universidade do Minho - Instituto de Educação e Psicologia.

Ministério da Educação (2017). Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Ministério da Saúde, PNPCT 2020, Diagnóstico de Situação

Monte, Helena Marecos do; Albuquerque, António. Reutilização de Águas Residuais, ISEL.

Netto, M. & Borgonovi, N. (2002). *Biologia e Teorias do Envelhecimento*. São Paulo: Atheneu.

Núcleo Executivo da Rede Social (2003). *Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa: Instituto de Solidariedade e Segurança Social

Observatório 3iS da Educação da Lezíria do Tejo (2020). Lezíria do Tejo: Situação educativa do território. Santarém: Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Organização das Nações Unidas (2020). Objetivo #4: Educação de qualidade. <https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/>

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Peralta Susana; Carvalho, Bruno P.; Esteves, Mariana. Portugal, Balanço Social 2020, Um retrato do país e dos efeitos da pandemia

Pick, Susan; Leenen, Iwin; Givaudan, Martha; Prado, Andrea (2010). “Yo quiero, yo puedo...prevenir la violencia»: Programa breve de sensibilización sobre violencia en el noviazgo”. *Salud Mental*, 2 (33), 153-160.

Plano de ação para o desenvolvimento digital do Agrupamento de escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (AEGAP), 2021.

PORDATA (s/d). *Municípios*. Acedido em: <http://www.pordata.pt/>

Programa Nacional para a prevenção e controlo do Tabagismo, Portugal, 2020.

Programação em Rede. 2020. [https://www.cimlt.eu/informacoes-impt1/noticias/item/624-programacao-em-rede-leziria-do-tejo-apresentada-
hoje?fbclid=IwAR1hX3WTePn9uZhEvJj9dEwdnbcR4wiUuUCZ1lf_s2-gNEaWJShF7UHYPf4](https://www.cimlt.eu/informacoes-impt1/noticias/item/624-programacao-em-rede-leziria-do-tejo-apresentada-hoje?fbclid=IwAR1hX3WTePn9uZhEvJj9dEwdnbcR4wiUuUCZ1lf_s2-gNEaWJShF7UHYPf4)

Questões Significativas da Gestão da Água. Região hidrográfica do Tejo e ribeiras do Oeste (rh5, 2014)

Reabilitação Urbana na Câmara Municipal da Golegã– Levantamento do Edificado; Adriana Sofia de Almeida Toco; Relatório de estágio. Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo, Dezembro, 2019

Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional, Golegã, 2014

Relatório de Contratualização de Cuidados de Saúde Primários 2020/2021. ARSLVT, Departamento de Planeamento e Contratualização, 2021.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97. *Diário da República n.º 267/1997 – 1ª Série B*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Ribeiro, Maria da Conceição; Sani, Ana Isabel (2010), *As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal*, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Rimkute, L., Hirvonen, R., Tolvanen, A., Aunola, K., & Nurmi, J. E. (2012). Parents' role in adolescents' educational expectations. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 56(6), 571–590. <https://doi.org/10.1080/00313831.2011.621133>

Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Azinhaga: SCMA.

Santa Casa da Misericórdia da Golegã (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: SCMG.

Schiefer, U.; Teixeira, P.; Monteiro, S. (2006). *Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*. Estoril: Principia.

Secretaria de Estado do Emprego e Formação (1999). *Guia do Formando da Unidade Modular: Diagnóstico Social*. Lisboa: Ministério da Solidariedade e do Trabalho, pp.43.

Serviço de Ação Social e Educação (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Simões, F., & Calheiros, M. M (2019). A matter of teaching and relationships: determinants of teaching style, interpersonal resources and teacher burnout, *Social psychology of Education*, 22, 991-1013. <https://doi.org/10.1007/s11218-019-09501-w>

Simões, F., & Rio, N. (2020). How to increase rural NEETs professional involvement in agriculture? The roles of youth representations and vocational training packages improvement.

Taylor, Bruce; Stein, Nan; Woods, Dan; Mumford, Elizabeth (2011), *Shifting boundaries: final report on an experimental evaluation of a youth dating violence program in New York City Middle Schools*. Report: New York, em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/236175.pdf>

Theodori, A.E., Theodori, G.L., 2015. The influences of community attachment, sense of community, and educational aspirations upon the migration intentions of rural youth in Texas. *Community Development*, 46, 380–391. <https://doi.org/10.1080/15575330.2015.1062035>.

Tofler, A. (1986). *A terceira vaga*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde (2022). *Dados Estatísticos disponibilizados*. Golegã: USF CampuSaúde

| 304

Vitória, Paulo (2009). Tese Doutoramento. O impacto da influência social na intenção de fumar e no comportamento tabágico dos adolescentes portugueses. ISCTE-IUL